

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL **2020**

Eduardo Leite
Governador do Estado

Marco Aurelio Santos Cardoso
Secretário de Estado da Fazenda

Rogério da Silva Meira
Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200

90030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL	07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	21
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios	55
4 - BANRISUL Cartões S.A.	91
5 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS	145
6 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA	169
7 - Companhia de Processamento de Dados do RS - PROCERGS	185
8 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM	233
9 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	273
10 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	287
11 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	291
12 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	301
13 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	319
14 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	351
15 - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica CEEE-GT	463

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**



COMPANHIA ABERTA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96

Matriz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao exercício de 2020, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Cenário Econômico

O ano de 2020 foi determinado pela materialização de um evento de cauda em âmbito global: a pandemia do Coronavírus - Covid-19. Este episódio exerceu influência negativa sobre a economia mundial no primeiro trimestre e, sobretudo, no segundo. No terceiro trimestre, por sua vez, o número de novos casos e óbitos pela atividde, em geral, reduziu, o que em menor intensidade, as quais repercutiram nos indicadores de atividade global. Em sentido oposto, a China exibiu recuperação mais perene, em razão do relativo controle do Coronavírus, que resultou na maior abertura da economia e na retomada do mercado de trabalho, a qual viabilizou o avanço do consumo das famílias no País. Já na América Latina, assim como no continente europeu e nos EUA, houve novo aumento dos casos da pandemia nos meses finais do ano, interrompendo o movimento de melhoria dos indicadores observados no terceiro trimestre. Diante disso, o PIB mundial deverá exibir recuo expressivo neste ano (a maior retração desde a Grande Depressão da década de 1929), ainda que, ao longo de todo o 2020, os formuladores de política econômica tenham atuado ativamente via estímulos a fim de mitigar os efeitos deletérios da pandemia.

Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, após a relativa melhora da atividade no terceiro trimestre, a segunda onda da pandemia que se materializou nos últimos meses de 2020 levou à imposição de novas medidas de contenção do contágio social, o que em menor intensidade, as quais repercutiram nos indicadores de atividade do período. Em sentido oposto, a China exibiu recuperação mais perene, em razão do relativo controle do Coronavírus, que resultou na maior abertura da economia e na retomada do mercado de trabalho, a qual viabilizou o avanço do consumo das famílias no País. Já na América Latina, assim como no continente europeu e nos EUA, houve novo aumento dos casos da pandemia nos meses finais do ano, interrompendo o movimento de melhoria dos indicadores observados no terceiro trimestre. Diante disso, o PIB mundial deverá exibir recuo expressivo neste ano (a maior retração desde a Grande Depressão da década de 1929), ainda que, ao longo de todo o 2020, os formuladores de política econômica tenham atuado ativamente via estímulos a fim de mitigar os efeitos deletérios da pandemia.

Na economia brasileira, depois da desaceleração do número de novos casos e óbitos por Covid-19 no terceiro trimestre, a qual possibilitou o início de um movimento de retomada de atividades econômicas até então bastante penalizadas, as contenções voltaram a avançar nos últimos meses do ano, pressionando novamente o sistema de saúde. Isso levou à imposição de medidas em nível estadual e municipal, ainda que menos duras, porém que se viram em 2020, o que em menor intensidade, as quais repercutiram nos indicadores de atividade econômica, com arrefecimento da taxa de crescimento da produção industrial e do volume de vendas nos segmentos de varejo e de serviços. Além disso, o comércio exterior gaúcho exibiu evolução menos favorável na comparação com o ano passado, acumulando superávit de US\$6,8 bilhões em 2020, ainda saldo positivo de US\$8,6 bilhões em 2019, reflexo de uma queda de 24,2% das exportações e de um recuo 27,0% das importações.

Estratégia Corporativa e de Negócios

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

O Banrisul é um banco de varejo que tem por Missão ser o agente financeiro do Estado para promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Considerando a Missão e, ainda, a Visão de ser um Banco público rentável, sólido e competitivo, integrados às comunidades e que presta serviços com excelência, a estratégia da Instituição está baseada em cinco pilares que guiam seus esforços. A seguir, serão apresentados os Pilares, bem como as principais ações realizadas para atend-los.

Essência: reforçar o compromisso com sua essência de ser um Banco de varejo, com foco de atuação no Rio Grande do Sul. Para isso, durante o ano de 2020, o Banrisul investiu em produtos para micro e pequenas empresas, tais como: linhas de capital de giro e operações para financiar as folhas de pagamento e, ainda, possibilitou a prorrogação de operações de crédito. Já em relação ao agronegócio, que é a base do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, a Instituição implementou a Agrofácil, sistema que facilita a contratação de crédito agropecuário.

Pessoas: para o Banrisul, é somente com a força das pessoas que se alcança o sucesso organizacional. Para isso, o Banco segue desenvolvendo uma cultura ágil e transformadora, promovendo o engajamento dos colaboradores. Nesse ano, implementou ações com intuito de reduzir os impactos da pandemia da Covid-19 aos colaboradores, contratando uma consultoria do Hospital Moinhos de Vento, de Porto Alegre, que auxiliou na construção dos protocolos necessários para prevenção ao Coronavírus. Além disso, deu atenção especial aos entregadores e clientes do grupo de risco, possibilitando o afastamento de atividades presenciais e, ainda, permitindo o trabalho em regime de teletrabalho, bem como o estendendo aos demais empregados, sem que houvesse prejuízo às atividades. Por fim, com intuito de aprimorar os processos de gestão de pessoas, contratou uma consultoria especializada, que vem atuando junto ao Banrisul.

Eficiência: a Instituição adota uma gestão com eficiência, centrando os objetivos em processos mais ágeis e simplificados, no aperfeiçoamento da infraestrutura e arquitetura de TI, no aprimoramento da gestão de riscos e também no alinhamento às melhores práticas de gestão. Em relação à Eficiência, cabe destacar a otimização dos pontos de atendimento presenciais, acompanhando as mudanças e os avanços tecnológicos do mercado financeiro e mantendo a abrangência de atuação em 98,6% da população do RS e em 98,8% do PIB gaúcho.

Transformação: percorrer o caminho da transformação, por meio da implantação de novos modelos de negócio e de novas tecnologias no mercado. Foram adotadas diversas ações relacionadas a essa Pilar, cabendo ressaltar: a disponibilização do Pix aos clientes, trazendo um novo jeito de pagar e receber, o lançamento da Vero Wallet, a carteira digital do Banrisul, e o lançamento do BanriTech, o novo Hub de Inovação do Banrisul.

Cliente: considerando a semelhança dos produtos ofertados no mercado, a entrada de novos competidores e a busca dos clientes por valor agregado e inovação, o Banrisul intensifica o foco no cliente, com intuito de proporcionar a melhor experiência em soluções financeiras e elevar o seu nível de satisfação. Diversas ações foram realizadas objetivando atender ao Pilar Cliente, sendo que as principais são referentes aos canais digitais, visto que a maioria dos clientes mantém o relacionamento com o cliente e empresa. São elas: disponibilização de nova versão do app Banrisul Digital, possibilidade de agendamento do atendimento por meio do aplicativo, alteração do limite de cartão de crédito no app, melhorias na jornada de investimentos e, ainda, disponibilização de atendimento por meio do WhatsApp.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

Em relação à estratégia de negócios, a Instituição focou em reforçar o atendimento ao público de varejo no segmento de pessoa física e ampliar o atendimento às pequenas e médias empresas. No segmento de pessoa física, priorizou as linhas de crédito consignado aos servidores públicos ativos e inativos e aposentados do INSS, além da ampliação do relacionamento em produtos de captação e na prestação de serviços diversos para profissionais liberais, público jovem, clientes Afinidade e público do agronegócio. No segmento empresarial, o Banrisul mantém o foco em pequenas e médias empresas de médio e pequeno porte e microempresas - MEPE, com foco na oferta de recursos para capital de giro com garantia real, além da rede de aquisição Vero e a prestação de serviços, como cobrança, arrecadação, folha de pagamento e gestão de pagamentos eletrônicos, para o setor privado e público.

Neste ano de 2020, em virtude do cenário de contingência ocasionado pela pandemia da Covid-19, o Banrisul anunciou limites de crédito pré-aprovados para pessoas físicas, micro, pequenas e médias empresas e disponibilizou programa de reparcèlement de operações de crédito para clientes adimplentes, pessoas físicas, para crédito tributário referentes ao período de 2020, com intuito de facilitar o acesso aos benefícios do período de pandemia. No intuito de buscar ampliar as ofertas de capital de giro para o segmento empresarial, disponibilizou também as linhas de crédito emergenciais Pronampe, PEAC/FGI e PESE/OPAG.

Em relação ao Pix, pagamento instantâneo Brasileiro, o Banrisul obteve grande sucesso na implantação e opera com muita eficiência. O foco agora é na comunicação e ações educativas e, principalmente, em projetos de melhoria na experiência do cliente visando manter o serviço competitivo frente às soluções que o Banco Central e o próprio mercado irão disponibilizar no transcorrer no ano de 2021.

Desempenho Consolidado

Lucro Líquido

O lucro líquido de 2020 alcançou R\$727,5 milhões, 45,9% ou R\$616,9 milhões inferior ao de 2019. O lucro líquido de 2020 foi impactado pelo Programa de Desligamento Voluntário - PDV, o qual produziu efeito líquido de R\$97,3 milhões no resultado do período, enquanto o lucro de 2019 foi impactado, em R\$70,6 milhões, por constituição de provisão para reversão de provisões civis, reestruturação de planos da Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS, pelos efeitos fiscais sobre esses eventos não recorrentes por crédito tributário referentes à Emenda Constitucional nº 103/2019. Tais eventos foram tratados, para fins de análise de resultado, como não recorrentes.

O Banrisul registrou lucro líquido ajustado de R\$824,8 milhões em 2020, com rentabilidade ajustada de 10,2% sobre o patrimônio líquido médio. A retração de 35,3% ou R\$449,0 milhões frente ao lucro líquido ajustado de 2019 reflete, especialmente: (i) maior fluxo de despesa de provisão para perdas de crédito; (ii) redução da margem financeira; (iii) diminuição das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias; (iv) redução das despesas administrativas ajustadas; (v) aumento das demais despesas; e (vi) consequente menor volume de tributos sobre o lucro, refletindo a menor base de cálculo e a alteração na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a partir de março de 2020, com reflexos na contribuição diferida e corrente, e menor volume de participação no lucros e resultados - PLR.

A riqueza gerada pelo Banrisul em 2020, medida pelo conceito de valor adicionado, alcançou o total de R\$3.830,5 milhões, dos quais R\$1.992,6 milhões ou 52,0% foram destinados para pagamento de pessoal, R\$989,8 milhões ou 25,9% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$120,4 milhões ou 3,1% para remuneração de capitais de terceiros e R\$727,7 milhões ou 19,0% para remuneração de capitais próprios.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$8.346,2 milhões em 2020, com aumento de R\$551,9 milhões ou 7,1% em doze meses teve como origem a incorporação dos resultados gerados, pagamentos de juros sobre o capital próprio, o remuneração do passivo circulante, referidos aos benefícios do emprego (CPC 33 - RI), e os ajustes de variação cambial sobre o patrimônio de dependências no exterior.

Ativo Total

Os ativos totais apresentaram saldo de R\$91.822,9 milhões em dezembro de 2020, com crescimento de 12,6% em relação aos R\$81.549,6 milhões registrados ao final de 2019, ampliação proveniente, especialmente, do crescimento na captação de depósitos. Na composição dos ativos, os títulos e valores mobiliários somadas as aplicações interfinanceiras de liquidez e as disponibilidades representam 43,3% do total, as operações de crédito, especialmente, do crescimento em 8,4% e os outros ativos 7,3%.

As aplicações em TVM, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades, apresentaram saldo de R\$39.795,0 milhões em dezembro de 2020, com crescimento de R\$12.689,3 milhões ou 46,8% em relação a dezembro de 2019, refletindo, principalmente, a ampliação no saldo dos depósitos, em um contexto de redução nos depósitos compulsórios no Bacen e de menor crescimento na carteira de crédito.

O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada por meio de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 41, inciso I, da Circular nº 3.068/01 do Bacen.

Produtos e Serviços

Operações de Crédito

A carteira de crédito, no conceito ampliado, alcançou R\$37.801,7 milhões em dezembro de 2020, valor que inclui cobrigação e riscos em garantias prestadas. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito totalizou R\$37.605,8 milhões em dezembro de 2020, com crescimento de R\$14.231,1 milhões ou 3,9% nos doze meses, face, especialmente, à carteira comercial, que registrou saldo de R\$28.887,4 milhões, com aumento de R\$1.072,3 milhões ou 3,9% em um ano.

Neste período de enfrentamento da crise da pandemia da Covid-19, o Banrisul, como banco público, tem um importante papel na oferta de crédito para pessoa física, principalmente empréstimos consignados, e

para microempresários e empresas de pequeno porte. Com este foco, o Banrisul desenvolveu um portfólio de produtos voltados ao reparcèlement das dívidas de curto prazo para PCs, que vigoraram até julho de 2020, viabilizando a prorrogação dos vencimentos de dívidas de operações de crédito já existente e a readequação do fluxo de caixa dos clientes. As principais modalidades foram crédito geral, crédito consignado, mobiliário, agro, financiamento de longo prazo e limites.

A classificação da carteira de crédito por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. No final de dezembro de 2020, as operações de Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$33.789,3 milhões, representando 89,9% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$1.923,5 milhões, correspondendo a 5,1% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, atingiu R\$1.893,0 milhões ou 5,0% do total.

Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica

O crédito comercial pessoa física, refletindo a estratégia de negócios da Instituição, apresentou crescimento de R\$546,2 milhões ou 2,5% nos doze meses, alcançando R\$22.278,0 milhões em dezembro de 2020, incluídas as transferências de ativos, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão. A evolução da carteira comercial refletiu o crescimento do saldo das operações de crédito consignado, que alcançaram o montante de R\$17.057,1 milhões em dezembro de 2020, dos quais R\$10.511,6 milhões referem-se a operações geradas nas agências do Banrisul, R\$6.407,4 milhões constituem-se de operações originadas por meio dos correspondentes e R\$138,1 milhões são relativas a operações adquiridas de outras instituições. As operações de crédito comercial pessoa jurídica apresentaram saldo de R\$8.609,4 milhões em dezembro de 2020, com crescimento de R\$526,1 milhões ou 8,6% em relação a dezembro de 2019, devido, especialmente, as linhas de capital de giro, face ao aumento dos volumes concedidos em linhas emergenciais de acesso ao crédito, Pronampe e PEAC.

Diante do cenário de distanciamento social e com objetivo de alcançar soluções adequadas às necessidades dos clientes, o Banrisul também acelerou o processo de digitalização de produtos ampliando no aplicativo Banrisul Digital e *Home Banking* o número de convênios estaduais disponíveis para contratação de crédito consignado e inserindo a contratação neste canal para convênios municipais. Da mesma forma, implantou a contratação e gestão dos limites de produtos direcionados à pessoa física, como cheque especial, crédito pessoal 1 Minuto e cartão de crédito.

Com objetivo de reduzir prejuízos econômicos causados pela pandemia, o Banrisul adotou medidas de apoio que viabilizaram a geração de fluxo de caixa aos clientes pessoa física e às micro, pequenas e médias empresas, como a disponibilização de crédito pré-aprovado; aumento de forma automática do limite do Banricompras, que possibilita mais poder aquisitivo para os clientes realizarem o pagamento de suas compras; ampliação dos limites pré-aprovados de crédito; a oferta de financiamento de folhas de pagamento e de programas emergenciais de acesso a crédito, como PEAC e Pronampe.

Em relação à regulação, em janeiro de 2020 passou a vigorar a Resolução nº 4.765/19 do CMN, que limita a taxa de juros do cheque especial em 8,0% e possibilita aos bancos cobrar tarifa pela disponibilização de limites; o Banrisul decidiu pela isenção do pagamento de tarifa, independentemente do valor do limite do cheque especial. Em março de 2020, o Conselho Nacional de Previdência Social fixou o teto máximo de juros para as operações de empréstimo consignado e de cartão de crédito destinados a aposentados e pensionistas do INSS em 1,80% a.m. e 2,70% a.a., respectivamente, e elevou o prazo máximo de pagamento destas operações passando de 72 para 84 meses.

Crédito ao Agronegócio

Ao longo do ano de 2020, o Banrisul, visando aumentar a participação no setor agropecuário gaúcho, intensificou sua atuação para alavancar negócios com agricultores familiares, médios produtores, agricultores empresariais, cooperativas, agroindústrias e demais empresas do agronegócio, oferecendo soluções tecnológicas e financiamentos para investimentos, custeios, comercialização e industrialização, de acordo com a necessidade de cada cliente e observando as políticas e direcionamentos traçados pelo Governo do Estado para o setor e em consonância com o sistema financeiro.

Na abertura da safra 2020/2021, o Banco reforçou seu comprometimento em financiar o agronegócio gaúcho e disponibilizou R\$1,1 bilhão em recursos para o crédito rural nesta safra, volume 26% superior ao disponibilizado no período anterior. Atento às dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais em razão da estiagem neste ano, o Banco intensificou a oferta de soluções relacionadas ao acionamento de seguros, prorrogação de operações e contratação de novos créditos, visando preservar a qualidade da carteira de crédito rural e manter o nível de crescimento estabelecido estrategicamente pela Instituição para o setor. Também em 2020, além de visitas e contatos com produtores rurais, a rede credenciada de assistentes técnicos, responsáveis pela elaboração dos projetos de financiamento, e a Emur fizeram parte do núcleo de reuniões organizadas com o objetivo de levar a informação sobre as formas de atuação no segmento que estão sendo reforçadas no Banco.

Com a chegada da pandemia da Covid-19, muitas ações tiveram que ser repensadas e novas estratégias adotadas. A participação em feiras e eventos no Estado ficou limitada, devido ao adiamento ou até mesmo ao cancelamento dos eventos. Mesmo assim, antes de instituída a pandemia, em fevereiro e março de 2020, o Banrisul esteve presente, respectivamente, na Expoagro Cotricampo, em Campo Novo, e na Exporidre Cortijal, realizada em Não-Me-Toque, esta última com uma estrutura que proporcionou fazer desta edição a de maior volume de negócios realizados pelo Banco na Exporidre Cortijal. O Banco participou também, de forma virtual, na Expoagro Esteio, e na Expoagro Pelotas.

No ano de 2020 foram contratadas 26.012 novas operações, com volume total de R\$3.234,0 milhões. Desse total, 17,7 milhões referem-se a operações com pessoas físicas e 878 operações com pessoas jurídicas, totalizando R\$1.015,3 milhões as pessoas jurídicas. O saldo da carteira de crédito rural atingiu, em dezembro de 2020, o valor de R\$3.392,2 milhões, com aumento de R\$730,9 milhões ou 27,5% na comparação com dezembro de 2019.

Crédito Direcionado

A carteira de crédito imobiliário apresentou saldo de R\$4.125,6 milhões em dezembro de 2020, com relativa estabilidade em relação ao mesmo mês de 2019. Desse montante, R\$3.666,1 milhões referem-se à carteira pessoa física. Em 2020, foram contratados 2.465 financiamentos imobiliários no montante total de R\$633,8 milhões. Considerando os impactos da Covid-19 na economia brasileira e visando alcançar instrumentos que permitam aos clientes a manutenção da adimplência das operações já contratadas, o Banrisul disponibilizou, de março a julho de 2020, a possibilidade de o cliente solicitar a carência (diferimento dos encargos) de até seis meses para as operações de crédito imobiliário das operações das carteiras de pessoa física, jurídica e do Plano Empregoário. Cabe ressaltar a retomada do crédito imobiliário no final do período, pois nos períodos iniciais da pandemia, devido ao efeito Covid-19, houve redução no número de contratações, mas crescimento no último trimestre do ano de 2020.

A carteira de financiamento de longo prazo apresentou saldo de R\$569,1 milhões em dezembro de 2020, com redução de R\$100,1 milhões ou 15,0% em relação ao mesmo mês de 2019.

O saldo das operações de adiamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$510,4 milhões em dezembro de 2020, apresentando redução de R\$284,2 milhões ou 34,1% em relação a dezembro de 2019. Em 2020, as operações de câmbio no Brasil foram fortemente impactadas, neste contexto, o Banrisul teve uma redução anual de 4,4% no volume nas exportações e 27,4% nas importações.

Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados alcançaram saldo de R\$80.457,7 milhões em dezembro de 2020, com crescimento de R\$8.420,2 milhões ou 11,7% em relação ao mesmo mês de 2019. Desse total, os recursos são compostos por depósitos a prazo, 13,8% de depósitos de poupança, 5,3% de depósitos à vista, 3,0% de recursos em letras, 3,7% de dívida subordinada e 15,6% de recursos de terceiros administrados.

Os depósitos totais alcançaram R\$62.446,5 milhões em dezembro de 2020, com incremento de R\$8.806,4 milhões ou 16,4% em doze meses. Os depósitos a prazo apresentaram saldo de R\$45.599,6 milhões em dezembro de 2020, com expansão de R\$5.281,3 milhões ou 13,1% nos doze meses; os depósitos de poupança aumentaram R\$1.443,4 milhões ou 15,0% frente a dezembro de 2019, alcançando R\$11.065,6 milhões em dezembro de 2020; e os depósitos à vista apresentaram crescimento de R\$1.060,1 milhões ou 32,8% frente ao mesmo mês de 2019, totalizando R\$4.289,1 milhões ao final de dezembro de 2020.

A dívida subordinada registrou saldo de R\$2.979,8 milhões em dezembro de 2020, com crescimento de R\$678,6 milhões ou 29,8% em relação ao mesmo mês de 2019. Desse total, R\$2.979,8 milhões são relativos a dívida com o mercado. Os recursos em letras, provenientes da emissão de letras financeiras e de crédito imobiliário, alcançaram R\$2.440,5 milhões em dezembro de 2020, com redução de R\$1.119,6 milhões ou 31,4% nos doze meses. O saldo dos recursos de terceiros administrados apresentou relativa estabilidade em comparação ao registrado em dezembro de 2019, alcançando saldo de R\$12.591,0 milhões em dezembro de 2020.

Rede de Adquirência Vero

Em 2020, a Vero implantou diversas novidades, como: (i) Vero Wallet, a carteira digital da Vero, com possibilidade de inclusão do Banricompras e BanriCard, pagamento por meio da lista de contatos do celular e link de pagamento; (ii) Vero PDV Vero, TEF exclusivo da Vero para estabelecimentos de pequeno porte; (iii) captura das bandeiras GreenCard e Ticket, ampliando o portfólio da Vero; (iv) nova jornada de credenciamento para parceiros; (v) novas aplicações na plataforma Vero Store, para otimizar a gestão dos clientes que utilizam a solução Vero Smart; (vi) melhorias para os estabelecimentos, com a nova conciliação transaccional, disponibilização do simulador de vendas no app Vero Banrisul e melhorias nas funcionalidades do Vero RePay, com a possibilidade de pausa e retomada de contratos; (vii) solução Vero X para recebimento das transações Pix pela Vero e integração com os QR Codes Vero P (Pix) e Vero Wallet nos POS, mPOS e SmartPOS.

A Vero encerrou o ano de 2020 com 143,5 mil estabelecimentos credenciados ativos com transações nos últimos 12 meses. Nos doze meses deste ano, foram capturadas 312,7 milhões de transações, 218,9 milhões com cartões de débito, redução de 4,5%, e 93,8 milhões com cartões de crédito, retração de 10,4% em relação ao mesmo período de 2019. O crescimento de 2020 em relação a 2019, refletido pelo crescimento de 2,8% frente ao ano de 2019. Desse montante, R\$17,2 bilhões com cartões de débito e R\$13,2 bilhões são oriundos das transações com cartões de crédito.

Ao longo do ano de 2020, em decorrência da pandemia, foram adotadas medidas de apoio e manutenção dos clientes da Vero. Como estratégia de retomada, foram priorizados os projetos mais adequados, com posicionamento de apoio e manutenção dos clientes da Vero, reforçando a parceria.

Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard

O BanriCard encerrou dezembro de 2020 com 6,3 mil clientes conveniados ativos. O faturamento de 2020 alcançou R\$1,4 bilhão, com redução de 5,3% em comparação ao ano de 2019. Frente ao cenário de pandemia da Covid-19, a Companhia manteve o posicionamento de apoio e manutenção dos clientes, com concessão de prorrogações de pagamento e condições especiais de negociação de valores devidos para os convênios pós-pagos.

Banricompras

Produto exclusivo e gratuito do cliente Banrisul. Por meio do cartão de conta corrente, o cliente efetua o pagamento de suas compras em estabelecimentos credenciados. Os pagamentos podem ser efetuados à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem cobrança de anuidade e de juros. Em 2020, foram realizadas 156,7 milhões de transações, totalizando R\$14,2 bilhões, volume 4,3% superior ao ano de 2019.

Cartões de Crédito

Aperfeiçoar-se significa estar atento às mudanças e tendências do mercado, buscando constante atualização, melhorias e soluções para os clientes. O Banrisul orgulha-se em ser um banco que não se acomoda diante dos desafios que as novas tecnologias impõem, pelo contrário, busca estar ativamente fazendo uso dessas novidades para prestar serviços excelentes e eficientes.

O mercado de meios de pagamento apresenta inovações e tendências o tempo todo. Os consumidores desse mercado já esperam por novidades com cada vez mais frequência. A partir destas premissas, e buscando a satisfação dos clientes, com mais tecnologia, mais modernidade e menos contato, o Banrisul lançou em 2020, a BanriFast, uma pulseira de pagamentos, exclusiva para transações presenciais por aproximação, para portadores dos cartões de crédito das bandeiras Mastercard e Visa.

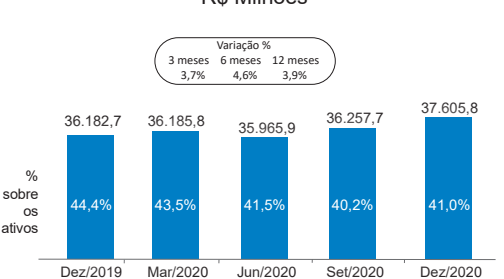
Com foco na segurança, o Banrisul passou a oferecer o cartão de crédito virtual, exclusivo para aplicativos, internet, compras por telefone, e ideal para débitos recorrentes na fatura. O cartão virtual foi disponibilizado também para os portadores pessoa física de cartões adicionais e da modalidade Mastercard *Business*, destinada ao segmento pessoa jurídica, os quais também passaram a contar com o parcelamento de fatura convencional, além da opção de parcelamento do líquido. Desde maio de 2019, quando o Banco passou a oferecer os cartões de crédito virtual, já foram gerados 153,7 mil cartões, contabilizando mais de 1,9 milhão de transações, no valor total de R\$274,6 milhões.

O BanriClube, programa de recompensas dos cartões de crédito Banrisul é considerado um dos mais completos e competitivos do mercado. Nele, o participante pode resgatar viagens, hospedagens e uma infinidade de prêmios diretamente no site do programa, além de oportunizar a transferência de pontos para a maioria dos programas de milhagens das empresas do Brasil. Os clientes pessoa física e jurídica podem consultar o saldo atualizado de pontos diretamente nos Canais Digitais, no Meus Cartões do Banrisul Digital e nos canais de Internet *Banking*. No mês de agosto, em parceria com o e-commerce OpteMais, foram selecionadas ofertas exclusivas com descontos de até 50% em produtos selecionados de diversos parceiros. Em 2020, o Programa completou 10 anos e, no mês de setembro, foram realizadas ações comemorativas, como transferência de pontos para os programas de milhagens das companhias aéreas diretamente no site do BanriClube e mudança nas condições para transferência de pontos para o programa Smiles. O BanriClube, em parceria com o programa Smiles, participou da "Smiles Friday", bonificando os clientes que transferissem seus pontos em até 100%.

Cabe destacar ainda diversas ações e parcerias realizadas ao longo de 2020, tais como:

- Parceria com a Mastercard, na promoção Torcida dos Campeões destinada ao público externo, portadores de cartões Mastercard;
- Participação do Banrisul na Semana do Brasil, em setembro, oferecendo condições diferenciadas na aquisição de cartões de crédito Mastercard *Platinum* e *Black* emitidos no período.
- Disponibilização no site do Banco da área temática www.banrisul.com.br/promo, de forma a divulgar e ofertar mais benefícios aos portadores dos cartões de crédito Banrisul, bandeiras Mastercard e Visa.
- Realização de ações de ativação de cartões de crédito Mastercard, com oferta de pontos BanriClube e *cashback*, bônus e desconto na fatura para os clientes que acumulam pontos com suas compras nos cartões de crédito durante o mês de outubro, e pontos em dobro para aqueles que utilizaram o cartão de crédito virtual ou a pulseira BanriFast durante a semana da *Black Friday*.
- Informações e serviços também para os adicionais de cartão de crédito nos canais digitais (app, *Home e Office Banking*).
- Alteração do limite do cartão de crédito no aplicativo Banrisul Digital aos portadores de cartões de crédito do segmento de pessoa física.
- Implantação de envios de mensagens de SMS para o cliente no momento da emissão do cartão de crédito, com a informação do Código de Rastreamento dos Correios, além de envio de SMS aos portadores de cartões

Evolução das Operações de Crédito - R\$ Milhões



de crédito informando motivos de recusas de transações bem como as transações revertidas e canceladas.

• Descontinuação do envio da fatura impressa, com foco na sustentabilidade, para novos cartões de crédito emitidos pelo Banrisul, exceto para as modalidades Mastercard *Black*, Visa Infinite e Mastercard Consignado INSS e ações de conscientização para migração para fatura virtual.

• Disponibilização do Seguro Cartão Protegido, produto da Rio Grande Seguradora, que garante a proteção financeira dos beneficiários ou do próprio segurado, no caso de Morte por Acidente Pessoal coberto ou Invalidez Permanente Total por Acidente, além de coberturas exclusivas no caso de perda ou roubo do seu cartão de crédito e bolsa protegida.

• Alterações na conversão de moedas estrangeiras para compras internacionais, adotando o valor em reais na data da compra, em atendimento a Circular nº 3.918/18 do Bacen.

• Redução do limite de saque para cartões de crédito consignados, disponibilização de cartilha e ajuste dos berços para reforçar o entendimento em relação ao funcionamento desta modalidade como meio de pagamento, em conformidade com o previsto na autogestão dos cartões de crédito consignados.

O Banrisul encerrou dezembro de 2020 com uma base de 1,2 milhão de cartões de crédito. Durante o ano foram realizadas 74,9 milhões de transações, o que possibilitou a movimentação financeira de R\$6,5 bilhões. As taxas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$403,8 milhões em 2020.

Seguridade

O Banrisul dispõe de uma ampla gama de produtos de seguridade, com portfólio de soluções completo e voltado a Seguros de Pessoas, Seguros Patrimoniais, Títulos de Capitalização e Planos de Previdência Complementar. O ano de 2020 foi marcado por uma série de mudanças derivadas do distanciamento social. Em novembro, foi disponibilizado módulo de Previdência no app Banrisul Digital, no qual é possível similar projeção de valores, contratar planos, consultar contratações, visualizar os produtos disponíveis e realizar aportes esporádicos. Buscando proporcionar atendimento qualificado aos clientes, o Banco trabalhou condições específicas para as receitas provenientes das comissões de seguro, que somaram R\$241,6 milhões. Também foi disponibilizada a opção de contratação remota para Seguros de Vida e Seguros de Acidentes Pessoais - AP. O período foi marcado, também, pelo lançamento de novos produtos, promoções para clientes, adequação do portfólio de produtos, automação e modernização de processos, remotação de produtos para Agência Digital e pelo início da comercialização dos títulos de capitalização da empresa Rio Grande Capitalização, subsidiária integral da *joint venture* Banrisul Icatu Participações.

O faturamento dos negócios de seguridade atingiu R\$1,7 bilhão em 2020, apresentando crescimento 5,5% em comparação ao ano anterior. As receitas totais atingiram R\$293,2 milhões no ano, dentre as quais se destacam as receitas provenientes das comissões de seguro, que somaram R\$241,6 milhões. Em dezembro de 2020, as operações ativas de seguridade alcançaram 2,4 milhões de contratos.

Relacionamento com o Poder Público

No ano de 2020, em decorrência da pandemia, mais de 4,5 milhões de taxas e tributos de todos os segmentos do setor público foram pagos através do aplicativo Banrisul Digital, significando um crescimento de 85% na utilização desse meio de pagamento no comparativo com o mesmo período em 2019. Este crescimento vem ao encontro da estratégia comercial do Banrisul junto ao setor público, com foco na renovação e realização de contratos para a prestação de serviços relacionados à arrecadação e cobrança de tributos, objetivando o crescimento nas receitas de tarifas. Em dezembro de 2020 o Banrisul possui contrato de folha de pagamento dos servidores públicos com 310 municípios, representando 62,4% da totalidade de municípios do Estado. Também foram disponibilizadas junto aos Órgãos Públicos e seus servidores, ações conjuntas com as áreas comerciais e de crédito do Banco, para facilitar a aquisição de produtos e serviços financeiros por meio de canais digitais.

Atendimento e Conectividade

ATENDIMENTO

Cliente do papel que desempenha na vida de seus clientes e da comunidade onde está inserido, o Banrisul tem buscado alternativas que minimizem os impactos que as medidas de enfrentamento à Covid-19 têm gerado no Brasil, sobretudo na vida dos clientes e colaboradores. A partir de março de 2020, quando a pandemia foi confirmada, o Banrisul adotou algumas medidas para que o atendimento ao público não fosse prejudicado.

Em um cenário de tantas incertezas e desafios sem precedentes, o Banrisul tem se esforçado para garantir a continuidade do atendimento, nos seus mais diversos canais disponíveis, com a agilidade e cuidados que o momento requer. Um curto período de tempo, a Instituição desenvolveu inúmeras soluções para atender às novas demandas dos clientes, e reforçou a importância das soluções não presenciais que possuí, evitando ao máximo o fluxo de pessoas na rede de agências. Para contribuir na manutenção da atividade econômica, o Banrisul disponibiliza diversas opções de atendimento ao cliente, como:

Rede de Atendimento

Com foco de atuação na Região Sul do Brasil, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, o Banrisul está presente na maioria dos municípios gaúchos e contava, ao final de dezembro de 2020, com uma rede composta por 1.107 pontos de atendimento, sendo 507 Agências (484 no Rio Grande do Sul, 17 em Santa Catarina, 4 nos demais estados do Brasil e



RELATÓRIODA ADMINISTRAÇÃO

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. apresentou faturamento de R\$1.187,3 milhões em 2020. Com forte atuação no Rio Grande do Sul, a seguradora possui 14,2% de participação no mercado de seguros de pessoas no Estado, sendo lider entre as seguradoras com matriz no RS.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

A Bem Promotora de Vendas e Serviços, na qual o Banrisul detém 49,9% do capital social, atua na prestação de serviço como originadora de crédito consignado direcionado a aposentados e pensionistas do INSS e funcionários públicos federais. O saldo de operações de crédito do Banrisul originadas através da Rede Bem alcançou R\$6.407,4 milhões em dezembro de 2020. O lucro líquido da Bem Promotora registrado em 2020 foi de R\$32,7 milhões, frente à R\$21,8 milhões de 2019.

Governança Corporativa

Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e alinhado às melhores práticas de mercado, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, buscando reforçar sua credibilidade junto aos investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa KPMG Auditores Independentes, contratada em 2016, por meio do processo licitatório, Concorrência nº 586/15, estabelecido pela Lei nº 8.666/93, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no ano de 2020.

Estrutura Aciionária

O Banrisul apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 50,6% do total das ações do Banco são de livre circulação (*free float*), enquanto que o mínimo exigido é de 25%. Em dezembro de 2020, a estrutura acionária do Banrisul estava definida conforme apresentado a seguir:

Tabela: Estrutura Aciionária			
Acionistas	Total de Ações	% Capital Votante	% Capital Total
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	201.976.838	98,13%	49,39%
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitês	5.787	0,00%	0,00%
Outros - Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.991.852	1,87%	50,61%
Total	408.974.477	100,00%	100,00%

Política de Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio/Dividendos

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido. Entretanto, e em observância à Resolução nº 4.820/20 do CMN, em 04 de junho de 2020, foi publicado Foto Relevante informando a suspensão temporária dos pagamentos trimestrais de juros sobre o capital próprio. Adicionalmente, as remunerações sobre o capital próprio para o exercício de 2020 ficaram limitadas ao montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social (25% no caso do Banrisul). Em 23 de dezembro, o CMN publicou Resolução nº 4.885/20, alterando a Resolução nº 4.820/20, vedando remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do maior dos seguintes valores: (i) o montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado; (ii) o montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no Estatuto Social. Em 22/01/2021 a Diretoria aprovou e irá submeter à apreciação do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária a proposta de pagamento adicional de 5%, em Dividendos sobre o Lucro Líquido Ajustado de 2020, perfazendo o percentual total de 30%.

No período de janeiro a dezembro de 2020, foram pagos e/ou provisionados juros sobre capital próprio e dividendos, líquidos de imposto de renda na fonte, no montante de R\$207,3 milhões.

Controles Internos e Compliance

Em conformidade com as diretrizes contidas na Política de Controles Internos e Política de Conformidade aprovadas pela Alta Administração, são estabelecidos procedimentos contínuos que visam ao gerenciamento e a mitigação dos riscos aos quais a instituição está sujeita. No segundo semestre de 2020, foi implementada nova ferramenta corporativa focada no aprimoramento da gestão dos Controles Internos e *Compliance* do Banco, que possibilita a visão unificada dos seus processos e respectivos riscos, auxiliando na documentação dos controles e acompanhando os planos de ação para o efetivo atendimento dos Órgãos Reguladores, Auditoria Externa, Auditoria Interna, Ouvidoria e Unidade de Controles e *Compliance*, garantindo maior interação e gestão entre as três linhas de Defesa e aderência às regulamentações vigentes. No período ocorreu também a reformulação da Política de Prevenção à Corrupção do Banrisul, que se encontra em fase de deliberação e aprovação da Administração.

No âmbito da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - PLD/FT, permanecendo sendo adotadas, de forma constante, ações para melhoria nos processos, visando sempre a maior eficiência e eficácia das atividades de monitoramento, detecção, análise e comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Para isso, utiliza-se ferramenta de monitoramento de indícios baseada em regras dispostas nos normativos do Banco Central do Brasil, bem como funcionalidades para a filtragem de listas restritivas e classificação de risco de lavagem de dinheiro e, a fim de manter o quadro de colaboradores atualizado sobre o tema, é disponibilizado, de forma permanente, treinamento à distância na plataforma EAD do Banco. O Banrisul mantém ainda equipe exclusiva dedicada à execução de atividades com foco na prevenção na prática de crimes contra a administração da legislação e no desenvolvimento de programas de treinamento para todo o quadro de colaboradores.

Segurança e Privacidade das Informações

Em agosto de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709/18 também conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, que tem como objetivo criar um ambiente de maior controle por parte dos cidadãos sobre os seus dados pessoais e estabelecer novas regras e responsabilidades para aqueles que tratam tais dados, os chamados "agentes de tratamento". A LGPD segue uma tendência mundial de regulamentação voltada ao uso, proteção e transferência de dados pessoais no Brasil, restringindo o uso injustificado e garantindo uma série de direitos aos titulares dos dados, bem como trazendo importantes obrigações que afetam todos os setores da economia.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 e no que se refere à aplicação de penalidades estará vigente a partir de agosto de 2021. Em suma, a adequação à LGPD exigirá mudanças estruturais em praticamente todos os processos de negócio, comércio e serviço. Nesse sentido, o Banrisul vem seguindo as diretrizes e boas práticas do mercado, implementando ações para avaliação dos impactos e adoção de medidas necessárias para adequação e *compliance* com a nova norma. Dentre as principais ações da Instituição, destaca-se o mapeamento e inventário das operações com tratamento de dados pessoais; nomeação do encarregado de dados; disponibilização de treinamento para o público interno; divulgação de informações sobre a LGPD para o público em geral no site do Banco; atualização da Política de Privacidade e disponibilização de canal de comunicação para atendimento das demandas dos titulares de dados.

Gestão de Capital e de Riscos

Estrutura Integrada de Gestão

A gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB, liquidez, operacional e socioambiental é ferramenta estrutural e fundamental para uma instituição financeira.

A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos - UGRC, responsável pelo gerenciamento de capital e de riscos, com o suporte da Diretoria de Controle e Risco. As informações produzidas pela Unidade subsidiam o Comitê de Riscos (órgão consultivo do Conselho de Administração) e demais Comitês de Gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, bem como a Diretoria de Controle e Risco. Nesse sentido, o Banrisul vem seguindo as diretrizes e boas práticas do mercado, implementando ações para avaliação dos impactos e adoção de medidas necessárias para adequação e *compliance* com a nova norma. Dentre as principais ações da Instituição, destaca-se o mapeamento e inventário das operações com tratamento de dados pessoais; nomeação do encarregado de dados; disponibilização de treinamento para o público interno; divulgação de informações sobre a LGPD para o público em geral no site do Banco; atualização da Política de Privacidade e disponibilização de canal de comunicação para atendimento das demandas dos titulares de dados.

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição e abrange as demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial (Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.), assim como a Banrisul Armazéns Gerais S.A. (controlada). Os processos são mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características das exposições das operações, e em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

As estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos são revisadas com periodicidade mínima anual e estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Banrisul, seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos, bem como em outros relatórios públicos relativos à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco - RWA, do patrimônio de referência - PR e da razão de alavancagem - RA.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais a instituição está sujeita, bem como seus objetivos estratégicos. Objetivando o aprimoramento deste processo, o Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Resolução nº 4.557/17, determinou que as instituições financeiras obrigadas a calcular o RWA tenham estrutura de gerenciamento contínuo de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. Para as instituições enquadradas no segmento S2, como o aprimoramento na gestão de capital, foi introduzido o Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital, o ICAPAP.

Risco de Crédito

O cenário desafiador delineado pela pandemia ao longo do ano afeta a capacidade financeira de pessoas e empresas. LGPD, que tem como objetivo criar um ambiente de maior controle por parte dos cidadãos sobre os seus efeitos econômicos, incluindo a flexibilização de exigências regulatórias para estimular a continuidade da oferta de crédito por instituições financeiras. O Banrisul, comprometido em contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Estado do RS, busca, adequando suas políticas de crédito, disponibilizar de maneira ágil produtos e serviços para mitigar os impactos da Covid-19.

Risco de Mercado

Em 2020, o Banrisul ampliou as discussões internas sobre a necessidade de desenvolvimento de Modelo Interno para o risco de taxas de juros na carteira bancária - IRRBB. Também foram iniciadas as discussões sobre o novo modelo de cálculo de risco de mercado - FRTB. A Revisão Fundamental da Carteira de Negociação é o conjunto de propostas do Comitê de Supervisão Bancária de Brasília para um novo requisito de capital relacionado aos riscos no mercado para os bancos. No Brasil, o edital de consulta pública deverá ser publicado nos primeiros meses de 2021. Cabe destacar, no período, a participação da equipe de gestão de risco de mercado e liquidez no Congresso Internacional de Gestão de Riscos – GRISC, que ocorreu de forma on-line em virtude da pandemia de Covid-19. Evento este que se consolidou como o principal fórum de discussões sobre o tema gestão de riscos dentro das instituições bancárias.

Risco de Liquidez

Em 2020, os processos de monitoramento do risco de liquidez não indicaram a ocorrência de eventos de crises de liquidez, mesmo diante da piora do cenário e do aumento do risco. Foram implantados novos processos de monitoramentos e desenhados novos cenários para as projeções de resultados dos fluxos de caixa das operações e até o momento, os indicadores de risco permaneceram em níveis adequados de acordo com a política de risco e com os limites estabelecidos na Declaração de Appetite por Riscos.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos Durante o ano de 2020, os processos de monitoramento do risco de risco operacional foram aprimorados. Estão sendo executados projetos e atividades visando à realização de adequações na base de dados de risco operacional para atendimento à Circular nº 3.979/20 do Bacen.

Visando à continuidade das operações e gestão dos impactos causados pela pandemia da Covid-19, a Instituição vem implementando medidas para minimizar a exposição de clientes e colaboradores ao contágio, sem prejuízo à manutenção das atividades. As ações adotadas estão detalhadas na nota 30 (d).

Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental abrange financiamentos, projetos e operações, cujas características permitam identificar previamente a destinação dos recursos, não impedindo que aqueles que não se enquadram na definição acima sejam analisados. O gerenciamento do risco socioambiental abrange o processo de gestão de resíduos, a observância dos requisitos exigidos na contratação de fornecedores, e o acompanhamento dos contratos com terceirizados durante sua vigência, visando à mitigação dos riscos socioambientais associados. Os resultados das análises e os registros dos eventos de risco socioambiental são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Em atendimento à Circular nº 3.979/20 do Bacen, estão sendo executados projetos e atividades visando à realização de adequações na base de dados para a identificação de perdas operacionais ligadas a risco socioambiental.

Índice de Baseleia

Conforme previsto nas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, a apuração do capital regulamentar e dos ativos ponderados pelo risco tem como base o Conglomerado Prudencial. O patrimônio de referência - PR alcançou R\$6.821,2 milhões em dezembro de 2020, apresentando aumento de R\$382,2 milhões frente a dezembro de 2019, impactado, principalmente, pelo aumento das reservas de lucro no período. A dívida subordinada registrada no Nível II apresentou redução de R\$177,7 milhões, em função da aplicação do cronograma de Baseleia III sobre as operações realizadas com base em normas anteriores à Resolução nº 4.192/13 do CMN.

A exposição total dos ativos ponderados pelo risco - RWA^{TOTAL} atingiu R\$43.134,6 milhões em dezembro de 2020, com incremento de R\$400,7 milhões frente a dezembro de 2019, influenciado, principalmente, pelo aumento de R\$405,2 milhões na parcela de risco de crédito - RWA^{CPAD}, pela ampliação de R\$63,7 milhões na parcela de risco operacional - RWA^{OPAD}, e pela redução de R\$68,3 milhões na parcela de risco de mercado - RWA^{MPAD}, impactada, principalmente, pela diminuição da parcela de exposição cambial - RWA^{CAMB}.

Considerando-se os valores realizados do PR e do RWA^{TOTAL}, o Índice de Baseleia atingiu 15,8% em dezembro de 2020, com aumento de 0,7 pp, na comparação com dezembro de 2019. Os índices de capital principal e de capital de nível I alcançaram 15,0% em dezembro de 2020, ambos superiores ao mínimo exigido. A razão de alavancagem, calculada para o mesmo mês, alcançou 6,3%, com mínimo definido em 3,0% em vigor desde janeiro de 2018, conforme Resolução nº 4.615/17 do CMN.

Modernização Tecnológica

Tecnologia, Segurança e Inovação

A pandemia do novo Coronavírus desencadeou desafios significativos para a sociedade e para o mercado, provocando as empresas a se adaptarem e otimizarem seus processos. Diante da exigência de soluções adaptadas ao distanciamento social, o Banrisul atingiu um apurado nível de maturidade digital. Inovações tecnológicas que só viriam a ser implementadas com o tempo foram executadas em um ritmo muito acelerado.

O capital tecnológico da Instituição, fruto de um largo e constante investimento no setor, garantiu a segurança das transações em meios digitais, que cresceram exponencialmente nos meses posteriores à instauração da pandemia. Essa consistência serviu para o Banrisul implementar com rapidez a operacionalidade de novas soluções para apoiar os seus mais de 4 milhões de clientes.

Em 2020, foram investidos R\$336,9 milhões em modernização tecnológica, que inclui a transformação digital, ampliação da infraestrutura de TI e o compromisso cada vez maior com a segurança da informação. Assim, o Banco também possui uma infraestrutura digital e permanente comprometido em disponibilizar uma experiência digital cada vez mais completa e eficaz aos seus clientes.

Novas Rotinas

Em 2020, as entregas de valor no processo de transformação digital do Banrisul foram marcadas por uma resposta ágil às restrições impostas pela pandemia. Em um contexto onde a interação colaborativa é fundamental, a delicada manobra de remotização do trabalho foi executada com velocidade e precisão. A transição eficaz para os meios remotos permitiu a continuidade da disseminação da cultura ágil no ambiente corporativo, e não impediu o avanço na modernização dos processos e ferramentas tecnológicas, fundamentais para o ganho em escala no desenvolvimento de produtos digitais.

Para apoiar os funcionários em regime de *home office*, os times de infraestrutura de TI atuaram intensamente para manter as ferramentas de trabalho disponíveis e prover a tecnologia necessária para a manutenção das rotinas diárias.

As cerimônias presenciais, fundamentais na conexão da tecnologia com o negócio, foram substituídas pelos encontros virtuais, sem prejuízo nas entregas de valor aos clientes. Rapidamente, foi disponibilizada solução de conferência remota, garantindo integração entre diversas áreas do Banco. Aproximadamente 60 mil conferências foram realizadas pelos funcionários do Banrisul ao longo de 2020. Destas, mais de 40 mil com o uso de vídeo. Ainda nesta esteira, mais de 4 mil funcionários foram habilitados a acessar seu ambiente de trabalho de maneira remota.

Estrutura e Modernização Tecnológica

Durante o ano de 2020, foram implementadas melhorias e ferramentas nas áreas de suporte ao desenvolvimento de sistemas de negócios, tendo como principal objetivo agregar qualidade, agilidade, modernidade e segurança no desenvolvimento e administração de sistemas. Por meio da análise de códigos para padrões de segurança, alguns sistemas desenvolvidos pelo Banrisul passaram a ser validados por padrões de segurança durante o seu desenvolvimento, visando diminuir vulnerabilidades e aumentar a segurança.

Nessa linha, a contínua evolução da arquitetura computacional para ambientes completamente virtualizados e o uso rem, foi alvo de estudos e implementações para que os *frameworks* de desenvolvimento em uso no Banrisul possam ser utilizados na sua totalidade em termos de funcionalidades e potencial, com preocupação permanente de preservação dos investimentos realizados garantindo que sistemas de negócio possam continuar sendo utilizados de forma transparente, tanto nas etapas de desenvolvimento quanto de sua produção.

Na esfera da atualização tecnológica, destaca-se a renovação do contrato com a IBM que engloba *hardware*, *software* e serviços. Essa renovação garantiu o fornecimento de dois equipamentos da plataforma de grande porte com o aumento da capacidade de processamento em 15,8%. Nesse ambiente, são executados os sistemas e programas que dão base aos produtos e serviços de tecnologia do Banco. O contrato permitiu ainda a modernização e a soma em conjunto de softwares, utilizados por sistemas corporativos e pela rede de agências e serviços, igualmente estratégicos para o Banco.

Da mesma forma, diversas ações foram realizadas visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança, como a melhoria nos controles de acesso interno dos colaboradores, em atendimento às demandas de conformidade do Payment Card Industry - PCI e da Lei Geral de Proteção de Dados, a Recertificação PCI DSS do Vero, garantindo a viabilização do negócio de aquisição dos cartões Visa, MasterCard e Elo, o incremento no processo contínuo de avaliação de vulnerabilidades e a implementação de infraestrutura criptográfica para sistemas de microcomputadores. Também neste âmbito, houve a definição de soluções de segurança para o Pagamento Instantâneo Vero Pix e para a integração do comércio eletrônico com a Vero.

Ressalta-se, ainda, a implantação de nova solução de armazenamento de dados, com avançada tecnologia *Storage* e *Plano de Ação* visando o aumento de performance, atender o crescimento vegetativo dos sistemas, tais como *Payware*, BIG, VMWare e, reserva técnica para avançar novos projetos do Banco.

Quanto às ações relacionados à infraestrutura de TI destaca-se a renovação de aproximadamente 85% do parque de notebooks da rede de agências para tornar mais eficiente o fornecimento de energia de qualidade e atuando de forma mais eficiente nas situações de falta de energia elétrica.

Também foram migrados 1.305 scripts de processamento de ferramentas legadas para a solução de automação de carga de processamento *Workload Automation* -WA, o que representa um consolidado de 95%, em um trabalho que teve início em 2018. Com mais de 6.200 cadastros criados ou migrados sob o seu controle, a ferramenta já está processando mais de 1.200.000 serviços mensais, o que contribui para a redução do risco operacional e de horas trabalhadas. Já o processo de terceirização da produção de cheques, concluído no final de 2019, foi otimizado de modo que permitirá redução de custos de produção e operação deste serviço que era feito de maneira interna.

Segurança da Informação

Com o crescimento da disponibilização de artigos maliciosos na Internet, o Banrisul vem fortalecendo as defesas de segurança de sistemas contra falhas e ataques cibernéticos. Em 2020, a quantidade de golpes virtuais no mercado financeiro cresceu mais de 100% frente ao ano anterior, devido ao maior uso dos meios digitais pelos clientes, em função do distanciamento social. Sendo assim, o Banrisul intensificou as campanhas de conscientização direcionadas aos clientes.

Dentre essas ações, destacamos a Semana da Segurança Digital, realizada em outubro, em parceria com a Febraban, com o mote "Pare, Pense e Desconfie!", com ampla divulgação nas redes sociais e rádios, explorados na área Temática do Portal Banrisul, enfatizando os principais tipos de golpes do momento: *Phishing*, Segurança no WhatsApp, Golpe do Falso motoloby, Pix e Cartão virtual.

Da mesma forma, com o público interno, devido ao fato de boa parte estar trabalhando de casa desde o início da pandemia, o Banrisul realizou diversas ações de segurança da informação para os colaboradores, reforçando o uso correto das ferramentas e a atenção com dados e informações pessoais e profissionais. Ainda, em virtude do cenário de aumento de golpes durante a pandemia, também foram reforçadas as ações de monitoramento mercadológico e de melhoria contínua dos processos pertinentes a essa operação.

Atuação no Mercado

Desde a criação do Fórum de Pagamentos Instantâneos pelo Bacen, o Banrisul vem participando ativamente com representantes nos grupos de trabalhos - GT Negócios, GT Padronização e Requisitos Técnicos, GT Segurança e GT Mensagens PI. Escolhido pela Febraban como o banco representante da Submissão de Segurança da Informação, o Banrisul se tornou uma das poucas instituições a representar os bancos brasileiros no GT Segurança e a debater com o Banco Central e outras entidades o futuro da segurança do Sistema de Pagamentos Instantâneos Brasileiro - SPI. Além disso, o Banrisul contribuiu com identificação de pontos de melhoria nas etapas de execução do projeto, recomendo melhorias e debatendo sobre os pontos levantados diretamente com os representantes do Bacen. Dentre as contribuições, podem ser citadas a melhoria em processos de assinatura digital, gestão de certificados digitais, algoritmos e processos criptográficos, segurança e autenticação na *Application Programming Interface* - API Pix, processos de reivindicação de chaves e segurança na troca de informações entre os participantes.

No primeiro semestre de 2020, o Banrisul participou da Prova de Conceito - POC da Associação Brasileira de Bancos - ABBC, como integrante do GT dedicado a implementar e testar, de forma rápida, os padrões da Open *Banking* implementando uma solução completa desde a solicitação do dispositivo via app nos smartphones, até outras importantes funcionalidades, como desbloqueio e alteração de senha diretamente no aplicativo do Banco. Trata-se de um cartão de teste, para consulta de informações cadastrais e transferência entre contas, disparadas por aplicativos de terceiros. Assim como o Banrisul, outros bancos estiveram participando das discussões desta implementação. A POC também contou com a presença de diversas *Fintechs* associadas à Associação Brasileira de Crédito Digital - ABCD.

Pix e Open Banking

Com o recente lançamento do Pix, em 16 de novembro de 2020, o Bacen promoveu uma mudança ainda maior no cenário econômico e de transações financeiras. Para isso, o Banrisul desenvolveu sistemas e criou infraestruturas de *hardware* e segurança para disponibilizar o Pix aos clientes, com foco em uma experiência simples, clara e intuitiva, no aplicativo Banrisul Digital, para os seus clientes.

No período, foi adquirida ferramenta focada no desempenho das aplicações *Application Performance Monitoring* -APM, que busca métricas gerenciáveis e permite otimizar e melhorar o código das aplicações, além de analisar a performance das transações em tempo real, na jornada do usuário APM, com o intuito de melhorar a experiência de implantação da solução em ambiente de produção, que está operacional para o monitoramento do desempenho das aplicações do Pix.

Na mesma linha, também foi desenvolvido o sistema de pagamentos instantâneos Vero Pix, para atendimento aos estabelecimentos comerciais credenciados da Vero, com diversas funcionalidades, como por exemplo, a captura de transações via QRCode.

Também durante o ano de 2020, entrou em vigor a Lei de Proteção a Dados, que dentre diversos objetivos pretende garantir maior proteção e transparência, aos titulares de dados, no uso de suas informações. Nesse sentido, foi desenvolvido um sistema de disponibilização dos dados mínimos, aos titulares de dados, disponibilizado na rede de agências e canais de autoatendimento, contribuindo para um gerenciamento mais claro e efetivo dos dados utilizados pelo Banco a todos os seus clientes, que seja por atendimento físico, ou digital.

Outro ponto a ser destacado é a atuação ativa da transformação digital no processo de definição do *Open Banking* Brasil, através da participação nos Grupos Técnicos de Experiência do Usuário de *Open Banking* da Convenção do Banco Central e da Febraban, entregando de forma evolutiva diversas soluções digitais para a futura operação neste novo cenário tecnológico e de negócios que se apresenta, sempre avaliando os impactos e adotando medidas para adequação e *compliance* das normas vigentes.

Soluções Digitais

Atendendo ao propósito de melhoria contínua, destacaram-se diversas soluções digitais implementadas em 2020. A nova versão do Banrisul Digital focada em um layout mais intuitivo para o usuário, foi disponibilizada para todos os clientes, bem como novas funcionalidades do app: alteração dos limites de cartão de crédito; atualização de limites de linha de crédito e abertura de crédito para um grupo selecionado de clientes; ampliação da oferta das modalidades de investimento, como LCA e LCI; possibilidade de contratação do produto previdência, entre tantos acréscimos no aprimoramento da experiência do usuário.

Ademais, o negócio de aquisição também evoluiu: o MVP da Vero Wallet foi lançado e em seguida enriquecido, com o aprimoramento das transações via QR code e com a possibilidade de transacionar através do link de pagamento e por meio da lista de contatos do celular; o app da Vero manteve o ritmo de melhorias em gestão, como na funcionalidade Vero Repay; o site Sela Vero avançou na otimização da jornada de credenciamento digital; e o Vero X, opção para vendas com Pix, foi entregue em um movimento de sincronia entre as frentes de trabalho Vero.

Em agosto 2020, o Banrisul oportunizou aos seus clientes o produto *Banrifast*, com uma experiência diferenciada e em menos tempo, completa desde a solicitação do dispositivo via app nos smartphones, até outras importantes funções como desbloqueio e alteração de senha diretamente no aplicativo do Banco. Trata-se de um cartão de crédito *wearable*, com um design arrojado, em cores diversas, distribuído inicialmente no formato de pulseira, a qual permite pagamentos por aproximação com a tecnologia contactless.

Também merece destaque especial a evolução ininterrupta do sistema Agrofácil, que segue entregando simplicidade e dinamismo para o processo de contratação de crédito no âmbito do custeio agropecuário, com expressivo engajamento das equipes de vendas da rede de agências. E na esteira de todos estes avanços, solidificou-se a materialização dos princípios que regem o desenvolvimento dos produtos digitais com foco no valor para o negócio, na viabilidade tecnológica e, primordialmente, na experiência do cliente.

Banrisul também investiu em projetos de Integração Digital, onde clientes do Banco passaram a ter a possibilidade de realizar os processos de acesso do Banco com autenticação segura no Banrisul Digital, para utilizar serviços dos portais rs.gov.br, do Governo Estadual, e gov.br do Governo Federal, tais como Detran RS e e-CAC. O projeto foi viabilizado com a cooperação entre a Febraban, Secretaria de Governo Digital e com a adesão do Banrisul, como o segundo banco a integrar o serviço no Brasil.

BanriTech

Em outubro de 2020, o Banrisul realizou o lançamento de sua primeira iniciativa em inovação aberta - o BanriTech, com o propósito de participar mais ativamente do Ecossistema de Inovação do Rio Grande do Sul. O Programa estimula o empreendedorismo, além de possibilitar a transformação cultural, que a convivência com o ecossistema de inovação permite, para preparar os funcionários às mudanças que o futuro requer.

A iniciativa foi idealizada em quatro pilares: o Hub.Space, o Hub.Startup, o Hub.Venture e o Hub.Education. Em relação ao Hub.Startup, que visa promover a seleção de startups para aceleração, o Banrisul conta com a consultoria especializada do Tecnopuc, um dos maiores parques tecnológicos da América Latina e com significativa expertise em negócios com empresas inovadoras. O edital de chamada terá a previsão de selecionar até 30 vagas para startups *fintechs*, com foco em diretrizes estratégicas, como Agnroegócio, Relacionamento com Clientes, Segurança da Informação, Serviços Financeiros, Eficiência Operacional e Governos, e deverá ser lançado dentro do primeiro trimestre de 2021. O foco nessa seleção é possibilitar a aproximação com *fintechs* e suas soluções ágeis e inovadoras, para que o Banrisul esteja presente no ecossistema aprimorando seus produtos e serviços e, sobretudo, se mantendo como o grande agente financeiro que fomenta o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Além disso, o Programa contará com um espaço colaborativo, localizado no Museu do Comunidade Hipólito José da Costa, em Porto Alegre. A estrutura em formato de coworking abrigará startups selecionadas visa promover um ambiente que possibilite a integração de novas ideias, pesquisa, experimentação e coraçoão. Em razão da pandemia, o Programa de aceleração tem previsão de iniciar no formato remoto e, quando possível, o espaço poderá ser eventualmente ocupado pelos empreendedores e promover as conexões no formato presencial.

Recursos Humanos

Pessoas

O Banrisul encerrou o ano de 2020 com 9.280 empregados, redução de 9,8% do quadro em relação ao final do exercício de 2019, especialmente, pelo desligamento de 865 empregados no último trimestre do ano devido ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV. O PDV foi firmado por acordo coletivo de Trabalho e Trabalho realizado com as entidades sindicais representantes da categoria bancária, contendo cláusula específica de quitação total do contrato de trabalho. O Programa contemplou aposentados pelo INSS, ou que tinham, ou vinham a ter em 24 meses, tempo de contribuição e as demais condições para se aposentar pelas regras do INSS, com período de adesão e desligamento no último trimestre de 2020, exceto para os empregados lotados nas Unidades da Diretoria de TI, que poderão ter suas saídas escalonadas até 2022. Os custos relativos aos incentivos financeiros para adesão ao PDV somaram R\$177,0 milhões.

Diante da pandemia da Covid-19 e das medidas de distanciamento determinadas pelos governos, desde março de 2020, os processos de acesso do Banco com autenticação segura no Banrisul Digital, para utilizar serviços do Banrisul passou a adotar escalas de revezamento de trabalho, *home office* e presencial, liberando o trabalho presencial empregados e estagiários enquadrados no grupo de risco. A fim de se evitar aglomerações e garantir o distanciamento e os cuidados necessários a todos, aproximadamente 90% dos colaboradores das áreas administrativas trabalham em *home office* e os atendimentos presenciais nas agências passaram a ser realizados com agendamento prévio.

O Banrisul contratou a Assessoria em Saúde do Hospital Moinhos de Vento - HMV, de Porto Alegre, para auxílio na definição e no acompanhamento de protocolos para prevenção do Coronavírus, bem como para atender, por telemedicina, os colaboradores que apresentassem suspeita ou confirmação de contaminação pelo Coronavírus. Os protocolos adotados pelo Banrisul foram amplamente divulgados por meio de instruções administrativas e em área específica na intranet.

Equipamentos de Proteção Individual foram distribuídos aos colaboradores em atividade presencial e, para colaboradores que atendem o público o Banco disponibiliza máscaras e protetores faciais em acrílico, além disso, todas as mesas foram dotadas de escudos de acrílico. Semanalmente, a quantidade de colaboradores nas agências é revista para, sempre, atender às limitações impostas pelo controle de distanciamento definidas pelo Governo do Estado.

Educação Corporativa

Em 2020 o Banrisul investiu R\$4,6 milhões na educação corporativa, em ações de desenvolvimento e qualificação dos empregados alinhadas à estratégia do Banco. Deste montante, R\$714,0 mil foram investidos na qualificação dos empregados por meio de subsídio parcial a cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. No período os cursos disponibilizados aos colaboradores do Banrisul através da Universidade Corporativa Banrisul totalizaram 358,4 mil horas de capacitação. Foram realizados 2.864 cursos de aperfeiçoamento e capacitação, registrando 45,3 mil participações.

Considerando a evolução da pandemia e o Decreto nº 55.155 do Governo do Estado, a partir de 12 de março foram suspensas as ações de treinamentos presenciais, como medida para prevenção da transmissão da Covid-19. Desde o início da pandemia, o Banrisul, por meio da Universidade Corporativa, foi adequando suas práticas para viabilizar a continuidade na oferta de cursos a todos colaboradores. Atualmente os cursos estão sendo disponibilizados tanto pela plataforma EAD Banrisul, como realizadas aulas on line e webinars temáticos, por plataforma de web conferência.

Sustentabilidade

O Banrisul, fortalecendo o compromisso com o desenvolvimento sustentável e atento às demandas e exigências crescentes da área financeira nos aspectos de ASG (Ambientais, Sociais e de Governança, na sigla em inglês ESG) institucionalizou em dezembro de 2020, a área de sustentabilidade com objetivo de aprimorar a governança, fortalecer e impulsionar as ações alinhadas às diretrizes da Instituição e às estratégias dos negócios.

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banrisul - PRSA estabelece as diretrizes de sustentabilidade para o Banco e todas as empresas controladas do Grupo Banrisul. Além de estar aderente a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, o Banco também é, desde 2013, signatário do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Dentre as ações para melhorar continuamente a integração desses princípios na estratégia de negócios, cultura e operações diárias, destacam-se a participação da Instituição em comissões interinstitucionais, programas estaduais e comitês, que incentivam a preservação ambiental e a agricultura sustentável.



COMPANHIA ABERTA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96Matriz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS (VALORES EM MILHARES DE REAIS)

		Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	4	1.263.595	1.161.173	1.263.648	1.161.179
Ativos Financeiros		86.163.895	76.223.137	88.011.432	78.312.061
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	6.040.268	1.011.687	6.041.572	1.012.969
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	6	7.750.609	12.186.091	7.750.609	12.186.091
Títulos e Valores Mobiliários	7	31.550.155	24.482.990	31.645.202	24.800.282
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	844.599	131.309	844.599	131.309
Operações de Crédito	9	34.860.941	32.979.599	34.860.941	32.979.599
Outros Ativos Financeiros	10	5.097.718	5.399.979	6.848.904	7.170.329
Operações de Arrendamento Mercantil	9	19.605	31.482	19.605	31.482
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	9e	(2.811.892)	(2.812.054)	(2.813.138)	(2.813.914)
(Operações de Crédito)		(2.590.995)	(2.510.760)	(2.590.995)	(2.510.760)
(Operações de Arrendamento Mercantil)		(6.587)	(2.524)	(6.587)	(2.524)
(Outros Créditos)		(214.310)	(298.770)	(215.556)	(300.630)
Ativos Fiscais		3.113.232	2.711.920	3.119.592	2.719.237
Correntes		47.304	6.490	49.021	8.104
Diferidos	11	3.065.928	2.705.430	3.070.571	2.711.133
Outros Ativos	12	888.145	852.261	817.994	749.954
Investimentos		1.919.646	1.644.747	177.951	137.937
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	13	1.912.302	1.638.128	170.607	131.244
Outros Investimentos		7.344	6.619	7.344	6.693
Imobilizado de Uso	14	333.015	250.483	439.693	319.839
Imobilizações de uso		924.030	835.579	1.068.140	932.714
(Depreciação Acumulada)		(591.015)	(585.096)	(628.447)	(612.875)
Intangível	15	805.606	963.129	805.729	963.296
Ativos intangíveis		1.639.318	1.613.140	1.641.756	1.615.362
(Amortização Acumulada)		(833.712)	(650.011)	(836.027)	(652.066)
TOTAL DO ATIVO		91.675.242	80.994.796	91.822.901	81.549.589

		Banrisul		Banrisul Consolidado	
PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos e Demais Passivos Financeiros		78.756.045	69.032.680	78.730.375	69.432.157
Depósitos	16	62.820.455	53.672.965	62.446.503	53.640.084
Captação no Mercado Aberto	16	4.573.384	3.577.107	4.362.437	3.391.443
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	2.727.755	3.847.623	2.440.535	3.560.166
Obrigações por Empréstimos	17	425.868	708.838	425.868	708.929
Obrigações por Repasses	18	1.473.113	1.551.223	1.473.113	1.551.223
Outros Passivos Financeiros	19	6.735.470	5.674.924	7.581.919	6.580.312
Provisões	20	2.007.316	1.929.279	2.012.954	1.936.040
Obrigações Fiscais		494.784	413.007	561.565	478.671
Correntes		88.122	110.359	154.135	174.189
Diferidas	11b	406.662	302.648	407.430	304.482
Outros Passivos	21	2.073.035	1.827.463	2.171.792	1.908.359
TOTAL DO PASSIVO		83.331.180	73.202.429	83.476.686	73.755.227
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	8.344.062	7.792.367	8.346.215	7.794.362
Capital Social		5.200.000	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Reservas de Capital		4.511	4.511	4.511	4.511
Reservas de Lucros		3.411.250	2.872.851	3.411.250	2.872.851
Outros Resultados Abrangentes		(271.699)	(284.995)	(271.699)	(284.995)
Participação de Não Controladores		-	-	2.153	1.995
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		91.675.242	80.994.796	91.822.901	81.549.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(VALORES EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

		Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Nota	2º Semestre 2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019
Receitas de Intermediação Financeira		3.272.713	8.225.442	9.074.240	8.233.170
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		2.959.737	5.959.295	6.680.270	5.959.465
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		323.709	828.740	1.391.889	836.298
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(155.268)	782.776	132.096	782.776
Resultado de Operações de Câmbio		38.047	351.787	137.754	351.787
Resultado das Aplicações Compulsórias		106.488	302.844	732.231	302.844
Despesas de Intermediação Financeira		(580.361)	(2.987.195)	(3.601.202)	(2.970.417)
Operações de Captação no Mercado		(515.814)	(2.507.909)	(3.309.938)	(2.491.130)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(64.547)	(479.286)	(291.264)	(479.287)
Resultado de Intermediação Financeira		2.692.362	5.238.247	5.473.038	5.262.753
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(719.885)	(1.499.934)	(1.193.200)	(1.501.496)
Outras Receitas Operacionais		1.106.049	2.075.322	2.458.546	2.469.035
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias	23a	606.242	1.227.975	1.239.551	1.955.399
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas		197.748	359.333	385.449	55.691
Outras Receitas	23b	302.059	488.014	833.546	457.945
Outras Despesas Operacionais		(2.636.219)	(4.873.148)	(5.309.762)	(5.134.867)
Despesas de Pessoal	24a	(1.152.205)	(2.128.530)	(1.957.111)	(2.146.812)
Outras Despesas Administrativas	24b	(775.297)	(1.528.807)	(1.692.775)	(1.629.096)
Despesas Tributárias		(184.731)	(370.443)	(377.056)	(482.688)
Outras Despesas	24c	(523.986)	(845.368)	(1.282.820)	(891.033)
Resultado Operacional		442.297	940.487	1.428.622	1.095.425
Resultado Antes da Tributação e Participação dos Empregados Sobre o Lucro		442.297	940.487	1.428.622	1.095.425
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(35.545)	(97.373)	57.369	(251.969)
Corrente		(95.499)	(273.747)	(186.610)	(428.591)
Diferido		59.954	176.374	243.979	176.622
Participações dos Empregados no Resultado		(56.575)	(115.638)	(141.573)	(115.778)
Participações de Não Controladores		-	-	-	(202)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		350.177	727.476	1.344.418	727.476
Lucro por Ação					
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais - R\$)					
Ação Ordinária		0,86	1,78	3,29	1,78
Ação Preferencial A		0,87	1,88	3,54	1,88
Ação Preferencial B		0,86	1,77	3,29	1,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(VALORES EM MILHARES DE REAIS)

		Banrisul		Banrisul Consolidado	
		2º Semestre 2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019
RECEITAS (a)		3.461.129	8.441.497	9.954.137	9.145.018
Intermediação Financeira		3.272.713	8.225.442	9.074.240	8.233.170
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		606.242	1.227.975	1.239.551	1.955.399
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(719.885)	(1.499.934)	(1.193.200)	(1.501.496)
Outras		302.059	488.014	833.546	457.945
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)		(580.361)	(2.987.195)	(3.601.202)	(2.970.417)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)		(1.130.806)	(2.040.782)	(2.654.530)	(2.176.726)
Materiais, Energia e Outros		(812.585)	(1.451.903)	(1.947.993)	(1.547.495)
Serviços de Terceiros		(309.221)	(588.879)	(706.537)	(629.231)
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)		3.149.962	3.413.620	3.698.405	3.997.875
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)		(107.190)	(212.031)	(204.919)	(223.021)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)		1.642.772	3.201.489	3.493.486	3.774.854
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)		197.748	359.333	385.449	55.691
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		197.748	359.333	385.449	55.691
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)		1.840.520	3.560.822	3.878.935	3.830.545
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.840.520	3.560.822	3.878.935	3.830.545
Pessoal		1.076.453	1.975.776	1.823.223	1.839.392
Remuneração Direta		853.527	1.536.933	1.382.451	1.550.225
Benefícios		182.213	356.113	354.825	358.036
FGTS		40.713	82.730	85.947	87.983
Impostos, Taxas e Contribuições		352.603	736.208	595.148	989.855
Federais		321.284	671.704	533.471	894.065
Estaduais		5	10	59	69
Municipais		31.314	64.494	61.618	95.721
Remuneração de Capitais de Terceiros		61.287	121.362	116.146	120.382
Aluguéis		61.287	121.362	116.146	120.382
Remuneração de Capitais Próprios		350.177	727.476	1.344.418	727.678
Juros sobre o Capital Próprio		94.000	194.967	462.925	194.967
Dividendos		23.199	23.199	73.706	23.199
Lucros Retidos do Semestre/Exercício		232.978	509.310	807.787	509.310
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos		-	-	-	202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (VALORES EM MILHARES DE REAIS)

Atribuível aos Acionistas da Controladora												
Reservas de Lucros										Participação de Não Controladores	Total Barrisul Consolidado	
Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total Barrisul			
Saldo em 01 de janeiro de 2019		4.396.719	4.511	529.055	1.892.138	644.112	-	(191.464)	-	7.275.071	3.832	7.278.903
Aumento de Capital Social		803.281	-	-	(159.169)	(644.112)	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	585	-	585	-	585
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(214.824)	-	(214.824)	-	(214.824)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	15.337	-	15.337	-	15.337
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.837)	(1.837)
Reclassificação de Resultados de Exercícios Futuros		-	-	-	-	-	-	-	(91.589)	(91.589)	-	(91.589)
Realização dos Ajustes de Benefícios Pós-Emprego		-	-	-	-	-	-	105.371	(105.371)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.344.418	1.344.418	-	1.344.418
Destinação do Lucro Líquido	22c	-	-	67.221	336.105	207.501	-	-	(610.827)	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	(462.925)	(462.925)	-	(462.925)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(73.706)	(73.706)	-	(73.706)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		5.200.000	4.511	596.276	2.069.074	207.501	-	(284.995)	-	7.792.367	1.995	7.794.362
Saldo em 01 de janeiro de 2020		5.200.000	4.511	596.276	2.069.074	207.501	-	(284.995)	-	7.792.367	1.995	7.794.362
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	184	-	184	-	184
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(104.034)	-	(104.034)	-	(104.034)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	117.146	-	117.146	-	117.146
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	158	158
Reclassificação de Resultados de Exercícios Futuros		-	-	-	-	-	-	-	5.890	5.890	-	5.890
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	727.476	727.476	-	727.476
Destinação do Lucro Líquido	22c	-	-	36.374	181.869	296.957	-	-	(515.200)	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	(194.967)	(194.967)	-	(194.967)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	23.199	(23.199)	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		5.200.000	4.511	632.650	2.250.943	504.458	23.199	(271.699)	-	8.344.062	2.153	8.346.215
Saldo em 01 de julho de 2020		5.200.000	4.511	615.141	2.163.399	373.632	-	(139.622)	-	8.217.061	2.060	8.219.121
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	448	-	448	-	448
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	(104.034)	-	(104.034)	-	(104.034)
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	(28.491)	-	(28.491)	-	(28.491)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	93	93
Reclassificação de Resultados de Exercícios Futuros		-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	-	-	350.177	350.177	-	350.177
Destinação do Lucro Líquido	22c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	17.509	87.544	130.826	-	-	(235.879)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	11	-	-	-	(94.000)	(94.000)	-	(94.000)
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	23.199	-	(23.199)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		5.200.000	4.511	632.650	2.250.943	504.458	23.199	(271.699)	-	8.344.062	2.153	8.346.215



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul", "Instituição"), principal empresa do Grupo, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de Banco Múltiplo, com sede no Brasil, domiciliada na Rua Capitão Montanha, 177 - 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras do Banrisul estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/20. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* - IFRS. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As representações de saldos e nomenclaturas comparativos estão demonstrados no item "f", a seguir.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banrisul, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Operações de Crédito	376.736	455.881
Operações com Sede no Brasil	278.167	337.969
Outras Operações de Crédito	98.569	117.912
Outros Ativos	305.705	217.533
Imobilizado de Uso	28	39
Total do Ativo	682.469	673.453
Passivo		
Depósitos	124.039	231.974
Operações com Sede no Brasil	79.040	196.883
Outros Depósitos	44.999	35.091
Outras Obrigações	381	1.821
Outros Passivos	26.949	36.197
Patrimônio Líquido	531.100	403.461
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	682.469	673.453
Demonstração do Resultado		
Receitas da Intermediação Financeira	18.216	24.115
Despesas da Intermediação Financeira	(2.068)	(2.794)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(5.659)	(3.970)
Lucro Líquido do Período	10.493	17.351

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes e os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão estão registrados como componente do Patrimônio Líquido, no montante de R\$117.146 (31/12/2019 - R\$15.337).

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e de fundo de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. A participação de não controladores é inicialmente mensurada pela parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e o fundo de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Atividade	Participação Total
	31/12/2020	31/12/2019
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Meios de Pagamentos	99,78%
Banrisul Seguridade Participações S.A.	Seguridade	100,00%
Banrisul Giro Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo	Fundo de Investimento	100,00%

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

(e) As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 09 de fevereiro de 2021.

(f) Representação de Saldos Comparativos - Os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações de Resultado e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa de 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas conforme Resolução BCB nº 2/20. Como consequência, as nomenclaturas e/ou os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras podem diferir daqueles apresentados em períodos anteriores conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

		Banrisul Consolidado
ATIVO		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
	24.614.299	(24.614.299)
	-	24.482.990
	-	131.309
Relações Interfinanceiras	13.282.051	(13.282.051)
	-	12.186.091
	-	1.085.960
Relações Interdependências	125.338	(125.338)
	-	125.338
Operações de Crédito	30.468.839	2.510.760
	-	(2.510.760)
Outros Créditos	7.068.765	(7.068.765)
	-	4.178.681
	-	476.934
	-	2.711.920
Outros Valores e Bens	375.327	(375.327)
	-	375.327
TOTAL	75.934.619	-
PASSIVO		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
Relações Interfinanceiras	81.645	(81.645)
	-	81.645
Relações Interdependências	228.696	(228.696)
	-	228.696
Outras Obrigações	9.356.144	(9.356.144)
	-	5.364.583
	-	1.929.279
	-	1.649.275
	-	413.007
Resultados de Exercícios Futuros	178.188	(178.188)
	-	178.188
TOTAL	9.844.673	-

		Banrisul Consolidado
ATIVO		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
	24.931.591	(24.931.591)
	-	24.800.282
Relações Interfinanceiras	14.947.092	(14.947.092)
	-	12.186.091
	-	2.761.001
Relações Interdependências	125.338	(125.338)
	-	125.338
Operações de Crédito	30.468.839	2.510.760
	-	(2.510.760)
Outros Créditos	7.073.482	(7.073.482)
	-	4.283.990
	-	370.885
	-	2.719.237
Outros Valores e Bens	379.069	(379.069)
	-	379.069
TOTAL	77.925.411	-

		Banrisul Consolidado
ATIVO		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
	24.931.591	(24.931.591)
	-	24.800.282
Relações Interfinanceiras	14.947.092	(14.947.092)
	-	12.186.091
	-	2.761.001
Relações Interdependências	125.338	(125.338)
	-	125.338
Operações de Crédito	30.468.839	2.510.760
	-	(2.510.760)
Outros Créditos	7.073.482	(7.073.482)
	-	4.283.990
	-	370.885
	-	2.719.237
Outros Valores e Bens	379.069	(379.069)
	-	379.069
TOTAL	77.925.411	-

		Banrisul Consolidado
PASSIVO		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
Relações Interfinanceiras	81.645	(81.645)
	-	81.645
Relações Interdependências	225.768	(225.768)
	-	225.768
Outras Obrigações	10.417.781	(10.417.781)
	-	6.272.899
	-	1.936.040
	-	1.730.171
	-	478.671
Resultados de Exercícios Futuros	178.188	(178.188)
	-	178.188
TOTAL	10.903.382	-

		Banrisul Consolidado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
Operações de Crédito	6.621.745	(6.621.745)
	-	6.621.745
Operações de Arrendamento Mercantil	5.738	(5.738)
	-	5.738
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	52.787	(52.787)
	-	52.787
Receitas de Prestação de Serviços	144.544	(144.544)
	-	1.239.551
Rendas de Tarifas Bancárias	1.095.007	(1.095.007)
	-	1.239.551
TOTAL	7.919.821	-

		Banrisul Consolidado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
Operações de Crédito	6.621.756	(6.621.756)
	-	6.621.756
Operações de Arrendamento Mercantil	5.738	(5.738)
	-	5.738
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	52.787	(52.787)
	-	52.787
Receitas de Prestação de Serviços	947.488	(947.488)
	-	2.042.516
Rendas de Tarifas Bancárias	1.095.028	(1.095.028)
	-	2.042.516
TOTAL	8.722.797	-

		Banrisul Consolidado
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(59.247)	59.247
	-	(24.071)
	-	(65.530)
	-	30.354
Redução em Outros Créditos	176.099	(176.099)
	-	34.973
	-	85.329
	-	55.797
(Aumento) em Outros Valores e Bens	(185.279)	185.279
	-	(185.279)
(Redução) em Outras Obrigações	(286.010)	286.010
	-	175.186
	-	(176.730)
	-	(211.696)
	-	(211.696)
	-	(72.770)
Aumento em Resultados de Exercícios Futuros	71.097	(71.097)
	-	71.097
TOTAL	(283.340)	-

		Banrisul Consolidado
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações (Reapresentação)
(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(458.360)	458.360
	-	(24.071)
	-	(468.077)
	-	33.788
Redução em Outros Créditos	93.594	(93.594)
	-	45.902
	-	(5.861)
	-	53.553
(Aumento) em Outros Valores e Bens	(187.977)	187.977
	-	(187.977)
(Redução) em Outras Obrigações	(200.917)	200.917
	-	239.051
	-	(321.712)
	-	(212.524)
	-	94.268
Aumento em Resultados de Exercícios Futuros	71.097	(71.097)
	-	71.097
TOTAL	(682.563)	-

NOTA 03 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

- **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, deduzido perda de caráter permanente, quando aplicável, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Outros Resultados Abrangentes" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Os instrumentos financeiros derivativos, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, desde que não sejam utilizados para proteção, mas adquiridos por solicitação de clientes ou por conta própria.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende da designação ou não do derivativo para a estrutura da contabilidade de *hedge* ou de *hedge* ou *hedge accounting*, além da natureza do item que está sendo protegido *pro hedge*.

O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 19) *como hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos *pro hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação da efetividade das operações de *hedge* na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos *pro hedge* durante período de vigência desta proteção.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 19. Na data de 31 de dezembro de 2020, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido *pro hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 08). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado de Intermediação Financeira".

(f) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 09.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuadas, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas reconhecidas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas (Nota 09 (g)).

(g) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, é constituída a partir de modelos internos de risco que classificam as operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. Historicamente a provisão mantem-se em níveis considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

O valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, está demonstrado na Nota 09(e).

(h) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, que correspondem a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e/ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

(i) Investimentos e Ágio

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros, e é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

(j) Imobilizado de Uso

Imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Conforme estabelece a Resolução nº 4.535/16 do CMN, os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento do prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

NOTA 06 Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Compulsórios - Bacen		
Depósitos à Vista e Outros Recursos	743.129	601.093
Depósitos de Poupança	1.912.085	1.912.073
Outros Depósitos	55.135	1.733
Recursos a Prazo ⁽¹⁾	SELIC	5.040.260
Total	7.550.689	12.186.991

(1) Variação de saldo decorrente da redução da alíquota de recolhimento compulsório sobre esses recursos, conforme Circular nº 3.993/20 do Bacen.

NOTA 07 Títulos e Valores Mobiliários

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos para Negociação	6.572.528	5.611.652
Títulos Disponíveis para Venda	176	171
Títulos Mantidos até o Vencimento	24.977.451	18.871.167
Total	31.550.155	24.482.990

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados o Banrisul adota metodologia de apuração de valor de mercado por modelo de precificação, que utiliza as Curvas Futuras divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	906.229	961.038	848.365	6.562.124
Ações de Companhias Abertas	6.978	-	6.978	2.063
Cotas de Fundo de Investimento	3.426	-	3.426	12.024
Total em 31/12/2020	906.229	961.038	848.365	6.572.528
Total em 31/12/2019	26.723	881.894	1.826.473	2.876.556

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	906.229	961.038	848.365	6.562.124
Ações de Companhias Abertas	6.978	-	6.978	2.063
Cotas de Fundo de Investimento	78.205	-	78.205	309.296
Total em 31/12/2020	85.183	906.229	961.038	848.365
Total em 31/12/2019	323.995	881.894	1.826.473	2.876.556

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

Composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

(d) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sem venc.	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Cotas de Fundos de Investimento	176	176	171	171
Certificados de Privatização	176	-	-	-
Total em 31/12/2020	176	176	176	171
Total em 31/12/2019	171	171	171	171

Características de Crédito em		Banrisul		Banrisul Consolidado							
31/12/2020		4.154.745	19.586.641	6.401.449	1.965.565	992.258	432.015	280.212	681.003	1.698.782	36.182.670
(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banrisul cedeu à Cibras: operações de crédito imobiliário.											
(2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio recalificados de Outros Passivos Financeiros e Rendas de Adiantamentos Concedidos.											
(3) Outros Créditos - referem-se a cartões de débito e crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honrados, rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.											
(4) Outros créditos - referem-se a créditos de compensação. Para as operações de avais e fianças realizadas											



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

NOTA 15 Intangível

Banrisul				
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	141.607	1.469.815	1.718	1.613.140
Amortização Acumulada	(84.838)	(564.505)	(668)	(650.011)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	56.769	905.310	1.050	963.129
Aquisições	25.688	9.377	-	35.065
Alienações – Baixas Custo	-	(115)	-	(115)
Alienações – Baixas da Amortização	-	90	-	90
Amortização do Período	(14.290)	(169.525)	-	(183.815)
Transferências Líquido Custo	(8.773)	-	-	(8.773)
Transferências Líquido Amortização	25	-	-	25
Movimentação Líquida	2.650	(160.173)	-	(157.523)
Em 31 de Dezembro de 2020				
Custo	158.523	1.479.077	1.718	1.639.318
Amortização Acumulada	(99.104)	(733.940)	(668)	(833.712)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2020	59.419	745.137	1.050	805.606

Banrisul Consolidado				
	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Em 31 de Dezembro de 2019				
Custo	143.763	1.469.815	1.784	1.615.362
Amortização Acumulada	(86.893)	(564.505)	(668)	(652.066)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2019	56.870	905.310	1.116	963.296
Aquisições	25.688	9.377	216	35.281
Alienações – Baixas Custo	-	(115)	-	(115)
Alienações – Baixas da Amortização	-	90	-	90
Amortização do Período	(14.309)	(169.525)	(216)	(184.050)
Transferências Líquido Custo	(8.726)	-	(47)	(8.773)
Movimentação Líquida	2.653	(160.173)	(47)	(157.567)
Em 31 de Dezembro de 2020				
Custo	160.725	1.479.077	1.954	1.641.756
Amortização Acumulada	(101.202)	(733.940)	(885)	(836.027)
Valor Contábil Líquido em 31 de Dezembro de 2020	59.523	745.137	1.069	805.729

(1) O saldo líquido de R\$745.137 (31/12/2019 - R\$905.310) está composto por:

a) R\$677.429 (31/12/2019 - R\$802.493) referente ao contrato firmado relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, sua administração direta, autárquica e fundacional, pelo prazo de dez anos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indicio de *impairment* relacionado a esse ativo;

b) R\$9.600 (31/12/2019 - R\$22.400) referente ao contrato firmado com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores do Tribunal de Justiça, pelo prazo de 5 anos. O contrato prevê também que o Judiciário deverá centralizar no Banrisul toda a sua movimentação financeira e aplicação de disponibilidades de caixa, salvo as aplicações de convênios com a União e que o Banrisul não fará jus à remuneração direta, oriunda dos cofres públicos estaduais, pela prestação dos serviços ao Judiciário, por quaisquer prestações de serviços bancários relacionados, a exemplo de tarifas bancárias. O Banrisul também disponibilizará ao Poder Judiciário certificados digitais e serviços correlatos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indicio de *impairment* relacionado a esse ativo;

c) R\$52.547 (31/12/2019 - R\$71.610) referem-se a contratos firmados com as prefeituras e demais órgãos, para prestação de serviços da folha de pagamento dos servidores. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos; e

d) R\$5.561 (31/12/2019 - R\$8.807) referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 16 Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Acelites e Emissão de Títulos

Banrisul						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos						
A Vista ⁽¹⁾	4.300.573	-	-	-	4.300.573	3.237.941
Poupança ⁽¹⁾	11.065.557	-	-	-	11.065.557	9.622.161
Interfinanceiros	-	848.313	630.515	-	1.478.828	457.089
A Prazo ⁽²⁾	-	3.637.689	6.001.534	36.317.886	45.957.109	40.342.253
Outros Depósitos	18.388	-	-	-	18.388	13.521
Total	15.384.518	4.486.002	6.632.049	36.317.886	62.820.455	53.672.965
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	4.573.384	-	-	4.573.384	3.577.107
Total	-	4.573.384	-	-	4.573.384	3.577.107
Recursos de Acelites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	627.747	873.987	1.226.021	2.727.755	3.847.623
Total	-	627.747	873.987	1.226.021	2.727.755	3.847.623

Banrisul Consolidado						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos						
A Vista ⁽¹⁾	4.289.107	-	-	-	4.289.107	3.228.976
Poupança ⁽¹⁾	11.065.557	-	-	-	11.065.557	9.622.161
Interfinanceiros	-	848.313	630.515	-	1.478.828	457.089
A Prazo ⁽²⁾	-	3.637.689	5.644.048	36.317.886	45.599.623	40.318.337
Outros Depósitos	13.388	-	-	-	13.388	13.521
Total	15.368.052	4.486.002	6.274.563	36.317.886	62.446.503	53.640.084
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	4.362.437	-	-	4.362.437	3.391.443
Total	-	4.362.437	-	-	4.362.437	3.391.443
Recursos de Acelites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	627.747	586.767	1.226.021	2.440.535	3.560.166
Total	-	627.747	586.767	1.226.021	2.440.535	3.560.166

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contábil.

(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações. As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 98,73% e 1,27% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 80,29% (31/12/2019 - 83,83%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 1,96% (31/12/2019 - 4,55%) ao ano. Do total de captações em depósito a prazo, 64,18% (31/12/2019 - 64,04%) possuem registro de possibilidade de resgate antecipado, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 17 Obrigações por Empréstimos

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 0,95% e 4,87% (31/12/2019 - 0,86% e 5,44%) ao ano, com vencimento máximo em até 204 dias (31/12/2019 - 347 dias), e apresenta saldo de R\$425.868 (31/12/2019 - R\$708.838).

NOTA 18 Obrigações por Repasses

Banrisul e Banrisul Consolidado					
Repasses do País - Instituições Oficiais	Repasses do Exterior	Total			
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Até 3 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total em 31/12/2019
Relações Interfinanceiras	63.073	-	63.073	-	81.645
Relações Interdependências	339.731	-	339.731	228.698	-
Carteira de Câmbio	50.786	-	50.786	59.358	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.174.014	-	1.174.014	901.124	-
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	211.437	2.768.194	2.979.631	162.353	2.301.048
Credores por Recursos a Liberar	108.257	-	108.257	69.469	-
Transações com Cartões a Pagar	1.237.745	-	1.237.745	1.186.004	-
Obrigações a Pagar Adquirência	719.438	-	719.438	723.057	-
Provisão para Garantias Prestadas Avas e Fianças (Nota 26 (b))	19.832	-	19.832	10.653	-
Outros	33.694	9.269	42.963	41.206	72.664
Total	3.958.007	2.777.463	6.735.470	3.463.565	2.211.359

Banrisul Consolidado					
Repasse do País - Instituições Oficiais	Repasse do Exterior	Total			
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Até 3 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total em 31/12/2019
Relações Interfinanceiras	63.073	-	63.073	-	81.645
Relações Interdependências	338.919	-	338.919	225.768	-
Carteira de Câmbio	50.786	-	50.786	59.358	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.174.014	-	1.174.014	901.124	-
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	211.437	2.768.194	2.979.631	162.353	2.301.048
Credores por Recursos a Liberar	108.615	-	108.615	69.935	-
Transações com Cartões a Pagar	1.118.976	-	1.118.976	1.062.348	-
Obrigações a Pagar Adquirência	1.654.911	-	1.654.911	1.718.565	-
Provisão para Garantias Prestadas Avas e Fianças (Nota 26 (b))	19.832	-	19.832	10.653	-
Outros	56.647	9.269	65.916	56.868	72.664
Total	4.804.456	2.777.463	7.581.919	4.368.953	2.211.359

(1) O Banco emitiu em 2012 duas tranches de Dívidas Subordinadas no montante de US\$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos) e US\$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos), pelo prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022. Em 2015 ocorreu a recompra parcial da Dívida Subordinada no valor de US\$251,81 milhões (251,81 milhões de dólares norte-americanos). Após a recompra remanesce o saldo da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões.

NOTA 20 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona o valor das ações e obrigações classificadas como prováveis.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

Banrisul				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2019	565.406	1.038.834	169.843	155.196
Constituição e Atualização Monetária	19.306	331.911	110.933	1.366
Reversão da Provisão	(6.932)	-	-	-
Baixas por Pagamento	(2.554)	(333.116)	(42.877)	-
Saldo Final em 31/12/2020	575.226	1.037.629	237.899	156.562
Depósitos em Garantia em 31/12/2020	57.570	457.642	113.967	-

Banrisul Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2018	545.589	550.035	276.998	152.440
Constituição e Atualização Monetária	19.846	651.425	67.163	2.756
Reversão da Provisão	(26)	(162.626)	(49.044)	-
Baixas por Pagamento	(2.554)	(333.243)	(43.011)	-
Saldo Final em 31/12/2020	575.355	1.040.779	240.258	156.562
Depósitos em Garantia em 31/12/2020	59.896	464.345	115.256	-

Banrisul Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros
Saldo Inicial em 31/12/2018	545.589	554.854	278.711	152.440
Constituição e Atualização Monetária	19.941	651.762	68.108	2.756
Reversão da Provisão	(3)	(227)	(125.367)	-
Baixas por Pagamento	(27)	(162.781)	(49.716)	-
Saldo Final em 31/12/2019	565.500	1.043.608	171.736	155.196
Depósitos em Garantia em 31/12/2019	67.606	327.689	95.085	-

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: (i) imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$553.979 (31/12/2019 - R\$548.653), no qual o Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda; e (ii) outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável de R\$12.114 (31/12/2019 - R\$8965).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$41.051 (31/12/2019 - R\$76.711) e no Consolidado R\$53.325 (31/12/2019 - R\$86.144). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e Participação nos Lucros ou Resultados - PLR no montante de R\$203.230 (31/12/2019 - R\$200.488), classificada pelos nossos assessores, como de perda possível no montante de R\$194.097 (31/12/2019 - R\$191.478) e como perda provável o montante de R\$9.133 (31/12/2019 - R\$9.010), que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Em 2019, considerando a evolução de ações judiciais coletivas trabalhistas, houve uma mudança em relação à percepção de risco de tais ações, sobre as quais houve início de processo de estimativa de valores. Em vista disso, a administração efetuou uma avaliação de estimativa de perda em ações coletivas envolvendo pedidos de pagamento de 7ª e 8ª horas como extraordinárias, com base em estudo feito a partir do histórico de desembolsos em processos individuais com pedidos semelhantes. A partir desses fatos, no quarto trimestre de 2019 foi efetuada a provisão de R\$429.036 para ações coletivas, abrangendo ações em processo de cálculo de liquidação e ações em curso perante o TST, com decisões desfavoráveis. A administração considera suficiente a provisão constituída e continua monitorando a evolução das decisões judiciais, avaliando a classificação e a quantificação sempre que necessário.

Além das ações acima consideradas, registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade a nova modelagem para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas individuais implementada no segundo semestre de 2020, através de revisão dos processos, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável, definida pelo custo médio da condenação e da respectiva sucumbência, por causa raiz. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$365.978 (31/12/2019 - R\$243.955) e no Consolidado R\$372.537 (31/12/2019 - R\$247.099). Adicionalmente, o valor de R\$91.684 (31/12/2019 - R\$76.688) e no Consolidado R\$91.808 (31/12/2019 - R\$80.590) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.148.575 (31/12/2019 - R\$1.645.963) e no Consolidado R\$1.159.172 (31/12/2019 - R\$1.661.188), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança e empréstimos.

Até setembro de 2019, provisão constituída era registrada no momento do recebimento da citação inicial, e mensalmente ajustada, pelo valor indenizatório pretendido, na prova apresentada e a avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

A partir de setembro de 2019, houve revisão dos processos, adotando-se nova modelagem para provisão das ações cíveis, passando as provisões totais das ações classificadas como perda provável, a ser definida pelo custo médio da condenação e da respectiva sucumbência. Essa revisão resultou em uma reversão de provisão no valor de R\$126.840, em virtude de saneamento do estoque de processos e remensuração do montante envolvido em causas classificadas como perda possível. A administração continuará monitorando a evolução das decisões judiciais ao longo do tempo.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$113.967 (31/12/2019 - R\$83.866) e no Consolidado R\$115.256 (31/12/2019 - R\$85.085).

Existem ainda R\$920.594 (31/1



o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2020 é de R\$339.778, sendo R\$93.815 com vencimento até um ano, R\$222.802 de um a cinco anos e R\$23.161 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no período totalizaram R\$121.362.

NOTA 27 Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Segurança Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Segurança Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária para seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Segurança Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nos 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução nº 4.661/18 do CMN. No art. 8º, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de "benefício definido") e Saldado (modalidade de "benefício variável"), que é constituído na modalidade de contribuição variável, sendo contribuição definida pelo participante na fase de acumulação da reserva e o benefício definido por ocasião da sua concessão, podendo ser vitalício ou não, conforme opção do assistido. O referido período de opção no processo de migração foi encerrado em 27 de abril de 2019.

Em junho de 2019, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos referente ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul, o valor aportado, calculado na data efetiva de implementação do Plano FBPREV III, 31 de maio de 2019, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 4,86% a.a., é de R\$126.091, que foi transferido para o novo plano.

Após o processo de migração encerrado em 27 de abril de 2019, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano FBPREV III ⁽¹⁾
Ativos	274	35	239
Assistidos	4.519	3.093	1.426
Total	4.793	3.128	1.665

(1) Do total de participantes do Plano FBPREV III, 1.094 participantes optaram pelo recebimento dos benefícios pela renda vitalícia no momento da migração.

Após a reestruturação do plano, a parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$66.230 em 31 de dezembro de 2019, foi distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$23.896, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$16.895, Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$11.796 e Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III) o valor de R\$13.643. Essa dívida era paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028, sendo que em janeiro de 2020 houve a liquidação total desta dívida.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2020	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾	PAM	POD	PROMED	Aposentadoria (% a.a.)	Prêmio
Taxa Real de Desconto Atuarial	3,21	3,52	3,46	3,35	3,24 Cfe. Nota ⁽²⁾	3,65	3,80			3,09	
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	3,21	3,52	3,46	3,35	3,24 Cfe. Nota ⁽²⁾	3,65	3,80			3,09	
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados	2,56	-	5,04	3,24	2,60 Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a			5,04	
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Rescobimento	0,30	-	-	-	-	-	-			1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00			100,00	
Inflação Esperada	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32			3,32	
Taxa de Desconto Nominal	6,63	6,95	6,89	6,78	6,67 Cfe. Nota ⁽²⁾	7,09	7,24			6,51	
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	6,63	6,95	6,89	6,78	6,67 Cfe. Nota ⁽²⁾	7,09	7,24			6,51	
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados	5,96	3,32	8,53	6,67	6,01 Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a			8,53	
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Rescobimento	3,63	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32			4,35	3,32
(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.											
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.											

Hipóteses Econômicas - 31/12/2019	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾	PAM	POD	PROMED	Aposentadoria (% a.a.)	Prêmio
Taxa Real de Desconto Atuarial	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29			3,29	
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29			3,29	
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados	2,56	-	5,04	4,18	3,35 Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a			5,04	
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Rescobimento	-	-	-	-	-	-	-			1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00			100,00	
Inflação Esperada	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60			3,60	
Taxa de Desconto Nominal	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01			7,01	
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01			7,01	
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados	6,25	3,60	8,82	7,93	7,07 Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a			8,82	
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Rescobimento	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60			4,64	3,60
(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.											
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.											

Hipóteses Demográficas em 31/12/2020	Mortalidade Geral	Mortalidade de Invalíd	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PBI I	AT – 2000 (-25%) por sexo	RRB – 83 (-55%)	Alvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,03)	BPD: 31%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro postergada em Grupo 1 em 10 anos; Grupo 3 em 1 ano e Grupo 4 em 2 anos ⁽²⁾	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Alvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,015)	BPD: 52%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro postergada em 4 anos	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Alvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (-0,004)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Alvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (-0,005)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT – 2000 suavisada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Alvaro Vindas (-70%)	3,25%	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾	PAM Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-25%) por sexo	RRB – 83 (-55%)	Alvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,03)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-25%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Alvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,04)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Alvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (-0,004)	-	-	Não utilizado
Hipóteses Demográficas em 31/12/2019	Mortalidade Geral	Mortalidade de Invalíd	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PBI I	AT – 2000 (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,30)	BPD: 43%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro.	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT-2000 suavisada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,01)	BPD: 73%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro.	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (-0,005)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,04)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT-2000 Basic por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Forte (-80%)	0,64%	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾	PAM Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,04)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,04)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-20%) por sexo	n/a	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (-0,005)	-	-	Não utilizado
(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.							
(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.							
(3) Grupo 1: inscrição até 23/01/1978; Grupo 2: inscrição entre 24/01/1978 e 30/06/1983; Grupo 3: inscrição entre 01/07/1983 a 31/12/1990; e Grupo 4: inscrição a partir de 01/01/1991.							

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do Índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 31/12/2020.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 e com Portaria Previc nº 300/2019, a Fundação Banrisul de Segurança Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos beneficiários.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual. A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação. O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual. Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas: (i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação; (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano. Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui parcialmente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas: (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação; (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui parcialmente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os beneficiários assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas: (i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação; (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano. Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui parcialmente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (PAM, POD e PROMED) - o Banrisul oferece plano de saúde, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Segurança Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são as seguintes:

Planos:	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Categorias	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caixa e Equivalente	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,09
Renda Fixa	71,51	77,00	75,92	77,81	78,45	86,00
Renda Variável	9,82	9,98	8,08	9,62	4,07	3,27
Imóveis	4,28	3,45	8,12	2,90	0,27	0,39
Outros	14,37	9,57	12,83	9,67	17,2	8,94
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$21.692 (31/12/2019 - R\$15.935) e imóveis alugados com um valor justo de R\$123.806 (31/12/2019 - R\$125.701).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2019 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2020	31/12/2019
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	556.285	470.944
Plano Saldado (PBS)	306.765	252.809
Plano FBPREV (FBPREV)	452	63
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(9)	(9)
Plano FBPREV III (FBPREV III)	81.458	69.027
Plano Saúde (PAM, POD e PROMED)	(228.908)	(212.585)
Prêmio Aposentadoria	194.626	214.055
Total	910.526	794.178

A composição do (ativo)/passivo atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2020 e 2019 e de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Líquido em 31/12/2020	Benefícios I	Saldado	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde	Aposentadorias
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.754.779	1.561.554	19.062	178.207	427.271	228.908	194.483
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.198.494)	(1.254.789)	(18.618)	(186.180)	(345.834)	(512.738)	
Deficit/(Superavit) Apurado	556.285	306.765	444	(17.973)	81.437	(283.830)	194.483
Efeito do Teto de Ativo			8	7.964	21	54.922	
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido	556.285	306.765	452	(91)	81.458	(228.908)	194.483
Líquido em 31/12/2019	Benefícios I	Saldado	FBPREV	Plano	Plano	Plano	Prêmio
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.805.025	1.529.458	17.269	156.833	411.108	212.585	214.055
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.304.944)	(1.252.609)	(29.567)	(168.710)	(342.081)	(461.263)	
Deficit/(Superavit) Apurado	470.081	252.809	1.286	(11.877)	69.027	(461.263)	214.055
Efeito do Teto de Ativo			2	11.814			
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido	470.081	252.809	(2)	(63)	69.027	(212.585)	214.055



COMPANHIA ABERTA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96

Matriz em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Rua Capitão Montanha, 177

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

tomada de decisões. A Diretoria de Controle e Risco é responsável pela UGRG e o Conselho de Administração é o responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

O Banrisul procura alinhar suas atividades de gestão aos padrões recomendados pelo Comitê de Basileia, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido.

Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de Application e Behaviour Score e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, atendendo ao binômio risco x retorno.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização de controles fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança. A adoção e o aprimoramento dos sistemas de Application e Behaviour Score oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito - O Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

(i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso;

(ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente; e

(iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 18. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (e).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A gestão do risco de mercado no Banrisul está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação, ou seja, operações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade, e operações classificadas na carteira de não negociação ou carteira bancária, que compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, como a carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utiliza-se a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo padronizado do Banco Central do Brasil através das metodologias de Abordagem de Valor Econômico, que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária do Banco - *Economic Value of Equity* (EVE), pela Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira que consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na sua carteira bancária - *Net Interest Income* (NII) e também para Perdas e Ganhos Embutidos, que é a diferença entre o valor econômico das posições ativas, passivas e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (*off-balance sheet*) sujeitos ao IRRBB e o respectivo valor contábil.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade para a Carteira Trading, com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de sensibilidade da Carteira Trading – buscando aprimorar a gestão de riscos, em conformidade com as práticas de Governança Corporativa, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1º (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2020.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2020.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2020.

A tabela a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$5,1967 de 31/12/2020 (PTAX - Venda - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira Trading

Cenários		Fatores de Risco		Total	
Taxa de Juros		Moedas	Ações		
1	1%	5	3.050	70	3.125
2	25%	126	76.265	1.744	78.135
3	50%	280	152.529	3.489	156.278

Definições:

Taxa de Juros – exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação.

Moeda Estrangeira - exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável - exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, identifica-se no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 98,0% de toda a perda esperada para os três cenários. Observamos que a perda esperada no Cenário 2 foi 25 vezes maior que no Cenário 1. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 100%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (65,8%), no valor total de R\$189.296.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira Trading) e das operações de captação externa efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na Carteira Banking (Nota 19). Estas captações externas possuíam o valor original de US\$775 milhões (775 milhões de dólares norte-americanos), contudo, em 30 de setembro de 2015, o Banrisul recomprou US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos), e em 15 de outubro de 2015 recomprou mais US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos), permanecendo o saldo de US\$523,185 milhões (523,185 milhões de dólares norte-americanos), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar - US\$” considera a cotação de R\$5,1967 de 31/12/2020 (SPOT das 13h - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos para contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Os Cenários refletem projeções futuras, portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2020.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2020.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira Trading ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira Banking ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2020.

Carteira Trading e Banking

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap	Trading	Alta do cupom de US\$	(502)	(12.490)	(24.872)
Item Objeto de Proteção					
Divida I	Banking	Alta do cupom de US\$	502	12.490	24.872
	Efeito Líquido		-	-	-

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, resalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o risco de liquidez consistente com as estratégias de negócios do Banrisul, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banrisul.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e é responsável por manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de risco são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (funding) adequadamente diversificada.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar os impactos de crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises do gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, a declaração de apetite a riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto. Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados Interna de Risco Operacional, é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Os resultados das análises e os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.

O gerenciamento do risco socioambiental abrange financiamentos, projetos e operações, cujas características possam gerar ideias ou a destinação dos recursos, não impedindo que aqueles que não se enquadram na definição acima sejam analisados.

Com relação às atividades da Instituição, o gerenciamento do risco socioambiental abrange o processo de gestão de resíduos, a observância dos requisitos exigidos na contratação de fornecedores, e o acompanhamento dos contratos com terceirizados durante sua vigência, visando à mitigação dos riscos socioambientais associados.

Os resultados das análises e os registros dos eventos de risco socioambiental são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais a instituição está sujeita, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o apetite por riscos da Instituição. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais a instituição está sujeita sejam entendidos, gerenciados e comunicados, quando necessário, para que o capital da instituição seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de Capital das instituições. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo Padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco - *RWA (Risk Weighted Assets)*, que prevê metodologia de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de Crédito, Mercado e Operacional, definidos pelo órgão regulador nacional.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal - CP, Capital de Nível 1 - CN1 e do Patrimônio de Referência - PR, que tem seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução nº 4.557/17 do CMN determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, sublegal e demais riscos considerados relevantes pela Instituição.

A Razão de Alavancagem - RA é outro indicador exigido pelo regulador, sendo que objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do Nível I do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução nº 4.615/17 do CMN determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. Neste caso quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A Razão de Alavancagem calculada para o Banrisul no mês de dezembro de 2020 foi de 6,88%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e de PR, para serem realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os índices de capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e também em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

a) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;

b) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido;

c) Margem sobre o Capital Principal Requerido; e

d) Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP; e

e) Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, de acordo com a Resolução nº 4.193/13 do CMN, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do sistema financeiro nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A Declaração de Apetite por Riscos - *RAS (Risk Appetite Statement)*, introduzida pela Resolução nº 4.557/17 do CMN, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da Instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos da Instituição é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio a formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para a Instituição em relação aos objetivos definidos para o seu Capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital - ICAAPSIMP também foi introduzido pela Resolução nº 4.557/17 do CMN, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAPSIMP, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico da Instituição. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações off-balance, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse - PTE, definido a partir da Resolução nº 4.557/17 do CMN, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAPSIMP e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de Capital são realizados por meio de Relatórios Gerenciais que contém referências tanto quantitativas quanto qualitativas, para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital contemplam nas informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, à análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e também os limites para manutenção de instrumentos elegíveis a capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre as eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos pela Instituição e; demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO, tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução nº 4.280/13 do CMN, e composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A., Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Cartões S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado, bem como as participações em fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e eventuais consequências decorrentes da regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em:

		31/12/2020	31/12/2019
Conglomerado Prudencial		6.821.228	6.438.996
Patrimônio de Referência (PR)		6.465.913	6.508.023
Nível I		6.465.913	6.506.023
Capital Principal		5.205.891	5.205.891
Capital Social		3.416.218	2.877.696
Reserva de Capital e de Lucros		(278.100)	(229.486)
Detrações do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais		14.999	13.929
Ajustes Prudenciais (previstos na Resolução nº 4.192/13)		(1.880.006)	(1.888.078)
Nível I		355.315	532.973
Instrumentos Elegíveis ao Nível II autorizados com base em normas anteriores à Res. nº 4.192/13		355.315	532.973
RWA		43.134.571	42.733.919
RWAACP (Risco de Crédito)		32.410.415	32.005.227
RWAMPAD (Risco de Mercado)		697.701	765.952
RWAJURI (Risco de Juros)		4.207	18.504
RWAD (Risco de Taxa)		962	4.870
RWAAcs (Risco de Ações)		13.956	29.397
RWACAM (Risco Taxa de Câmbio)		678.576	713.181
RWACAP (Risco Operacional)		10.026.455	9.962.740
RWA Carteira Bancária (RBA/IRRBB)		6.332.106	477.935
Margem sobre o PR considerando RBA/IRRBB		2.499.174	1.473.999
Índices de Capital			
Índice de Basileia		15,81%	15,07%
Índice de Nível I		14,99%	13,82%
Índice de Capital Principal		14,99%	13,82%
Índice de Imobilização		9,73%	7,65%
Razão de Alavancagem		6,88%	7,02%

Em 16 de março de 2020 o Bacen publicou a Resolução nº 4.783 do CMN, que modifica as exigências de Capital Regulatório. A Resolução nº 4.783/20 do CMN, para fins de apuração do valor do RWA, para a aplicação da metodologia de cálculo da Razão de Alavancagem, em função da aplicação da cronograma de Basileia III sobre as operações realizadas com base em normas anteriores a Resolução nº 4.192/13 do CMN.

A Circular nº 3.876/18 do Bacen determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB (Risco de Taxa de Juros do *Banking*



COMPANHIA ABERTA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96 Matríz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Prontuário Conceitual Básico (R1);
Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1));
Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2));
Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1));
Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Eventos Subsequentes (CPC 24);
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1));
Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2));
Ativo Intangível (CPC 04 (R1));
Ativo Imobilizado (CPC 27);
Resultado por Ação (CPC 41); e
Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banrisul foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O Banrisul, em 17 de março de 2020, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

d) Efeitos da Pandemia da Covid-19 nas Demonstrações Financeiras

O cenário de crise gerado pela pandemia da Covid-19 vem mantendo um ambiente de incertezas, turbulências e desafios no mercado financeiro global. As restrições impostas pelos governos, sobretudo, as medidas de distanciamento social, apesar de efetivas para o enfrentamento da disseminação do vírus, vêm prejudicando toda a cadeia produtiva, afetando a economia e a capacidade financeira de governos, empresas e pessoas.

Embora as vacinas já sejam uma realidade em alguns países, o estado de calamidade pública se mantém em diversas regiões do Brasil e do Mundo devido ao alto contágio do coronavírus. Além das consequências na área da saúde, o ano de 2020 foi um período crítico em todos os setores da economia, onde Governantes e órgãos reguladores atuaram com medidas que buscavam mitigar os efeitos econômicos da pandemia. Segundo a mesma linha dos órgãos internacionais, o CMN e o Bacen editaram medidas que abrangeram as esferas de: liquidez, monetária, crédito, cambial e fiscal. Essas medidas buscam minimizar os efeitos do coronavírus na estabilidade financeira nacional e, consequentemente, na economia. Abaixo são apresentadas as mais relevantes no âmbito da gestão de riscos e capital para a Instituição:

- **Adicional de Conservação de Capital Principal** (Resolução nº 4.783 do CMN – 16/03/20): em relação às exigências do Capital Regulatório, foi reduzido o percentual a ser aplicado ao montante dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, para fins de apuração do valor da parcela APCCONSERVAÇÃO pelos próximos 2 anos, com objetivo de aumentar os recursos disponíveis dos bancos para concessão de crédito;
- **Atendimento na Rede de Agências** (Circular nº 3.991 do Bacen - 19/03/20): apresenta as definições sobre o horário de atendimento ao público nas dependências das instituições financeiras enquanto perdurar a situação de risco à saúde pública decorrente da Covid-19;
- **Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais** - NDPEGE (Resolução nº 4.785 do CMN e Circulares nº 4.029 e nº 4.030 do Bacen - 23/06/20, 23/06/20): permite a captação de depósito a prazo com garantia específica do Fundo Garantidor de Crédito; estabelece deduções de exigibilidade do saldo de operações de crédito para financiamento de capital de giro e do saldo de aplicações em DPGE de instituições não pertencentes ao mesmo conglomerado; e regulamenta a aplicação do Fator de Ponderação de Risco - FPR de 35% à exposição aos Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE;
- **Depósito Compulsório** (Resolução nº 221 e Circulares nº 3.997 e nº 4.033 do Bacen – 02/10/20, 06/04/20 e 24/06/20): reduz temporariamente a alíquota do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo de 25% para 17%; estabelece deduções da exigibilidade do recolhimento compulsório de parcela dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE e de saldo de operações de crédito para financiamento de capital de giro e de saldo de aplicações em DPGE de instituições não pertencentes ao mesmo conglomerado;
- **Requerimento de Capital para o Risco de Crédito** - RWACPAD (Circulares nº 3.998, nº 4.026 e nº 4.034 do Bacen - 09/04/20, 10/06/20 e 29/06/20): estabelecem os procedimentos de mitigação ou a aplicação de FPRs específicos para cada indivíduo para o semestre e evento fimos nessa data, bem como o preenchimento consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- **Depósitos Cíveis e Trabalhistas**: especificamente com relação às ações cíveis, deverá ser observado aumento de revisionais de contratos de operações de crédito e também de ações que envolvem dificuldades no atendimento aos clientes.

Neste período pandêmico, diante das precauções sanitárias recomendadas pela OMS e das medidas de distanciamento social propostas pelo governo, o Banrisul vem seguindo a manutenção das suas atividades e adotando ações para minimizar a exposição de clientes e colaboradores ao contágio, adequando desde as políticas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e suas controladas ("Banrisul Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banrisul e do Banrisul Consolidado e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o balanço consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banrisul e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Banrisul e Banrisul Consolidado)**
O Banrisul opera nas carteiras comerciais de crédito, incluindo a administração de cartões de crédito, de financiamento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de arrendamento mercantil. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 (f e g) e 9, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve pressupostos e julgamentos da Administração do Banrisul, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade e observando os parâmetros da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos de contratos de câmbio e dos outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Availamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética do cálculo. Availamos, por meio de amostragem, o atendimento aos requerimentos previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, relacionados à apuração da provisão para devedores duvidosos, incluindo os julgamentos da Administração utilizados na mensuração dos impactos gerados pela pandemia derivada do Covid-19, e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes - Trabalhista, cível e fiscal (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banrisul possui demandas judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3 (a) e 20, para as quais é reconhecida provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da parcela cujo risco de perda de acordo com avaliação da Administração é provável. As parcelas dos passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas divulgadas nas notas explicativas, e as perdas remotas não requerem provisão nem divulgação. A mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos a esses processos judiciais e administrativos, requerem julgamento profissional do Banrisul e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho dos controles internos julgados como chave relacionados aos processos de cadastro, mensuração e registro contábil das provisões e passivos contingentes. Para os processos em que o Banrisul é representado por consultores externos, solicitamos e analisamos as cartas-respostas de confirmação desses consultores em relação à existência e à integridade das ações judiciais e administrativas. Com base em uma amostra: (a) avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul para definição da probabilidade de êxito e (b) comparamos, os valores provisionados com os valores definitivos das condenações ocorridas no período corrente. Adicionalmente, availamos as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Obrigações com benefício de longo prazo pré-emprego (Banrisul e Banrisul Consolidado)

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3 (q) e 27, o Banrisul é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários e dependentes. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades é classificada como "planos de benefício definido". Anualmente, as obrigações dessas planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, tabela de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Por se tratar de uma obrigação relevante e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho dos controles internos chave do Banrisul relacionado ao processo de determinação das premissas a ser utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em amostragem, validamos as bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações e, com auxílio de nossos especialistas atuariais, analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como tabela de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial, bem como efetuamos por amostragem teste de recálculo. Adicionalmente, availamos as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Ambiente de Tecnologia da Informação (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banrisul é dependente de sua estrutura de Tecnologia da Informação para o desenvolvimento de suas operações, a continuidade de seus processos de negócios e a consequente elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual envolve o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação. Considerando que os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, especificamente os associados a processos e controles que suportam a operacionalidade dos sistemas de tecnologia, podem ocasionar processamento incorreto de informações críticas e eventualmente impactar a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

• **Prorrogação de Reembolso e Renegociação de Dívidas de Produtores Rurais** (Resoluções nº 4.801, nº 4.802 e nº 4.816 do CMN- 09/04/20, 09/04/20 e 13/05/20): autoriza a prorrogação do reembolso das operações de crédito rural de custeio e de investimento; a contratação de financiamento para garantia de preços ao produtor e a renegociação das operações ou parcelas de crédito rural de custeio e de investimento contratadas com equalização de encargos financeiros - juros do contrato original - pelo Tesouro Nacional no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ou ao amparo de recursos do BNDES; e criação de linhas especiais de crédito de custeio;

• **Regulação sobre o capital das instituições financeiras** (Resolução nº 4.820 do CMN – 29/05/20): estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, considerando os potenciais efeitos da pandemia sobre o Sistema Financeiro Nacional;

• **Financiamento de Folha Salarial** (Lei Federal nº 14.043, Resolução nº 4.846 do CMN e Resolução BCB nº 17 - 19/08/20, 24/08/20 e 17/9/2020): regulamenta as operações de crédito para financiamento da folha salarial ou do pagamento de verbas trabalhistas, realizadas pelas instituições financeiras no âmbito do PESE, a grupos econômicos com receita bruta anual superior a R\$ 360,0 mil reais e igual ou inferior a R\$ 50,0 milhões reais, sendo que 85% do valor de cada financiamento será custeado com recursos da União alocados ao Programa, e para efeito da apuração da parcela RWACPAD, não devem ser consideradas exposições.

O ambiente econômico internacional no mês de dezembro foi marcado por novos recordes de casos de covid-19 na Europa e nos Estados Unidos. Consequentemente, a melhora no desempenho da atividade econômica global segue a passos lentos e existem sinalizações de extensão dos programas de estímulos monetários pelos principais bancos centrais do mundo. Diante dos dados ainda mistos de atividade econômica, os temores a respeito da atual onda de infecções e a clara indicação de que as condições monetárias seguirão em terreno estimulativo por um longo período. Neste contexto, o Banco Central Europeu, a autoridade monetária dos EUA e o Banco do Japão divulgaram novas medidas e informaram ter decidido estendido os programas de alívio à pandemia além do prazo originalmente estipulado.

No cenário doméstico, durante o mês de dezembro tem-se como destaque os dados de inflação, que mostram redução na margem no atacado e aceleração nos preços ao consumidor, ao mesmo tempo em que foi observada a perda de fôlego da atividade econômica em outubro. Cabe salientar que o Relatório Trimestral de Inflação – RTI, do Bacen, adicionou algumas informações relevantes sobre como a autoridade monetária vê o cenário econômico atual e futuro. O Bacen revisou sua projeção para o crescimento do PIB para 3,8% em 2021, sendo condicionado a gradual redução da crise sanitária, à manutenção do regime fiscal e ao cenário de continuidade das reformas e ajustes necessários. Além disso, a partir das projeções de inflação apresentadas, o ciclo de aumento da Selic pode começar em agosto de 2021. Por fim, com desempenhos favoráveis nos mercados dos ativos de risco no exterior, a bolsa de valores brasileira registrou ganhos em meados de dezembro, com queda moderada dos juros futuros de longo prazo.

Neste contexto, o Banrisul mantém o modelo de atendimento adotado desde o começo da pandemia, com atendimento presencial de forma reduzida (com hora marcada/agendada), e com o constante aprimoramento de seus vários canais de atendimento remoto disponíveis. O desenvolvimento e a oferta de inúmeras soluções de crédito para seus clientes em função das novas necessidades econômicas, as medidas do Bacen para minimizar os efeitos da Covid-19 no Sistema Financeiro Nacional e na sociedade e, ainda, as políticas e medidas do governo para conter as consequências da pandemia no Brasil, foram algumas das ações tomadas com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia. Desta forma, cabe destacar que o Balanço Patrimonial do Conglomerado permanece repercutindo as consequências da pandemia, com destaque para os seguintes itens:

- **Operações de Crédito**: espera-se aumento na demanda por crédito e leve queda na qualidade creditícia do cliente. Na pessoa jurídica, isso deve ocorrer, especialmente em função da retomada da atividade econômica nos principais segmentos da economia. Já na pessoa física, a estimativa de menor aumento do desemprego, deve ajudar na capacidade de pagamento das famílias;
- **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa**: de maneira preventiva para um acompanhamento de risco, exposição e performance de clientes que pertencem aos segmentos mais afetados pela pandemia gerada pela Covid-19, o Banrisul efetuou o *downgrade* de *rating* de alguns clientes elevando o nível de provisão para posterior verificação dos níveis de inadimplência;
- **Créditos Tributários**: estes ativos dependem de resultado futuro para sua realização, que poderá ser afetado devido aos reflexos da pandemia na economia, com maior impacto, se esta perdurar por longo tempo;
- **Ativos Intangíveis**: podem ter seu valor recuperável sensibilizado pelas suas premissas de realização, em virtude das repercussões da pandemia da Covid-19;
- **Captações**: acredita-se que a busca por segurança influencia positivamente a liquidez da Instituição, gerando aumento na captação de recursos dos clientes. Em linha com os demais agentes financeiros, o Banrisul continua apresentando níveis confortáveis de liquidez. Entretanto, conforme os desdobramentos da crise econômica e a sua duração, este benefício poderá não mais ser observado, impactando na escalada dos custos de captação; e
- **Provisões Cíveis e Trabalhistas**: especificamente com relação às ações cíveis, deverá ser observado aumento de revisionais de contratos de operações de crédito e também de ações que envolvem dificuldades no atendimento aos clientes.

Neste período pandêmico, diante das precauções sanitárias recomendadas pela OMS e das medidas de distanciamento social propostas pelo governo, o Banrisul vem seguindo a manutenção das suas atividades e adotando ações para minimizar a exposição de clientes e colaboradores ao contágio, adequando desde as políticas

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, avaliamos o desenho e, por meio de amostragem, a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos sistemas considerados chave para elaboração das informações financeiras, tais como controles internos automatizados e/ou com componentes automatizados e controles relacionados à segurança da informação, incluindo os controles relativos: (i) ao gerenciamento de acesso a dados e programas; (ii) aos desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; (iii) ao gerenciamento de alterações sistêmicas; e (iv) aos eventuais controles compensatórios desses sistemas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os procedimentos e controles nos proporcionam base aceitável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banrisul, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banrisul. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banrisul é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banrisul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banrisul e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banrisul e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de erro, já que a fraude pode envolver o uso de alto nível de segança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banrisul e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banrisul e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banrisul e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porquê as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

.

Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2021.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

de crédito até as rotinas operacionais. A instituição mantém seus acionistas e o mercado devidamente informados das condutas adotadas diante do atual cenário.

Em relação às políticas de crédito, o Banrisul segue comprometido em contribuir com a continuidade da atividade econômica regional, e considera os riscos advindos desta postura. Neste sentido, buscou-se a ágil disponibilização de produtos e serviços para mitigar os impactos da pandemia. As medidas incluem: prorrogação dos vencimentos de dívidas de operações de crédito já existentes, a fim de mitigar a provisão e a perda esperada; oferta de crédito pré-aprovado de R\$ 14 bilhões; aumento automático de 10% no limite Banriscompras; concessão de 10% extra de limite de crédito; soluções de prorrogação das dívidas de custeio e acionamento de seguros dos produtores rurais; aumento dos limites para a realização de transações e saques em canais digitais; disponibilização gratuita e isenção de mensalidades de maquininhas adicionais da Vero; desenvolvimento de Guia Rápido para abordagem comercial para os clientes PJ que não operavam com o banco ou que operavam de forma inexpressiva auxiliando no encaminhamento de solicitações de crédito e de análise de risco; disponibilização de linha para financiamento de folha de pagamento (PESE/FOPAG) para empresas que realizam o pagamento da folha via Banrisul; e em relação ao modelo de risco, foram ajustados parâmetros de alavancagem para os clientes do segmento massificado. Outro ponto que a Instituição tem dado atenção é sobre a operação de crédito pessoal consignado, cuja preocupação se concentra sobre as decisões das ações judiciais pedindo suspensão do pagamento da operação. A fim de mitigar o risco de pedidos de suspensão dos pagamentos, a Instituição tem concedido prorrogação dos contratos por meio de nova operação.

Em relação à liquidez, a Instituição pode estar exposta às suas variações, especialmente no que tange a elevação dos indicadores deste risco, de impactos adversos no seu fluxo de caixa e através de maiores custos de financiamento das operações. O fluxo de caixa da Instituição, o nível de liquidez e a variação das captações, principalmente de depósitos de clientes, são monitorados diariamente. Desde o início da crise, foram elaborados novos cenários estressados para o fluxo de caixa da Instituição, sendo executados e reportados diariamente, tendo seus parâmetros alterados imediatamente conforme o caso - em razão de identificação de mudança nos cenários ou solicitação do Comitê de Riscos ou Diretoria. O Banrisul segue mantendo um estoque de ativos líquidos alinhado às políticas de gestão e à Declaração de Appetite por Riscos.

Todas as exposições a risco de taxas de juros nas carteiras de negociação e de não negociação também estão sendo acompanhadas, com o objetivo de monitorar e antecipar qualquer impacto de oscilações da taxa Selic e seus possíveis impactos em diferentes horizontes de tempo.

Em relação às rotinas operacionais, dentre as principais medidas tomadas pelo Banrisul ao longo do ano de 2020, destacam-se:

- **Acionamento dos planos de continuidade operacional**: destacamento de colaboradores para trabalho remoto sem prejuízos à continuidade das atividades;
- **Especial atenção aos empregados pertencentes aos grupos de risco**, liberando-os para permanecerem em suas residências trabalhando remotamente;
- **Ampla divulgação dos canais de autotendimento**: com tutoriais de acesso aos serviços, fomentando a utilização destes canais e disponibilização de atendimento pelas redes sociais;
- **Manutenção do atendimento presencial mediante agendamento**: com respeito às restrições vinculadas ao enfrentamento à pandemia, adoção de medidas extras de higienização e disponibilização de EPIs aos empregados;
- **Contratação de assessoria técnica do Hospital Moinhos de Vento** para auxiliar na definição de protocolos para prevenção e para prestar serviço de telemedicina para atendimento de colaboradores que apresentem sintomas de Covid-19, bem como para aqueles colaboradores que testarem positivo para o vírus;
- **Estabelecimento de protocolos rígidos de limpeza** dos ambientes por onde circularam os colaboradores com casos suspeitos e/ou confirmados de contaminação; e
- **Confecção de material para orientação dos colaboradores** quanto à ergonomia durante o trabalho remoto e quanto à manutenção de sistema e segurança da informação durante este período.

A estrutura de gestão de capital e de riscos do Banrisul têm, entre os seus objetivos, garantir a conformidade dos limites operacionais estabelecidos pelo regulador e pelo Banco. Neste escopo, está sendo realizado o monitoramento das atividades da Instituição, dos cenários econômicos nacionais e internacionais, bem como da evolução da pandemia causada pela Covid-19. A partir dessas atividades, entende-se que os impactos da pandemia seguirão ecoando na economia, devendo os reflexos da crise e a efetividade das medidas mitigatórias serem profundamente avaliados em momento posterior. Portanto, é imprescindível um permanente acompanhamento das alterações regulatórias, de mercado e da evolução da crise causada pelo coronavírus, para que o Banrisul possa se posicionar e seguir tomando as medidas necessárias para enfrentar a crise.

NOTA 31 Evento Subsequente

Em 21 de janeiro de 2021, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., por meio de comunicado, informou aos seus acionistas e ao mercado que precipitou a emissão de notas subordinadas ("Notas"), no montante de US\$300.000.000, em US, em 5,375% a.a. As Notas têm prazo de 10 (dez) anos de vencimento.

O Banrisul solicitou a aprovação do Banco Central do Brasil para que as Notas compoñham o Capital Nivel 2 do Patrimônio de Referência da Companhia, com impacto estimado de 3,70 p.p. (taxa de câmbio do dia 20 de janeiro de 2021 com cotação de R\$ 5,30) no seu índice de Basileia.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2020

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atualmente composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2019 (Lei das Estatais), Resolução CMN nº 3.198/2004, e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e por seu Regimento Interno.

Sua atuação abrange o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, e possui, dentre suas competências, revisar previamente à publicação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banrisul e suas controladas, bem como emitir relatório de opinião e procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, e reunir-se periodicamente com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, as Diretorias do Banco e os Comitês Estatutários.

A Administração é responsável por manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e legislação aplicável, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Independente.

À KPMG Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira. O planejamento dos trabalhos dos Auditores Independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos e a análise da estrutura de controles internos e o parecer sobre as demonstrações financeiras.

A Administração é responsável por manter controles internos que permitam a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

A Auditoria Interna tem como objetivo salvaguardar os ativos, assegurar a observância das políticas, planos, procedimentos e legislação aplicável, respondendo pelo atendimento ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Independente.

À KPMG Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações contábeis, inclusive consolidadas, do Banrisul e dos fundos de investimento administrados, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira. O planejamento dos trabalhos dos Auditores Independentes foi discutido com o Comitê e, no decorrer do semestre, houve a disponibilização dos relatórios produzidos e a análise da estrutura de controles



BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.702.067/0001-96

NIRE 43.300.001.083

CERTIDÃO ATA Nº721

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL. Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., CNPJ nº 92.702.067/0001-96, e NIRE 43300001083, realizada através de videoconferência pela plataforma Webex, no dia 09 de fevereiro de 2021, às 9 horas.

PRESENCAS. Conselheiros Jorge Luis Tonetto – Presidente, Claudio Coutinho Mendes – Vice-Presidente, Adriano Cives Seabra, Eduardo Rodrigues Macluf, Irany de Oliveira Sant’Anna Junior, João Verner Juenemann, Marcio Gomes Pinto Garcia, Rafael Andréas Weber e Ramiro Silveira Severo. O Conselheiro Eduardo Cunha da Costa justificou sua ausência.

ORDEM DO DIA: 1. Demonstrações Financeiras 2020 e Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

DELIBERAÇÕES: **1. Demonstrações Financeiras 2020 (apreciação).** Após apresentação das Demonstrações Financeiras, e dos esclarecimentos dos Superintendentes das Unidades de Contabilidade e Controladoria Financeira, realizada em 05 de fevereiro de 2020, análise do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, por eles emitido nesta data, com a opinião que essas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banrisul em 31.12.2020, o Conselho de Administração do Banrisul, no exercício das suas atribuições, aprovou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **2. Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial (apreciação).** Foram aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas pela Administração em cumprimento aos requisitos da Resolução Bacen nº 4.280 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil.

ENCERRAMENTO. Nada mais havendo, a ata segue aprovada e arquivada no livro de atas do Conselho de Administração. Secretariaram a reunião as Sras. Maria Joanna de Missio Toillier, Superintendente Executiva, e Luciele de Vasconcelos Corrêa, Gerente Executiva, da Unidade de Governança Corporativa.

Declaramos para os devidos fins que o presente registro é parte transcrita contida na Ata nº 721, de 09.02.2021, lavrada no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.. Porto Alegre, 15 de março de 2021.

Jorge Luis Tonetto 15, 2021 13:49

Presidente do Conselho de Administração



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	WERNER KOHLER
REGISTRO..... :	RS-038534/O-2
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 10/03/2021 as 15:58:35.

Válido até: 08/06/2021.

Código de Controle: 617875.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

Ao

Banco Central do Brasil

Prezados Senhores:

Em atendimento a Circular do Bacen nº 3.964/19 e 3.981/19, estamos remetendo as demonstrações financeiras com data-base de 31 de dezembro de 2020 da Banrisul S.A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, bem como demais documentos abaixo relacionados:

- I - Relatório da Administração
- II - Balanço Patrimonial
- III - Demonstração do Resultado
- IV - Demonstração do Resultado Abrangente
- V - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- VI - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- VII - Demonstrações do Valor Adicionado
- VIII - Notas Explicativas
- IX - Relatório da Auditoria Independente

As demonstrações financeiras e demais documentos acima serão divulgados ao mercado em 24 de fevereiro de 2021, no site www.banrisulcorretora.com.br.

A Alta Administração declara que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.



Carmem Paludo

Diretor responsável pela Contabilidade



Fabiana Rodrigues de Souza

CRC-RS 084401/O-6

Contadora

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEZEMBRO
2020



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS.....	12
1. Contexto operacional	12
2. Apresentação das demonstrações financeiras	12
3. Principais práticas contábeis.....	14
4. Disponibilidades	15
5. Títulos e valores mobiliários	15
6. Outros ativos financeiros	16
7. Outros ativos	17
8. Outros passivos financeiros	17
9. Outros passivos	17
10. Operações com partes relacionadas	17
11. Patrimônio Líquido	18
12. Imposto de renda e contribuição social	19
13. Resultado de títulos e valores mobiliários	20
14. Receitas de prestação de serviços.....	20
15. Outras despesas administrativas	20
16. Resultado Recorrente e Não Recorrente.....	20
17. Gerenciamento de riscos	21
18. Provisão para contingências	21
19. Eventos subsequentes	21
PARECER DO CONSELHO FISCAL	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	23

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Princípios:

Ética, patrimônio a preservar;
Transparência como filosofia;
Segurança como diferencial competitivo;
Responsabilidade, compromisso com as pessoas;
Rentabilidade, questão de sobrevivência;
Satisfação do cliente como resultado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

COVID-19

Diante da Pandemia de Covid-19, agravada em março de 2020, a Banrisul Corretora envidou os maiores esforços para limitar a necessidade de trabalho presencial, adotando estratégias para minimizar a exposição de colaboradores e clientes ao contágio e de forma a manter sua atividade econômica em igual nível percebido anteriormente ao período de contingência.

De forma ágil, foi implementado e disponibilizado o acesso remoto aos sistemas necessários para a condução das atividades a todos os colaboradores e o percentual de, aproximadamente, 20% continuou executando as atividades de forma presencial, seguindo rigoroso cumprimento dos protocolos de segurança requeridos.

Em meio ao cenário de restrições como medidas de enfrentamento ao Coronavírus, implementadas mundialmente e no Brasil, o desempenho do ano de 2020 foi afetado pelos impactos da pandemia.

Em consequência do desaquecimento da economia e do ambiente desinflacionário, o Banco Central do Brasil reduziu a taxa básica de juros.

A redução da taxa Selic teve consequência direta na receita financeira decorrente da menor rentabilidade das aplicações e da receita dos Fundos de Investimento, obrigando o Administrador Fiduciário a reduzir as taxas de administração.

Desempenho Financeiro

Ativos Totais – Em 31 de dezembro de 2020, os ativos totais da Banrisul Corretora alcançaram R\$99,9 milhões em relação ao montante de R\$111,5 milhões registrado no exercício de 2019. Na composição do ativo, os títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades apresentaram maior representatividade, com 94,1% do total, os outros ativos financeiros 5,4% e os outros ativos 0,5%.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Banrisul Corretora possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" no valor total de R\$5,3 milhões.

Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido atingiu R\$88,8 milhões em dezembro de 2020. A expansão de R\$1,6 milhões ou 1,8% comparado com R\$87,2 milhões apurado em 2019 reflete a incorporação dos resultados gerados.

Lucro Líquido – O lucro líquido do exercício de 2020 alcançou R\$2,1 milhões, 44,1% inferior ao lucro de R\$3,8 milhões registrado no ano de 2019. A retração foi influenciada, principalmente, pela redução das receitas de títulos e valores mobiliários, devido à desvalorização da taxa Selic efetiva acumulada. A receita de prestação de serviços, por sua vez, foi de R\$19,4 milhões, obtendo elevação de 2,1% quando comparada ao montante de R\$19,0 milhões referente ao exercício de 2019, e está composta por: (i) 58,3% de corretagens em operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão; (ii) 35,6% de gestão de recursos de terceiros do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e (iii) 6,1% de outras receitas.

Desempenho Operacional

O volume total das operações realizadas em 2020 alcançou R\$7,1 bilhões, representando um aumento de 6,3% em relação ao volume de R\$6,7 bilhões registrado no exercício de 2019.

Modernização Tecnológica

No ano de 2020, foram implementados: o novo site, com visual renovado e possibilidade ampla de negócios, mais moderno e com conteúdo didático; o sistema de backoffice para a negociação de papéis de renda fixa privada no mercado secundário; o APP Banrisul Corretora para os sistemas operacionais IOS e Android e a integração do cadastro da Banrisul Corretora com o Banco Banrisul.

Política de Distribuição de Dividendos

A Banrisul Corretora tem como característica provisionar os dividendos mínimos exigidos no encerramento de cada semestre, remunerando os seus acionistas anualmente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 o montante relativo a dividendos totalizou R\$500,8 mil, sendo que R\$437,9 mil deste total decorre do provisionamento efetuado no primeiro semestre de 2020.

Gestão de Risco

A Banrisul Corretora, por intermédio de seu controlador, Banrisul, líder do conglomerado, aderiu à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional - CMN, para risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e gestão de capital.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		<u>93.258</u>	<u>104.922</u>
Disponibilidades	4	46.397	15.838
Instrumentos financeiros		<u>46.799</u>	<u>88.834</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	<u>42.351</u>	<u>68.429</u>
Títulos para negociação		42.339	68.420
Títulos disponíveis para venda		12	9
Outros ativos financeiros	6	<u>4.448</u>	<u>20.405</u>
Rendas a receber		755	838
Negociação e intermediação de valores		3.693	19.567
Outros ativos	7	<u>62</u>	<u>250</u>
Impostos e contribuições a compensar		39	175
Diversos		23	75
Não Circulante		<u>6.681</u>	<u>6.604</u>
Realizável a longo prazo		<u>6.271</u>	<u>6.108</u>
Instrumentos financeiros		<u>6.271</u>	<u>6.108</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	<u>5.347</u>	<u>5.204</u>
Títulos mantidos até o vencimento		5.347	5.204
Outros ativos financeiros	6	<u>924</u>	<u>904</u>
Devedores por depósitos de garantia		924	904
Imobilizado de uso		1.070	1.070
Intangível		72	72
Depreciações e amortizações		(732)	(646)
Total do ativo		<u>99.939</u>	<u>111.526</u>

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		<u>10.630</u>	<u>22.923</u>
Instrumentos financeiros		<u>7.246</u>	<u>20.336</u>
Outros passivos financeiros	8	<u>7.246</u>	<u>20.336</u>
Negociação e intermediação de valores		7.246	20.336
Outros passivos	9	<u>3.384</u>	<u>2.587</u>
Sociais e estatutárias		508	901
Fiscais e previdenciárias		1.369	210
Obrigações diversas		1.507	1.476
Não Circulante		<u>459</u>	<u>1.362</u>
Exigível a longo prazo		<u>459</u>	<u>1.362</u>
Obrigações fiscais diferidas	12 (b)	459	1.362
Patrimônio líquido		<u>88.850</u>	<u>87.241</u>
Capital social	11 (a)	80.000	80.000
Reservas de lucros		13.339	11.731
Outros resultados abrangentes		1	-
Ações em tesouraria		(4.490)	(4.490)
Total do passivo		<u>99.939</u>	<u>111.526</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		2º Semestre	Exercício	
	Nota	2020	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		866	2.545	5.327
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13	866	2.545	5.327
Resultado bruto da intermediação financeira		866	2.545	5.327
Outras receitas (despesas) operacionais		(360)	1.127	1.158
Receitas de prestação de serviços	14	8.805	19.418	19.016
Despesas de pessoal	10 (b)	(1.119)	(2.190)	(2.238)
Outras despesas administrativas	15	(7.359)	(14.716)	(14.169)
Despesas tributárias		(889)	(2.105)	(2.028)
Outras receitas operacionais		280	1.023	1.377
Outras despesas operacionais		(78)	(303)	(800)
Resultado operacional		506	3.672	6.485
Resultado antes da tributação sobre o lucro		506	3.672	6.485
Imposto de renda e contribuição social	12	(242)	(1.564)	(2.713)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(126)	(2.468)	(1.108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(116)	904	(1.605)
Lucro líquido do semestre/exercícios		264	2.108	3.772
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R\$		0,009	0,070	0,126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTEEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>264</u>	<u>2.108</u>	<u>3.772</u>
Outros resultados abrangentes do período			
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	<u>1</u>	<u>1</u>	-
Títulos disponíveis para venda	<u>1</u>	<u>1</u>	-
Variação de valor de mercado	2	2	-
Efeito fiscal	(1)	(1)	-
Total dos ajustes não Incluídos no lucro líquido do semestre/exercícios	<u>1</u>	<u>1</u>	-
Total do resultado abrangente do período, líquido de imposto de renda e contribuição social	<u>265</u>	<u>2.109</u>	<u>3.772</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em milhares de reais)

Nota	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Para expansão				
Em 01 de janeiro de 2019	70.000	4.499	8.521	5.835	-	-	(4.490)	84.365
Aumento de capital	10.000	-	(4.165)	(5.835)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.772	-	3.772
Destinação do lucro								
Reservas	-	188	943	1.745	-	(2.876)	-	-
Dividendos propostos	11 (f)	-	-	-	-	(896)	-	(896)
Em 31 de dezembro de 2019	80.000	4.687	5.299	1.745	-	-	(4.490)	87.241
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	1	-	-	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.108	-	2.108
Destinação do lucro								
Reservas	-	106	527	975	-	(1.608)	-	-
Dividendos propostos	11 (f)	-	-	-	-	(500)	-	(500)
Em 31 de dezembro de 2020	80.000	4.793	5.826	2.720	1	-	(4.490)	88.850
Em 01 de julho de 2020	80.000	4.779	5.760	2.598	-	-	(4.490)	88.647
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	1	-	-	1
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	264	-	264
Destinação do lucro								
Reservas	-	14	66	122	-	(202)	-	-
Dividendos propostos	11 (f)	-	-	-	-	(62)	-	(62)
Em 31 de dezembro de 2020	80.000	4.793	5.826	2.720	1	-	(4.490)	88.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	423	1.290	5.464
Lucro líquido do semestre/exercícios	264	2.108	3.772
Ajustes do lucro líquido	159	(818)	1.692
Depreciação e amortização	43	86	87
Tributos diferidos	116	(904)	1.605
Variação nos ativos e obrigações	(1.251)	30.307	(12.022)
(Aumento) Redução em títulos para negociação	(363)	26.081	(10.156)
Redução em outros ativos financeiros	14.801	15.937	7.761
Redução em outros ativos	1.470	1.395	854
Redução em créditos tributários	-	-	243
(Redução) em outros passivos financeiros	(15.116)	(13.090)	(8.197)
Aumento (Redução) em outros passivos	(1.468)	1.189	(1.255)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais diferidas	1	1	(243)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(576)	(1.206)	(1.029)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	(828)	31.597	(6.558)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) em títulos disponíveis para venda	(1)	(2)	-
(Aumento) Redução em títulos mantidos até o vencimento	(52)	(143)	4.647
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(59)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(53)	(145)	4.588
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(893)	(893)	(715)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(893)	(893)	(715)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.774)	30.559	(2.685)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	48.171	15.838	18.523
Disponibilidades	18	9	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez	48.153	15.829	18.513
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	46.397	46.397	15.838
Disponibilidades	36	36	9
Aplicações interfinanceiras de liquidez	46.361	46.361	15.829
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.774)	30.559	(2.685)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Receitas		9.952	22.845	25.720
Intermediação financeira		866	2.545	5.327
Prestação de serviços		8.805	19.418	19.016
Outras		281	882	1.377
Insumos adquiridos de terceiros		(7.333)	(14.706)	(14.835)
Serviços de terceiros		(7.053)	(14.161)	(13.664)
Água e energia		(24)	(62)	(78)
Comunicações		(256)	(481)	(450)
Materiais		-	(2)	(3)
Outros		-	-	(640)
Valor adicionado bruto		2.619	8.139	10.885
Depreciação e amortização		(43)	(86)	(87)
Valor adicionado a distribuir		2.576	8.053	10.798
Distribuição do valor adicionado		2.576	8.053	10.798
Pessoal		931	1.819	1.854
Remuneração	10 (b)	846	1.659	1.696
Benefícios	10 (b)	39	70	66
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		46	90	92
Impostos, taxas e contribuições		1.319	4.040	5.125
Federais		879	3.069	4.174
Municipais		440	971	951
Remuneração de capitais de terceiros		62	86	47
Aluguéis		62	86	47
Remuneração de capitais próprios		264	2.108	3.772
Lucros retidos		202	1.608	2.876
Dividendos propostos	11 (f)	62	500	896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul, e está estabelecida no Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Banrisul Corretora tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Mercadorias, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores. Além disso, dentre suas atividades operacionais inclui-se a atuação como gestor de recursos das carteiras dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas que estão sob administração fiduciária do Banrisul.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banrisul. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

Ao final de março de 2020, em meio ao cenário de restrições como medidas de enfrentamento ao Covid-19, implementadas mundialmente e no Brasil, o desempenho de 2020 foi afetado pelos impactos da pandemia.

Em consequência do desaquecimento da economia e do ambiente desinflacionário, o Banco Central do Brasil reduziu a taxa básica de juros. A redução da taxa Selic teve consequência direta na receita financeira decorrente da menor rentabilidade das aplicações e da receita dos Fundos de Investimento, obrigando o Administrador Fiduciário a reavaliar as taxas de administração, com a redução dos Fundos de Investimentos, impactando negativamente a taxa de gestão auferida pela Companhia. Em contrapartida, apesar de toda volatilidade do mercado, bem como da redução dos preços dos ativos de renda variável, a carteira de clientes encerrou o ano de 2020 com aproximadamente 6.450 clientes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN as quais incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, regulamentação do Conselho Monetário Nacional – CMN e BACEN, sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

O Conselho de Administração da Banrisul Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2021.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras da Banrisul Corretora estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e da Circular nº 3.959/19 do BACEN.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados conforme Resolução nº 4.720/19 do CMN e Circular nº 3.935/19 do BACEN. Como consequência, as nomenclaturas e/ou os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras podem diferir daqueles apresentados em períodos anteriores conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL				
De	Para	Publicado em 31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentação)
ATIVO				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		15.829	(15.829)	-
	Disponibilidades	-	15.829	15.829
Outros créditos		21.484	(21.484)	-
	Outros ativos financeiros	-	21.309	21.309
	Outros ativos	-	175	175
Outros valores e bens		1	(1)	-
	Outros ativos	-	1	1
Investimentos		74	(74)	-
	Outros ativos	-	74	74
Imobilizado de uso		447	(447)	-
	Imobilizado de uso	-	1.070	1.070
	Depreciações e Amortizações	-	(623)	(623)
Intangível		49	(49)	-
	Intangível	-	72	72
	Depreciações e Amortizações	-	(23)	(23)
Total		37.884	-	37.884
PASSIVO				
Outras obrigações		24.285	(24.285)	-
	Outros passivos financeiros	-	20.336	20.336
	Outros passivos	-	2.587	2.587
	Obrigações fiscais diferidas	-	1.362	1.362
Total		24.285	-	24.285

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
De	Para	Publicado em 31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentação)
Redução em outros créditos		8.858	(8.858)	-
	Redução em outros ativos financeiros	-	7.761	7.761
	Redução em outros ativos	-	854	854
	Redução em créditos tributários	-	243	243
(Redução) em outras obrigações		(9.695)	9.695	-
	(Redução) em outros passivos financeiros	-	(8.197)	(8.197)
	(Redução) em outros passivos	-	(1.255)	(1.255)
	(Redução) em obrigações fiscais diferidas	-	(243)	(243)
Total		(837)	-	(837)

3. Principais práticas contábeis

a) **Resultado das operações** - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) **Negociação e intermediação de valores** - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) **Imobilizado de uso** - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) **Ativos, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional - CMN e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) **Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido** - São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para o imposto de

renda sobre o lucro tributável apurado no período e 15% para a contribuição social, ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.

Os créditos tributários ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração. Os saldos totais apresentam-se discriminados na Nota Explicativa nº 12.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

l) Lucro por ação - A Banrisul Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação durante o período correspondente ao resultado.

4. Disponibilidades

	2020	2019
Disponibilidades	36	9
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	46.361	15.829
Total	46.397	15.838

(1) Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda.

5. Títulos e valores mobiliários

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais, a Banrisul Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA) e para as Letras Financeiras é adotado um modelo de precificação, que utiliza as curvas futuras divulgadas pela B3 S.A.

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2020	2019
Para negociação	42.339	68.420
Disponíveis para venda	12	9
Mantidos até o vencimento	5.347	5.204
Total da carteira	47.698	73.633
Circulante	42.351	68.429
Não circulante	5.347	5.204

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2020		2019
	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Valor de mercado/ contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras	23.008	23.008	49.539
Letras financeiras do tesouro (LFT) –			
Vinculados à prestação de garantia	8.027	7.991	7.806
Fundos de Investimento –			
Vinculados à prestação de garantia	11.340	11.340	11.075
Total	<u>42.375</u>	<u>42.339</u>	<u>68.420</u>

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2020		2019
	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Valor de mercado/ contábil
Sem vencimento			
Certificados de privatização	12	12	9
Total	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>9</u>

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2020		2019
	Valor de custo/ contábil	Valor de mercado	Valor de custo/ contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras do tesouro (LFT) –			
Vinculados à prestação de garantia	5.347	5.347	5.204
Total	<u>5.347</u>	<u>5.347</u>	<u>5.204</u>

A administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Banrisul Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros ativos financeiros

	2020	2019
a) Rendas a receber:	<u>755</u>	<u>838</u>
Serviços prestados a receber	703	773
Outras rendas a receber	52	65
b) Negociação e intermediação de valores:	<u>3.693</u>	<u>19.567</u>
Devedores - Conta liquidações pendentes	3.693	19.567
c) Devedores por depósitos de garantia:	<u>924</u>	<u>904</u>
Depósitos judiciais	924	904
Total - Outros ativos financeiros	<u>5.372</u>	<u>21.309</u>
Circulante	4.448	20.405
Não Circulante	924	904

7. Outros ativos

	2020	2019
a) Impostos e contribuições a compensar:	39	175
Outros impostos e contribuições a compensar	39	175
b) Diversos:	23	75
Despesas antecipadas	23	1
Títulos patrimoniais	-	74
Total - Outros ativos	62	250
Circulante	62	250

8. Outros passivos financeiros

	2020	2019
a) Negociação e intermediação de valores:	7.246	20.336
Caixa de registro e liquidação	1.229	17.930
Comissões e corretagens a pagar	123	68
Credores - Conta liquidações pendentes	5.894	2.338
Total – Outros passivos financeiros	7.246	20.336
Circulante	7.246	20.336

9. Outros passivos

	2020	2019
a) Sociais e estatutárias:	508	901
Dividendos e bonificações a pagar ¹	508	901
b) Fiscais e previdenciárias:	1.369	210
Impostos e contribuições sobre o lucro	1.128	22
Impostos e contribuições a recolher	241	188
c) Obrigações diversas:	1.507	1.476
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.507	1.476
Total – Outros passivos	3.384	2.587
Circulante	3.384	2.587

(1) Dividendos propostos e a pagar.

10. Operações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2020	2019	2020	2019
a) Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Controlador				
Disponibilidades	36	9	-	-
Aplicações no mercado aberto	46.361	15.829	1.086	1.016
Letras Financeiras	23.008	49.539	855	2.964
Outros créditos	114	104	1.181	1.034
Convênio prestação de serviços	(1.161)	(1.135)	(9.983)	(10.163)
Dividendos	(493)	(882)	-	-

A Banrisul Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Banrisul Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.636/18 do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
Remuneração	846	1.659	1.696
Benefícios	39	70	66
Encargos Sociais	234	461	476
Total	1.119	2.190	2.238

A Banrisul Corretora remunerou seus administradores durante o ano de 2020 em R\$2.190 (2019 - R\$2.238).

Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Banrisul Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c) Outras informações com partes relacionadas - A Banrisul Corretora realiza operações com membros do pessoal-chave da Administração, incluindo seus familiares, no mercado de renda variável e renda fixa. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$80.000 e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$2,00 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 de ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) Reserva Estatutária - Tem por finalidade o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos.

e) Reserva para Expansão - A Banrisul Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a., calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de 25% (vinte e cinco por cento).

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma

distribuição total de dividendos correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei e o saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>264</u>	<u>2.108</u>	<u>3.772</u>
Constituição de reservas			
Legal	(14)	(106)	(188)
Base de cálculo de dividendos	<u>250</u>	<u>2.002</u>	<u>3.584</u>
Dividendos propostos - 25%	<u>62</u>	<u>500</u>	<u>896</u>

12. Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>506</u>	<u>3.672</u>	<u>6.485</u>
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	163	334	(222)
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	(291)	2.260	(3.405)
(=) Base do IRPJ	<u>378</u>	<u>6.266</u>	<u>2.858</u>
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	(24)	(31)	(58)
(=) Base da CSLL	<u>354</u>	<u>6.235</u>	<u>2.800</u>
Imposto de Renda - corrente	(83)	(1.543)	(694)
Contribuição Social - corrente	(53)	(935)	(423)
Incentivos Fiscais	10	10	9
Total IRPJ e CSLL - correntes	<u>(126)</u>	<u>(2.468)</u>	<u>(1.108)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	(116)	904	(1.605)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(242)</u>	<u>(1.564)</u>	<u>(2.713)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Em 31 de dezembro de 2020, a Banrisul Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

- Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2020 não havia saldo relativo a crédito tributário.

- Obrigações fiscais diferidas

Os saldos da provisão para impostos e contribuições diferidos estão representados por:

	31/12/2019	(Constituição) Realização	31/12/2020
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	(1)	(1)
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	<u>(1.362)</u>	<u>904</u>	<u>(458)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(1.362)</u>	<u>903</u>	<u>(459)</u>

13. Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	451	1.087	1.016
Resultado de títulos de renda fixa	343	1.194	3.760
Rendas de aplicações em fundos de Investimento	72	264	551
Total	866	2.545	5.327

14. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
Rendas de administração de fundos de investimento	3.319	6.911	8.113
Rendas de corretagens em operações em bolsas	4.853	11.315	9.840
Rendas de comissões	9	9	22
Rendas de outros serviços	624	1.183	1.041
Total	8.805	19.418	19.016

15. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
Comunicações	256	481	450
Processamentos de dados	634	1.234	1.147
Serviços do sistema financeiro	475	903	734
Serviços de terceiros	4.555	8.901	9.000
Comissões de intermediação financeira	950	2.308	1.847
Serviços técnicos especializados	290	492	497
Publicações	23	79	164
Outras	176	318	330
Total	7.359	14.716	14.169

16. Resultado Recorrente e Não Recorrente

De acordo com o artigo 34 da Resolução BCB nº 2/2020 do BACEN considera-se resultado não recorrente o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Evidenciamos a seguir os eventos considerados não recorrentes na Banrisul Corretora para os períodos indicados:

	2º Semestre	Exercício	
	2020	2020	2019
Lucro líquido do semestre/exercícios	264	2.108	3.772
Ajustes eventos não recorrentes	(3)	(133)	(570)
Ganhos de capital	(3)	(7)	(6)
Recuperações diversas ¹	-	(200)	(564)
Perdas em títulos patrimoniais	-	74	-
Lucro líquido recorrente	261	1.975	3.202

(1) Recuperação de Investimento - Massa Falida Banco Santos

17. Gerenciamento de riscos

A Banrisul Corretora aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17. A Banrisul Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos. Os processos são mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características das exposições das operações, e em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

18. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Banrisul Corretora não figurava como parte em processos judiciais de natureza cível classificados como perda provável.

Existem processos que, de acordo com análise efetuada pela assessoria jurídica do Banrisul, são considerados como perda possível, no montante de R\$534 (31/12/2019 – R\$165), desta forma não foram provisionados contabilmente. Essas contingências, são decorrentes, principalmente, de indenização por dano material e/ou moral, cobrança e revisional. Ainda, dentre os processos com probabilidade de perda possível a Banrisul Corretora é parte da Ação Popular 001/1.05.0252690-8, entretanto, devido à incerteza na mensuração da perda, esta não consta no montante de R\$534 supracitado.

19. Eventos subsequentes

Considerando (i) a decisão estratégica do Conglomerado Banrisul de concentrar na Banrisul Corretora as atividades de administração de carteiras de valores mobiliários e que (ii) a Banrisul Corretora está devidamente autorizada e habilitada pela CVM para as atividades de administração de carteiras de valores mobiliários, nas categorias de administrador fiduciário e de gestor de recursos, ao amparo da Instrução CVM nº 558/2015, da CVM (ICVM 558); a partir de 04/01/2021, além da gestão de recursos dos fundos de investimento, a Banrisul Corretora passa a realizar a atividade de administração fiduciária dos fundos de investimento do Conglomerado Banrisul.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nesses exames, sem ressalvas, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas e sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021.

Conselheiros

Flávia Colossi Frey

Rodrigo Mata Tortoriello

Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores, aos conselheiros e aos acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Banrisul Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Corretora em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Banrisul Corretora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Banrisul Corretora e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Corretora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Banrisul Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Diretoria

Nilvo Reinoldo Fries

Diretor - Presidente

Carmem Paludo

Diretora

Roberto Balestrin

Diretor

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto

Presidente

Almir da Costa Barreto

Antônio Ávila da Silva

Diana Paula Sana

Leo Marco Nunes Meira

Márcio Rafael Machado

Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza

Contadora CRCRS – 084401/O-6



Fundada em 17 de dezembro de 1970

Endereço:

Rua Caldas Junior, 108 - 4º Andar

Porto Alegre - RS - Brasil

www.banrisulcorretora.com.br

SAC: 0800 648 1516

Ouvidoria: 0800 644 2200



PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nesses exames, sem ressalvas, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas e sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021.

Flávia Colossi Frey 05/02/2021 19:38

Rodrigo Mata Tortorella 05/02/2021 12:15

Thiago Josué Ben 05/02/2021 12:13



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA
REGISTRO.....	: RS-084401/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 981.280.190-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 17/03/2021 as 11:36:37.

Válido até: 15/06/2021.

Código de Controle: 646543.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DEZEMBRO/2020



SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS.....	12
9. NOTAS EXPLICATIVAS.....	13
1. Contexto operacional	13
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	13
3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios.....	15
4. Resumo das operações de consórcios	18
5. Títulos e valores mobiliários (Administradora)	18
6. Outros créditos – diversos (Administradora)	19
7. Créditos tributários	19
8. Sociais e Estatutárias (Administradora)	20
9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)	20
10. Diversas (Administradora).....	20
11. Provisão para contingências	20
12. Patrimônio líquido (Administradora)	21
13. Receita de Prestação de Serviços.....	21
14. Outras despesas administrativas	21
15. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)	22
16. Transações com partes relacionadas (Administradora).....	23
17. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)	23
18. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)	24
19. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)	24
20. Instrumentos financeiros (Administradora).....	24
21. Gerenciamento de Risco	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	26
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27

Missão:

Promover a integração de pessoas físicas e jurídicas em grupos fechados, proporcionando a aquisição segura de bens e serviços, através de uma gestão comprometida com os nossos valores.

Visão:

Ser referência na administração de grupos de consórcios, buscando sempre a realização de sonhos.

Valores:

Comprometimento

Transparência

Excelência

Eficiência

Ética

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31.12.2020, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de imóveis e automóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Em 31.12.2020 a empresa administrava 154 grupos de consórcios (178 grupos em 2019) com uma base de clientes ativos de 70.272 consorciados (70.804 consorciados ativos em 2019), sendo que, no ano de 2020, ocorreram 10.821 contemplações (9.718 contemplações em 2019). No período, apresentou lucro líquido de R\$ 43.972 mil (R\$ 44.545 mil em 2019).

A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, uma quota do lucro líquido, em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem suas atividades.

A Administração.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Circulante	<u>148.318</u>	<u>151.260</u>
Disponibilidades	<u>40.588</u>	<u>57.557</u>
Depósitos bancários à vista	350	74
Aplicações de liquidez imediata (Nota 5)	40.238	57.483
Instrumentos financeiros (Nota 5)	<u>90.841</u>	<u>81.887</u>
Carteira própria	90.841	81.887
Outros créditos - diversos (Nota 6)	<u>16.883</u>	<u>11.810</u>
Despesas antecipadas	<u>6</u>	<u>6</u>
Não Circulante	<u>206.235</u>	<u>181.142</u>
Realizável a longo prazo	<u>203.178</u>	<u>178.450</u>
Instrumentos financeiros (Nota 5)	198.844	174.242
Carteira própria	198.844	174.242
Outros créditos - diversos (Nota 6)	3.306	3.379
Créditos tributários (Nota 7)	1.028	829
Investimentos (Nota 16)	<u>2.790</u>	<u>2.389</u>
Imobilizado	<u>267</u>	<u>303</u>
Imobilizado de uso	728	708
Depreciações acumuladas	(461)	(405)
Total do ativo	<u>354.553</u>	<u>332.402</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo		
Circulante	<u>52.040</u>	<u>63.077</u>
Sociais e estatutárias (Nota 8)	10.531	31.802
Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	12.176	9.814
Diversas (Nota 10)	29.333	21.461
Não Circulante	<u>805</u>	<u>854</u>
Provisão para contingências (Nota 11)	679	578
Fiscais diferidas	126	276
Patrimônio líquido	<u>301.708</u>	<u>268.471</u>
Capital social (Nota 12)	200.000	200.000
Reservas de lucros	101.462	67.934
Outros resultados abrangentes	246	537
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>354.553</u>	<u>332.402</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas e despesas da intermediação financeira			
Receita de operações com títulos e valores mobiliários	3.383	9.101	17.813
Despesas de operações com títulos e valores mobiliários	-	(1)	(73)
Resultado da intermediação financeira	<u>3.383</u>	<u>9.100</u>	<u>17.740</u>
Outras receitas operacionais	<u>51.921</u>	<u>97.365</u>	<u>88.305</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 13)	51.547	96.693	85.119
Resultado de equivalência patrimonial	285	526	2.528
Outras receitas	89	146	658
Despesas operacionais	<u>(19.253)</u>	<u>(40.472)</u>	<u>(40.271)</u>
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(11.672)	(26.106)	(27.092)
Provisões	(1.069)	(2.830)	(3.498)
Campanha de vendas	(513)	(1.690)	(2.146)
Remuneração variável	(460)	(967)	(1.176)
Contingências cíveis e tributárias	(96)	(173)	(176)
Outras despesas administrativas	(10.603)	(23.276)	(23.594)
Despesas tributárias	(7.572)	(14.345)	(13.148)
Outras despesas	(9)	(21)	(31)
Resultado antes dos tributos	<u>36.051</u>	<u>65.993</u>	<u>65.774</u>
Tributos sobre o lucro (Nota 15)	<u>(11.931)</u>	<u>(22.021)</u>	<u>(21.229)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(11.931)	(22.021)	(21.229)
Valores correntes	(12.078)	(22.221)	(21.351)
Valores diferidos	147	200	122
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>24.120</u>	<u>43.972</u>	<u>44.545</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	<u>0,27</u>	<u>0,49</u>	<u>0,50</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>2º Semestre</u>		
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do período	<u>24.120</u>	<u>43.972</u>	<u>44.545</u>
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	<u>(203)</u>	<u>(291)</u>	<u>127</u>
Títulos disponíveis para venda	<u>(203)</u>	<u>(291)</u>	<u>127</u>
Variação de valor de mercado	<u>(308)</u>	<u>(441)</u>	<u>192</u>
Efeito fiscal	<u>105</u>	<u>150</u>	<u>(65)</u>
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido do período	<u>(203)</u>	<u>(291)</u>	<u>127</u>
Total do resultado abrangente do período, líquido de imposto de renda e contribuição social	<u>23.917</u>	<u>43.681</u>	<u>44.672</u>

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucro			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	200.000	13.754	12.560	28.814	410	-	255.538
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.545	44.545
Outros resultados abrangentes							
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	127	-	127
Destinação do lucro							-
Constituição de reservas (Nota 12)	-	2.227	2.227	8.352	-	(12.806)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,35 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(31.739)	(31.739)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	200.000	15.981	14.787	37.166	537	-	268.471
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	43.972	43.972
Outros resultados abrangentes							
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(291)	-	(291)
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 12b)	-	2.199	2.199	29.130	-	(33.528)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,12 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(10.444)	(10.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	200.000	18.180	16.986	66.296	246	-	301.708
Mutações do Exercício	-	2.199	2.199	29.130	(291)	-	33.237
Saldos em 1º de julho de 2020	200.000	16.974	15.780	50.317	449	-	283.520
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	24.120	24.120
Outros resultados abrangentes							
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(203)	-	(203)
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 12b)	-	1.206	1.206	15.979	-	(18.391)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,06 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(5.729)	(5.729)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	200.000	18.180	16.986	66.296	246	-	301.708
Mutações do Semestre	-	1.206	1.206	15.979	(203)	-	18.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	24.120	43.972	44.545
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	23	100	173
Créditos tributários	(146)	(200)	(122)
Depreciação	28	56	72
Equivalência patrimonial	(285)	(526)	(2.528)
Variações de ativos e obrigações			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(3.453)	(33.847)	11.619
(Aumento) redução em outros créditos	9.397	5.355	7.038
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.719)	(10.229)	(9.926)
Aumento (redução) em outras obrigações	(613)	10.085	1.201
Caixa líquido proveniente das aplicações nas atividades operacionais	23.352	14.766	52.072
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(7)	(21)	(31)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7)	(21)	(31)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(31.714)	(31.714)	(26.953)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(31.714)	(31.714)	(26.953)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(8.369)	(16.969)	25.088
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercício	48.957	57.557	32.469
Depósitos bancários à vista	43	74	44
Aplicações de liquidez imediata	48.914	57.483	32.425
Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercício	40.588	40.588	57.557
Depósitos bancários à vista	350	350	74
Aplicações de liquidez imediata	40.238	40.238	57.483
Aumento (redução) de caixa e equivalentes a caixa	(8.369)	(16.969)	25.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes a caixa	<u>681</u>	<u>477</u>
Aplicações financeiras (Nota 19)	<u>534.879</u>	<u>481.517</u>
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 18)	<u>702.107</u>	<u>585.635</u>
Compensação	<u>4.585.065</u>	<u>4.704.669</u>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	37.358	34.500
Contribuições devidas ao grupo	2.410.261	2.452.123
Valores e bens ou serviços a contemplar	2.137.446	2.218.046
Total do Ativo	<u>5.822.732</u>	<u>5.772.298</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo		
Obrigações com consorciados	<u>493.215</u>	<u>421.625</u>
Valores a repassar	<u>6.590</u>	<u>4.456</u>
Obrigações por contemplações a entregar	<u>488.203</u>	<u>436.241</u>
Recursos a devolver a consorciados	<u>179.540</u>	<u>142.665</u>
Recursos dos grupos	<u>70.119</u>	<u>62.642</u>
Compensação	<u>4.585.065</u>	<u>4.704.669</u>
Recursos mensais a receber de consorciados	37.358	34.500
Obrigações do grupo por contribuições	2.410.261	2.452.123
Bens ou serviços a contemplar	2.137.446	2.218.046
Total do Passivo	<u>5.822.732</u>	<u>5.772.298</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u>		
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades no início do período	518.915	481.994	416.953
Caixa e equivalentes a caixa	345	477	520
Aplicações financeiras	518.570	481.517	416.433
Aplicações financeiras dos grupos	46.638	45.276	50.810
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	471.932	436.241	365.623
(+) Recursos coletados	384.305	720.903	641.292
Contribuições para aquisições de bens	315.632	585.995	503.949
Taxa de administração	47.939	91.050	80.229
Contribuição ao fundo de reserva	10.886	20.309	17.461
Renda de aplicação financeira	1.603	7.870	19.903
Prêmios de seguros	4.705	9.733	10.069
Outros	3.540	5.946	9.681
(-) Recursos utilizados	367.660	667.337	576.251
Aquisição de bens	289.329	514.551	441.219
Taxa de administração	48.628	92.046	81.705
Prêmio de seguros	4.740	9.881	10.110
Devolução a consorciados desligados	10.179	17.564	20.892
Outros	14.784	33.295	22.325
Disponibilidades no final do período	535.560	535.560	481.994
Depósitos bancários	681	681	477
Aplicações financeiras	534.879	534.879	481.517
Aplicações financeiras dos grupos	46.676	46.676	45.276
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	488.203	488.203	436.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora” ou “Banrisul Consórcios”) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”) seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

A pandemia gerada pelo COVID 19 trouxe criticidades operacionais, principalmente no que diz respeito a tramitação documental e redução presencial de empregados, já tratadas e adequadas à situação limitadora. Diante desse cenário, foi implantada uma nova metodologia de vendas, o que amenizou o impacto gerado pela Pandemia, proporcionando um crescimento expressivo, em especial no segundo semestre de 2020. Nossa posição em relação a quantidade de consorciados ativos não demonstrou redução significativa devido às ações de retenção com foco na manutenção da adimplência e possíveis intenções de desistência, paralela à criação interna de área capacitada em simulações e suporte à rede de agências objetivando vendas direcionadas, cujo sucesso auxiliou positivamente em novas vendas, as quais evitaram impactos negativos na saúde financeira dos grupos, obtendo dessa forma manutenção no volume de operações em contemplações nas Assembleias Gerais Ordinárias mensais, que se mantêm sem redução.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13.

As cartas circulares nº 3.147/04 e nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em **03/02/2021**.

Segue quadro comparativo em razão das alterações introduzidas pela Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020:

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO				
De	Para	Publicação 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação
Circulante				
Disponibilidades		74	(74)	
	Depósitos bancários à vista		74	74
Circulante				
Títulos e valores mobiliários				
Carteira própria		139.370	(139.370)	
	Circulante			
	Caixa e equivalentes a caixa			
	Aplicações de liquidez imediata		57.483	57.483
	Circulante			
	Instrumentos financeiros			
	Carteira própria		81.887	81.887

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO				
De	Para	Publicação 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação
Circulante				
Outros créditos - diversos		12.487	(12.487)	
	Circulante			
	Outros créditos - diversos		11.810	11.810
	Circulante			
	Despesas antecipadas		6	6
	Não Circulante			
	Créditos tributários		671	671
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários		174.242	(174.242)	
	Não Circulante			
	Realizável a longo prazo			
	Instrumentos financeiros		174.242	174.242
Realizável a longo prazo				
Outros créditos - diversos		3.537	(3.537)	
	Não Circulante			
	Outros créditos - diversos		3.379	3.379
	Não Circulante			
	Créditos tributários		158	158
Permanente				
Investimentos		2.389	(2.389)	
	Não Circulante		2.389	2.389
	Investimentos (Nota 16)			
Permanente				
Imobilizado de uso				
Outras imobilizações de uso		708	(708)	
Depreciações acumuladas		(405)	405	
	Não Circulante			
	Imobilizado			
	Imobilizado de uso		708	708
	Depreciações acumuladas		(405)	(405)
PASSIVO				
De	Para	Publicação 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação
Circulante				
Outras obrigações				
Fiscais e previdenciárias		10.090	(276)	9.814
	Não Circulante			
	Fiscais diferidas		276	276
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
De	Para	Publicação 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação
Ajuste de avaliação patrimonial		537	(537)	
	Outros resultados abrangentes			537
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
De	Para	Publicação 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		17.740	(17.740)	
	Receita de operações com títulos e valores mobiliários		17.813	17.813
	Despesas de operações com títulos e valores mobiliários		(73)	(73)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		627	(627)	
	Outras receitas		658	658
	Outras despesas		(31)	(31)
Resultado operacional		65.774	(65.774)	
	Resultado antes dos tributos		65.774	65.774

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
De	Para	Publicação 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício				
Disponibilidades		44	(44)	
	Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercício			
	Depósitos bancários à vista		44	44
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		(13.439)	25.058	11.619
	Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercício			
	Aplicações de liquidez imediata		32.425	32.425
	Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercício			
	Aplicações de liquidez imediata		57.483	57.483
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício				
Disponibilidades		74	(74)	
	Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercício			
			74	74
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS				
ATIVO				
De	Para	Publicação 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação
Disponibilidades		477	(477)	
	Caixa e equivalentes a caixa		477	477
Obrigações com consorciados		421.405	(421.405)	
Grupos em formação		220	(220)	
	Obrigações com consorciados		421.625	421.625
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS				
De	Para	Publicação 31/12/2019	Reclassificações	Reapresentação
Disponibilidades no início do período		416.953	(416.953)	
	Caixa e equivalentes a caixa		520	520
	Aplicações financeiras			
	Aplicações financeiras dos grupos		50.810	50.810
	Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		365.623	365.623
Disponibilidades no final do período				
Depósitos bancários		477	(477)	
	Caixa e equivalentes a caixa		477	477
Aplicações financeiras		481.517	(481.517)	
	Aplicações financeiras			
	Aplicações financeiras dos grupos		45.276	45.276
	Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		436.241	436.241

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a) Da administradora

(i) **Apuração do resultado** - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) **Títulos e valores mobiliários** – Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(vii) Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(ix) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica “Outros créditos diversos” e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(x) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Dos grupos de consórcio - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Disponibilidades e aplicações financeiras - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454/94 e 3.524/11 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados - Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

(v) Valores de bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.

(vi) Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

(xi) Risco de crédito - Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado. Para tanto, o consorciado contemplado passa por uma análise de crédito com critérios definidos na apólice da seguradora antes de retirar o bem.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	<u>Quantidade</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Grupos administrados	154	178
Consortados ativos	70.272	70.804
Bens entregues – no ano	9.608	8.624
Bens entregues – total	27.242	27.488
Bens pendentes de entrega	7.280	6.661
Desistentes/Excluídos – no ano	9.059	9.233
Desistentes/Excluídos – total	36.531	32.799

A taxa de inadimplência é de 3,23% (2019 – 2,72%).

5. Títulos e valores mobiliários (Administradora)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Circulante</u>		
Aplicações de liquidez imediata		
Para negociação	40.238	57.483
Total	<u>40.238</u>	<u>57.483</u>
Carteira própria		
Para negociação	23.203	15.729
Disponível para venda	2.271	2.482
Mantidos até o vencimento	65.367	63.676
Total	<u>90.841</u>	<u>81.887</u>
<u>Não circulante</u>		
Carteira própria		
Mantidos até o vencimento	198.844	174.242
Total	<u>198.844</u>	<u>174.242</u>

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	<u>2020</u>		<u>2019</u>
	Valor	Valor de	Valor de
	Custo/Curva	Mercado/Contábil	Mercado
Fundo Premium FI RF LP	40.238	40.238	57.483
Fundo Banrisul Master FI Refer. DI LP (1)	23.203	23.203	15.729
Total	<u>63.441</u>	<u>63.441</u>	<u>73.212</u>

(1) Recursos dos Grupos Encerrados Contabilmente.

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	<u>2020</u>		<u>2019</u>
	Valor	Valor de	Valor de
	Custo/Curva	Mercado/Contábil	Mercado
Fundo de Investimento Imobiliário	1.899	2.271	2.482
Total	<u>1.899</u>	<u>2.271</u>	<u>2.482</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$ 372 (2019 - R\$ 813), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 126 (2019 - R\$ 276).

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Títulos e valores mobiliários – Mantidos até o vencimento

	<u>2020</u>		<u>2019</u>
	Valor	Valor	Valor
	Custo/Curva	Mercado	Mercado
Letras Financeiras	264.211	264.330	238.164
Total	<u>264.211</u>	<u>264.330</u>	<u>238.164</u>

As aplicações em Letras Financeiras foram realizadas com prazos de 1.097, 1.098, 734 e 731 dias (taxa DI de 108,0%, 107,5%, 107,0%, e 107,0%, respectivamente), aplicadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Outros créditos – diversos (Administradora)

<u>Circulante</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora	13.938	9.518
Valores pendentes de cobrança judicial (cotas inadimplentes)	869	839
IRRF a compensar	947	649
Outros	1.129	804
Total	<u>16.883</u>	<u>11.810</u>
<u>Não Circulante</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos vinculados a processos judiciais (a)	2.653	2.631
Impostos e contribuições a compensar (b)	653	748
Total	<u>3.306</u>	<u>3.379</u>

(a) O valor de R\$ 2.653 (2019 - R\$ 2.631) está relacionado a depósitos judiciais referentes a processos cíveis e a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

(b) Recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e CSLL visto que a empresa é tributada pelo Lucro Real Anual.

7. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações cíveis e tributárias), remuneração variável sobre a performance comercial e campanha de vendas.

A expectativa de realização desses créditos é até 2025 (Nota 15) e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 987 (2019 - R\$ 767).

8. Sociais e Estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dividendos a pagar (Nota 12b)	10.444	31.739
Outras	87	63
Total	<u>10.531</u>	<u>31.802</u>

9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	10.761	8.567
PIS/COFINS	910	808
Outras	505	439
Total	<u>12.176</u>	<u>9.814</u>

10. Diversas (Administradora)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Obrigações por recursos de consorciados - grupos encerrados	22.953	15.662
Convênio prestação de serviços (Nota 16)	4.050	4.145
Credores diversos	1.642	1.092
Outros valores	688	562
Total	<u>29.333</u>	<u>21.461</u>

11. Provisão para contingências

(a) Provisão para contingências – Prováveis

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para passivos contingentes cíveis e fiscais	679	578
Total	<u>679</u>	<u>578</u>

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

Contingências Cíveis	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo Inicial	484	405
Constituição e atualização monetária	308	165
Reversão da provisão	(221)	(86)
Baixas por pagamento	(21)	-
Saldo Final	<u>550</u>	<u>484</u>

Contingências Fiscais	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo Inicial	94	-
Constituição e atualização monetária	35	94
Reversão da provisão	-	-
Baixas por pagamento	-	-
Saldo Final	<u>129</u>	<u>94</u>

(b) Provisão para contingências - Possíveis

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 12.274 (2019 - R\$ 9.434) e R\$ 1.844 (2019 - R\$ 1.972) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

12. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital Social - O Capital Social no valor de R\$ 200.000 é composto por 89.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de Resultados - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da empresa.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

Os dividendos de 2019 foram pagos em 01/09/2020.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2020 serão pagos no primeiro semestre de 2021 e estão demonstrados abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do período	43.972	44.545
Reserva legal (5%)	(2.199)	(2.227)
Base de cálculo dos dividendos	41.773	42.318
Dividendos propostos (25% em 2020 e 75% em 2019)	10.444	31.739
Dividendos por ações em circulação – R\$	0,12	0,35

13. Receita de Prestação de Serviços

	<u>2º Semestre</u> <u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de Prestação de Serviços	51.547	96.693	85.119
Total	<u>51.547</u>	<u>96.693</u>	<u>85.119</u>

A receita da prestação de serviços refere-se à taxa de administração recebida pela gestão e administração dos grupos de consórcios.

14. Outras despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u> <u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisões			
Campanha de vendas - Convênio de prestação de serviços (Nota 16)	(513)	(1.690)	(2.146)
Remuneração variável - Convênio de prestação de serviços (Nota 16)	(460)	(967)	(1.176)
Contingências cíveis e tributárias	(96)	(173)	(176)
Subtotal	<u>(1.069)</u>	<u>(2.830)</u>	<u>(3.498)</u>
	<u>2º Semestre</u> <u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Convênio de prestação de serviços (Nota 16)	(8.979)	(20.315)	(19.750)
Despesas de serviços de terceiros	(37)	(74)	(69)
Despesas com administração e conselhos	(340)	(685)	(807)
Manutenção	-	(6)	(44)
Despesas diversas	(1.247)	(2.196)	(2.924)
Subtotal	<u>(10.603)</u>	<u>(23.276)</u>	<u>(23.594)</u>
Total	<u>(11.672)</u>	<u>(26.106)</u>	<u>(27.092)</u>

15. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>2º Semestre</u> <u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes dos tributos	36.051	65.993	65.774
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	478	403	(1.861)
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	478	403	(1.872)
(=) Base do IRPJ	36.529	66.396	63.913
(=) Base da CSLL	36.529	66.396	63.902
Imposto de Renda	(9.120)	(16.575)	(15.954)
Contribuição Social	(3.288)	(5.976)	(5.751)
Deduções doações e patrocínios	330	330	354
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(11.931)	(22.021)	(21.229)
IRPJ e CSLL Corrente	(12.078)	(22.221)	(21.351)
IRPJ e CSLL Diferidos	147	200	122

Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outras provisões temporárias	829	199	1.028	829
Total do ativo fiscal diferido	829	199	1.028	829

Expectativa de realização dos créditos tributários

	<u>Contribuição</u> <u>Social</u>	<u>Imposto de</u> <u>Renda</u>	<u>Total</u>
2021	223	621	844
2022	12	34	46
2023	12	34	46
2024	12	34	46
2025	12	34	46
Total 31.12.2020	271	757	1.028
Total 31.12.2019	218	611	829

Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações fiscais diferidas	276	(150)	126	276
Total do passivo fiscal diferido	276	(150)	126	276

16. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Administradora de Consórcios. Além disso, são recebidos da Banrisul Cartões S.A. dividendos conforme Estatuto Social da mesma, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Caixa e equivalentes a caixa	350	-	74	-
Instrumentos financeiros	327.652	8.666	311.130	17.529
Outras obrigações - sociais e estatutárias	(10.410)	-	(31.638)	-
Convênio prestação de serviços	(4.050)	(22.972)	(4.144)	(23.072)
Banrisul Cartões S.A.				
Clientes	-	-	-	(10)
Dividendos	125	-	139	135
Equivalência	2.790	526	2.389	2.528

A empresa é acionista da Banrisul Cartões S.A, do grupo Banrisul, com participação societária de 0,22%. Sobre este investimento é aplicado o Método de Equivalência Patrimonial.

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem duas cotas de consórcios de nossa administradora. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Circular BACEN nº 3.901/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

17. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)

O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Dessa forma, é evidenciado a seguir os eventos considerados como não recorrentes para os períodos indicados.

	2º Semestre		
	2020	2020	2019
Lucro líquido do semestre/exercícios	24.120	43.972	44.545
Ajustes eventos não recorrentes	-	-	(2.283)
Equivalência patrimonial ⁽¹⁾	-	-	(2.283)
Lucro líquido recorrente	24.120	43.972	42.262

(1) Reconhecimento inicial equivalência patrimonial Banrisul Cartões S.A.

18. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Curso normal	697.108	582.409
Em atraso	4.082	2.440
Em cobrança judicial	917	786
	<u>702.107</u>	<u>585.635</u>

19. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 534.879 (2019 - R\$ 481.517) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

20. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

21. Gerenciamento de Risco

A Banrisul Consórcios aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

RELATÓRIOS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nesses exames, sem ressalvas, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas e sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2021.

Claudio Leite Gastal

Paula Ferreira Krieger

Micheli Tassiani Petry

Conselheiros



KPMG Auditores Independentes
Av. Carlos Gomes, 258 - 6º andar
90480-002 - Porto Alegre/RS – Brasil
Caixa Postal 18.511 - CEP 90480-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0407
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores, conselheiros e acionistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Banrisul Consórcios”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2020 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2020 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente



para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Gabriel Leal Marchiori
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Fernando Krug Santos - **Presidente**
Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**

Fernando Postal - **Conselheiro**
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior - **Conselheiro**
Jose Luiz Castro Mendel - **Conselheiro**
Ladir César Cardoso Matias - **Conselheiro**
Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**

Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora - CRC RS-061075/O-7





Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24 - Rua Caldas Júnior, 108 - 4º andar - Porto Alegre - RS

a)Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2020		2019
	Valor de	Valor de	Valor de
	Custo/Curva	Mercado/Contábil	Mercado
Fundo Premium FI RF LP	40.238	40.238	57.483
Fundo Banrisul Master FI Refer. DI LP (1)	23.203	23.203	15.729
Total	63.441	63.441	73.212

(1) Recursos dos Grupos Encerrados Contabilmente.

b)Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2020		2019
	Valor de Custo/Curva	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Mercado
Fundo de Investimento Imobiliário	1.899	2.271	2.482
Total	1.899	2.271	2.482

Em 31 de dezembro de 2020, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$ 372 (2019 - R\$ 813), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 126 (2019 - R\$ 276).

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c)Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o Vencimento

	2020	2019
	<u>Valor de</u> <u>Custo/Curva</u>	<u>Valor de</u> <u>Mercado</u>
Letras Financeiras	264.211	238.164
Total	264.211	238.164

As aplicações em Letras Financeiras foram realizadas com prazos de 1.097, 1.098, 734 e 731 dias (taxa DI de 108,0%, 107,5%, 107,0%, e 107,0%, respectivamente), aplicadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

A Administradora declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento. Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Outros créditos - diversos (Administradora)

	2020	2019
Circulante		
Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora	13.938	9.518
Valores pendentes de cobrança judicial (cotas inadimplentes)	869	839
IRRF a compensar	947	649
Outros	1.129	804
Total	16.883	11.810

	2020	2019
Não Circulante		
Depósitos vinculados a processos judiciais (a)	2.653	2.631
Impostos e contribuições a compensar (b)	653	748
Total	3.306	3.379

(a) O valor de R\$ 2.653 (2019 - R\$ 2.631) está relacionado a depósitos judiciais referentes a processos cíveis e a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

(b) Recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e CSLL visto que a empresa é tributada pelo Lucro Real Anual.

7. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações cíveis e tributárias), remuneração variável sobre a performance comercial e campanha de vendas.

A expectativa de realização desses créditos é até 2025 (Nota 15) e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 987 (2019 - R\$ 767).

8. Sociais e Estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	2020	2019
Dividendos a pagar (Nota 12b)	10.444	31.739
Outras	87	63
Total	10.531	31.802

9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	2020	2019
Impostos e contribuições sobre o lucro	10.761	8.567
PIS/COFINS	910	808
Outras	505	439
Total	12.176	9.814

10. Diversas (Administradora)

	2020	2019
Obrigações por recursos de consorciados - grupos encerrados	22.953	15.662
Convênio prestação de serviços (Nota 16)	4.050	4.145
Credores diversos	1.642	1.092
Outros valores	688	562
Total	29.333	21.461

11.Provisão para contingências

(a) Provisão para contingências - Prováveis

	2020	2019
Provisão para passivos contingentes cíveis e fiscais	679	578
Total	679	578

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	2020	2019
Contingências Cíveis		
Saldo Inicial	484	405
Constituição e atualização monetária	308	165
Reversão da provisão	(221)	(86)
Baixas por pagamento	(21)	-
Saldo Final	550	484
Contingências Fiscais		
Saldo Inicial	94	-
Constituição e atualização monetária	35	94
Reversão da provisão	-	-
Baixas por pagamento	-	-
Saldo Final	129	94

(b) Provisão para contingências - Possíveis

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 12.274 (2019 - R\$ 9.434) e R\$ 1.844 (2019 - R\$ 1.972) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

12.Patrimônio líquido (Administradora)

a) **Capital Social** - O Capital Social no valor de R\$ 200.000 é composto por 89.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) **Distribuição de Resultados** - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras. A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da empresa.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social. Os dividendos de 2019 foram pagos em 01/09/2020. Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2020 serão pagos no primeiro semestre de 2021 e estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Lucro líquido do período	43.972	44.545
Reserva legal (5%)	(2.199)	(2.227)
Base de cálculo dos dividendos	41.773	42.318
Dividendos propostos (25% em 2020 e 75% em 2019)	10.444	31.739
Dividendos por ações em circulação – R\$	0,12	0,35

13. Receita de Prestação de Serviços

	2º Semestre 2020	2020	2019
Receita de prestação de serviços	51.547	96.693	85.119
Total	51.547	96.693	85.119

A receita da prestação de serviços refere-se à taxa de administração recebida pela gestão e administração dos grupos de consórcios.

14. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2020	2020	2019
Provisões			
Campanha de vendas - Convênio de prestação de serviços (Nota 16)	(513)	(1.690)	(2.146)
Remuneração variável - Convênio de prestação de serviços (Nota 16)	(460)	(967)	(1.176)
Contingências cíveis e tributárias	(96)	(173)	(176)
Subtotal	(1.069)	(2.830)	(3.498)
	2º Semestre 2020	2020	2019
Convênio de prestação de serviços (Nota 16)	(8.979)	(20.315)	(19.750)
Despesas de serviços de terceiros	(37)	(74)	(69)
Despesas com administração e conselhos	(340)	(685)	(807)
Manutenção	-	(6)	(44)
Despesas diversas	(1.247)	(2.196)	(2.924)
Subtotal	(10.603)	(23.276)	(23.594)
Total	(11.672)	(26.106)	(27.092)

15. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2º Semestre 2020	2020	2019
Resultado antes dos tributos	36.051	65.993	65.774
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	478	403	(1.861)
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	478	403	(1.872)
(=) Base do IRPJ	36.529	66.396	63.913
(=) Base da CSLL	36.529	66.396	63.902
Imposto de Renda	(9.120)	(16.575)	(15.954)
Contribuição Social	(3.288)	(5.976)	(5.751)
Deduções - doações e patrocínios	330	330	354
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(11.931)	(22.021)	(21.229)
IRPJ e CSLL Corrente	(12.078)	(22.221)	(21.351)
IRPJ e CSLL Diferidos	147	200	122

Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2020	31/12/2019
Outras provisões temporárias	829	199	1.028	829
Total do ativo fiscal diferido	829	199	1.028	829

Expectativa de realização dos créditos tributários

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2021	223	621	844
2022	12	34	46
2023	12	34	46
2024	12	34	46
2025	12	34	46
Total 31.12.2020	271	757	1.028
Total 31.12.2019	218	611	829

Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações fiscais diferidas	276	(150)	126	276
Total do ativo fiscal diferido	276	(150)	126	276

16.Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Administradora de Consórcios. Além disso, são recebidos da Banrisul Cartões S.A. dividendos conforme Estatuto Social da mesma, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Caixa e equivalentes a caixa	350	-	74	-
Instrumentos financeiros	327.652	8.666	311.130	17.529
Outras obrigações - sociais e estatutárias	(10.410)	-	(31.638)	-
Convênio prestação de serviços	(4.050)	(22.972)	(4.144)	(23.072)
Banrisul Cartões S.A.				
Clientes	-	-	-	(10)
Dividendos	125	-	139	135
Equivalência	2.790	526	2.389	2.528

A empresa é acionista da Banrisul Cartões S.A, do grupo Banrisul, com participação societária de 0,22%. Sobre este investimento é aplicado o Método de Equivalência Patrimonial.

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem duas cotas de consórcios de nossa administradora. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Circular BACEN nº 3.901/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

17.Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)

O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Dessa forma, é evidenciado a seguir os eventos considerados como não recorrentes para os períodos indicados.

	2º Semestre 2020	2020	2019
Lucro líquido do semestre/exercícios	24.120	43.972	44.545
Ajustes eventos não recorrentes	-	-	(2.283)
Equivalência patrimonial ⁽¹⁾	-	-	(2.283)
Lucro líquido recorrente	24.120	43.972	42.262

(1) Reconhecimento inicial equivalência patrimonial Banrisul Cartões S.A.

18. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	2020	2019
Curso normal	697.108	582.409
Em atraso	4.082	2.440
Em cobrança judicial	917	786
Total	702.107	585.635

19.Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 534.879 (2019 - R\$ 481.517) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

20.Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

21.Gerenciamento de Risco

A Banrisul Consórcios aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrengente, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nesses exames, sem ressalvas, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas e sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2021.

Claudio Leite Gastal

Paula Ferreira Krieger
Conselheiros

Micheli Tassiani Petry

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Banrisul Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2020 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2020 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nesses exames, sem ressalvas, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas e sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021.

Cláudio Leite Gastal

fls. 002 de 03 2021 13:48

Micheli Tassiani Petry

fls. 003 de 03 2021 13:51

Paula Ferreira Krieger

fls. 004 de 03 2021 13:49

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS**

Certidão n.º: RS/2021/00000361

Nome: KATHIA HELENA IAHNKE DE OLIVEIRA CRIXEL CPF: 415.689.310-34

CRC/UF n.º RS-061075/O Categoria: CONTADOR

Validade: 09.06.2021

Finalidade: OUTRAS

Confirme a existência deste documento na página www.crcrs.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 415.689.310-34 Controle : 8492.1062.1631.2886

Banrisul Cartões S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Sumário

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	7
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
BALANÇOS PATRIMONIAIS	17
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	18
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	18
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	20
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	21
NOTAS EXPLICATIVAS	23
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	25
NOTA 02 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	25
NOTA 03 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	30
NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31
NOTA 05 - CLIENTES	31
NOTA 06 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS	32
NOTA 07 - IMOBILIZADO	32
NOTA 08 - CARTÕES EM CIRCULAÇÃO	33
NOTA 09 - CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS	33
NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS	33
NOTA 11 - OUTROS PASSIVOS	33
NOTA 12 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	34
NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34
NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	36
NOTA 15 - RECEITA LÍQUIDA	36
NOTA 16 - CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	36
NOTA 17 - DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL	37
NOTA 18 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	37
NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO	37
NOTA 20 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	38
NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
NOTA 22 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	41
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	53
PARECER DO CONSELHO FISCAL	57

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS 4T20

- O volume financeiro transacionado pela Vero alcançou R\$9,1 bilhões no 4T20, com crescimento de 11,7% em relação ao 4T19.
- A quantidade de transações capturadas foi de 90,7 milhões no 4T20, o que representa redução de 0,4% quando comparado ao 4T19.
- A Antecipação do Recebimento de Vendas atingiu R\$1,2 bilhão no 4T20, registrando aumento de 11,4% frente ao 4T19.
- A Receita Líquida registrou R\$135,2 milhões no 4T20, evoluiu em 4,3% ante o 4T19.
- O EBITDA foi de R\$81,9 milhões no 4T20, com Margem EBITDA de 60,6%.
- O Lucro Líquido totalizou R\$72,1 milhões no 4T20, superando em 2,2% o montante registrado no 4T19.

O quarto trimestre de 2020 foi impactado pela pandemia, entretanto, apresentou retomada a cada mês, com maior velocidade no 3T20. Ante a permanência do cenário instaurado, a Companhia manteve seu posicionamento de apoio e manutenção às empresas credenciadas Vero e conveniadas Banricard e direcionou o foco para as oportunidades surgidas com o incremento de venda por delivery, link de pagamentos, QR Code e PIX.

Destques Operacionais e Financeiros		4T20	4T19	Var. % 4T20 x 4T19	3T20	Var. % 4T20 x 3T20	12M20	12M19	Var. % 12M20 x 12M19
Volume Financeiro Transacionado (R\$ milhões)	VERO	9.114,0	8.162,0	11,7%	7.523,2	21,1%	30.343,6	29.515,4	2,8%
Quantidade de Transações (milhões)		90,7	91,1	-0,4%	74,3	22,0%	312,7	333,8	-6,3%
Faturamento (R\$ milhões)	BANRICARD	388,9	395,2	-1,6%	333,6	16,6%	1.389,9	1.468,3	-5,3%
Quantidade de Transações (milhões)		4,4	5,6	-20,8%	4,0	11,2%	17,1	21,7	-21,1%
EBITDA (R\$ milhões)		81,9	68,7	19,2%	66,8	22,6%	263,1	259,2	1,5%
% Margem EBITDA		60,6%	53,0%	7,6p.p.	58,5%	2,0p.p.	56,9%	52,8%	4,2p.p.
Lucro Líquido (R\$ milhões)		72,1	70,6	2,2%	61,0	18,2%	244,7	271,7	-9,9%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Cartões S.A., referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

LINHA DE PRODUTOS

A Banrisul Cartões atua em duas linhas de produtos:

Rede de Adquirência “Vero”: envolve as atividades de credenciamento, captura, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos.

Cartões de Benefícios e Empresariais “BanriCard”: envolve a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A seguir, é detalhado o desempenho operacional por linha de produto.

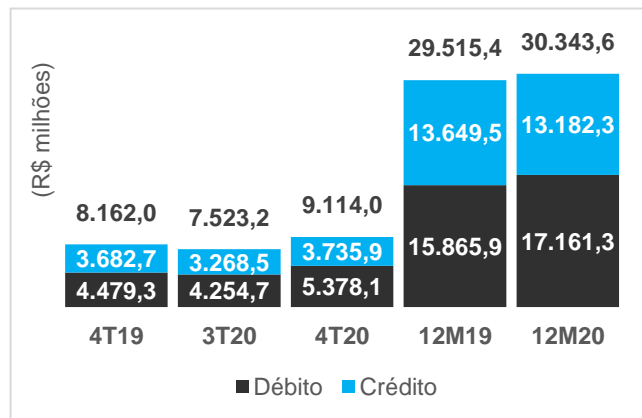
Rede de Adquirência Vero

Em 2020, a Vero apresentou os seguintes destaques:

- (i) Vero *Wallet*, a carteira digital da Vero, com possibilidade de inclusão dos cartões Banricompras e BanriCard, pagamento por contatos e Link de pagamento;
- (ii) Vero PDV Web, TEF exclusivo Vero para estabelecimentos de pequeno porte;
- (iii) captura das bandeiras GreenCard e Ticket, ampliando o portfólio Vero;
- (iv) novas aplicações na plataforma Vero *Store*, para otimizar a gestão dos clientes que utilizam a solução Vero Smart;
- (v) melhorias para os estabelecimentos, com a nova conciliação transacional, disponibilização do simulador de vendas no app Vero Banrisul e melhorias nas funcionalidades do Vero *Repay*, com a possibilidade de pausa e retomada de contratos; e
- (vi) solução Vero X para recebimento das transações Pix pela Vero e integração com os QR Codes Vero X (Pix) e Vero *Wallet* nos POS, mPOS e SmartPOS.

O volume financeiro transacionado registrou R\$9,1 bilhões no 4T20, montante 11,7% ou R\$952,0 milhões superior ao valor apurado no 4T19. Em comparação com o 3T20, houve elevação de 21,1% ou R\$1,6 bilhão, decorrente da retomada dos negócios dos credenciados. Nos 12M20, o volume financeiro transacionado totalizou R\$30,3 bilhões, valor 2,8% ou R\$828,2 milhões acima do apurado em 2019. O bom desempenho registrado no 1T20, somado à flexibilização do distanciamento social e reabertura do comércio do quarto trimestre, compensaram a retração registrada no segundo e terceiros trimestres de 2020, resultando movimento positivo em relação ao ano anterior.

Volume Financeiro Transacionado



Especificamente com cartões de débito, foram transacionados R\$5,4 bilhões no 4T20, com aumento de 20,1% ou R\$898,8 milhões frente ao 4T19, e crescimento de 26,4% ou R\$1,1 bilhão em relação ao 3T20. Nos doze meses de 2020, o total transacionado com cartões de débito somou R\$17,2 bilhões, refletindo incremento de 8,2% ou R\$1,3 bilhões em comparação com mesmo período do ano anterior.

Com cartões de crédito, o volume financeiro transacionado registrou R\$3,7 bilhões no 4T20, valor 1,4% ou R\$53,2 milhões superior ao realizado no 4T19, e elevou 14,3% ou R\$467,4 mil em comparação ao 3T20. O volume financeiro transacionado com cartões de crédito atingiu R\$13,2 bilhões nos 12M20, valor 3,4% ou R\$467,2 mil abaixo do realizado nos 12M19.

O volume de transações alcançou 90,7 milhões no 4T20, com resultado 0,4% ou 378,0 mil transações abaixo do apurado no 4T19, e com aumento de 22,0% ou 16,4 milhões de transações em relação ao 3T20. No acumulado do ano de 2020, o volume de transações totalizou 312,7 milhões, resultado 6,3% ou 21,1 milhões de transações inferior ao apurado nos 12M19.

Em dezembro de 2020, a Vero contou com 143,5 mil estabelecimentos ativos, que realizaram pelo menos uma transação nos últimos 12 meses, cuja base foi reduzida em 1,2% quando comparado a dezembro de 2019, mantendo-se estável em relação a setembro de 2020.

Antecipação do Recebimento de Vendas

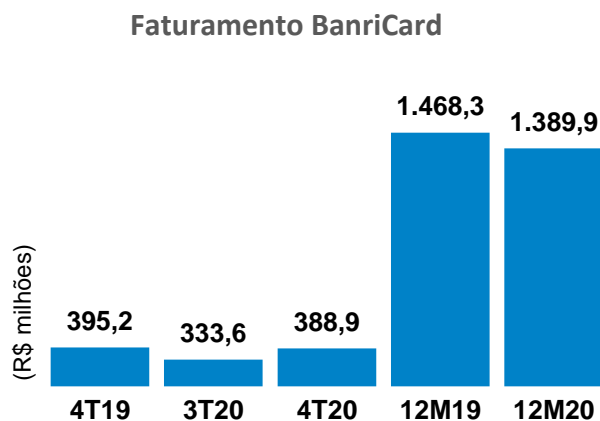
A Banrisul Cartões oferece Antecipação do Recebimento de Vendas aos clientes credenciados. No 4T20, o volume financeiro das antecipações somou R\$1,2 bilhão, alcançando 29,0% do volume passível de antecipação, montante 11,4% ou R\$117,9 milhões acima do registrado no 4T19. Quando comparado ao 3T20, houve elevação de 19,5% ou R\$187,7 milhões. A elevação do volume antecipado é reflexo das ações realizadas com grandes contas e segmento de subcredenciadores.

Nos doze meses de 2020, o volume financeiro das antecipações registrou R\$3,9 bilhões, alcançando 27,8% do volume passível de antecipação, representado pelas transações de crédito, montante 1,8% ou R\$69,8 milhões acima do registrado no mesmo período de 2019.

Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

Ao final de dezembro de 2020, o BanriCard alcançou 6.297 convênios ativos, com fatura nos últimos 2 meses, teve redução de 7,9% ante dezembro de 2019, e aumento de 0,9% em relação a setembro de 2020.

O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$388,9 milhões no 4T20, com redução de 1,6% ou R\$6,4 milhões em relação ao 4T19. No comparativo com o 3T20, aumentou 16,6% ou R\$55,3 milhões. Nos 12M20, o faturamento dos cartões BanriCard registrou R\$1,4 bilhão, com queda de 5,3% ou R\$78,4 milhões na comparação com o ano anterior. Foram especialmente impactados os produtos alimentação e salário, que juntos representam 87,7% do montante faturado no período, com queda de 3,2% em relação aos 12M19, resultado diretamente relacionado à desaceleração da atividade econômica, imposta pela pandemia.



No 4T20, os cartões BanriCard alcançaram o volume de 4,4 milhões de transações de compra na rede credenciada, com redução de 20,8% ou 1,2 milhão de transações em comparação com o 4T19, e aumento de 11,2% ou 446,7 mil transações frente ao obtido no 3T20. Nos 12M20, o volume de transações atingiu 17,1 milhões, resultado 21,1% ou 4,6 milhões de transações abaixo do apurado nos 12M19.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A seguir, será apresentado o desempenho econômico e financeiro da Companhia relativo ao 4T20 e 12M20.

Receita Líquida

A Receita Líquida da Banrisul Cartões registrou R\$135,2 milhões no 4T20, com aumento de 4,3% ou R\$5,5 milhões quando comparado ao 4T19, e com incremento de 18,5% ou R\$21,1 milhões ante o 3T20.

No acumulado dos doze meses de 2020, a Receita Líquida da Banrisul Cartões totalizou R\$462,1 milhões, com decréscimo de 6,0% ou R\$29,2 milhões em relação aos 12M19. A queda auferida é reflexo do impacto da pandemia no volume transacionado, combinado com o posicionamento adotado pela Companhia de manutenção dos clientes por meio da isenção de tarifas. O efeito foi compensado gradualmente com a retomada da economia, observado no resultado do último trimestre de 2020.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados alcançou R\$38,2 milhões no 4T20, com redução de 0,7% ou R\$268,9 mil na comparação com o 4T19, e com aumento de 6,1% ou R\$2,2 milhões ante o 3T20. O movimento é decorrente das restrições impostas pela pandemia, intensificadas no 2T20, com gradual retomada a partir do 3T20, que refletem diretamente os custos atrelados à operação.

Nos 12M20, o Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$144,0 milhões, com redução de 3,3% ou R\$4,9 milhões na comparação com o mesmo período de 2019. A redução é reflexo da diminuição dos custos atrelados à operação em decorrência das restrições impostas, especialmente no segundo trimestre de 2020, somados à melhoria na eficiência operacional em relação ao mesmo período anterior.

Receitas (Despesas) Operacionais

No 4T20, as Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$18,4 milhões, com queda de 23,8% ou R\$5,8 milhões frente ao verificado no 4T19, e com aumento de 31,1% ou R\$4,4 milhões quando comparadas com o 3T20. O movimento identificado decorre dos gastos com publicidade e propaganda.

Nos 12M20, as Despesas Operacionais Líquidas atingiram R\$65,4 milhões, com redução de 25,5% ou R\$22,4 milhões frente ao verificado no mesmo período de 2019, devido, especialmente, a redução dos gastos com publicidade e propaganda e ao encerramento do serviço de consultoria estratégica, contratada no ano de 2018 para auxiliar na reorganização e ampliação dos negócios da Companhia.

EBITDA

O EBITDA¹ totalizou R\$81,9 milhões no 4T20, com crescimento de 19,2% ante o 4T19, e com aumento de 22,6% frente ao 3T20. Nos 12M20, o EBITDA somou R\$263,1 milhões, refletindo elevação de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado a seguir (em R\$ milhões):

EBITDA	4T20	4T19	Var.% 4T20 x 4T19	3T20	Var.% 4T20 x 3T20	12M20	12M19	Var.% 12M20 x 12M19
Lucro Líquido	72,1	70,6	2,2%	61,0	18,2%	244,7	271,7	-9,9%
Resultado Financeiro	-29,3	-38,7	-24,4%	-28,8	1,9%	-118,2	-158,1	-25,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	35,7	35,1	1,6%	31,7	12,5%	126,2	140,9	-10,5%
Depreciação e Amortização	3,4	1,8	90,4%	2,8	19,3%	10,5	4,7	122,1%
EBITDA	81,9	68,7	19,2%	66,8	22,6%	263,1	259,2	1,5%
Receita Operacional Líquida	135,2	129,7	4,3%	114,1	18,5%	462,1	491,3	-6,0%
% Margem EBITDA	60,6%	53,0%	7,6p.p.	58,5%	2,0p.p.	56,9%	52,8%	4,2p.p.

¹ A administração acredita que o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um parâmetro importante, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Banrisul Cartões registrou R\$29,3 milhões no 4T20, com redução de 24,4% ou R\$9,5 milhões em comparação com o 4T19, e com aumento de 1,9% ou R\$533,6 mil em relação ao 3T20. Nos doze meses de 2020, o Resultado Financeiro da Banrisul Cartões totalizou R\$118,2 milhões, refletindo diminuição de 25,2% ou R\$39,9 milhões na comparação com o mesmo período de 2019.

As Receitas Financeiras somaram R\$29,4 milhões no 4T20, com resultado 24,5% ou R\$9,5 milhões abaixo do apurado no 4T19, e com 1,8% ou R\$505,6 mil superior ao obtido no 3T20. Nos 12M20, as Receitas Financeiras registraram R\$118,6 milhões, resultado 25,2% ou R\$39,9 milhões inferior ao apurado nos 12M19. Tais receitas são oriundas, principalmente, da Antecipação do Recebimento de Vendas e das Aplicações Financeiras.

As receitas com as Antecipações do Recebimento de Vendas, cujo montante representa 92,0% do total das Receitas Financeiras apuradas no 4T20, somaram R\$27,0 milhões, com queda de 19,0% ou R\$6,4 milhões ante o obtido no 4T19, e com aumento de 10,5% ou R\$2,6 milhões em comparação com o 3T20. Nos 12M20, as referidas receitas totalizaram R\$102,8 milhões, resultado 20,0% ou R\$25,7 milhões abaixo do apurado nos 12M19. O movimento é reflexo do fechamento e gradual abertura do comércio devido à pandemia Covid-19, que impactou no volume antecipado por todos os segmentos da Companhia.

Já as Aplicações Financeiras atingiram R\$2,2 milhões no 4T20, com resultado 57,8% ou R\$3,0 milhões abaixo do registrado no 4T19, e com redução de 21,8% ou R\$602,7 mil em comparação com o 3T20. Nos 12M20, as Aplicações Financeiras somaram R\$12,1 milhões, resultado 56,4% ou R\$15,6 milhões abaixo do apurado nos 12M19. A queda registrada é decorrente da menor rentabilidade dos ativos investidos, atrelada ao CDI.

Lucro Líquido

A Banrisul Cartões registrou o Lucro Líquido de R\$72,1 milhões no 4T20, com decréscimo de 2,2% ou R\$1,5 milhão em relação ao resultado do 4T19, e com aumento 18,2% ou R\$11,1 milhões quando comparado ao 3T20.

Nos 12M20, o Lucro Líquido da Banrisul Cartões alcançou R\$244,7 milhões, montante 9,9% ou R\$27,0 milhões abaixo do auferido nos 12M19.

AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normas do BACEN, a Banrisul Cartões aderiu ao sistema de controles internos e de conformidade do Grupo Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Cartões é realizado de forma integrada com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Cartões é integrante, está disponível no site de Relações com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

Adicionalmente, a Banrisul Cartões submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações. A Auditoria Interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos, trazendo abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, mantendo a sinergia em todo o conglomerado.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Visando estar em conformidade com as boas práticas de governança, a Banrisul Cartões adota políticas e procedimentos de maneira integrada com o controlador, o Banrisul, alinhando interesses para preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da Companhia, contribuindo para a qualidade e sustentabilidade da mesma.

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento. A Companhia implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação, e aguarda deliberação desde então.

Em setembro de 2018, a Banrisul Cartões obteve o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tornando-se Companhia de capital aberto.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Visando incentivar o esporte e cultura no Estado do Rio Grande do Sul, a Banrisul Cartões contribui com patrocínio a equipes esportivas, bem como com incentivos a projetos contemplados pela Lei Roaunet.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Banrisul Cartões não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Cartões agradece ao seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio irrestrito na concretização dos projetos estratégicos que fortaleceram a Companhia, bem como ao suporte tecnológico que permitiu a manutenção das atividades da Companhia de maneira remota, garantindo a prestação dos serviços aos seus clientes. Aos empregados, pelo comprometimento e competência, prestando atendimento com qualidade ante ao cenário de pandemia, instaurada a partir do mês de março, e que são essenciais para o alcance das conquistas e resultados. Aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca incessante pela qualidade. A todos, nossos sinceros agradecimentos em mais este trimestre.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	510.850	394.522
Clientes	5	2.562.305	2.583.124
Outros ativos		2.702	4.267
Total do ativo circulante		3.075.857	2.981.913
Ativo não circulante			
Títulos e Valores Imobiliários		4.645	-
Ativos fiscais diferidos	6	3.597	3.696
Depósitos judiciais	12	4.687	3.268
Títulos mantidos em garantia		-	4.519
Outros ativos		538	581
Investimentos	20 c	3.038	4.910
Imobilizado	7	88.776	52.458
Intangível		1.758	2.474
Total do ativo não circulante		107.039	71.906
Total dos ativos		3.182.896	3.053.819
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Cartões em circulação	8	72.561	57.742
Contas a pagar a estabelecimentos	9	1.654.956	1.718.565
Dividendos a pagar		58.111	64.520
Obrigações fiscais	10	50.043	48.479
Outros passivos	11	42.075	44.241
Total do passivo circulante		1.877.746	1.933.547
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	12	3.290	4.575
Outros passivos	11	6.540	6.516
Total do passivo não circulante		9.830	11.091
Patrimônio líquido			
Capital social	13 a	800.000	800.000
Reserva de lucros		498.409	311.844
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.089)	(2.663)
Total do patrimônio líquido		1.295.320	1.109.181
Total do passivo e patrimônio líquido		3.182.896	3.053.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
Receita líquida	15	462.089	491.326
Custo dos serviços prestados	16	(144.032)	(148.946)
Lucro bruto		318.057	342.380
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(52.560)	(69.502)
Pessoal	17	(7.939)	(6.965)
Resultado de participações societárias	20c	(4.291)	(9.410)
Outras receitas/(despesas)	18	(627)	(1.983)
Lucro antes do resultado financeiro		252.640	254.520
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	118.624	158.544
Despesas financeiras	19	(420)	(473)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		370.844	412.591
Imposto corrente	14	(125.862)	(140.834)
Imposto diferido	14	(306)	(95)
Lucro líquido do exercício		244.676	271.662
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		0,60	0,66

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	244.676	271.662
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	(646)	(2.628)
Efeito tributário sobre o ajuste	220	894
Total dos resultados abrangentes do exercício	244.250	269.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Capital social	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	610.000	244.392	50.310	(929)	-	903.773
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	271.662	271.662
Aumento de capital social	190.000	(190.000)	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(1.734)	-	(1.734)
Reserva legal	-	-	13.583	-	(13.583)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(64.520)	(64.520)
Reserva de expansão	-	193.559	-	-	(193.559)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	800.000	247.951	63.893	(2.663)	-	1.109.181
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	244.676	244.676
Aumento de capital social (Nota 13 a)	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(426)	-	(426)
Reserva legal	-	-	12.234	-	(12.234)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(58.111)	(58.111)
Reserva de expansão	-	174.331	-	-	(174.331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	800.000	422.282	76.127	(3.089)	-	1.295.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	244.676	271.662
Ajuste lucro líquido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	178	(274)
Depreciações (Nota 7)	9.548	3.942
Baixa para perdas no período	3.807	4.401
Amortizações (CPC 6)	895	762
Encargos Financeiros (CPC 6)	142	171
Ganhos/perdas com atualizações atuariais	137	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.291	9.410
Provisão para contingências	(1.137)	187
Atualização Depósitos Judiciais	(1.322)	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	16.833	(381.141)
Redução de outros ativos	88.326	98.198
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	(97)	50
Aumento (redução) de cartões em circulação	14.819	(9.265)
Aumento (redução) de contas a pagar a estabelecimentos	(63.609)	81.840
Aumento de obrigações fiscais	36.035	34.893
Aumento (redução) de outros passivos	(3.444)	4.079
Imposto de renda e contribuição social pagos	(120.981)	(126.620)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	229.097	(7.705)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(45.830)	(51.724)
Investimentos	(2.419)	(14.320)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(48.249)	(66.044)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(64.520)	(61.483)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(64.520)	(61.483)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	116.328	(135.232)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	394.522	529.754
No fim do exercício	510.850	394.522
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	116.328	(135.232)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas		
Receita da prestação de serviços	533.863	572.586
Outras receitas	3.154	3.107
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(134.523)	(145.048)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(32.678)	(40.000)
Outros	(22.454)	(33.950)
Valor adicionado bruto	347.362	356.695
Depreciação e amortização	(10.451)	(4.704)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	336.911	351.991
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	(4.291)	(9.410)
Receitas financeiras	118.624	158.544
Valor adicionado total a distribuir	451.244	501.125
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	7.939	6.965
Remuneração direta	5.403	4.828
Benefícios	960	727
FGTS	378	327
INSS	1.198	1.083
Impostos, taxas e contribuições	198.163	221.923
Federais	173.018	193.567
Estaduais	-	8
Municipais	25.145	28.348
Remuneração de capitais de terceiros	466	575
Despesas financeiras	420	473
Aluguéis e outros	46	102
Remuneração de capitais próprios	244.676	271.662
Dividendos	58.111	64.520
Lucros retidos	186.565	207.142
Valor adicionado distribuído	451.244	501.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Cartões S.A. (“Banrisul Cartões” ou “Companhia”) é uma empresa de capital aberto estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Banco”), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras que norteiam o mercado, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Cartões atua em duas linhas de produtos: (i) Rede de Adquirência com a marca Vero, que envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard, que abrange a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A principal fonte de receita da Banrisul Cartões é decorrente da taxa de “*Merchant Discount Rate (MDR)*” descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela Taxa da Credenciadora e Taxa da Bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas com antecipação do recebimento de vendas, mensalidade, aluguel de equipamentos, franquia e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da Taxa de Reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da Taxa de Administração cobrada das empresas conveniadas.

O MDR descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero remunera: (i) o serviço prestado pela Companhia; (ii) o intercâmbio descontado pelos emissores dos cartões transacionados na rede de adquirência Vero; e (iii) a taxa cobrada pelas bandeiras.

No que tange ao MDR, a Companhia funciona como agente e sua receita corresponde tão somente aos serviços prestados pela rede de adquirência aos estabelecimentos credenciados. Neste contexto, a receita de MDR da Companhia é reconhecida pelo valor efetivo dos serviços prestados, desconsiderando o valor retido pelos emissores; e o intercâmbio não compõe o custo dos serviços prestados.

O Ativo referente ao contas a receber dos emissores é contabilizado pelo valor líquido do desconto da parcela do MDR (intercâmbio), retida pelos emissores. E, o Passivo, referente ao Contas a Pagar aos estabelecimentos credenciados, é registrado pelo valor líquido a pagar, isto é, já descontado do MDR da transação.

O desempenho do ano de 2020 foi afetado pelos impactos da pandemia do COVID-19, contudo com menor redução no volume capturado pela adquirência em relação ao segundo trimestre e, por consequência, na receita de MDR e de antecipação do recebimento de vendas. A política de apoio à sustentabilidade dos credenciados, com isenção de mensalidades foi mantida em menor escala, com menor impacto nas receitas de tarifas mensais.

A estratégia adotada no ano de 2020, manteve a priorização do bem-estar e saúde dos colaboradores, com a manutenção do teletrabalho, e o controle da liquidez para alocação de capital.

A Companhia revisou suas projeções com menor expectativa de resultado em relação ao esperado antes da pandemia.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 04 de fevereiro de 2021.

NOTA 02 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 1 e com as demais normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia é cotista de fundo de investimento em renda fixa administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no qual é a única cotista. A Bannrisul Cartões cumpre os requisitos elencados no CPC 36 que a dispensam da divulgação de demonstrações contábeis consolidadas, tais como: (i) os acionistas não fazem objeção a não apresentação de demonstrações consolidadas; (ii) não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados no mercado; (iii) não possui processos de arquivamento das demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários ou órgão regulador com a finalidade de distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e (iv) ela própria é uma controlada integral cuja controladora divulga suas demonstrações contábeis de forma consolidada no Brasil e em IFRS.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

2.3. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 o **IFRS 16 / CPC 6 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Administração revisou todos os contratos em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16 / CPC 6 (R3) e a aplicação deste IFRS, apesar de não haver impactos relevantes, está demonstrado na presente demonstração financeira da Companhia.

Relativo ao **ICPC 22 / IFRIC 23 INCERTEZA SOBRE TRATAMENTO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento da receita auferida na prestação do serviço.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de emissores e conveniados.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a estabelecimentos e cartões em circulação e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado e, seus rendimentos, são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado no ativo circulante pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais e dos valores a receber de emissores e credenciados.

A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes em relação ao histórico de cobrança e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia.

A provisão é constituída de acordo com a probabilidade de perda ou não recuperabilidade dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de aquisição da Companhia.

e) Cartões em circulação

Cartões em circulação são classificados como custo amortizado. Registram as obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero e conveniados Banricard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo circulante pelo valor das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontados dos estabelecimentos credenciados.

2.5. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Com a adoção do CPC6 (R3)/IFRS16, a Companhia efetuou o registro do contrato de direito de uso do imóvel onde está instalada sua sede. A despesa financeira da obrigação passiva relativo a este contrato é reconhecida no resultado da Companhia, de acordo com o fluxo de liquidação do contrato.

Na análise dos realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente, o efeito não é relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 14.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 ao ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período ao qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de *report* e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.8. Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas é reconhecida de uma única vez na data da operação, e classificada como receita financeira.

Na linha de produtos de Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões para compras ou contratação de serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da nota fiscal, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

2.10. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados pela Companhia é constituído pelos valores de custo com os serviços técnicos e especializados, comunicação, processamento de dados, manutenção e atualização de softwares para garantir a qualidade e segurança das informações, insumos relativos a equipamentos e materiais necessários para a efetivação da captura das transações; pelo repasse de MDR aos bancos emissores dos cartões de débito e crédito, bem como ao MDR relativo a prestação de serviços de subadquirente; e, dos valores referente a taxas das Bandeiras.

2.11. Benefício a empregados

A Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a Companhia, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como ajustes de avaliação patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a eles. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

2.12. Informação por segmento

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da linha operacional é a administração da Companhia que se utiliza, para tomada de decisão, da margem bruta gerada pela linha de produtos de adquirência sendo que outras linhas de produtos marginais representam menos de 10% do negócio da Companhia.

2.13. Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), com a publicação da Circular BACEN nº 3.886/18, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Cartões teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago). Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Cartões encaminhou a volumetria solicitada por meio de ofício ao BACEN, no mês de abril de 2018, e aguarda deliberação desde então.

NOTA 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Provisões para contingências

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida ao resultado da Companhia.

NOTA 04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ¹

	2020	2019
Disponibilidades	11.030	11.761
Cotas de fundos de investimento (b)	-	212.985
Aplicações financeiras – CDB (b)	335.300	-
Aplicações em operações compromissadas (a) (b)	164.520	169.776
Total	510.850	394.522

(a) Aplicações em Fundo de investimento Banrisul Giro, cuja composição é 100% em operações compromissadas.

(b) Os saldos aplicados possuem opção de resgate imediato.

1) Este ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado.

NOTA 05 CLIENTES ²

	2020	2019
Valores a faturar (a)	1.829	1.190
Contas a receber de conveniados (b)	52.103	61.497
Contas a receber de emissores (c)	1.661.559	1.665.042
Contas a receber de emissores - Banrisul (d)	838.281	846.739
Contas a receber credenciados e tarifas (e)	9.647	9.592
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	(1.114)	(936)
Total	2.562.305	2.583.124

(a) O saldo corresponde aos valores contratados referentes cargas nos cartões de benefícios pré-pagos e serviços por meio do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.

(b) Saldo composto pelos valores faturados a partir do fechamento da agenda financeira que ainda não foram liquidados pelos conveniados.

(c) O saldo corresponde ao valor líquido das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de adquirência Vero, a vencer.

(d) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompras e dos cartões visa e mastercard emitidos pelo Banrisul, capturadas pela rede de adquirência Vero.

(e) O saldo corresponde ao montante de valores a receber da rede credenciada referente as tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência e demais valores a receber dos credenciados.

(f) Montante provisionado relativo ao risco de perda sobre valores a receber dos conveniados e credenciados conforme avaliação e políticas adotadas pela Companhia. (Nota 2.4 letra d)

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

	2020	2019
Valores a vencer:		
Até 90 dias	2.011.804	1.974.317
Acima de 90 dias	545.417	601.039
Vencidos:		
Até 90 dias	4.846	5.627
Acima de 90 dias	1.352	3.077
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - "PCLD"	(1.114)	(936)
Total	2.562.305	2.583.124

2) Este ativo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

Demonstrativo da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2020
Saldo em 31/12/2019	(936)
Reversão de provisão no período	3.516
Constituição de provisão no período	(3.694)
Saldo em 31/12/2020	(1.114)

NOTA 06 ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, tais como provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5), para contingências (Nota 12) e benefícios pós-emprego (Nota 22), e estão classificados no ativo. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2020			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo em 31/12/2019	3.696	(195)	(1.372)	2.129
Constituição	819	(32)	(220)	567
Reversão	(918)	45	-	(873)
Saldo em 31/12/2020	3.597	(182)	(1.592)	1.823

	2019			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo em 31/12/2018	3.049	(346)	(479)	2.224
Constituição	1.050	(42)	(927)	81
Reversão	(403)	193	34	(176)
Saldo em 31/12/2019	3.696	(195)	(1.372)	2.129

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, no grupo outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	2020
2021	786
2022	150
2023	150
2024	150
Após 2024	2.361
Total	3.597

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.054.

NOTA 07 IMOBILIZADO

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido 2020	Saldo Líquido 2019
Móveis e utensílios	10,0	222	(8)	214	18
Sistemas de transporte - veículos	20,0	211	(60)	150	176
Sistemas de comunicação	10,0	163	(83)	80	77
Equipamentos de informática	20,0	88	(73)	15	23
Equipamentos de captura (a)	20,0	107.444	(19.128)	88.316	52.164
Total		108.128	(19.352)	88.776	52.458

	2019	Adições	Baixas	Depreciação	2020
Móveis e utensílios	18	203	-	(7)	214
Sistemas de transporte - veículos	176	-	-	(26)	150
Sistemas de comunicação	77	18	-	(14)	80
Equipamentos de informática	23	-	-	(8)	15
Equipamentos de captura (a)	52.164	45.687	(42)	(9.493)	88.316
Total	52.458	45.908	(42)	(9.548)	88.776

(a) Saldo e movimentos relativo a aquisições de equipamentos de captura. A Depreciação é iniciada após a instalação dos equipamentos POS e PIN PADS; até 2018 era efetuada em 3 anos; a partir de 2019 a companhia passou a efetuar a depreciação em 5 anos, baseada em laudo técnico e informações dos fornecedores dos novos equipamentos.

NOTA 08 CARTÕES EM CIRCULAÇÃO ³

	2020	2019
Alimentação e refeição	62.938	50.083
Salário	6.167	4.941
Cartão Presente	1.967	1.815
Demais cartões	1.489	903
Total	72.561	57.742

Saldo existente em 31 de dezembro de 2020, relativo aos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos Cartões de Benefícios Banricard na rede credenciada. Nestas contas existem movimento constantes de aumento relativo a carga e diminuição pela utilização.

3) Este passivo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

NOTA 09 CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS ⁴

	2020	2019
Contas a pagar transações rede de adquirência Vero (a)	1.586.837	1.647.058
Contas a pagar transações Banricard (b)	68.115	71.507
Demais contas a pagar credenciados (c)	4	-
Total	1.654.956	1.718.565

(a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos pelo valor líquido das transações capturadas, já deduzidas dos valores de MDR e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos lojistas junto à rede de adquirência Vero. O MDR refere-se ao percentual descontado dos estabelecimentos credenciados sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero para remunerar o serviço prestado, o repasse aos bancos emissores dos cartões transacionados na rede Vero (taxa de intercâmbio) e a taxa cobrada pelas bandeiras.

(b) Saldo a pagar relativo aos valores transacionados pelos portadores dos cartões benefício e empresariais já deduzidos da taxa de intermediação e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos credenciados.

(c) Saldo correspondente às demais obrigações com os estabelecimentos comerciais credenciados.

A composição do contas a pagar a estabelecimentos, por vencimento, está apresentada a seguir:

	2020	2019
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.354.322	1.442.849
Acima de 90 dias	300.634	275.716
Total	1.654.956	1.718.565

4) Este passivo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

NOTA 10 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2020	2019
Imposto de renda	26.404	24.894
Contribuição social	10.362	10.283
Imposto sobre serviços	7.775	7.727
PIS/COFINS	5.092	5.130
Retenções a recolher	410	445
Total	50.043	48.479

NOTA 11 OUTROS PASSIVOS

	2020	2019
Contrato direito de uso – CPC6 (a)	991	831
Provisões operacionais (b)	20.062	19.930
Provisões e encargos folha de pagamento	490	450
Serviços a pagar (c)	2.146	4.708
Aquisições a liquidar (d)	1.820	1.785
Valores a liquidar – migração (e)	13.346	13.349
Demais passivos	3.220	3.188
Total outros passivos circulantes	42.075	44.241
Obrigações Benefício Pós-Emprego (f)	5.417	4.606
Contrato Direito de Uso LP – CPC6 (a)	941	1.715
Demais passivos	182	195
Total outros passivos não circulantes	6.540	6.516

(a) Valor referente contrato de Direito de uso do imóvel sede da Companhia, registrado conforme definição do IFRS16/CPC6 (R2).

(b) Saldo relativo ao contas a pagar da Companhia do qual o montante de R\$ 10.584 (R\$ 10.953 em 31 de dezembro/19) refere-se ao ressarcimento do acordo operacional Banrisul.

(c) Saldo referente serviço de manutenção e software a pagar.

(d) Valor a pagar relativo aquisição de equipamentos de captura registrados no imobilizado da companhia.

(e) Saldo referente cartões bloqueados a migrar para a nova processadora, isto é, valores a disponibilizar em moeda em circulação.

(f) Composto por valores relativos a provisão para Benefício Pós-Emprego e débitos tributários.

NOTA 12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

(a) Causas prováveis

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

Movimentação das provisões:	Trabalhista	Cível	Fiscal	Total
Saldo em 31/12/2019	3.930	645	-	4.575
Adições	127	130	9	266
Atualizações	37	204	-	241
Reversões	(1.435)	(209)	-	(1.644)
Pagamentos	(127)	(12)	(9)	(148)
Saldo em 31/12/2020	2.532	758	-	3.290
Depósitos Judiciais	4.650	37	-	4.687

Do montante depositado judicialmente até 31 de dezembro de 2020, R\$ 4.543 referem-se a Depósitos Judiciais – MCP (Mandato de citação e penhora) e R\$144 Depósito Recursal.

(b) Causas possíveis

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

	2020	2019
Trabalhistas	7.642	9.967
Cíveis	261	235
Saldo final	7.903	10.202

Contingências trabalhistas

As ações trabalhistas referem-se, na sua maioria, a “vantagens bancárias” relativo aos empregados incorporados da extinta Banrisul Processamento de Dados. De acordo com o histórico estes processos levam em média 10 anos para conclusão.

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se, especialmente, a ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de supostos problemas operacionais na utilização do serviço prestado pela empresa. A média para conclusão destes processos é de 4 anos.

Contingências Fiscais

Em 2020 ocorreu a provisão e liquidação de ação fiscal referente questionamento a cerca do recolhimento de ISS.

NOTA 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 800.000 (o mesmo de 31 de dezembro de 2019), dividido em 408.974.477 ações.

b) Distribuição de resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 244.676, terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Composição dos valores relativo a dividendos a distribuir em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	%	2020	2019
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	99,78	57.986	64.381
Banrisul S.A Administradora de Consórcios	0,22	125	139
Total	100%	58.111	64.520

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o valor de R\$ 76.127 relativo a reserva legal.

d) Reservas de lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição de reserva de expansão, a qual terá a sua destinação pela Assembleia Geral Ordinária. O Saldo referente Reserva de Expansão em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 422.282.

e) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o capital social da entidade ao final do período.

A Banrisul Cartões não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído são iguais. Desta forma, o cálculo do lucro diluído por ação foi efetuado através da divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações da Companhia. Os Acionistas, em 10 de abril de 2018 aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento das ações da Companhia em 408.974.477 Ações sendo 204.487.239 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e trinta e nove) Ordinárias (ON) e 204.487.238 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e trinta e oito) Preferenciais (PN).

Considerando o desdobramento no número de ações da Companhia conforme AGE de 10 de abril de 2018, o cálculo de lucro básico por ação, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, é o seguinte:

	2020	2019
Número total de ações	408.974.477	408.974.477
Lucro líquido do exercício	244.676	271.662
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	0,60	0,66

NOTA 14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	370.844	412.591
Adições (exclusões) - IRPJ		
Provisão para passivos contingentes	(1.286)	-
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	2.642	4.239
PCLD	178	(274)
Ajuste CPC 6	103	71
Ajuste equivalência patrimonial	4.291	9.410
Outras adições (exclusões)	1.274	739
Adições (exclusões) - CSLL		
Provisão para passivos contingentes	(1.286)	-
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	2.642	4.239
PCLD	178	(274)
Ajuste CPC 6	103	71
Ajuste equivalência patrimonial	4.291	9.410
Outras adições (exclusões)	1.233	669
(=) Base do IRPJ corrente	378.046	426.775
(=) Base do CSLL corrente	378.005	426.706
Imposto de renda	(91.841)	(102.430)
Contribuição social	(34.021)	(38.404)
IRPJ e CSLL correntes	(125.862)	(140.834)
IRPJ e CSLL diferidos	(306)	(95)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(126.168)	(140.929)
Alíquota efetiva	34,02%	34,16%

NOTA 15 RECEITA LÍQUIDA

	2020	2019
Receita bruta	537.932	573.902
Impostos e descontos incidentes sobre serviços	(75.843)	(82.576)
Receita líquida	462.089	491.326

A receita bruta é proveniente dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, mensalidade, aluguel e franquia dos equipamentos de captura, da prestação de serviços da utilização de rede e dos serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais. Os impostos incidentes sobre os serviços prestados são Imposto sobre Serviços – ISS (alíquota 5%), PIS (alíquota 1,65%) e COFINS (alíquota 7,60%).

NOTA 16 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2020	2019
Serviço técnico e especializado (a)	(29.135)	(29.809)
Processamento de dados e comunicação (b)	(39.273)	(29.585)
Repasse a emissores, bandeiras e parceiras (c)	(71.319)	(82.588)
Repasse a adquirentes (d)	-	(1.089)
Outros custos (e)	(4.305)	(5.875)
Total	(144.032)	(148.946)

- (a) Custos com os serviços técnicos e especializados fundamentais para a entrega dos serviços prestados.
(b) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.
(c) Taxas descontadas pelos bancos emissores sobre as transações realizadas com os cartões de crédito e débito; valor repassado às companhias parceiras pelo fornecimento de software cobrado sobre o volume transacionado com cartões de débito e crédito, pela manutenção dos equipamentos, e pelo serviço de logística e, valor devido às bandeiras pela efetivação das transações realizadas com os cartões de crédito e débito.
(d) Composto pelo custo de MDR descontado pelas credenciadoras dos arranjos de pagamento em que a Vero atua como facilitadora.
(e) Composto pelo custo de bobinas e de insumos utilizados no processamento das transações com cartões de crédito e débito.

NOTA 17 DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	2020	2019
Serviços técnicos e especializados	(4.349)	(12.228)
Serviços de terceiros	(25.875)	(26.109)
Patrocínios, publicidade e propaganda	(18.312)	(27.728)
Aluguéis	(46)	(101)
Outros	(3.978)	(3.336)
Total despesas gerais e administrativas	(52.560)	(69.502)
Remuneração a empregados	(1.928)	(1.934)
Encargos e benefícios	(984)	(982)
Diretoria e conselhos	(5.027)	(4.049)
Total despesas de pessoal	(7.939)	(6.965)
Total	(60.499)	(76.467)

NOTA 18 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2020	2019
Provisão para contingências	1.137	(187)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(178)	274
Equalização Plano de Benefício Pós emprego	(208)	(511)
Perdas credenciados adquirência	(2.496)	(3.744)
Perdas Banricard	(1.311)	(657)
Recuperação de encargos e salários	2.737	2.724
Outras receitas (despesas)	(309)	118
Total	(628)	(1.983)

NOTA 19 RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Rendimentos aplicações financeiras	12.095	27.734
Rendas com antecipação do recebimento de vendas (a)	102.777	128.495
Outros	3.752	2.315
Total receitas financeiras	118.624	158.544
Despesas financeiras (b)	(420)	(473)
Resultado financeiro	118.204	158.071

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando da solicitação pelos estabelecimentos, para recebimento antecipado das transações com cartões efetivamente realizadas na Rede de Adquirência Vero.

(b) Despesas com tarifas bancárias, variação cambial, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), juros, atualização monetária e encargos financeiros relativo CPC 6.

NOTA 20 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	2020		2019	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (a)				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	510.850	12.036	394.522	27.734
Clientes	854.925	2	864.076	3
Outros	264	3.674	372	4.094
Dividendos	(57.986)	-	(64.381)	-
Reembolso custo/despesa de pessoal	(6.996)	(50.716)	(7.561)	(52.269)
Reembolso custo/despesa de comunicação e processamento	(2.963)	(20.289)	(2.672)	(33.147)
Reembolso despesas gerais	(625)	(890)	(720)	(1.033)
Empresas coligadas grupo Banrisul (b)				
Clientes	118	-	116	-
Dividendos	(125)	-	(139)	-
Outros	71	751	64	723
Estado do Rio Grande do Sul				
Clientes	318	9	379	42

⁽¹⁾ Saldo composto por aplicações em Fundos de Investimento Premiun e Giro, os quais obtiveram uma taxa média de rendimento de 0,41% e 0,34% em dezembro/2020 (1,29% e 1,15% em dezembro/2019), respectivamente; e, aplicações em CDB pós fixado.

(a) Existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) - Controlador e a Companhia, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

(b) A Companhia possui contrato com o Banrisul, abrangendo também as subsidiárias (coligadas do grupo Banrisul: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Armazéns Gerais S.A.), para fornecimento de serviço de cartões alimentação e refeição e para cedência mútua de empregados mensalmente pelas partes. Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

b) Remuneração da administração

	2020	2019
Remuneração e benefícios	4.071	3.257
Encargos Sociais	956	792
Total	5.027	4.049

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações. Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

c) Demais informações sobre partes relacionadas

A Companhia em conjunto com seu Controlador, em Junho de 2019 tornou-se acionista da VG8JV Tecnologia S.A. ("VG8JV"), com participação societária de 43,99%. A VG8JV atua sob o nome fantasia VeroGo nas atividades de credenciamento de estabelecimentos comerciais para adquirência, mediante integração com o sistema da Rede Vero da Banrisul Cartões, e de locação de infraestrutura e de prestação de serviços *whitelabel* para ramo de mobilidade em shoppings e estacionamentos.

Em setembro 2020, diante do quadro de profunda mudança do mercado de adquirência, agravado pela pandemia do novo coronavírus que afetou também as atividades de mobilidade, acarretando na impossibilidade de atingir o *breakeven* planejado, o Conselho de Administração da VG8JV decidiu pelo encerramento das atividades daquela companhia, até o limite da legislação aplicável e das obrigações contratuais assumidas. A partir disso, os sócios avaliarão sobre a possível liquidação da Companhia.

Abaixo a composição do investimento da Banrisul Cartões na VG8JV em 31 de dezembro de 2020:

	2020
Saldo do investimento em 31/12/2019	4.910
Capital integralizado	2.419
Resultado de equivalência patrimonial	(4.291)
Saldo do investimento em 31/12/2020	3.038

A Companhia é patrocinadora de Plano de benefício definido junto a Fundação Banrisul de Seguridade Social relativo ao seu quadro de funcionários (Nota 22).

NOTA 21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		2020	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de Caixa	Valor justo por meio do resultado	510.850	510.850
Clientes	Custo amortizado	2.562.305	2.562.305
Cartões em circulação	Custo amortizado	72.561	72.561
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	1.654.956	1.654.956

		2019	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de Caixa	Valor justo por meio do resultado	394.522	394.522
Clientes	Custo amortizado	2.583.124	2.583.124
Cartões em circulação	Custo amortizado	57.742	57.742
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	1.718.565	1.718.565

b) Risco de liquidez

A Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Cartões mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta.

A Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

d) Risco de mercado

A Banrisul Cartões possui aplicações em fundos de investimentos de renda fixa, atrelados à taxa Selic. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atendendo as exigências dispostas no CPC 40, a Banrisul Cartões realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como sujeitas ao risco de taxas de juros.

A exposição ao risco da empresa é concentrada em CDI/Selic. Dessa forma, ele se materializa quando da redução de taxa de juros. A posição dos ativos e a exposição a este risco é monitorada pela Banrisul Cartões e também pela entidade líder do conglomerado prudencial, que acompanha diariamente a exposição das empresas do grupo através de demonstrativos, conforme sua política de risco e reportes ao Banco Central do Brasil. Foram aplicados choques, diminuindo a rentabilidade desses ativos considerando os seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

A taxa CDI acumulada trimestral, aplicada aos cenários abaixo, foi de 0,46% (1,90% taxa CDI anual).

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2020, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 0,33%.

Cenário 2: Situação Possível. Foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2020, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 0,25%.

Cenário 3: Situação Remota. Foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2020, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 0,17%.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações. As análises de sensibilidade, abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a perpetuação de perdas significativas. Reforçamos que essas perdas refletem diretamente no resultado da instituição, mas apenas nos cenários com nova redução de taxa de juros ou efeitos de marcação à mercado sobre os títulos Tesouro Selic (fenômeno incomum, porém observado a partir de setembro de 2020).

Em milhões R\$

Cenário	31/12/2020			30/09/2020		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros	17	422	844	19	463	926
Total	17	422	844	19	463	926

Definições:

- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros ou cupons de taxas de juros;
- Em 31 de dezembro de 2020, o saldo exposto à variação do DI era de R\$ 504,5 milhões.

Premissas:

Fundos/CDBs/LFTs

A taxa utilizada para o teste de sensibilidade dos Fundos, CDBs e LFTs é resultante da comparação de rentabilidade acumulada proporcional entre Fundos/CDBs/LFTs x CDI, encontrado na central de sistemas da CVM.

Nesta referência, considerando que a composição dos ativos fora alocada do Fundo Premium para o Fundo Giro, utilizou-se as variáveis de rentabilidade deste fundo, cujo impacto observado foi mínimo.

NOTA 22 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

A Banrisul Cartões é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nos 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução nº 4.661/18 do CMN. No art. 8º, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar da Banrisul Cartões se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 10/2018 e Portaria Previc nº 300/2019.

Em razão da instabilidade do Plano de Benefícios I e, na busca de alternativas que resolvessem o problema, a Diretoria Executiva da Fundação Banrisul propôs um Novo Processo de Migração, semelhante ao ocorrido em 2014, para um novo plano de benefícios (FBPREV III) com custos mais estáveis e outras alternativas de recebimento dos benefícios, além da renda vitalícia.

Com a aprovação de um novo processo de migração, por meio da Portaria nº 1.123/2018, da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência – PREVIC, a Fundação Banrisul iniciou, em 28 de janeiro de 2019, o processo de migração voluntária dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I (PBI) para Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III), que é constituído no modelo contribuição variável, sendo contribuição definida pelo participante na fase de acumulação da reserva e o benefício definido por ocasião da sua concessão, podendo ser vitalício ou não, conforme opção do assistido. O referido período de opção no processo de migração foi encerrado em 27 de abril de 2019.

Em junho de 2019, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos relativos aos incentivos dos patrocinadores ao processo de migração. No caso da Patrocinadora Banrisul Cartões, o valor aportado, calculado na data efetiva de implementação do Plano FBPREV III, 31 de maio de 2019, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 4,86% a.a., é de R\$614, que foi transferido para o novo plano.

Após o processo de migração encerrado em 27 de abril de 2019, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano FBPREV III
Ativos	-	-	-
Assistidos	35	22	13
Total	35	22	13

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2020	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio
	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Aposentadoria (% a.a.)
Taxa Real de Desconto Atuarial	3,21	3,52	3,46	3,35	3,24	Cfe. Nota ⁽²⁾	3,65	3,80	3,09
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	3,21	3,52	3,46	3,35	3,24	Cfe. Nota ⁽²⁾	3,65	3,80	3,09
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,56	-	5,04	3,24	2,60	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	5,04
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32
Taxa de Desconto Nominal	6,63	6,95	6,89	6,78	6,67	Cfe. Nota ⁽²⁾	7,09	7,24	6,51
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	6,63	6,95	6,89	6,78	6,67	Cfe. Nota ⁽²⁾	7,09	7,24	6,51
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	5,96	3,32	8,53	6,67	6,01	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	8,53
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	3,63	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	3,32	4,35	3,32

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2019	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio
	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Aposentadoria (% a.a.)
Taxa Real de Desconto Atuarial	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29	3,29
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,56	-	5,04	4,18	3,35	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	5,04
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60
Taxa de Desconto Nominal	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,25	3,60	8,82	7,93	7,07	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	8,82
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	4,64	3,60

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2020	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT – 2000 (-25%) por sexo	RRB – 83 (-55%)	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,03)	BPD: 31%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro postergada em: Grupo 1 em 10 anos; Grupo 2 em 5 anos; Grupo 3 em 1 ano e Grupo 4 em 2 anos ⁽³⁾	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,015)	BPD: 52%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro postergada em 4 anos	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (-0,004)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (+0,035)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	3,25%	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾ :							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-25%) por sexo	RRB – 83 (-55%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,03)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-25%) por sexo	RRB – 83 (-55%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,03)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Exp. Towers modificada (-0,004)	-	-	Não utilizado

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

(3) Grupo 1: inscrição até 23/01/1978; Grupo 2: inscrição entre 24/01/1978 e 30/06/1983; Grupo 3: inscrição entre 01/07/1983 a 31/12/1990; e Grupo4: inscrição a partir de 01/01/1991.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2019	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT – 2000 (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,30)	BPD: 43%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro.	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT-2000 suavizada em 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,01)	BPD: 73%	Data provável de aposentadoria informada no cadastro.	A Conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (-0,005)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,04)	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT-2000 Basic por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Forte (-60%)	0,64%	-	-	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾ :							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,04)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-20%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (+0,04)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-20%) por sexo	n/a	Light Fraca (-80%)	Exp. Towers modificada (-0,005)	-	-	Não utilizado

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

(3) Grupo 1: inscrição até 23/01/1978; Grupo 2: inscrição entre 24/01/1978 e 30/06/1983; Grupo 3: inscrição entre 01/07/1983 a 31/12/1990; e Grupo4: inscrição a partir de 01/01/1991.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 31/12/2020.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 e com Portaria Previc nº 300/2019, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9

(nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (PAM, POD e PROMED) – a Banrisul Cartões oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) – a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Cartões e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Cartões está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão da Banrisul Cartões são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são os seguintes:

Planos:	PB I		PBS		FBPREV		FBPREV II		FBPREV III		Saúde	
	% Alocação		% Alocação		% Alocação		% Alocação		% Alocação		% Alocação	
Categorias	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caixa e Equivalente	0,02	-	0,02	-	0,01	-	0,01	-	0,01	-	0,09	-
Renda Fixa	71,51	77,00	75,92	77,81	78,45	86,00	77,67	83,35	71,43	78,23	97,64	97,97
Renda Variável	9,82	9,98	8,08	9,62	4,07	3,27	5,72	6,40	9,44	9,58	2,27	2,03
Imóveis	4,28	3,45	3,12	2,90	0,27	0,39	1,57	1,41	3,92	3,17	-	-
Outros	14,37	9,57	12,86	9,67	17,20	10,34	15,03	8,84	15,20	9,02	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2020	31/12/2019
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	2.019	1.605
Plano Saldado (PBS)	2.832	2.322
Plano FBPREV (FBPREV)	-	(9)
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(9)	(63)
Plano FBPREVIII (FBPREVIII)	-	156
Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED)	(521)	(573)
Prêmio Aposentadoria	566	595
Total	4.887	4.033

Em 31 de dezembro de 2020, o reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrente de ganhos atuariais e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial, totalizou o montante de R\$ (426) (31 de dezembro de 2019 R\$ (1.734)).

A composição do (ativo)/passivo atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	6.368	14.417	4	288	890	521	566
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.349)	(11.585)	(12)	(548)	(911)	(1.934)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	2.019	2.832	(8)	(260)	(21)	(1.413)	566
Efeito do Teto de Ativo e Passivos adicionais	-	-	8	251	21	892	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	2.019	2.832	-	(9)	-	(521)	566

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	6.481	15.055	13	327	1.093	573	595
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.876)	(12.733)	(22)	(427)	(937)	(1.740)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	1.605	2.322	(9)	(100)	156	(1.167)	595
Efeito do Teto de Ativo e Passivos adicionais	-	-	-	37	-	594	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	1.605	2.322	(9)	(63)	156	(573)	595

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	6.481	15.055	13	327	1.093	573	595
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	-	-	-	1	16
Contribuições de Participante Realizadas no Período	121	28	-	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	423	1.024	1	22	74	39	42
Benefícios Pagos no Período	(605)	(905)	-	(23)	(79)	(41)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(52)	(785)	(10)	(38)	(198)	(51)	(87)
Eliminação Antecipada de Obrigação	6.368	14.417	4	288	890	521	566
Transferências	6.481	15.055	13	327	1.093	573	595
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	-	-	-	-	-	1	16

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	7.741	12.267	7	210	-	434	551
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	-	-	-	-	15
Contribuições de Participante Realizadas no Período	149	48	-	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	543	1.081	1	18	42	38	50
Benefícios Pagos no Período	(718)	(918)	-	(21)	(75)	(35)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	2.424	2.577	5	120	186	136	(21)
Eliminação Antecipada de Obrigação	(3.658)	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	940	-	-
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	6.481	15.055	13	327	1.093	573	595

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	(4.876)	(12.733)	(22)	(427)	(937)	(1.740)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	605	905	-	23	79	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(121)	(28)	-	-	-	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	-	(41)	-	-	-	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(317)	(864)	(2)	(29)	(63)	(122)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	360	1.176	12	(115)	10	(72)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(4.349)	(11.585)	(12)	(548)	(911)	(1.934)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	(6.435)	(11.688)	(25)	(379)	-	(1.454)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	718	918	-	21	75	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(149)	(48)	-	-	(145)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	-	(48)	-	-	-	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(449)	(1.031)	(2)	(34)	(38)	(125)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.475)	(836)	5	(35)	(111)	(161)	-
Eliminação Antecipada da Obrigação	2.914	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	(718)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(4.876)	(12.733)	(22)	(427)	(937)	(1.740)	-

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	1.605	2.322	(9)	(63)	156	(573)	595
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	106	160	(1)	(4)	11	(40)	58
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	308	391	10	58	(167)	133	(87)
Contribuições do Empregador	-	(41)	-	-	-	(41)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	-
Passivo/ (Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	2.019	2.832	-	(9)	-	(521)	566

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	1.306	579	(1)	(8)	-	(1.020)	551
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	(650)	50	1	(1)	944	(87)	65
(Ganhos)//Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	949	1.741	(9)	(54)	75	569	(21)
Contribuições do Empregador	-	(48)	-	-	(145)	(35)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	(718)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	1.605	2.322	(9)	(63)	156	(573)	595

Resultado do Exercício de 2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	-	-	-	1	16
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	423	1.024	1	22	74	39	42
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(317)	(864)	(2)	(29)	(63)	(122)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	-	3	-	42	-
Total de Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	106	160	(1)	(4)	11	(40)	58

Resultado do Exercício de 2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(744)	-	-	-	940	-	15
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	543	1.081	1	18	42	38	50
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(449)	(1.031)	(2)	(34)	(38)	(125)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	2	15	-	-	-
Total de Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	(650)	50	1	(1)	944	(87)	65

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Período de 2020	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	360	1.176	12	(115)	10	(72)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(52)	(785)	(10)	(38)	(198)	(51)	(87)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	8	211	21	256	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	308	391	10	58	(167)	133	(87)

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Período de 2019	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	(1.475)	(836)	5	(35)	(111)	(161)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	2.424	2.577	5	120	186	136	(21)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	(19)	(139)	-	594	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	949	1.741	(9)	(54)	75	569	(21)

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	-	-	(1)	(2)	-	(7)	2
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	405	971	-	19	56	35	22
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(271)	(776)	(1)	(36)	(58)	(137)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	1	17	1	63	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	134	195	(1)	(2)	(1)	(46)	24

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	-	34	1	2	-	33	-
Contribuições de Participante	130	34	1	2	-	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	658	946	1	27	78	33	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	475

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente da Obrigação (VPO)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2021	658	946	1	27	76	34	475
2022	637	892	-	25	73	34	-
2023	626	884	1	24	71	34	103
2024	614	875	-	23	68	34	-
2025	601	865	-	22	66	33	-
2026 a 2030	2.863	4.660	-	92	290	194	-

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em Anos)	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
31/12/2020	10,39	12,33	11,97	11,28	10,63	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	13,34	16,23	9,51
31/12/2019	10,17	11,53	11,32	10,30	9,80		15,30	15,30	10,20

1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2020	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	-	2	2	4	-	1	1	6	5
Assistidos	22	25	-	3	11	30	8	21	-
Total	22	27	2	7	11	31	9	27	5

Quantidade de Participantes em 31/12/2019	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	-	2	2	4	-	2	1	6	5
Assistidos	22	26	-	3	11	32	12	21	-
Total	22	28	2	7	11	34	13	27	5

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2020		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(299)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	325
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(205)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	235

Plano Saldado (PBS) - 31/12/2020		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(760)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	831
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(367)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	580

Plano FBPREV (FBPREV) - 31/12/2020		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	-
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	-
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	-

Plano FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2020		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(6)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	7
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(8)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	10

Plano FBPREV III (FBPREV III) - 31/12/2020		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(38)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	41
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(19)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	21

Plano Saúde - 31/12/2020		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(26)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	29
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(9)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	12

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2020		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(1)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	1
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	-



KPMG Auditores Independentes
Av. Carlos Gomes, 258 - 6º andar
90480-002 - Porto Alegre/RS – Brasil
Caixa Postal 18.511 - CEP 90480-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0407
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Banrisul Cartões S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A. (Banrisul Cartões), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Cartões em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Banrisul Cartões, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - Processo de captura, processamento e liquidação das transações

A Banrisul Cartões se utiliza de uma estrutura de tecnologia da informação provida pelo seu Controlador, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para seu processo de negócios, desenvolvimento de suas operações e consequentemente elaboração das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Banrisul Cartões possui um processo implementado para o registro, o monitoramento e a liquidação das transações, que incluem conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e o reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores de cartões. Em função da complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras e da relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas. Tal avaliação considera os aspectos de acesso lógico e físico, mudanças e desenvolvimento de sistemas em programas e infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (*backup*), além dos controles chave automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados. Aplicamos ainda, testes por amostragem sobre os controles chave relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas (captura, processamento e liquidação das operações) e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuamos, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, que incluíram a conciliação de saldos das bandeiras, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Banrisul Cartões nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas nº 2.4.b, 2.4.c, 2.4.e, 5 e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Banrisul Cartões, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, está sendo efetuada de forma espontânea pela Banrisul Cartões e foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Banrisul Cartões é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Cartões continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Cartões ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Cartões são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Cartões.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Cartões. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Cartões a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 5 de Fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Senhores membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A. (Companhia), no exercício de suas atribuições legais conferidas pelos incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021.

Micheli Tassiani Petry
Bruno Queiroz Jatene
Leandro Jacques de Castro
Conselheiros

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente

Carlos Aluísio Vaz Malafaia
Elizabeth Rejane Sodré Tavares
Antônio Carlos Antunes
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Coutinho Mendes
Presidente

Marcelo Soares Alves
Vice-Presidente

Cristiano Machado Costa
Eduardo Cunha da Costa
Giusepe Lo Russo
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Victor Herzer da Silva
Conselheiros

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora CRC RS 056194/O-7



PARECER

Os Senhores membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A. (Companhia), no exercício de suas atribuições legais conferidas pelos incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021.

Micheli Tassiani Petry
Presidente

Bruno Queiroz Jatene
Conselheiro

Leandro Jacques de Castro
Conselheiro

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS**

Certidão n.º: RS/2021/00000359
Nome: ANA ROSELAINE LEINDEKER DA SILVA CPF: 595.805.770-72
CRC/UF n.º RS-056194/O Categoria: CONTADOR
Validade: 08.06.2021
Finalidade: OUTRAS

Confirme a existência deste documento na página www.crcrs.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 595.805.770-72 Controle : 9630.1199.2455.3396

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

BALANÇOS

BALANÇO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57

Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS

Relatório da Administração - Senhores Acionistas e Clientes: Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2020 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. - BAGERGS. A Companhia está situada no município de Canoas - RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão com a Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED. O maior desafio de 2020 para a Companhia, foi para além de metas e resultados. Vivemos um ano de superação dos obstáculos trazidos pela pandemia da Covid-19, pois tivemos que garantir a prestação dos serviços essenciais aos nossos clientes, prezando pela segurança e cumprindo todos os protocolos e medidas sanitárias na preservação da saúde dos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros. Mesmo neste cenário atípico, cuja crise da economia brasileira e mundial, mais precisamente em relação a importação, exportação e ao câmbio, que refletem diretamente nos negócios da Companhia, alcançamos em 2020, desempenho financeiro positivo, com incremento na receita líquida de 10,7% em relação ao ano anterior e remetemos este resultado a fatores relacionados as operações especiais com clientes do exterior, alinhados às estratégias de negociação. Alcançamos um Lucro Líquido de R\$ 8,2 milhões, com redução de 14,2% em relação ao mesmo período, do ano anterior, ocasionado principalmente pelo aumento dos custos e redução do resultado financeiro. Em 2020, os investimentos totalizaram R\$ 500 mil, todos provenientes de recursos próprios. Entre os principais investimentos está o valor de R\$ 253 mil com adequações no PPCI - Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio, da Companhia. Visando aprimorar a área de GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos, investimos R\$ 97 mil na aquisição de máquinas e equipamentos mais modernos. Para as melhorias voltadas à estrutura do Porto Seco, no tocante à segurança e ampliação da capacidade operacional, foram destinados R\$ 150 mil. Para 2021, a Companhia planeja investir em torno de R\$ 3,8 milhões, com recursos próprios. Os principais destaques de investimentos serão: ampliação da área de armazenamento do setor Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED; máquinas e equipamentos; benfeitorias e atualização tecnológica com o objetivo de consolidar os planos de crescimento, conforme as diretrizes do Planejamento Estratégico.

Atualmente, o quadro funcional permanente é composto por 74 empregados, aprovados mediante concurso público e submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. São proporcionados, aos empregados, diversos benefícios, dentre eles auxílio creche/babá, auxílio escola, plano de saúde e odontológico, seguro de vida em grupo, vale alimentação e vale refeição. No ano de 2020 foi concedido aos empregados o 13º vale alimentação. Conta também com 163 colaboradores, distribuídos entre estagiários, jovens aprendizes e terceirizados, estes relacionados à prestação de serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços gerais. Para manter o crescimento e aumentar seus resultados é necessário que a Companhia tenha empregados comprometidos, envolvidos e satisfeitos com seu trabalho. Pensando numa maneira de valorizá-los, a Companhia, no ano de 2021 distribuirá 2% do resultado líquido de 2020, a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados, conforme Acordo Coletivo de Trabalho. Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis e minimizar impactos ambientais, a Companhia continua mantendo atenção especial ao consumo de energia e a geração de resíduos, sempre monitorando e controlando através de programas, entre eles o PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	915	50	Fornecedores e outras contas a pagar		3.293	812
Aplicações financeiras	5	4.520	3.297	Empréstimos e financiamentos	9	-	91
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	25.630	18.620	Passivo fiscal corrente		1.461	4.908
Outros créditos	7	1.382	1.376	Outras obrigações	11	6.387	6.914
Total do ativo circulante		32.447	23.343	Total do passivo circulante		11.141	12.725
Aplicações financeiras	5	18.970	21.900	Provisão para contingências	10	1.670	1.608
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	925	925				
Ativo fiscal diferido	13.b	18	555	Total do passivo não circulante		1.670	1.608
Depósitos judiciais	7	2.054	1.787	Patrimônio líquido	14	42.100	40.550
Outros créditos	7	147	147	Capital social		231	231
Imobilizado	8	17.266	18.346	Reserva de capital		16.768	12.011
Intangível		83	122	Reservas de lucros			
Total do ativo não circulante		39.463	43.782	Total do patrimônio líquido		59.099	52.792
				Total do passivo e do patrimônio líquido		71.910	67.125
Total do ativo		71.910	67.125				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais).

	Nota	2020	2019
Receita	15	34.653	31.314
Custo dos serviços prestados	16	(13.915)	(8.706)
Lucro bruto		20.738	22.608
Outras receitas	17	2.513	904

Despesas com vendas		(197)	(367)
Despesas administrativas	16	(9.322)	(7.824)
Despesas tributárias		(377)	(352)
Outras despesas operacionais	18	(1.191)	(1.715)
Outras despesas		(127)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos			
		12.037	13.254
Receitas financeiras	5	746	1.588
Despesas financeiras		(314)	(214)
Resultado financeiro			
		432	1.374
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
		12.469	14.628
Imposto de renda e contribuição social	13.a	(4.198)	(4.992)
Lucro líquido do exercício			
		8.271	9.636
Número de ações ordinárias		700	700
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)			
		11,81571	13,76571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais).

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	8.271	9.636
Total do resultado abrangente do exercício	8.271	9.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais).

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros acumulados	Lucros	Total do patrimônio líquido
SalDOS em 31 de dezembro de 2018						
		37.700	231	7.514	-	45.445
Aumento de capital	14	2.850	-	(2.850)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.636	9.636
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	482	(482)	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	6.865	(6.865)	-
Dividendos	14	-	-	-	(2.289)	(2.289)
SalDOS em 31 de dezembro de 2019						
		40.550	231	12.011	-	52.792

Aumento de capital	14	1.550	-	(1.550)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.271	8.271
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14	-	-	414	(414)	-
Reserva de retenção de lucros	14	-	-	5.893	(5.893)	-
Dividendos	14	-	-	-	(1.964)	(1.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		42.100	231	16.768	-	59.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais).

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	12.469	14.628
Depreciação	1.287	1.345
Amortização	27	38
Provisão para contingências	62	55
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.728)	(69)
Juros sobre empréstimos	1	(14)
Caixa gerado nas operações	12.118	15.983
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(6.472)	(3.622)
Depósitos judiciais	(267)	(464)
Partes relacionadas	1.373	(4.259)
Despesas antecipadas	5	473
Tributos diferidos	536	(31)
Outros ativos	(11)	(559)
Fornecedores e outras contas a pagar	2.481	(187)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(150)	54
Impostos correntes a pagar	(892)	(292)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.895)	(570)
Outros passivos	(100)	(96)
Outras provisões	-	(56)
Variações nos Ativos e Passivos	(10.392)	(9.609)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.726	6.374
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(209)	(323)
Compra de ativos intangíveis	12	(97)
Aumento ou redução de aplicações financeiras	(1.236)	(11.519)
Resgate de aplicações financeiras	2.943	8.103
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	1.510	(3.836)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		

Pagamento de empréstimos	(92)	(531)
Pagamentos de dividendos	(2.279)	(2.163)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(2.371)	(2.694)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do exercício	50	206
Saldo final do exercício	915	50
Aumento ou redução de caixa e equivalentes	865	(156)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receitas (1)		39.482	35.720
Receita da prestação de serviços	15	36.969	34.816
Outras receitas		2.513	904
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(18.954)	(12.454)
Custos dos serviços prestados		(13.915)	(8.706)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.039)	(3.748)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		20.528	23.266
Depreciação e amortização (4)		(453)	(548)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3) - (4) = (5)		20.075	22.718
Valor adicionado recebido em transferência (6)		746	1.588
Receitas financeiras		746	1.588
Valor adicionado total a distribuir (5+6)		20.821	24.306
Distribuição do valor adicionado		20.821	24.306
Pessoal		5.256	5.611
Remuneração direta		2.712	3.698
Remuneração Administração		2.544	1.913
Impostos, taxas e contribuições		6.787	8.794
Federais		5.808	7.604
Estaduais		53	160
Municipais		926	1.030
Remuneração de capitais de terceiros		507	265
Despesas financeiras		507	265
Remuneração de capitais próprios		8.271	9.636
Dividendos		1.964	2.289
Lucros retidos		6.307	7.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional - A Banrisul Armazéns Gerais S.A., (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul). Sua sede localiza-se na

Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul. Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão, com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entrepósito aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados. As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 05 de fevereiro de 2021. **3. Principais políticas contábeis** - As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: a) Reconhecimento das receitas - O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente. A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembarçadas. Os valores referentes a serviços de armazenagem prestados, como também, aos relacionados na prestação dos serviços de Ged - Gerenciamento eletrônico de dados, cujo os montantes não são praticáveis de serem estimados, considerando as características específicas desses direitos e serviços, são reconhecidos à medida que esses valores são acordados entre as partes envolvidas. A receita de locação de área é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados. A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros. b) Lucro por ação - A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado. c) Tributação - Impostos sobre serviços - As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2,50%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Fundaf - A receita de prestação de serviços de movimentação e armazenagem das mercadorias importadas e as destinadas à exportação, no Porto Seco, estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Em atendimento ao despacho/decisão judicial nº 5095650-16.2019.4.04.7100/RS de 13/12/2019, foi determinado que o referido recolhimento seja suspenso. Imposto de renda e contribuição social - Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou

diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em janeiro de 2019, entrou em vigor a ICPC 22 que trata sobre a contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro. De acordo com critérios estabelecidos na ICPC 22, não foram identificados impactos decorrentes do registro dos tributos sobre o lucro, quando da aplicação da legislação tributária sobre transações que possam ocasionar riscos fiscais futuros para a empresa. d) Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores a noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso. e) Imobilizado - A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. f) Intangível - Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante por redução ao valor recuperável do ativo é estimado. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para redução a valor recuperável de ativos. h) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. i) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letra Financeira e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado. Os principais passivos financeiros são contas a pagar, fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado. j) Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. k) Contas a pagar aos fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros. l) Empréstimos - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. m) Capital Social - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. n) Provisões - Geral - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou

exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25. o) Locação de espaços operacionais - A locação de espaços operacionais destina-se a prestação de serviço de armazenagem para guarda, conservação, depósito de mercadorias ou de documentos, distribuídos conforme especificidade e disponibilidade em recinto alfandegado ou áreas não alfandegadas. Os contratos de locação são estabelecidos de acordo com o serviço que está sendo prestado. p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1	2
Bancos conta corrente	914	48
	915	50

5. Aplicações financeiras:

Composição das aplicações financeiras:

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Valor Justo Através do Resultado		
- CDB	4.520	3.297
	4.520	3.297
Não Circulante		
Custo Amortizado		
- Letra Financeira	4.134	4.121
- CDB	14.836	17.779
	18.970	21.900

6. Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber de clientes:

Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	25.059	18.588
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(132)	(44)
Créditos com Controlador	703	76
	25.630	18.620
Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	925	2.740
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(1.815)
	925	925

O saldo atual em 31 de dezembro de 2020 a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

Contas a Receber	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	22.965	17.528
Vencidos:		
Até 30 dias	322	78
De 31 a 60 dias	46	13
De 61 a 90 dias	4	28
De 91 a 360 dias	796	100
Mais de 360 dias	926	841
	25.059	18.588

Composição PCLD	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	(1.859)	(1.928)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(133)	(125)
Baixa para Prejuízo (a)	1.815	-
Reversão PCLD	45	194
Saldo PCLD Curto Prazo	(132)	(44)
Saldo PCLD Longo Prazo	-	(1.815)

(a) A administração decidiu baixar do saldo de contas a receber o valor referente ao cliente Sudmetal, pois entende que sua expectativa de recebimento é remota ou pouco provável, e, também, por seu saldo já estar totalmente reconhecido e provisionado para perda.

7.Outros Créditos: Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia e Despesas antecipadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Tributos a recuperar	78	41
Adiantamento a funcionários	499	305
Outros valores realizáveis	463	683
Despesas antecipadas	342	347
	1.382	1.376
Não circulante		
Depósitos judiciais	2.054	1.787
Cauções	59	59
Outros valores e bens não de uso	88	88
	2.201	1.934

8.Imobilizado: A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
Terrenos	7.544	-	-	-	7.544
Edificações e Benfeitorias	11.442	198	-	-	11.640
Móveis e Utensílios	741	10	(7)	-	744
Máquinas e Equipamentos	2.660	46	(2)	-	2.704
Equipamentos - Empilhadeira	2.355	-	-	-	2.355

Veículos	2.043	-	-	-	2.043
Instalações	5.479	230	-	-	5.709
Obras em Andamento	333	242	(147)	(428)	-
Equipamentos de Informática	499	41	(5)	-	535
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Total	33.097	767	(161)	(428)	33.275

Depreciação acumulada	31/12/2019	Depreciações	Baixas	Transferências	31/12/2020
Edificações e Benfeitorias	(4.977)	(266)	-	-	(5.243)
Móveis e Utensílios	(623)	(41)	15	-	(649)
Máquinas e Equipamentos	(1.589)	(217)	7	-	(1.799)
Equipamentos - Empilhadeira	(2.038)	(192)	-	-	(2.230)
Veículos	(1.784)	(111)	-	-	(1.895)
Instalações	(3.300)	(435)	-	-	(3.735)
Equipamentos de Informática	(440)	(23)	5	-	(458)
Total	(14.751)	(1.285)	27	-	(16.009)
Valor contábil	18.346	(518)	(134)	(428)	17.266

9. Empréstimos e financiamentos

	JurosVencimento	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
FINAME	3,00% a.a. 15/04/2020	-	91
		-	91

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos. Os contratos foram todos encerrados no 1º semestre de 2020. O valor referente aos juros pagos com empréstimos até 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 1, sendo R\$ 14 em 31 de dezembro de 2019.

10. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados. A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais. Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	764	844	1.608
Adições	-	14	14
Atualizações	288	112	400
Reversões	-	(235)	(235)
Baixa por pagamento	-	(117)	(117)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.052	618	1.670

Provisões cíveis - Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área. Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 205 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 158 em 31 de dezembro de 2019), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões trabalhistas - São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 2.054 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.787 em 31 de dezembro de 2019). Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 2.955 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.258 em 31 de dezembro de 2019), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

11. Outras obrigações

Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não incluídas em outros subgrupos.

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Débitos - controlador (nota 12)	5.018	5.317
Débitos - outras partes relacionadas	188	166
Dividendos e JCP a pagar	49	41
Retenções contratuais	358	466
Obrigações sociais e trabalhistas	774	924
	6.387	6.914

12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista, aplicações em CDB e Letra Financeira, como também a locação de área com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A. As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul Cartões S.A.	01/01/2020 a 31/12/2020
(Controlador direto)	(Controlador indireto)	(Outras partes relacionadas)	

Ativo**Circulante**

Depósitos Bancários	862	-	-	862
Aplicações Banrisul CDB/ LF	3.216	-	-	3.216
Crédito com partes relacionadas	703	-	-	703
	4.781	-	-	4.781

Não Circulante

Aplicações Banrisul CDB/ LF	14.836	-	-	14.836
Letra Financeira	4.134	-	-	4.134
	18.970	-	-	18.970

Passivo**Circulante**

Dividendos a pagar	(4.287)	-	-	(4.287)
Contas a pagar	(731)	-	(188)	(919)
	(5.018)	-	(188)	(5.206)

Resultado

<u>Receitas</u>	<u>7.248</u>	=	=	<u>7.248</u>
- Locação	1.933	-	-	1.933
- Financeira	569	-	-	569
- GED	3.865	-	-	3.865
- Outras	881	-	-	881
<u>Despesas</u>	<u>(209)</u>	=	<u>(758)</u>	<u>(967)</u>
- Comunicação	(187)	-	-	(187)
- Outras	(22)	-	(758)	(780)
<u>Recuperação de despesas</u>	<u>444</u>	=	=	<u>444</u>

**Banco do
Estado do Rio
Grande do Sul**

**(Controlador
direto)**

**Governo do
Estado do Rio
Grande do Sul**

**(Controlador
indireto)**

**Banrisul
Cartões S.A.**
**(Outras partes
relacionadas)**

**01/01/2019
a
31/12/2019**

Ativo**Circulante**

Depósitos Bancários	45	-	-	45
Aplicações Banrisul CDB/ LF	2.016	-	-	2.016
Crédito com partes relacionadas	76	-	-	76
	2.137	-	-	2.137

Não Circulante

Aplicações Banrisul CDB/ LF	17.779	-	-	17.779
Letra Financeira	4.121	-	-	4.121
	21.900	-	-	21.900

Passivo**Circulante**

Dividendos a pagar	(4.610)	-	-	(4.610)
Contas a pagar	(707)	-	(170)	(877)
	(5.317)	-	(170)	(5.487)

Resultado

<u>Receitas</u>	<u>4.673</u>	<u>125</u>	<u>-</u>	<u>4.798</u>
- Locação	1.619	-	-	1.619
- Financeira	1.007	125	-	1.132
- GED	993	-	-	993
- Outras	1.054	-	-	1.054
<u>Despesas</u>	<u>(127)</u>	<u>-</u>	<u>(716)</u>	<u>(843)</u>
- Comunicação	(110)	-	-	(110)
- Outras	(17)	-	(716)	(733)
<u>Recuperação de despesas</u>	<u>546</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>546</u>

Remuneração do pessoal chave da Administração - Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. No período findo em 31 de dezembro de 2020 foi pago o montante de R\$ 2.544 (R\$ 1.913 em 31 de dezembro de 2019) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal. A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	12.469	12.469	14.628	14.628
(+) Adições	819	788	640	624
(-) Exclusões	(2.242)	(2.242)	(589)	(589)
Base de cálculo	11.046	11.015	14.679	14.663
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	2.738	991	3.646	1.320
(-) Incentivos fiscais e outros	(66)	-	(6)	-
IRPJ e CSLL Correntes	2.671	991	3.640	1.320
IRPJ e CSLL diferidos	394	142	24	8
TOTAL IRPJ e CSLL	3.065	1.133	3.664	1.328

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos :

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	132	1.859
Provisão para passivo cíveis e trabalhistas	1.669	1.608
	1.801	3.467
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	612	1.179

Passivo

Depreciação CPC 27	(1.748)	(1.844)
	(1.748)	(1.844)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(594)	(624)
Total líquido	18	555

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O Capital Social, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 42.100 (R\$ 40.550 em 2019), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador. b) Distribuição de resultados - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	8.271	9.636
Reserva Legal (5%)	(414)	(482)
Base de cálculo dos dividendos	7.857	9.154
Dividendos (25%)	1.964	2.289

c) Reserva de retenção de lucros - A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 5.893.

15. Receita

A receita líquida é composta como segue:

	2020	2019
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	36.969	34.816
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(2.211)	(3.450)
Descontos e cancelamentos	(105)	(52)
Receita operacional líquida	34.653	31.314

(a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS, FUNDAF e ISSQN.

16. Natureza dos custos dos serviços prestados e das despesas administrativas

a) Custos dos serviços prestados

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Pessoal	3.348	3.095
Terceirizados	5.121	2.850
Depreciação e amortização	861	835
Energia elétrica	334	352
Combustível	200	240
Gastos com veículos	25	83
Despacho aduaneiro	63	100
Conservação e manutenção	538	415
Viagens e estadias	55	98
Seguro	488	466
Material de expediente	189	33
Armazenagem p/ clientes	2.564	78
Outras	129	61
Total	13.915	8.706

b) Despesas Administrativas

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Pessoal	2.549	3.331
Terceirizados	1.191	1.715
Honorários da administração	2.544	1.913
Depreciação e amortização	453	548
Comunicação	236	203
Energia elétrica	180	189
Combustível	17	12
Gastos com veículos	15	4
Reclamações trabalhistas	63	197
Contingências Cíveis	288	107
Conservação e manutenção	178	86
Despesas Tributárias	377	352
Outras	400	666
PCLD	87	-
Viagens e estadias	6	38
Seguro	7	9
Informática	295	253
Material de expediente	178	208

Débitos incobráveis	1.826	60
Total	10.890	9.891

17. Outras receitas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de despesas (a)	444	546
Recuperação de créditos - Lei 9.430/96	-	56
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.815	69
Reversão de provisão de contingência trabalhista	254	227
Reversão de provisão de contingência cível	-	6
	2.513	904

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

18. Instrumentos financeiros

Gestão de riscos - A Banrisul Armazéns Gerais S.A é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão. O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa. A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados como custo amortizado, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	31/12/2020	31/12/2019	Classificação CPC 48 (IFRS 9)
			Valor Justo Através do Resultado
Aplicações Financeiras	4.520	3.297	
Clientes	26.555	19.545	Custo Amortizado
Aplicações Financeiras	14.836	17.779	Custo Amortizado
Letra Financeira	4.134	4.121	Custo Amortizado
Total	50.045	44.742	

Gestão de capital - A Companhia possui estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Risco de crédito - O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas. Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias. Risco de mercado - Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio. A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. O ativo financeiro da Companhia é composto pelo CDB com referencial pós-fixado. Por outro lado, nas operações passivas o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 82% do total do passivo em 31 de dezembro de 2020. Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento. Pode ser classificado em: *Risco de liquidez de fluxo de caixa* : é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia. *Risco de liquidez de mercado* : é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Para gestão do risco de

liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise. É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos. Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em CDB. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 82% do total do passivo em 31 de dezembro de 2020. Risco Operacional - O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma.

19. Plano de benefícios de aposentadoria

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 40.000 mil para danos materiais e R\$ 100 mil para responsabilidade civil.

21. Segmentos operacionais

A Companhia atua como prestadora de serviços de armazém, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias, produtos e documentos, dispostos no entreposto aduaneiro em depósito alfandegário ou em espaços disponíveis na área de sua propriedade, que poderão ser locados para terceiros conforme atividades descritas na Nota 1. As atividades realizadas são complementares, em ambos segmentos, sendo controladas e gerenciadas pela Companhia, e seus resultados são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

22. Informações adicionais

O Ofício Circular nº02/2020 de 10 de março de 2020, sobre os "Efeitos do Corona vírus nas Demonstrações Financeiras" encaminhado pela CVM, destaca aos seus regulados, que deverão considerar cuidadosamente os impactos econômico-financeiros advindos da epidemia em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas oriundos dessa análise, observando as normas contábeis aplicáveis. Considerando a gravidade do cenário atual, em razão da situação de calamidade pública causada pelo Covid-19 e seus impactos na saúde e na economia, a Companhia implementou uma série de medidas necessárias para o seu enfrentamento em consonância com as diretrizes e normatizações governamentais. As medidas visam minimizar a propagação do Corona vírus na empresa, com a adoção de procedimentos de higienização e regramento de distanciamento, garantindo a continuidade dos serviços essenciais do Porto Seco para proteção e cuidados estendidos aos colaboradores da Companhia, clientes e terceirizados. Com a Covid-19, o fluxo logístico para importação sofreu modificações e, diversas empresas, que já estavam com processos de importação em andamento em portos, encontraram na Companhia uma opção conveniente para o armazenamento de suas mercadorias, pois os portos marítimos limitam a estadia de cargas, o que acabaria gerando transtornos com cargas paradas e aumento dos custos. A Companhia permanece avaliando continuamente e atentamente os riscos e incertezas que possam afetar a realidade econômica da entidade, e registra que não ocorreram impactos significativos para o período.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião

sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 (a) e 15, a Companhia possui diferentes fontes de receita provenientes da prestação de serviços de logística, transporte e armazenagem, bem como locação de armazéns, cujo momento de reconhecimento varia conforme características específicas dos respectivos contratos. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como peso, valor monetário ou espaço ocupado. Devido à relevância dessas operações no contexto das demonstrações financeiras, consideramos o reconhecimento de receitas como assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Efetuamos entendimento do processo que envolve o reconhecimento das receitas, com base em amostragem, testamos a precisão dos valores faturados e incorridos e não faturados, seus respectivos registros contábeis e liquidação financeira. Avaliamos os critérios adotados no reconhecimento contábil das receitas incorridas e não faturadas, testamos o cálculo matemático para apuração dos valores e identificamos os respectivos valores nos faturamentos efetuados em períodos subsequentes. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos sobre os saldos relacionados, considerando as expectativas sobre esses saldos obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foram considerados como

mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Bannisul Armazéns Gerais S.A., no exercício de suas atribuições legais conferidas pelos incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404/1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado e Notas Explicativas, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2021.

Cesar Luis Baumgratz
Conselheiro

Thiago Josué Ben
Conselheiro

Elói Astir Stertz
Conselheiro

DIRETORIA

Mario Bernd

Diretor Presidente
Zilmino Jacedir Tartari

Diretor Superintendente

Thiago Ribeiro Fagundes

Técnico em Contabilidade

CRC RS 091665/O-4

João Simioni

Diretor Operacional
Silvana Dalmás

Diretora Administrativa e
Financeira

**CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**

Luiz Valdir Andres

Presidente

Jorge Fernando Krug Santos

Mario Bernd Neto

Aline Oliveira da Silva

Crislaine Bozzetti

Evandro Bortoletti Garcia

Cristina Bachettini Duarte

Conselheiros

Publicado no Cadernos da Indústria e Comércio (DIC) do Rio Grande do Sul
Em 25 de Março de 2021

Protocolo: **2021000520651**

Publicado a partir da página: **20**



Nome do arquivo: Materia_7ada5cee-5ea5-4f02-a2d7-e41075a2a0f9.pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	25/03/2021 08:51:17 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: THIAGO RIBEIRO FAGUNDES
REGISTRO.....	: RS-091665/O-4
CATEGORIA.....	: TECNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: 007.158.070-05

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 25/03/2021 as 13:56:27.

Válido até: 23/06/2021.

Código de Controle: 681902.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
	31/12/2020	31/12/2019
	R\$	R\$
CIRCULANTE	10.775.818,23	10.337.714,61
DISPONIBILIDADES	5.474.177,09	5.245.772,48
Caixa	56.812,68	5.862,20
Bancos	766.473,50	1.107.004,46
Aplicações de Liquidez Imediata	4.650.890,91	4.132.905,82
DIREITOS REALIZÁVEIS	5.236.110,19	5.017.758,31
Permissionários	4.925.905,62	4.414.434,43
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(89.350,71)	0,00
Estoques	202.490,22	174.273,52
Impostos a Recuperar	192.431,42	350.136,82
Outros Direitos	4.633,64	78.913,54
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	65.530,95	74.183,82
Prêmios de Seguro	11.824,99	9.128,01
Despesas Administrativas	53.705,96	65.055,81
NÃO CIRCULANTE	12.655.844,29	14.179.237,51
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.385.332,90	3.450.970,08
Permissionários	1.239.334,31	1.149.838,42
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(2.173.975,82)	(1.149.838,42)
Outros Devedores	940.698,89	940.698,89
Depósitos Judiciais	2.379.275,52	2.510.271,19
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	10.246.968,24	10.704.724,28
Custo Histórico Corrigido	30.654.626,46	30.647.497,35
(-) Depreciações Acumuladas	(20.407.658,22)	(19.942.773,07)
TOTAL ATIVO	23.431.662,52	24.516.952,12

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL		
PASSIVO		
	31/12/2020	31/12/2019
	R\$	R\$
CIRCULANTE	4.343.006,44	5.146.968,37
Fornecedores	2.498.632,95	2.912.033,08
Ordenados e Salários a Pagar	174.667,03	146.149,88
Obrigações Sociais	701.390,73	792.497,57
Obrigações Tributárias	263.817,60	260.746,49
Provisões Constituídas	391.623,27	654.319,29
Outras Exigibilidades	312.874,86	381.222,06
NÃO CIRCULANTE	2.447.729,81	2.930.995,36
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.447.729,81	2.930.995,36
Obrigações Sociais e Fiscais	705.902,68	989.999,43
Provisões Constituídas	1.741.827,13	1.940.995,93
PATRIMONIO LÍQUIDO	16.640.926,27	16.438.988,39
CAPITAL SOCIAL	21.877.617,98	21.877.617,98
Capital Subscrito	21.877.617,98	21.877.617,98
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(8.605.866,19)	(8.807.804,07)
TOTAL PASSIVO	23.431.662,52	24.516.952,12

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2020	31/12/2019
	R\$	R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	15.680.953,18	15.037.272,94
Serviços Prestados	15.680.953,18	15.037.272,94
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.296.044,27)	(1.037.409,68)
Impostos Incidentes s/ receitas	1.296.044,27	1.037.409,68
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	14.384.908,91	13.999.863,26
LUCRO BRUTO	14.384.908,91	13.999.863,26
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	954.382,45	1.018.902,78
Financeiras	531.093,49	471.182,70
Outras Receitas	423.288,96	547.720,08
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(15.108.701,36)	(14.550.811,48)
Pessoal	5.942.290,21	5.994.867,69
Gastos Gerais e Administrativos	1.781.845,27	2.065.274,40
Serviços e Seguros	26.376.220,19	26.638.769,24
Encargos, Impostos e Taxas	15.956,99	23.524,42
Depreciações e Amortizações	690.732,07	829.748,38
Financeiras	153.603,53	107.343,20
Provisões	1.014.743,61	662.089,31
Convênios (Programa Social)	318.509,74	282.248,18
Indenizações Processos Judiciais Trabalhistas	531.989,72	436.184,85
Indenizações Processos Judiciais Cíveis	516.346,42	11.357,31
Outras Despesas	1.600,92	23.631,12
(-) Recuperação de Gastos	(22.235.137,31)	(22.524.226,62)
RESULTADO OPERACIONAL	230.590,00	467.954,56
(+/-) RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(18.216,75)	0,00
Baixa Bens Imobilizado	(18.216,75)	0,00
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	212.373,25	467.954,56
(-) Provisão para Imposto de Renda	6.421,77	133.389,19
(-) Provisão para Contribuição Social	4.013,60	58.053,39
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	201.937,88	276.511,98
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,009230341	0,012639035

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.18	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(9.084.316,05)	16.162.476,41
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				276.511,98	276.511,98
SALDO EM 31.12.19	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(8.807.804,07)	16.438.988,39
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				201.937,88	201.937,88
SALDO EM 31.12.20	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(8.605.866,19)	16.640.926,27

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	31/12/2020	31/12/2019
	R\$	R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	201.937,88	276.511,98
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	1.705.475,68	1.728.768,74
Depreciações e Amortizações	690.732,07	829.748,38
Recuperação de Gastos Exercício	0,00	236.931,05
Provisão Contingências Trabalhistas	297.883,74	88.506,48
Provisão Contingências Cíveis	(497.052,54)	332.308,48
Provisão Perdas Recebimento Créditos	1.213.912,41	241.274,35
VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Ativo Realizável a Curto Prazo	299.049,72	(6.677,93)
Permissionários	511.471,19	53.380,31
Estoques	28.216,70	(11.858,81)
Impostos a Recuperar	(157.705,40)	191.513,71
Outros Direitos	(74.279,90)	(237.867,93)
Despesas Pagas Antecipadamente	(8.652,87)	(1.845,21)
Ativo Realizável a Longo Prazo	58.924,52	1.489.539,03
Permissionários	189.920,19	241.274,35
Depósitos Judiciais	(130.995,67)	307.565,79
Outros Devedores	0,00	940.698,89
Passivo Circulante a Curto Prazo	(803.961,93)	343.071,38
Fornecedores	(413.400,13)	70.708,07
Ordenados e Salários a Pagar	28.517,15	(23.495,41)
Obrigações Sociais	(91.106,84)	86.803,63
Obrigações Tributárias	3.071,11	15.586,06
Provisões Constituídas	(262.696,02)	148.617,41
Adiantamento de Clientes	(101.565,36)	23.976,91
Outras Exigibilidades	33.218,16	20.874,71
Passivo Circulante a Longo Prazo	(284.096,75)	(248.826,44)
Obrigações Sociais e Fiscais	(284.096,75)	(248.826,44)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	461.380,64	616.664,56
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizado	(251.192,78)	(200.007,09)
Baixas Ativo Imobilizado	18.216,75	0,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(232.976,03)	(200.007,09)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social		0,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	228.404,61	416.657,47
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	5.245.772,48	4.829.115,01
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	5.474.177,09	5.245.772,48

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre.

A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas e Cíveis

A provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis foi constituída neste exercício com base no parecer da Assessoria Jurídica da Empresa. Os valores registrados correspondem aos processos em que a Ceasa/RS é parte e que estão classificados como "provável ou praticamente certo" de perda de acordo com NBC TG 25(R2).

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo:

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

Outros Devedores Realizável a Longo Prazo:

Esta conta é constituída com saldos de empresas fornecedora de mão-de-obra terceirizada com processo judicial de cobrança.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2020	2019
	%	R\$	R\$
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	26.253.320,26	26.253.320,26
Instalações	10	1.323.293,31	1.323.293,31
Veículos e Acessórios	20	310.103,39	311.578,39
Máq. Equipam. e Ferramentas	10	574.925,27	519.103,08
Móveis e Utensílios	10	479.685,75	491.919,03
Equipamentos de Comunicação	10	25.809,19	35.035,20
Outras Imobilizações	10	6.735,00	7.879,99
Obras em Andamento	0	825.476,11	825.476,11
Direito Uso Software	5	119.686,41	116.116,41
Equipamentos de Informática	20	366.530,79	394.714,59
SOMA:		30.654.626,46	30.647.497,35
DEPRECIACÃO ACUMULADA:		(20.407.658,22)	(19.942.773,07)
VALOR RESIDUAL:		10.246.968,24	10.704.724,28

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se:

Contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

ISSQN parcelado com a Secretaria da Fazenda Municipal no qual a Empresa requereu adesão em maio de 2017. Os valores da dívida foram atualizados totalizando na consolidação R\$ 220.700,17.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Autorizado conforme estatuto é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,2405
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,2731
Outros	106.415,96	0,4864
TOTAL	21.877.617,98	100,00

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 9 - CONTINGÊNCIAS

Diversos processos judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis estão sendo movidos contra a CEASA/RS. A Administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, procederam na avaliação daquelas consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não foram provisionadas. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda Provável: efetuada a provisão e mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Possível: não provisionada, mas mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Remota: não provisionada e nem mencionada em Nota Explicativa.

Na presente Nota Explicativa, iremos discorrer sobre o quantitativo de ações movidas contra a CEASA/RS e o valor atualizado da perda possível, considerando a procedência das demandas e a base atual de processos:

a) Ações Trabalhistas: Atualmente, o passivo trabalhista da CEASA/RS é composto de 206 processos: sendo 130 das ações com risco possível, 35 com risco provável e 41 com risco remoto. Dentre as ações provisionadas, a esmagadora maioria (mais de 95%) referem-se ao inadimplemento de verbas rescisórias ou diferenças pleiteadas pelos prestadores de serviço terceirizados. Nestes casos, apoiado na Súmula 331 do TST, o Judiciário vem condenando a CEASA/RS, subsidiariamente, ao pagamento das diferenças supramencionadas. Quando a devedora principal, empregadora dos reclamantes, tem sua falência decretada ou entra em manifesto estado de insolvência, o cenário se agrava, haja vista que a CEASA/RS arca sozinha com todo o crédito pleiteado pelos terceirizados. Contudo, este entendimento vem sendo reformado pelo TST e, em muitos casos a CEASA/RS vem tendo excluída a sua responsabilidade sobre o pagamento de tais verbas.

Sendo assim, as 130 ações trabalhistas que foram enquadradas em um risco “possível”, poderão ocasionar o desembolso estimado de R\$ 3.327.205,98 pela Companhia, e 35 foram as ações enquadradas como risco “provável”, representando um desembolso estimado R\$ 1.286.390,22. Desta forma, considerando o somatório das ações enquadradas como risco “possível” e “provável”, o valor total provisionado é de R\$ 4.613.596,20.

Ações Cíveis e Tributárias: Atualmente, a base que envolve questões atinentes ao Direito Civil, Administrativo e Tributário, é composta de 138 processos: sendo 13 das ações com risco possível, 06 com risco provável e 22 com risco remoto. No mais, os outros 97 processos da base de cível é composta de ações de cobrança, execuções de título executivo judicial e ações monitórias, todas movidas pela própria CEASA/RS e que não farão parte deste levantamento de valores, já que é relevante a necessidade de apontamento apenas de possível prejuízo, o que não se identifica nestas ações. A maioria das ações cíveis em que a CEASA/RS figura no polo passivo, são demandas que envolvem questões de responsabilidade civil, decorrentes de abaloamentos entre veículos no estacionamento, furtos e até mesmo desavenças entre trabalhadores ou usuários e vigilantes contratados pela CEASA/RS. Há ainda um pequeno passivo, decorrente dos mandados de segurança movidos por licitantes dos processos licitatórios lançados pela CEASA/RS, questionando cláusulas editalícias, critérios de julgamento das propostas, dentre outras irresignações.

Sendo assim, as 13 ações cíveis que foram enquadradas em um risco “possível”, poderão ocasionar o desembolso estimado de R\$ 2.069.178,94 pela Companhia, e 06 foram as ações enquadradas como risco “provável”, representando um desembolso estimado de R\$ 455.436,91. Desta forma, considerando o somatório das ações enquadradas como risco “possível” e “provável”, o valor total provisionado é de R\$ 2.524.615,85.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

NOTAS EXPLICATIVAS

Por fim, sejam as ações cíveis ou trabalhistas, importante salientar que os valores aqui lançados tratam-se de mera estimativa, dependendo de uma série de fatores para que se concretizem (tempo de duração das demandas, (im)procedência dos pedidos, falência das empresas terceirizadas, etc.).

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2020.

AILTON DOS SANTOS MACHADO
PRESIDENTE

CELSO PAZUCH
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

AIRTON REINHEIMER
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL

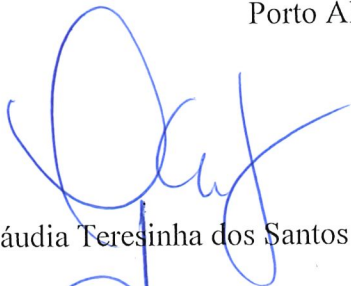
NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

Os Membros da Auditoria Interna da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no inciso III do artigo 9º da Lei 13.303/16, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, e ao disposto no Estatuto Social da Empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas de Notas Explicativas. Após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 12 de março de 2021.



Cláudia Teresinha dos Santos



Paulo Antônio Regla



Jairo dos Reis Oliviera



Rosa Marlene Laureano Fernandes

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 17 de março de 2021.

Cristiane Vendruscolo

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente

Erli Teixeira

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Jocimar Rabaioli

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Daniela Pinto Miranda

Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Evandro Finkler

Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS

Gilberto Agia Moysés

Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS

Cláudia Teresinha dos Santos

Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

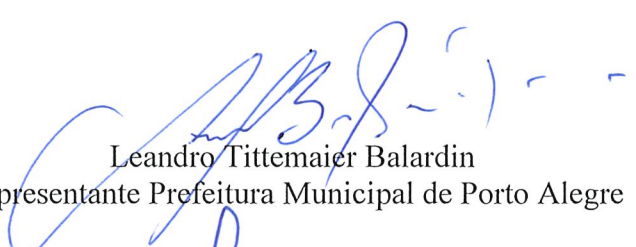
Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2020, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.



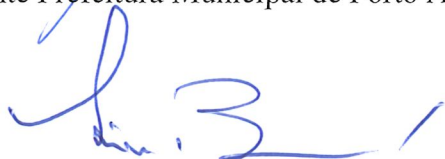
Maria Betânia Braun

Representante do Governo do Estado RS



Leandro Tittimaier Balardin

Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Lino Bernardo Dutra

Representante do Governo do Estado do RGS



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO..... : RS-037833/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 19/03/2021 as 09:39:08.

Válido até: 17/06/2021.

Código de Controle: 415155.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

PROCERGS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>Reapresentado</u>	<u>01/01/2019</u> <u>Reapresentado</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>74.546.549,50</u>	<u>79.783.832,91</u>	<u>99.393.181,33</u>
<u>DISPONIBILIDADES</u>	4.a	15.756.494,43	18.704.692,97	11.902.623,14
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		15.756.494,43	18.704.692,97	11.902.623,14
<u>CRÉDITOS</u>		<u>48.945.523,06</u>	<u>53.040.432,30</u>	<u>77.685.735,08</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b e 12.a	47.948.906,52	49.582.028,02	73.502.046,36
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(1.023.215,02)	(787.842,28)	(319.391,32)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	533.074,40	2.743.721,10	2.118.314,36
OUTROS CRÉDITOS	4.e	1.486.757,16	1.502.525,46	2.384.765,68
<u>ESTOQUES</u>		<u>6.608.557,89</u>	<u>6.536.024,10</u>	<u>8.320.191,00</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.f	137.179,92	91.107,60	110.721,26
MATERIAIS INDIRETOS	4.f	548.769,40	860.777,42	676.645,14
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.g	5.922.608,57	5.584.139,08	7.532.824,60
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>	4.h	<u>3.235.974,12</u>	<u>1.502.683,54</u>	<u>1.484.632,11</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>120.114.194,83</u>	<u>107.690.584,75</u>	<u>85.721.934,82</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>25.946.732,79</u>	<u>22.290.906,94</u>	<u>18.266.622,79</u>
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS/JUDICIAIS	4.i e 12.b	23.816.300,34	22.290.906,94	18.266.622,79
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.h	2.130.432,45	0,00	0,00
<u>INVESTIMENTOS</u>	4.j	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	4.k e 5	<u>10.907.809,05</u>	<u>14.267.258,91</u>	<u>16.108.482,77</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	4.l e 6	<u>5.731.146,77</u>	<u>5.720.985,09</u>	<u>5.931.323,78</u>
<u>BENS DE TERCEIROS</u>	4.m	<u>77.377.117,82</u>	<u>65.260.045,41</u>	<u>45.264.117,08</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>194.660.744,33</u>	<u>187.474.417,66</u>	<u>185.115.116,15</u>



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>Reapresentado</u>	<u>01/01/2019</u> <u>Reapresentado</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>108.793.236,38</u>	<u>127.778.396,32</u>	<u>73.365.703,25</u>
FORNECEDORES	12.c	24.719.042,89	37.507.224,07	19.494.620,32
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		14.460.126,88	16.464.909,03	22.124.587,85
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		10.684.241,26	9.729.316,89	11.439.347,65
ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	8	7.770.543,47	0,00	0,00
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		20.491.909,33	18.817.374,49	18.667.596,20
OBRIGAÇÕES COM CLIENTES		0,00	0,00	3.943,41
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	9.a e 12.c	29.130.261,00	43.665.592,98	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.o	1.537.111,55	1.593.978,86	1.635.607,82
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>127.387.431,51</u>	<u>112.889.082,22</u>	<u>110.158.279,81</u>
FORNECEDORES		1.586.722,22	0,00	0,00
ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	8	1.076.067,57	0,00	0,00
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	9.a.b	47.347.523,90	47.629.036,81	64.894.162,73
BENS DE TERCEIROS	4.m	77.377.117,82	65.260.045,41	45.264.117,08
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>236.180.667,89</u>	<u>240.667.478,54</u>	<u>183.523.983,06</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>115.319.287,84</u>	<u>115.319.287,84</u>	<u>115.319.287,84</u>
CAPITAL SUBSCRITO	7.a	115.319.287,84	115.319.287,84	115.319.287,84
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68	7.863,68
<u>PREJUÍZO ACUMULADO</u>	7.b e 12.d	<u>(156.847.075,08)</u>	<u>(168.520.212,40)</u>	<u>(113.736.018,43)</u>
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>(41.519.923,56)</u>	<u>(53.193.060,88)</u>	<u>1.591.133,09</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>194.660.744,33</u>	<u>187.474.417,66</u>	<u>185.115.116,15</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL
DIRETOR-PRESIDENTE
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 849.483.377-49

KAREN MARIA GROSS LOPES
DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS
CPF 533.611.990-34

JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA
DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS
CPF: 221.432.030-04

JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA
DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 290.548.260-53

CÉSAR AUGUSTO BERGAMASCHI FRANCESCHINA
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES
CPF: 424.065.790-34

ANDRÉA GONÇALVES ALVES
CONTADORA CRC-RS 076.011
CPF 658.564.810-20

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Praça dos Aporianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil

Chave: 21048900003648003769117220210305
CRC: 21.1316.2525

Verificado em 09/03/2021 17:36:28

Página 2 de 4

Nome do documento: BP-Balanco Patrimonial 2020-V2.pdf

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Andrea Goncalves Alves

PROCERGS / SCC / 58206

05/03/2021 20:16:53

Documento Assinado Digitalmente



Chave: 21048900003648003769117220210305
CRC: 21.1316.2525

Verificado em 09/03/2021 17:36:28

Página 3 de 4



Nome do arquivo: 0.7191292133916238.tmp

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Jairo Renato Caminha de Castilhos Franca	08/03/2021 14:57:20 GMT-03:00	22143203004	Assinatura válida
Jose Antonio Costa Leal	09/03/2021 10:30:07 GMT-03:00	84948337749	Assinatura válida
Karen Maria Gross Lopes	09/03/2021 15:36:07 GMT-03:00	53361199034	Assinatura válida
Josue de Souza Barbosa	09/03/2021 16:08:28 GMT-03:00	29054826053	Assinatura válida
Cesar Augusto Bergamaschi Franceschina	09/03/2021 16:29:59 GMT-03:00	42406579034	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento informando, CHAVE 21048900003648003769117220210305 e CRC 21.1316.2525, está disponível no endereço eletrônico: <https://secweb.procergs.com.br/praj4/proaconsultapublica>.

PROCERGS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> <u>Reapresentado</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		364.991.756,16	339.972.073,24
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(47.852.113,78)	(45.057.149,61)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		317.139.642,38	294.914.923,63
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(226.560.136,33)	(235.466.335,04)
LUCRO BRUTO		90.579.506,05	59.448.588,59
DESPESAS OPERACIONAIS		(79.543.448,12)	(114.724.769,15)
DESPESAS COM VENDAS		(6.942.947,02)	(6.063.738,11)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(73.854.400,65)	(107.307.487,29)
DESPESAS FINANCEIRAS		(489.498,33)	(2.968.794,90)
RECEITAS FINANCEIRAS		1.743.397,88	1.615.251,15
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		643.181,99	542.886,67
RESULTADO OPERACIONAL		11.679.239,92	(54.733.293,89)
OUTRAS RECEITAS		577,09	6.208,59
OUTRAS DESPESAS		(6.679,69)	(57.108,67)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		11.673.137,32	(54.784.193,97)
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.p e 12.e	11.673.137,32	(54.784.193,97)
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações		22,27	(104,51)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL
DIRETOR-PRESIDENTE
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 849.483.377-49

KAREN MARIA GROSS LOPES
DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS
CPF 533.611.990-34

JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA
DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS
CPF: 221.432.030-04

JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA
DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE
RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 290.548.260-53

CÉSAR AUGUSTO BERGAMASCHI FRANCESCHINA
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES
CPF: 424.065.790-34

ANDRÉA GONÇALVES ALVES
CONTADORA CRC-RS 076.011
CPF 658.564.810-20

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Chave: 21048900003648003769117320210305
CRC: 20.0106.0127

Praça dos Apórianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil

PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Verificado em 09/03/2021 17:36:33

Página 1 de 3

Nome do documento: DRE-Demonstracao do Resultado do Exercicio-2020-V2.pdf

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Andrea Goncalves Alves

PROCERGS / SCC / 58206

05/03/2021 20:16:53

Documento Assinado Digitalmente



Chave: 21048900003648003769117320210305
CRC: 20.0106.0127

Verificado em 09/03/2021 17:36:33

Página 2 de 3



Nome do arquivo: 0.14667259051854242.tmp

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Jairo Renato Caminha de Castilhos Franca	08/03/2021 14:58:33 GMT-03:00	22143203004	Assinatura válida
Jose Antonio Costa Leal	09/03/2021 10:30:34 GMT-03:00	84948337749	Assinatura válida
Karen Maria Gross Lopes	09/03/2021 15:37:17 GMT-03:00	53361199034	Assinatura válida
Josue de Souza Barbosa	09/03/2021 16:09:11 GMT-03:00	29054826053	Assinatura válida
Cesar Augusto Bergamaschi Franceschina	09/03/2021 16:30:27 GMT-03:00	42406579034	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento informando, CHAVE 21048900003648003769117320210305 e CRC 20.0106.0127, está disponível no endereço eletrônico: <https://secweb.procergs.com.br/praj4/proaconsultapublica>.

PROCERGS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais)**

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2020	31/12/2019 Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.673.137,32	(54.784.193,97)
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	8.241.209,37	9.326.749,71
AJUSTE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AÇÕES TRABALHISTAS (RESULTADO)	11.155.813,85	33.403.934,23
AJUSTE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS AÇÕES TRABALHISTAS (PASSIVO)	-	(22.861.344,90)
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	235.372,74	468.450,96
AJUSTES DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	22.742.668,16
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	(2.127.739,56)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	31.305.533,28	(13.831.475,37)
VARIAÇÕES DO ATIVO		
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	(3.863.723,03)	(18.051,43)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS (Nota Explicativa 12.b para 31/12/2019)	(1.525.393,40)	(13.976.395,97)
AUMENTO DOS ESTOQUES	(72.533,79)	1.784.166,90
REDUÇÃO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (Nota Explicativa 12.a para 31/12/2019)	1.633.121,50	25.865.581,29
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	2.226.415,00	256.833,48
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
REDUÇÃO DE FORNECEDORES (Nota Explicativa 12.c para 31/12/2019)	(11.201.458,96)	18.194.780,36
REDUÇÃO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	(237.164,51)	(1.203.808,35)
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	(1.767.617,64)	(4.455.870,47)
REDUÇÃO OBRIGAÇÕES COM CLIENTES	-	(3.943,41)
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS (Nota Explicativa 12.c para 31/12/2019)	(25.981.731,55)	3.067.321,39
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	2.827.097,10	(1.520.112,46)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	8.601.178,65	(81.768,97)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.943.722,65	14.077.256,99

2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	6.679,69	57.108,67
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(2.227.028,88)	(4.892.909,59)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(2.671.572,00)	(2.439.386,24)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.891.921,19)	(7.275.187,16)

3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.948.198,54)	6.802.069,83

	2020	01/01/2020
SALDO INÍCIO PERÍODO	18.704.692,97	11.902.623,14
BANCOS	832.589,23	465.437,28
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.923.905,20	18.239.255,69
SALDO FINAL PERÍODO	15.756.494,43	18.704.692,97
VARIAÇÃO	(2.948.198,54)	6.802.069,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL
DIRETOR-PRESIDENTE
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 849.483.377-49

KAREN MARIA GROSS LOPES
DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS
CPF 533.611.990-34

JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA
DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS
CPF: 221.432.030-04

JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA
DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE RELACIONAI
CPF 290.548.260-53

CÉSAR AUGUSTO BERGAMASCHI FRANCESCHINA
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES
CPF: 424.065.790-34

ANDRÉA GONÇALVES ALVES
CONTADORA CRC-RS 076.011
CPF 658.564.810-20

Nome do documento: DFC-Demonstracao dos Fluxos de Caixa-2020-V2.pdf

Documento assinado por

Andrea Goncalves Alves

Órgão/Grupo/Matrícula

PROCERGS / SCC / 58206

Data

05/03/2021 20:16:53

Documento Assinado Digitalmente



Chave: 21048900003648003769117420210305
CRC: 8.5228.9517

Verificado em 09/03/2021 17:36:37

Página 2 de 3



Nome do arquivo: 0.17907556001540115.tmp

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Jairo Renato Caminha de Castilhos Franca	08/03/2021 14:59:11 GMT-03:00	22143203004	Assinatura válida
Jose Antonio Costa Leal	09/03/2021 10:30:58 GMT-03:00	84948337749	Assinatura válida
Karen Maria Gross Lopes	09/03/2021 15:37:47 GMT-03:00	53361199034	Assinatura válida
Josue de Souza Barbosa	09/03/2021 16:09:39 GMT-03:00	29054826053	Assinatura válida
Cesar Augusto Bergamaschi Franceschina	09/03/2021 16:31:06 GMT-03:00	42406579034	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento informando, CHAVE 21048900003648003769117420210305 e CRC 8.5228.9517, está disponível no endereço eletrônico: <https://secweb.procergs.com.br/praj4/proaconsultapublica>.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	NOTA EXPLICATIVA	LUCROS OU	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL		PREJUÍZOS ACUMULADOS	
SALDO EM 01/01/2019	115.319.287,84	7.863,68		(113.736.018,43)	1.591.133,09
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	12.g	(54.784.193,97)	(54.784.193,97)
SALDO EM 31/12/2019 (Reapresentado)	115.319.287,84	7.863,68		(168.520.212,40)	(53.193.060,88)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO				11.673.137,32	11.673.137,32
SALDO EM 31/12/2020	115.319.287,84	7.863,68		(156.847.075,08)	(41.519.923,56)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL
DIRETOR-PRESIDENTE
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 849.483.377-49

KAREN MARIA GROSS LOPES
DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS
CPF 533.611.990-34

JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA
DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS
CPF: 221.432.030-04

JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA
DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 290.548.260-53

CÉSAR AUGUSTO BERGAMASCHI FRANCESCHINA
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES
CPF: 424.065.790-34

ANDRÉA GONÇALVES ALVES
CONTADORA CRC-RS 076.011
CPF 658.564.810-20

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Chave: 21048900003648003769117520210305
 CRC: 40.6334.4469

Praça dos Aporianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
 PABX + 55 51 3210.3100 - www.procrs.gov.br - procrs@procrs.gov.br

Verificado em 09/03/2021 17:36:41



21048900004648

Nome do documento: DMPL-Demonstracao das Mutacoes do Patrimonio Liquido-2020-V2.pdf

Documento assinado por

Andrea Goncalves Alves

Órgão/Grupo/Matrícula

PROCERGS / SCC / 58206

Data

05/03/2021 20:16:53

Documento Assinado Digitalmente



Chave: 21048900003648003769117520210305
CRC: 40.6334.4469

Verificado em 09/03/2021 17:36:41

Página 2 de 3



Nome do arquivo: 0.31345164454893903.tmp

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Jairo Renato Caminha de Castilhos Franca	08/03/2021 14:59:52 GMT-03:00	22143203004	Assinatura válida
Jose Antonio Costa Leal	09/03/2021 10:31:22 GMT-03:00	84948337749	Assinatura válida
Karen Maria Gross Lopes	09/03/2021 15:38:35 GMT-03:00	53361199034	Assinatura válida
Josue de Souza Barbosa	09/03/2021 16:10:08 GMT-03:00	29054826053	Assinatura válida
Cesar Augusto Bergamaschi Franceschina	09/03/2021 16:33:10 GMT-03:00	42406579034	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento informando, CHAVE 21048900003648003769117520210305 e CRC 40.6334.4469, está disponível no endereço eletrônico: <https://secweb.procergs.com.br/praj4/proaconsultapublica>.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A **PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam aproximadamente 5,3% da receita total da Companhia.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009). As Demonstrações Contábeis foram apresentadas à diretoria e aprovadas para o exame pela auditoria em 24/02/2021 conforme PROA 21/0489-0000464-8.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Abaixo quadro por segmento.

**PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.proa.rs.gov.br - proa@proa.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 1 de 18

PROCERGS

Grupo	2020	2019
Caixa	5.000,00	0,00
Depósitos Bancários a Vista	821.566,44	442.517,28
Depósitos Bancários – Caixinhas Setoriais	6.022,79	22.920,00
Títulos de Aplicações Financeiras	14.923.905,20	18.239.255,69
TOTAL	15.756.494,43	18.704.692,97

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

	2020		2019	
Créditos em Aberto	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
Vencidos até 2016		291.629,97		606.888,45
- Administração Direta - Vencidos a partir de 09/2016	37.924,94		352.194,84	
- Administração Indireta	27.993,32		27.993,32	
- Outros Mercados	149.281,25		150.205,12	
- Outros Poderes	76.430,46		76.495,17	
Vencidos em 2017		227.060,26		1.823.656,75
- Administração Direta	38.595,96		1.608.513,72	
- Administração Indireta	111.188,75		134.640,40	
- Outros Mercados	72.650,23		74.162,55	
- Outros Poderes	4.625,32		6.340,08	
Vencidos em 2018		811.810,03		4.769.979,75
- Administração Direta	244.219,47		3.997.155,08	
- Administração Indireta	335.874,03		463.118,98	
- Outros Mercados	219.238,86		294.636,64	
- Outros Poderes	12.477,67		15.069,05	
Vencidos em 2019		2.272.497,84		12.794.580,61
- Administração Direta	752.845,40		9.438.171,84	
- Administração Indireta	1.233.008,70		2.142.471,69	
- Outros Mercados	257.880,67		845.739,79	
- Outros Poderes	28.763,07		368.197,29	
Vencidos em 2020		11.098.369,27		30.747.279,48

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 2 de 18

PROCERGS

- Administração Direta	8.460.783,97		14.866.155,51	
- Administração Indireta	1.555.076,27		13.650.395,41	
- Outros Mercados	873.918,44		1.029.332,96	
- Outros Poderes	208.590,59		1.201.395,60	
Vincendos em 2021		33.247.539,15		0,00
- Administração Direta	16.369.981,48		0,00	
- Administração Indireta	15.003.686,69		0,00	
- Outros Mercados	818.906,76		0,00	
- Outros Poderes	1.054.964,22		0,00	
TOTAL		47.948.906,52		50.742.385,04

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCERGS não seja controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, impostos a compensar e outros créditos, tais como: bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

Grupo	2020	2019
Antecipações, Contribuições e Impostos a Recuperar	803.239,72	1.114.817,64
Bloqueio Judicial	331.710,44	109.376,48
Reembolso Funcionários Cedidos	301.024,85	246.281,61
Outros Créditos	50.782,15	32.049,73
TOTAL	1.486.757,16	1.502.525,46

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 3 de 18

PROCERGS

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição de cada item, inferior, portanto aos valores do mercado.

(g) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos não necessariamente referem-se aos apropriados dentro de uma determinada competência, podendo estar compostos por valores já reconhecidos em outros exercícios. Nos exercícios de 2018 e 2019 ficaram diferidos os valores de R\$7.532.824,60 e R\$5.584.139,08 respectivamente, referentes aos custos que não haviam receitas reconhecidas até o momento. Em 2020 o valor do custo diferido para exercícios seguintes foi de R\$ 5.922.608,57 que serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita.

Na Demonstração do Resultado do Exercício de 2020, o valor total do Custo dos Serviços Prestados é de R\$226.560.136,33 que se referem a todos os custos incorridos para a elaboração dos serviços. Objetivando atender o princípio da competência, em 2020 foi acrescentado ao diferimento o valor de R\$7.201.527,07. Durante o exercício de 2020, foram levados a resultado custos diferidos no próprio exercício pela realização da receita.

Abaixo quadro demonstrativo:

Diferidos em Exercícios Anteriores		5.584.139,08
Valor Diferido em 2020	4.660.625,39	
Acréscimo ao Diferido, em 2020, de Exercícios Anteriores	2.540.901,68	
Total dos Valores Diferidos em 2020		7.201.527,07
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(3.241.650,32)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(3.621.407,26)	
Total Apropriado como Custo em 2020		(6.863.057,58)
Valor Diferido para Exercícios Futuros		5.922.608,57

(h) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores, em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante o valor total da operação, e a medida em que a despesa se realize, apropria proporcionalmente no resultado, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 4 de 18

PROCERGS

Grupo	2020 Curto Prazo	2019 Curto Prazo	2020 Longo Prazo
Prêmios de Seguros a Apropriar	70.000,00	100.821,67	0,00
Cartão-Refeição/Alimentação/Vale Rancho a Apropriar	1.252.289,74	1.262.318,19	0,00
Vale Transporte a Apropriar	8.158,46	84.491,56	0,00
Licença de Uso Software/Manutenção a Apropriar	1.848.462,17	0,00	2.130.432,45
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	57.063,75	55.052,12	0,00
TOTAL	3.235.974,12	1.502.683,54	2.130.432,45

(i) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices oficiais da Caixa Econômica Federal para depósitos judiciais da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(j) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(k) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

A Companhia realizou o “Teste de *Impairment*” conforme determina o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC (01 e 27 e IT 10) em seus ativos Imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme laudo apresentado pela Empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, desenvolvido em conformidade com a NBC TG 01(R4) - Norma Brasileira de Contabilidade, que trata sobre redução ao valor recuperável de ativos, com o método utilizado de Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. Não foram identificadas possíveis perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando o provisionamento.

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 5 de 18

PROCERGS

(l) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou o “Teste de *Impairment*” conforme determina o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC (01 e 27 e IT 10) em seus ativos Intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme laudo apresentado pela Empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, desenvolvido em conformidade com a NBC TG 01(R4) - Norma Brasileira de Contabilidade que trata da redução ao valor recuperável de ativos, com o método utilizado de Valor em Uso dos ativos por meio de Fluxo de Caixa Descontado. Não foram identificadas possíveis perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando o provisionamento.

(m) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que integram o patrimônio da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o novo Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(n) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(o) Outras Obrigações

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Companhia, os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Barrisul e Caixa Econômica Federal), Pensões Alimentícias, além de outros valores repassados a terceiros, como Instituto Assistencial da PROCERGS - PROCIOUS e Associação dos Servidores da PROCERGS – ASPROCERGS.

Grupo	2020	2019
Asprocergs	89.594,22	97.848,94
Procius	786.831,23	782.741,32
Cauções de Contratos	138.400,64	138.400,64
Estagiários	37.023,83	61.841,69
Pensões Alimentícias	127.852,21	129.799,19
Caixa Econômica Federal – Empréstimos Consignação	24.883,44	23.306,10
Barrisul - Empréstimos Consignação	219.471,47	235.303,29

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 6 de 18

PROCERGS

Banrisul - Cartão de Crédito Consignação	99.908,18	116.046,09
Outras Obrigações	13.146,33	8.691,60
TOTAL	1.537.111,55	1.593.978,86

(p) Resultado do Exercício

O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência e a Receita Operacional Bruta foi de R\$364.991.756,16 apresentando um crescimento nominal de R\$23.859.325,90 (6,99%) em relação ao exercício de 2019. O Lucro do Exercício foi de R\$11.673.137,32.

(q) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

5. Imobilizado

	Saldo Inicial em 2019	Aquisição	Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2020	Taxa Anual
Terrenos	1.769.907,19	0,00	0,00	0,00	1.769.907,19	-- x --
Prédios	11.934.887,71	0,00	0,00	(8.581.627,07)	3.353.260,64	4%
Equipamentos de produção	94.857.309,71	2.219.450,98	(5.297.330,20)	(88.140.306,96)	3.639.123,53	40%
Equipamentos de Apoio	3.904.395,85	0,00	(32.535,59)	(3.441.764,54)	430.095,72	20%
Instalações/Outros	11.030.965,38	7.577,90	(240.745,58)	(9.706.845,15)	1.090.952,55	17% * (1)
Benfeitorias Prédios Terceiros	2.276.998,98	0,00	0,00	(1.652.529,56)	624.469,42	20%
TOTAL	125.774.464,82	2.227.028,88	**(5.570.611,37)	(111.523.073,28)	10.907.809,05	

* (1) Taxa Média

** Os valores registrados na coluna "Baixas" referem-se aos bens baixados totalmente depreciados, portanto não afetam o resultado da Companhia. O valor levado a resultado como "perda" de bens baixados corresponde a R\$6.679,69.

6. Intangível

	Saldo Inicial em 2019	Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 2020	Taxa Anual
Programas de Computador	42.850.549,98	2.671.572,00	(39.799.631,94)	5.722.490,04	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	0,00	0,00	2.911,08	-- x --
Marcas	5.745,65	0,00	0,00	5.745,65	-- x --
TOTAL	42.859.206,71	2.671.572,00	(39.799.631,94)	5.731.146,77	

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 7 de 18

PROCERGS

7. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$115.319.287,84, representado por 524.178.240 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	522.007.303	99,59
OI S.A.	ON	1.366.594	0,26
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,08
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,07
TOTAL DAS AÇÕES		524.178.240	100,00

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
Resultado do Exercício na Demonstração do Resultado	11.673.137,32	(54.784.193,97)	(20.118.850,08)
Prejuízo Acumulado até Exercício Anterior	(168.520.212,40)	(113.736.018,43)	(93.617.168,35)
Prejuízos Acumulados no Exercício	(156.847.075,08)	(168.520.212,40)	(113.736.018,43)

8. Acordos Trabalhistas

A gestão vem tomando diversas ações, com o intuito de mitigar o passivo trabalhista. Uma delas foi a criação de uma comissão interna, com o fim específico de acompanhamento, gerenciamento, revisão de cálculos, provisionamento para as ações trabalhistas. Em 2020, houve o chamamento de reclamantes e advogados para negociação direta dos seus processos junto à Companhia e a retirada dos mesmos da justiça do trabalho. Ao longo do exercício, foram celebrados 62 acordos trabalhistas no valor de R\$13.163.704,35 sendo que já foram quitadas parcelas no valor de R\$4.317.093,31, restando um saldo a pagar no valor de R\$8.846.611,04, representado pelas rubricas “Acordos Trabalhistas a Pagar” no Passivo Circulante o valor de R\$7.770.543,47 e no Passivo Não circulante o valor de R\$1.076.067,57. A negociação possibilita o estaque de juros e correções que sofrem os processos na justiça, a previsibilidade de desembolsos no caixa e o alongamento da dívida dentro das possibilidades reais da Companhia. Todos os processos em que ocorreu acordo entre as partes, foram lançados em contas específicas no Balanço, não fazendo mais parte de provisões e sim do Passivo Circulante e Não Circulante.

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 8 de 18

PROCERGS

9. Provisões para Contingências

(a) Contingências Ações Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica, Assessoria de Compliance e Comissão Interna. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até 31/12/2020 e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício, pois todos os valores estimados devem ser revistos a cada encerramento de exercício, como prevê a Norma Contábil.

A análise foi feita em dados reais do total das ações trabalhistas existentes contra a Companhia, até 31/12/2020 totalizando um valor de R\$ 459.827.957,13 de ações movidas por empregados, ex-empregados e terceiros. Após a análise jurídica, os valores foram segregados em “Prováveis”, “Possíveis” e “Remotos”. Os valores considerados “Prováveis” somaram R\$76.429.151,13 que foram reconhecidos na sua totalidade neste exercício, os “Possíveis” R\$349.885.190,54 que estão divulgados nesta nota explicativa e “Remotos” que não há obrigação legal de se mencionar em nota, conforme determina a Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” no reconhecimento da provisão, que destaca:

“(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que faça-se necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.”

Salienta-se o processo de número **0021506-62.2016.5.04.0025**, que figura na listagem de ações possíveis, em que o pedido ajuizado em 28/09/2016, pelo SINDPPD/RS, com valor estimado em 2020 de R\$335.575.601,67. Nesta ação, o SINDPPD/RS reivindica o adicional de periculosidade, para os funcionários da sede da PROCERGS, em decorrência da existência de tanques de combustíveis que alimentam os geradores da Companhia. Tanto o laudo pericial, como a sentença de 1º grau, foram no sentido de improcedência do pedido de periculosidade, eis que os tanques de óleo diesel acoplados aos geradores estão dentro dos limites das NR's 16 e 20.

Desconsiderando totalmente o laudo pericial e os argumentos da sentença, o desembargador de 2º grau invocou o risco da verticalidade para conceder o referido adicional, o que no entender da Companhia está equivocado, pois os tanques propriamente ditos estão em área externa do prédio. A PROCERGS interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho e a Procuradoria-Geral do Estado requereu manifestação no processo na condição de “Amicus Curiae”, cujos recursos pendem de julgamento.

**PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 9 de 18

PROCERGS

Outras Ações, sendo em sua maioria classificadas como prováveis:

Promoções por Antiguidade: Pedidos de diferenças salariais, com reflexos, decorrente da não implementação das promoções por antiguidade. O fato gerador originou-se após a Resolução de Diretoria 001 do ano de 1995, que suspendeu as promoções por antiguidade na Companhia. No exercício de 2015 foram retomadas tais promoções, visando cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014. Este conjunto de ações possui, na sua maioria, sentenças procedentes, sendo que, parte delas, com trânsito em julgado e já em fase de execução. Ressalte-se que, em que pese sejam concedidas nas sentenças um número expressivo de avanço de níveis salariais, na prática, os mesmos não são efetivados integralmente, em decorrência de trancamentos no Plano de Cargos e Salários da época (último nível da classe ou final de carreira) e/ou por falta de requisito.

Desproporcionalidade da Tabela Salarial: Nulidade da alteração de carga horária, cujo fato gerador das ações originou-se no exercício de 1986, quando a carga horária dos funcionários de 44 horas semanais passou para 40 horas e dos funcionários de 36 horas semanais passou para 30 horas. Tal alteração gerou uma desproporcionalidade na tabela salarial, que foi alterada quando da implantação do novo plano de cargos e salários em junho/2014. Este conjunto de ações possui decisões transitadas em julgado em ambos os sentidos, ou seja, tanto favoráveis aos empregados, como improcedentes.

Desvio de função: Ações por desvio de função, decorrentes do reaproveitamento de pessoal. Visando a corrigir o desvio de função, a Companhia desenvolveu diversas ações no sentido de regularização do problema, mediante a reestruturação de áreas, atividades e transferência de funcionários, compatibilizando e adequando, assim, os serviços com os respectivos cargos.

Quadro totalizador das ações trabalhistas:

Nº de Ações	Distribuição Quanto à Origem	2020	2019
21	Desproporcionalidade da tabela salarial / Alteração de carga horária	7.578.993,56	8.602.959,20
333	Promoções por Antiguidade	82.019.723,08	89.812.248,26
22	Desvio de Função	8.170.261,65	3.797.946,30
40	Terceiros – Responsabilidade Subsidiária	5.558.466,81	4.408.915,57
70	*Outros Reclamantes e Pedidos	20.924.910,36	13.095.012,55
1	SINDPPD/RS Periculosidade	335.575.601,67	346.226.371,58
487	Total	459.827.957,13	465.943.453,46

*Em "Outros" figuram principalmente pedidos referentes à: pensão por redução de capacidade laborativa, danos morais, danos materiais, redução de carga horária, incorporação de função gratificada, reconhecimento de acidente de trabalho, incorporação de horas extras, manutenção de plano de saúde para aposentado por invalidez, inclusão de dependente incapaz em plano de saúde.

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 10 de 18

PROCERGS

Quadro da classificação das ações quanto a Prováveis, Possíveis e Remotas:

Possibilidades	2020	2019
Prováveis	76.429.151,13	77.589.475,87
Possíveis	349.885.190,54	357.145.433,09
Remotas	33.513.615,46	31.208.544,50
Total	459.827.957,13	465.943.453,46

Ações	Saldo Exercício Anterior	Baixas	Lançamento (DRE)	Lançamento (Ajuste Negativo)	Saldo Provisão	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	77.589.475,87	(25.981.731,57)	11.155.813,85	13.665.592,98	76.429.151,13	29.130.261,00	47.298.890,13

(b) Contingência Ação Cível

Valor provisão contingência cível, processo nº 001/1.17.0070167-4, que tramita na 17ª vara cível do Foro Central, conforme abaixo:

Ações	Saldo Exercício Anterior	Baixas	Lançamento (DRE)	Ajuste Provisão	Saldo Provisão (Longo Prazo)
Cíveis	39.560,94	0,00	9.072,83	0,00	48.633,77

10. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destaca-se, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (contrato 5535-00)	Incêndio	247.734.451,90
Veículos (contrato 5466-00)	Colisão, incêndio e roubo	*335.000,00
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	23.254.000,00

*Referente a Danos Materiais, Danos Corporais e Cobertura de Acidentes Pessoais de Passageiros. Os seguros dos automóveis serão contratados pela Modalidade de Valor de Mercado Referenciado pela tabela de referência do FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), utilizando-se o fator de ajuste de 110% (cento e dez por cento) sobre o valor de cotação do veículo, na data de liquidação do sinistro. (Cláusula 2.3 do Contrato)

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 11 de 18



(b) Plano Complementar de Pecúlio

A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de investimento de seus associados.

11. Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os ajustes em que se consideraram como incorreções de períodos anteriores, conforme a NBC TG 23. Para todos os ajustes, foi procedida a reapresentação das Demonstrações Contábeis, por sua relevância no aspecto econômico da Companhia, demonstradas a seguir na Nota 12.

AJUSTE POSITIVO:	
• Valor despesa lançada em duplicidade 1ª parcela Aditivo contrato 5175 CA Programa de Computador, Participações e Serviços Ltda.	98.271,41
Soma	98.271,41
AJUSTES NEGATIVOS:	
• Cancelamento faturas de clientes emissão exercícios anteriores.	(1.160.357,02)
• Ajuste Conta 21811101 "Provisões para Contingências Trabalhistas", referente a valores provisionados a menor, ou não provisionados no exercício de 2019.	(13.665.592,98)
• Ajuste valores não provisionados de contratos de despesa de diversos fornecedores no exercício de 2019.	(459.627,35)
• Ajuste conta 12211101 "Depósitos Judiciais".	(105.986,08)
Soma	(15.391.563,43)
VALOR RESIDUAL	(15.293.292,02)

12. Reapresentação das Demonstrações Contábeis Exercício Anterior

A Companhia está reapresentando os saldos das demonstrações contábeis de 2019, para fins de comparação, em razão da reclassificação de "Ajustes de Exercícios Anteriores" (NE 11) através de coluna específica "31/12/2019 Reapresentado", juntamente com as demonstrações de 2020, de acordo com a NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que versa em seu item 42, sujeito ao disposto no item 43. Os motivos serão explicados nos itens a seguir:

(a) Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE

A alteração ocorreu na conta "Contas a Receber de Clientes" onde existia um saldo de R\$ 50.742.385,04, e com os devidos ajustes realizados, desconsiderando as faturas canceladas em 2020, emitidas indevidamente em 2019, ocasionou uma baixa no valor de R\$1.160.357,02, ficando um saldo ajustado de R\$ 49.582.028,02.

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 12 de 18



	Ativo Circulante		
	Contas a Receber de Clientes		
Exercícios	2019	Ajustes	Saldo em 31/12/2019 Reapresentado
Contas a Receber de Clientes	50.742.385,04	(1.160.357,02)	49.582.028,02
Total Ativo Circulante	80.944.189,93	(1.160.357,02)	79.783.832,91
Total do Ativo	188.740.760,76	(1.160.357,02)	187.474.417,66

(b) Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE

A alteração ocorreu na conta “Depósitos Restituíveis/Judiciais” onde existia um saldo de R\$ 22.396.893,02, e com os devidos ajustes reconhecidos em 2020, ocasionou uma baixa no valor de R\$105.986,08, ficando um saldo ajustado de R\$ 22.290.906,94.

	Ativo Não Circulante		
	Depósitos Restituíveis/Judiciais		
Exercícios	2019	Ajustes	Saldo em 31/12/2019 Reapresentado
Depósitos Restituíveis/Judiciais	22.396.893,02	(105.986,08)	22.290.906,94
Total Ativo Não Circulante	107.796.570,83	(105.986,08)	107.690.584,75
Total do Ativo	188.740.760,76	(105.986,08)	187.474.417,66

(c) Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE

A alteração ocorreu nas seguintes contas:

- “**Fornecedores**”, no encerramento do exercício de 2019, existia um saldo de R\$ 37.145.868,13, e com os devidos ajustes reconhecidos em 2020, referentes a valores de despesas não apropriados e ou apropriado em duplicidade na competência 2019, ocasionou um acréscimo no valor de R\$361.355,94, ficando um saldo ajustado de R\$ 37.507.224,07;

- “**Provisões para Contingências**”, no encerramento do exercício de 2019, existia um saldo de R\$30.000.000,00 e com os devidos ajustes reconhecidos em 2020, referentes a valores não provisionados ou provisionados a menor no exercício de 2019, ocasionou um acréscimo no valor de R\$13.665.592,98, ficando um saldo ajustado de R\$ 43.665.592,98.

	Passivo Circulante		
	Fornecedores		
	Provisão para Contingências		
Exercícios	2019	Ajustes	Saldo em 31/12/2019 Reapresentado
Fornecedores	37.145.868,13	361.355,94	37.507.224,07
Provisões para Contingências	30.000.000,00	13.665.592,98	43.665.592,98
Total Passivo Circulante	113.751.447,40	14.026.948,92	127.778.396,32
Total do Passivo	226.640.529,62	14.026.948,92	240.667.478,54

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 13 de 18

PROCERGS

(d) Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A alteração no PATRIMÔNIO LÍQUIDO ocorreu na conta de “Prejuízos Acumulados”, que em “31/12/2019 Reapresentado” recebeu o valor de R\$15.293.292,02, registrado como “Ajustes de Exercícios Anteriores”, referente aos ajustes já mencionados nos itens acima, sensibilizando seu saldo acumulado final, que ficou em R\$(168.520.212,40):

	Prejuízo Acumulado		Saldo em 31/12/2019 Reapresentado
Exercícios	31/12/2019	2019	
Prejuízo Acumulado		(153.226.920,38)	(153.226.920,38)
Contas a Receber de Clientes-NE 12.a	(1.160.357,02)	0,00	(154.387.277,40)
Depósitos Restituíveis/Judiciais-NE 12.b	(105.986,08)	0,00	(154.493.263,48)
Fornecedores-NE 12.c	(361.355,94)	0,00	(154.854.619,42)
Provisões para Contingências-NE 12.c	(13.665.592,98)	0,00	(168.520.212,40)
Prejuízo Acumulado em 01/01/2020	(15.293.292,02)	(153.226.920,38)	(168.520.212,40)

(e) Demonstração do Resultado do Exercício

Com os Ajustes de Exercícios Anteriores apresentados na NE 11, no valor total de R\$15.293.292,02 a companhia está reapresentando a Demonstração do Resultado do Exercício de 2019, na coluna “31/12/2019 Reapresentado”, sendo necessários os ajustes nos seguintes itens:

Exercícios	2019	31/12/2019 Reapresentado	Ajustes
Receita Operacional Bruta	341.132.430,26	339.972.073,24	(1.160.357,02)
Custos dos Serviços Prestados	(235.104.979,10)	(235.466.335,04)	(361.355,94)
Despesas Gerais e Administrativa	(93.535.908,23)	(107.307.487,29)	(13.771.579,06)
Resultado Líquido do Exercício	(39.490.901,95)	(54.784.193,97)	(15.293.292,02)

(f) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ocorreram os ajustes abaixo nos valores de 2019, mas não houve variação na “Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa”.

Exercícios	2019	31/12/2019 Reapresentado	Ajustes
Prejuízo Líquido do Exercício	(39.490.901,95)	(54.784.193,97)	(15.293.292,02)
Contas a Receber de Clientes-NE 12.a	24.705.224,27	25.865.581,29	1.160.357,02
Depósitos Restituíveis/Judiciais-NE 12.b	(14.082.382,05)	(13.976.395,97)	105.986,08
Fornecedores-NE 12.c	17.833.424,42	18.194.780,36	361.355,94
Provisões para Contingências-NE 12.c	(10.598.271,59)	3.067.321,39	13.665.592,98
Variação Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa			0,00

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 14 de 18



(g) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nesta Demonstração, houve alteração em “Ajustes de Exercícios Anteriores” (NE 11), afetando os Lucros e Prejuízos Acumulados e o total do Patrimônio Líquido em “31/12/2019 Reapresentado”.

Exercícios	Lucros/Prejuízos Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	31/12/2019	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019	31/12/2019 Reapresentado
Saldos	(113.736.018,43)	(113.736.018,43)	1.591.133,09	1.591.133,09
Prejuízo 2019 antes da reapresentação	(39.490.901,95)	(39.490.901,95)	(39.490.901,95)	(39.490.901,95)
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(15.293.292,02)	0,00	(15.293.292,02)
Prejuízo 2019 após reconhecimento dos Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(54.784.193,97)	0,00	(54.784.193,97)
Saldo Final	153.226.920,38	(168.520.212,40)	(37.899.768,86)	(53.193.060,88)

13. Reapresentação das Demonstrações Contábeis Exercício 2018

(a) Balanço Patrimonial (01/01/2019 – Reapresentado)

Para permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados, se fez necessário evidenciar, no Balanço Patrimonial de “01/01/2019 – Reapresentado”, o valor de “Ajustes de Exercícios Anteriores” referente a cancelamento de faturas ocorridas em 2019, emissão 2018, no valor de R\$1.945.562,95, que não estava destacado nas Demonstrações contábeis de 2019, referente ao exercício de 2018 e somado a isso, o valor do custo do contrato de fornecedor no valor de R\$182.176,61. Os quadros a seguir demonstram o acerto dos saldos apresentados.

Exercícios	Ativo Circulante Contas a Receber de Clientes		Saldo em 01/01/2019 Reapresentado
	01/01/2019	Ajustes	
Contas a Receber de Clientes	75.447.609,31	(1.945.562,95)	73.502.046,36

Exercícios	Passivo Circulante Fornecedores		Saldo em 01/01/2019 Reapresentado
	01/01/2019	Ajustes	
Fornecedores	19.312.443,71	(182.176,61)	19.494.620,32

Exercícios	Patrimônio Líquido Prejuízos Acumulados		Saldo em 01/01/2019 Reapresentado
	01/01/2019	Ajustes	
Prejuízos Acumulados	(111.608.278,87)	(2.127.739,56)	(113.736.018,43)

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.proa.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 15 de 18

PROCERGS

14. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$41.519.923,56 justificado pelos Prejuízos Acumulados em suas operações, no montante de R\$156.847.075,08 e apresentou também, excesso de passivos sobre os ativos circulantes no valor de R\$34.246.686,88 no encerramento do exercício.

Os prejuízos sucessivos, apurados desde 2015, são decorrentes principalmente de lançamentos às contas de Provisão para Contingências Trabalhistas, mencionados na nota explicativa 9.a às demonstrações financeiras, evidenciando, ao longo dos últimos anos, um aumento no número de processos trabalhistas na qual figura como ré, devido principalmente a ações de promoções por antiguidade. Com o intuito de estancar este Passivo, vem empreendendo soluções de negociações e acordos com reclamantes que são prioritariamente seus funcionários.

Mesmo com as dificuldades financeiras, a Companhia honrou, rigorosamente em dia, todos os compromissos com pessoal, inclusive os advindos das execuções de ações trabalhistas e depósitos em garantias de juízo, liquidou todos os Tributos Correntes e honrou todos os acordos em processos que fez ao longo do ano. A priorização de pagamentos de pessoal, acordos e tributos, ocasionou a renegociação de vencimentos de fornecedores importantes pelo valor principal, sem juros, fator preponderante para justificar o Passivo maior do que o Ativo Circulante,

A Companhia tem buscado o equilíbrio financeiro e, como projetado em 2020, a receita aumentou significativamente em relação a 2019 e a Companhia encerrou o exercício de 2020 com Lucro Operacional, mesmo em um ano atípico com os efeitos negativos na economia ocasionados pela pandemia mundial. Somando-se a isso, uma política austera de cobrança de inadimplências de clientes e de gestão dos custos operacionais, com movimentações estruturais visando a redução do custo com pessoal e oxigenação de seu quadro de colaboradores, como demonstrado na peça orçamentária preliminar de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas com a premissa de continuidade normal das operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, no caso de insucesso das medidas adotadas.

15. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Até o encerramento das Demonstrações não foram identificados eventos que pudessem influenciar ou alterar nas demonstrações do exercício de 2020.

**PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90010-340 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 16 de 18

Nome do documento: NE-Notas Explicativas-2020.pdf

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Andrea Goncalves Alves

PROCERGS / SCC / 58206

05/03/2021 20:16:54

Documento Assinado Digitalmente



Chave: 21048900003648003769117620210305
CRC: 42.8654.3881

Verificado em 09/03/2021 17:36:46

Página 17 de 18



Nome do arquivo: 0.4786940098134822.tmp

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Jairo Renato Caminha de Castilhos Franca	08/03/2021 15:00:27 GMT-03:00	22143203004	Assinatura válida
Jose Antonio Costa Leal	09/03/2021 10:31:48 GMT-03:00	84948337749	Assinatura válida
Karen Maria Gross Lopes	09/03/2021 15:39:09 GMT-03:00	53361199034	Assinatura válida
Josue de Souza Barbosa	09/03/2021 16:10:49 GMT-03:00	29054826053	Assinatura válida
Cesar Augusto Bergamaschi Franceschina	09/03/2021 16:33:44 GMT-03:00	42406579034	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento informando, CHAVE 21048900003648003769117620210305 e CRC 42.8654.3881, está disponível no endereço eletrônico: <https://secweb.procergs.com.br/praj4/proaconsultapublica>.



Russell Bedford
taking you further

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2020.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIES

Aos

Diretores e aos Acionistas da

**PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14, que divulga que a Companhia apresentou Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ 41.519.923,56 justificado pelos Prejuízos Acumulados em suas operações, no montante de R\$ 156.847.075,08 e apresentou também, excesso de passivos sobre os ativos circulantes no valor de R\$ 34.246.686,88 no encerramento do exercício.

A Companhia tem buscado o equilíbrio financeiro e, como projetado em 2020, a receita aumentou significativamente em relação a 2019 e a Companhia encerrou o exercício de 2020 com Lucro Operacional, mesmo em um ano atípico com os efeitos negativos na economia ocasionados pela pandemia mundial. Somando-se a isso, uma política austera de cobrança de inadimplências de clientes e de gestão dos custos operacionais, com movimentações estruturais visando a redução do custo com pessoal e oxigenação de seu quadro de colaboradores, como demonstrado na peça orçamentária de 2021. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfase – Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Chamamos atenção para as notas explicativas 11, 12 e 13 às demonstrações contábeis, que apresentam ajustes de exercícios anteriores referente despesa lançada em duplicidade, cancelamento de faturas, provisões de contingências, contratos de fornecedores e depósitos judiciais, no exercício de 2020. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nada temos a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

C.N.P.J. 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA Nº 121

(Lavrada na forma de sumário, conforme art. 130, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76)

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, via Teams (virtualmente). **2 - PRESENCAS:** Conforme Livro de Presença de Acionistas, folha nº 39, participaram o Excelentíssimo Senhor Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, **Cláudio Leite Gastal**, representante do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Douglas Ronan Casagrande da Silva, representante da CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento; o Sr. José Guilherme Kliemann, representante do IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul; a Sr.^a. Gabrielle Ribeiro Marsiglia, representante da OI S.A., totalizando 100% (cem por cento) das ações da Companhia, instalando-se assim, a presente Assembleia Geral Ordinária. **3 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidindo os trabalhos, Excelentíssimo Senhor Secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Cláudio Leite Gastal, representante do Estado do Rio Grande do Sul, acionista majoritário e, como secretário, o Sr. José Antonio Costa Leal. **4 - DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Face à presença da totalidade dos representantes dos acionistas, em conformidade com o disposto no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, estão dispensadas as formalidades das publicações legais de convocação para a presente Assembleia Geral Ordinária. **5 - ORDEM DO DIA:** a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2020; b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2020 e a distribuição de dividendos; c) Outros assuntos de interesse da Companhia. **6 - DELIBERAÇÕES:** Registrada a abstenção das decisões por parte da OI S.A, que detém 0,26% das ações ordinárias; foi respeitado o quorum, sendo que os acionistas representantes de 99,74% das ações ordinárias aprovaram as deliberações. Foi deliberado pelos acionistas o seguinte: **a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2020:** A Assembleia de Acionistas aprovou as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que apurou um Lucro Contábil de R\$11.673.137,32 (Onze milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e trinta e sete reais e trinta e dois centavos). No Patrimônio Líquido, o prejuízo acumulado apresentado foi de R\$156.847.075,08

(Cento e cinquenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setenta e cinco reais e oito centavos). **b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2020 e a distribuição de dividendos:** Dado o resultado do Exercício 2020, não será possível qualquer destinação. Também não foi constituído provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre o lucro, em função da base negativa fiscal, apresentado quando da apuração do lucro real. **c) Em outros assuntos de interesse da Companhia:** Nada foi deliberado. **7- ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Concluídos os assuntos do dia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a palavra à disposição dos Acionistas presentes. Não tendo ninguém se manifestado e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por finda a Assembleia, tendo eu Secretário, redigido, e feito lavrar a presente Ata, na forma sumária, autorizada pelo § 1º, do art. 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Após lida e achada conforme em todos os seus termos, vai por todos os presentes aprovada e assinada, extraíndo-se as cópias necessárias e destinadas aos fins legais.

Cláudio Leite Gastal

Estado do Rio Grande do Sul

Douglas Ronan Casagrande da Silva

CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento

José Guilherme Kliemann

IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Gabrielle Ribeiro Marsiglia

OI S.A.

José Antonio Costa Leal

Secretário

Pedro Ruthschilling

OAB/RS nº 11.906

PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do
Rio Grande do Sul S.A.
C.N.P.J. 87.124.582/0001-04
NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2021/03

No décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às 14:00 horas, excepcionalmente de forma remota via web, reuniu-se o Conselho Fiscal, com a presença dos conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar a seguinte pauta: **1) Apresentação do Encerramento do Exercício de 2020, das Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas. 2) Apresentação do Resultado Econômico-Financeiro de Janeiro e Fevereiro de 2021 3) Assuntos Gerais. DELIBERAÇÕES:** A reunião foi aberta pelo Sr. Paulo Roberto Zborowsky, gerente da Divisão de Gestão Contábil-Financeira e Orçamentária (DCF) que saudou os conselheiros presentes. Em seguida a agenda de trabalho foi apresentada. **1.1)** Sr. Zborowsky apresentou as Demonstrações Contábeis e o Encerramento do Exercício de 2020, que apurou um Lucro Contábil de R\$11.673.137,32 (Onze milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e trinta e sete reais e trinta e dois centavos); **1.2)** Após a apresentação, os conselheiros fizeram alguns questionamentos e solicitações em relação as demonstrações de 2020. Assim apresentadas: **a)** questionaram se em Conselho de Administração fez alguma menção e/ou recomendação ao Conselho Fiscal em relação as Demonstrações Contábeis de 2020, o que foi respondido que não houve. **b)** solicitaram maior assertividade nos levantamentos de provisões trabalhistas, a fim de minimizar e mitigar reapresentações de demonstrações de exercícios anteriores. **c)** solicitaram a apresentação ao Conselho Fiscal dos pontos de atenção levantados no relatório de auditoria e as ações que a Companhia irá tomar; **1.3)** A seguir, a Sra. Rosângela Peixoto, representante da auditoria independente, empresa Russell Bedford Brasil Auditores S/S deu algumas explicações sobre o Relatório da Auditoria Independente, com a opinião Sem Ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis de 2020; **1.4)** Após o exame das referidas Demonstrações e do Parecer da Auditoria Independente, foi emitido o seguinte parecer, o qual foi assinado por todos os conselheiros presentes: ***“Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - em 31 de dezembro de 2020. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.”*** **2) Apresentação do**

Resultado Econômico-Financeiro de Janeiro e Fevereiro de 2021: Após a apresentação das Demonstrações de 2020, foi apresentado o resultado econômico-financeiro de janeiro e fevereiro de 2021, não havendo questionamentos. **3) Assuntos Gerais:** Foi solicitado pelo Conselho Fiscal, para a próxima reunião: **a)** apresentação do Orçamento 2021; **b)** Balancete do 1º trimestre de 2021; **c)** Projeção do Encerramento para o exercício de 2021. Nada mais foi tratado, sendo lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelos conselheiros, presentes.

Clarisse Torres Lopes

Conselheira Fiscal

Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro

Conselheiro Fiscal

Izabel Christina Cotta Matte

Conselheira Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS - em 31 de dezembro de 2020. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.

Clarisse Torres Lopes
Conselheira Fiscal

Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro
Conselheiro Fiscal

Izabel Christina Cotta Matte
Conselheira Fiscal

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 2021/03

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, via Teams, virtualmente, com a participação dos Conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Apresentação do Balanço 2020; 2) Relato CAE; 3) Econômico-Financeiro Fevereiro 2021; 4) Acompanhamento das Ações Trabalhistas e do ACT 2020/2021; 5) Assuntos Gerais.

Deliberações: O Presidente do Conselho, Sr. Flávio Pompermayer, cumprimentou aos Conselheiros de Administração, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e aos demais participantes da reunião. 1) Após, o Diretor José Antonio Costa Leal, Presidente da PROCERGS, apresentou o Balanço do Exercício de 2020, o qual, salientou, foi o melhor resultado dos últimos anos. Os Conselheiros analisaram as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que apurou um Lucro Contábil de R\$ 11.673.137,32 (Onze milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e trinta e sete reais e trinta e dois centavos). No Patrimônio Líquido, o prejuízo acumulado apresentado foi de R\$ 156.847.075,08 (Cento e cinquenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, setenta e cinco reais e oito centavos). Não foi constituída provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre o lucro, em função da base negativa fiscal, apresentado quando da apuração do lucro real. Os Conselheiros aprovaram unanimemente as Demonstrações que deverão ser submetidas aos Acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Os Conselheiros parabenizaram e elogiaram a gestão e o corpo funcional da Companhia pela excepcional conquista de um resultado histórico e pela capacidade de superar as adversidades impostas pelo atual cenário caótico mundial devido à pandemia e a consequente crise financeira enfrentada por todos. O Conselheiro Flávio lembrou que o resultado dos exercícios anteriores a 2020 é justificado, em sua maioria, pelo elevado provisionamento de causas trabalhistas pretéritas. Ainda, o Conselheiro enfatizou que não obstante os esforços e resultado da Companhia, face aos prejuízos acumulados, ser recomendável muita prudência na gestão dos negócios da Companhia. 2) O Senhor Marco Foletto, Coordenador do CAE – Comitê de Auditoria Estatutário, relatou aos Conselheiros a atuação do Comitê e detalhou os assuntos que estão sendo tratados, conforme segue: Foram realizadas 03 (três) reuniões neste mês, com análise das pautas: - Demonstrações Financeiras e Relatório CAE. Na sequência apresentou as conclusões do Relatório CAE/Resposta da Diretoria: 1- Auditoria Interna: possivelmente não atenderá/reavaliação durante 2021; 2- Auditoria Externa: realizar avaliação de qualidade (após 2º ITR-2021); 3- Demonstrações Financeiras: (i) ajustes notas

PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

explicativas /atendido, (ii) orçamento de LP (a tempo e 05 anos) /orçamento 2022-26; 4- Controladoria Interna, Riscos e Compliance: adequação para atendimento /em estruturação; 5- Integridade (Denúncias, Comissão de Ética): adequação para atendimento / a partir do segundo semestre de 2021; 6- PROCIUS: ausência de informações financeiras referente ao ano 2020. Ainda não é possível emitir qualquer opinião; 7- Trabalhista (riscos/mensuração): (i) houve progresso significativo, (ii) possibilidade de erro em 2021 / nova assessoria jurídica O Conselheiro Daniel sugeriu que o tratamento dos riscos relacionados à LGPD – Lei de Proteção de Dados, sejam apresentados em separado. O Senhor Foletto considerou relevante e acatará a sugestão. O Presidente Flávio sugeriu a realização de reuniões periódicas do CAE com a participação dos membros deste Conselho. Quanto ao PROCIUS, o Conselheiro Flávio solicita que sejam encaminhados os relatórios trimestrais para análise dos Conselheiros. O Diretor Leal comenta sobre a urgência de implementar um plano de ação para dar início às atividades da Auditoria Interna. 3) Após, o Diretor Leal apresentou o Resultado Econômico-Financeiro de Fevereiro de 2021, destacando o valor do Resultado Líquido do Exercício, de R\$ 1.902.252 milhões. Apresentou, também, o Fluxo de Caixa e a tabela para acompanhamento da situação de clientes. Alguns, com importantes inadimplências, algumas em aberto e outras em negociação, contabilizando o valor de R\$ 13.141.555 milhões. 4) A Sr.^a Liliane Utz, Assessora de Desenvolvimento Organizacional da Companhia, Coordenadora do Plano de Negociação das Ações Trabalhistas, juntamente com as Assessorias Jurídica e de Compliance, atualizou aos Conselheiros quanto à situação das Ações Trabalhistas, conforme segue: Foi licitado um novo escritório de advocacia para assessorar nos processos trabalhistas. O contrato já foi assinado e a capacitação e transição dos mesmos iniciará nos próximos dias. Também, a equipe de gestão das ações trabalhistas está em adequação, sendo um novo grupo estruturado e recebendo as orientações quanto aos procedimentos e práticas em documentação. Sobre os acordos, há nova possibilidade de apoio em estudo junto ao TRT/JAE (Juízo Auxiliar em Execução). 5) A Sr.^a Liliane relatou aos Conselheiros a situação do ACT – Acordo Coletivo de Trabalho 2020-2021. A mediação final ocorreu em 05 deste mês e a greve foi encerrada em 08/03, com retorno dos funcionários paralisados no dia 09. Foram 32 (trinta e dois) dias úteis de greve. Os principais itens da proposta foram: - Retirada do ATS a partir de janeiro de 2022 (Adicional por Tempo de Serviço), em atendimento à demanda do Governo em negociação desde 2019; - Reposição do INPC de 2018-2020; - Acordo antecipado para período 2021-2022 (com INPC em julho de 22); - Incremento do índice de 1% para promoção em 2021 (pelo Plano atual) e 2022 (pelo Plano de Cargos revisado, se aprovado; ou pelo atual, se não aprovado); - Desconto de metade dos dias úteis de greve (limitado a 15); - Reajuste será pago a partir de 05/04 (retroativo a janeiro de 21). O Conselheiro Flávio comentou sobre o término da greve, possibilitando

a retomada do trabalho para cumprir a missão da Companhia. Agradeceu, em nome de todos os Conselheiros, pela dedicação, respeito, empenho e serenidade da equipe que conduziu as negociações. 6) Em Assuntos Gerais, o Diretor Leal sugeriu a realização de reunião extraordinária ainda neste mês para tratar especificamente do Orçamento 2021. Os Conselheiros colocaram-se à disposição. O Conselheiro Daniel comentou sobre o esforço brutal da gestão em reequilibrar operacionalmente a Companhia, porém, lembrou que com as bem-sucedidas adequações e redirecionamentos, o Conselho deverá se focar em estratégias para garantir o futuro da Companhia. Todos manifestaram concordância. Nada mais a ser tratado, o Presidente do Conselho agradeceu a todos pelo apoio e participação e foi lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelos Conselheiros presentes.

FLÁVIO POMPERMAYER
Presidente do Conselho de Administração

DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS
SANTORO
Conselheiro de Administração

HELI MEURER
Conselheiro de Administração

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL
Conselheiro de Administração

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
Conselheiro de Administração

VICTOR HERZER DA SILVA
Conselheiro de Administração

Visto:
PEDRO RUTHSCHILLING
OAB/RS 11.906



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ANDREA ALVES RIBEIRO
REGISTRO..... : RS-076011/O-6
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 658.564.810-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 17/03/2021 as 19:09:27.

Válido até: 15/06/2021.

Código de Controle: 469655.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**



Relatório da Diretoria e Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA	4
1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	5
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA.....	6
1.3. DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL	7
1.3.1. Produção e Comercialização	7
1.3.2. Produtividade	8
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	9
1.5. INVESTIMENTOS	10
1.6. UNIDADES.....	10
1.6.1. Mina de Candiota	10
1.6.2. Mina do Leão I	10
1.6.3. Mina do Leão II	10
1.6.4. Mina do Iruí.....	11
1.7. NOVOS EMPREENDIMENTOS E OPORTUNIDADES	11
1.8. MEIO AMBIENTE	11
1.9. GESTÃO ADMINISTRATIVA E PERSPECTIVAS.....	13
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.....	15
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	16
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	17
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	18
2.3. <i>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO</i>	19
2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa	20
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2020.....	20
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.....	21
2.5.1. Contexto Operacional	21
2.5.1.1 Busca de Documentos	21
2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis	22
2.5.2.1. Apuração do Resultado.....	22
2.5.2.2 Moeda Funcional.....	22
2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 46.659.381,06 (R\$ 49.397.229,65 em 2019), compondo-se de:.....	22
2.5.4 Contas a Receber	23
2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:	23
2.5.4.1.1 – Outros Valores Não Circulantes:	24
Créditos no montante de R\$ 22.034.710,06 referente a situações conflituosas compostas por:	24
a. 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE: Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão em uma arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do 8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de R\$ 21.284 mil (R\$ 21.284 em 2019).....	24
2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R\$ 761.863,59 (R\$ 948.815,31 em 2019), compondo-se de:	24
2.5.5. Estoques	24
2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte	25
2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios: R\$ 4.027.811,30 (R\$ 3.702,645,56 em 2019), tendo como valores mais relevantes:.....	25
2.5.8. Investimentos	26
2.5.9. Imobilizado e Intangível	26
2.5.10. Demais Contas a Pagar: R\$ 21.777.167,70 (R\$ 20.400.783,01 em 2019), compondo-se basicamente de:	28
2.5.11. Empréstimos e Financiamentos.....	29
2.5.12. Provisão para Contingências	29
2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 0,00 (R\$ 833.895,14 em 2019)	29
2.5.14. Patrimônio Líquido	30
2.5.14.1. Capital Social	30

2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio	30
2.5.14.3. Reserva de Reavaliação	30
2.5.15. Demonstração do Resultado.....	31
2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda.....	32
2.5.17. Provisão para Impostos Diferido	32
2.5.18. Cobertura de Seguros.....	33
2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida	33
2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33
2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado	34
2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	34
2.5.23. Reserva de Capital.....	34
2.5.24. Apuração de Prejuízos.....	34
2.5.25. Demonstração dos Fluxos de Caixa	35
2.5.26. Impacto da COVID-19.....	35

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Melvis Barrios Junior (5)
André Felipe Rodrigues (1)
João Batista Alves Rodrigues (6)

Diretor Presidente
Diretor Técnico
Diretor Administrativo

Conselho de Administração

• Membros Titulares

João Jacob Bettoni (7) Presidente do Conselho
Hermes Ghidini (2)
Tiago Alves Pinto de Lemos (2)
Vanderlan Frank Carvalho (2)
João Jacob Seibel (7)
Sergio de Medeiros Ilha Moreira (3)

- (1) Eleição e posse em 25.07.2018
- (2) Eleição em 06.07.2018 e posse em 25.07.2018
- (3) Eleição em 05.10.2018 e posse em 31.10.2018
- (5) Eleição em 17.09.2019 e posse em 18.09.2019
- (6) Eleição em 08/04/2020 e posse no mesmo dia
- (7) Eleição em 28/05/2020 e posse no mesmo dia

Conselho Fiscal

• Membros Titulares

Maria Ester Espindola Rodrigues (4)
Gildo Antonio Feijó da Silva (4)
Ademir Baretta (4) Presidente do Conselho
Roberto André Muraro (4)
Antonio Guido Classmann (4)

- (4) Eleição e posse em 29/04/19

1.RELATÓRIO DA DIRETORIA

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2020, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre/RS, com Unidade Mineira em operação de mineração durante 2020 no Município de Candiota/RS, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

Missão

Pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Visão

Ser líder na indústria de extração, beneficiamento e comercialização de carvão mineral do Brasil, preservando o ambiente e se destacando como modelo de empresa pública.

Valores

Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores listados se revelam pelas atitudes e comportamentos que a CRM adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência.

Os princípios que guiam a CRM são:

- Ética
- Honestidade

- Preservação Ambiental
- Solidariedade
- Transparência
- Qualidade

1.2. Conjuntura Econômica

A situação de pandemia causada pela Covid-19 causou impactos expressivos na economia mundial, trazendo, no Brasil, recuo no PIB, queda na bolsa, aumento do desemprego, aumento do dólar e da inflação, fugindo de todas as previsões feitas pelos especialistas para 2020. Os chamados “*lockdown*”, realizados para conter a propagação do Corona vírus, fecharam escolas e o comércio, paralisando a economia e reduzindo a arrecadação.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), em 2020 o Brasil apresentou queda de 4,10% frente a 2019, ou seja, houve uma frustração em relação à projeção inicial apresentada pelo Banco Central do Brasil, que era de crescimento de 2,30%. Isso demonstra que o país não apenas não se recuperou da recessão econômica vivida entre 2015 e 2016, como piorou diante da pandemia, aumentando a desigualdade social. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia e, para 2021, está estimado em 3,40%.

A taxa média de desocupação registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 13,9% no último trimestre de 2020, acima de 2019 quando esta taxa fechou em 11,0% no mesmo período. A expectativa para 2020 era de uma redução leve na taxa, o que não ocorreu. Mas a situação poderia ter sido ainda pior se medidas que permitiram a redução de jornada e salário e a suspensão de contratos de trabalho não tivessem sido tomadas pelo Governo.

A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2020, foi de 4,52%, superior à inflação de 2019 que atingiu 4,31%, mas dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Ou seja, a inflação poderia ficar entre 2,50% e 5,50%. O IPCA também ficou acima da expectativa do Banco Central do Brasil para o período, que era de 3,61%. Os preços

em 2020 foram puxados pelos alimentos e bebidas, principalmente, o óleo de soja que apresentou aumento de 103,79% e o arroz, 76,01%.

O dólar fechou o ano em R\$ 5,20, bem acima da expectativa de R\$ 4,08, e também acima da cotação de 2019 que foi de R\$ 4,03. O dólar em 2020 atingiu novos recordes históricos (desde a criação do Real) chegando a R\$ 5,90 em maio, após divulgação de vídeo de reunião ministerial que causou tensão nos mercados. Para 2021, a projeção para a moeda norte-americana é de R\$ 5,00.

A taxa SELIC teve uma série de reduções pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) ao longo de 2020, chegando ao seu menor patamar na história, 2,00%aa, frente à taxa de 4,50%aa projetada para o ano. Os cortes nas taxas de juros foram decisões adotadas por diversos bancos centrais de todo o mundo em meio a esforços para conter os impactos do Corona Vírus sobre a economia. O corte na taxa teve como objetivo possibilitar a redução de custos de captação de crédito, a fim de estimular a demanda por consumo e investimentos, além disso, alterações na Selic não repercutem nas demais taxas de juros.

Segue como pauta econômica nacional a questão das privatizações, o desafio do desemprego e recuperação da economia. No Estado do Rio Grande do Sul, está em andamento a pretensão do Governo em privatizar a CRM e demais estatais de energia.

No setor energético, devido à situação de pandemia do Corona vírus, foram adiados todos os leilões de energia agendados para 2020, sendo reagendados pelo Ministério de Minas e Energia para 2021.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2020 a Mina de Candiota se programou para operar com a produção mínima contratual de 100.000,00 toneladas por mês ou 1.200.000,00 toneladas por ano de carvão CE 3.300 no abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGT ELETROSUL.

Porém, a usina da CGT parou para manutenção por cinco meses (entre 28/junho e 25/novembro), período em que a CRM produziu e não forneceu carvão para a usina, mas formou estoque para posterior entrega.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)						
TIPO	2016	2017	2018	2019	2020	VARIAÇÃO % 2020/2019
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5200	1.251	0	0	0	0	0,00%
CE 4700	24.153	0	0	0	0	0,00%
CE 4500	9.711	0	0	0	0	0,00%
CE 4200	4.661	0	0	0	0	0,00%
CE 3300	2.553.495	1.546.025	1.392.409	1.416.846	1.119.461	-20,99%
CE 3100	0	0	0	0	0	0,00%
CE 4200*	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500*	3.838	0	0	0	0	0,00%
ROM	0	0	0	0	0	0,00%
TOTAL	2.597.109	1.546.025	1.392.409	1.416.846	1.119.461	-20,99%

* Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2020 foi determinada pela capacidade de recebimento de carvão da CGT ELETROSUL. O cálculo do Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV do exercício de 2020 manteve os mesmos critérios adotados anteriormente, e associa a quantidade de carvão vendável a todos os colaboradores da Companhia, próprios e terceiros. A drástica redução observada em 2017 se deu devido à redução na quantidade contratada (de 2.500.000 t/ano para 1.200.000 t/ano) e manutenção do número de colaboradores na época. A partir de 2018, com a diminuição do número de funcionários proporcionada pelo Plano de Demissão Incentivada, é possível observar o aumento do indicador. Em 2020 com a parada da usina e redução no fornecimento de carvão, podemos verificar nova queda.

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
Carvão Vendável (t/ano)	2.597.109	1.546.025	1.392.409	1.416.846	1.119.461
Total Homem/dia	116.724	100.934	80.762	73.966	74.835,00
PCV* (t/H/d)	22,25	15,32	17,24	19,16	14,96

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV.

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	Variação % 2020/2019
Receita Bruta Anual	169.914.601	126.699.417	105.584.377	113.544.548	106.942.494	-5,81%
Receita Líquida Anual	160.317.609	101.064.184	100.904.108	108.416.183	101.956.823	-5,96%
Custos dos Prod. Vendidos	111.107.722	87.356.904	78.632.831	88.991.646	80.476.152	-9,57%
Resultado Bruto	49.209.888	13.707.280	22.271.277	19.424.537	21.480.670	10,59%
Despesas Operacionais	66.210.864	45.533.380	60.596.881	29.260.500	27.675.172	-5,42%
Res. Oper. antes Res. Financ.	-17.000.976	-12.502.539	-25.293.925	-8.646.775	-6.194.502	28,36%
Resultado Financeiro	-20.741.778	-19.323.561	-13.031.679	-1.420.640	-375.247	73,59%
Resultado Operacional	-37.742.754	-31.826.100	-38.325.605	-10.067.415	-6.569.749	34,74%
Investimentos	377.954	287.757	422.163	315.105	512.778	62,73%

Valores em reais de 31/12/2019, com base n:

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	Variação % 2019/2018
Receita Bruta Anual	259.828	126.699.417	105.584.377	113.544.548	106.942.494	-5,81%
Receita Líquida Anual	245.153	101.064.184	100.904.108	108.416.183	101.956.823	-5,96%
Custos dos Prod. Vendidos	169.902	87.356.904	78.632.831	88.991.646	80.476.152	-9,57%
Resultado Bruto	75.250	13.707.280	22.271.277	19.424.537	21.480.670	10,59%
Despesas Operacionais	101.248	45.533.380	60.596.881	29.260.500	27.675.172	-5,42%
Res. Oper. antes Res. Financ.	-25.997	-12.502.539	-25.293.925	-8.646.775	-6.194.502	28,36%
Resultado Financeiro	-31.718	-19.323.561	-13.031.679	-1.420.640	-375.247	73,59%
Resultado Operacional	-57.715	-31.826.100	-38.325.605	-10.067.415	-6.569.749	34,74%
Investimentos	578	287.757	422.163	315.105	512.778	62,73%
Produção carvão ROM (t)	2.677.632	1.582.599	1.497.000	1.497.000	1.271.438	-15,07%
Pessoal Próprio	429	407	319	314	318	1,27%
IGP-DI	653,95	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00%

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2020 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura da Mina de Candiota totalizaram R\$ 512.778. Os recursos necessários para esses investimentos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

1.6. Unidades

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota atualmente é a única unidade mineira em atividade de mineração da CRM e é vinculada ao abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGT ELETROSUL, com capacidade instalada de 350 MW e localizado no município de Candiota (RS). Atualmente, apenas a fase C está em operação para geração de energia, sendo que as fases A e B tiveram suas outorgas revogadas pelo MME. Foi realizada a entrega de aproximadamente 1.200.000 toneladas anuais de carvão CE 3.300, durante o ano de 2020. Em Candiota a CRM também fornece carvão industrial eventualmente a outros pequenos consumidores.

1.6.2. Mina do Leão I

A Mina do Leão I teve sua operação iniciada em 1963 e suspensa em 2016. Atualmente se encontra com as atividades de mineração suspensas devido aos históricos prejuízos financeiros registrados na Mina do Leão. Além disso, sua situação é agravada pelo fato da jazida ter uma relação estéril/minério muito elevada, com altos custos e com pouca rentabilidade. Em outubro de 2020 a área foi arrendada por um período de 24 meses.

1.6.3. Mina do Leão II

A Mina do Leão II ficou arrendada durante o período de 2002 a 2016, e hoje está novamente aos cuidados da CRM. Esta unidade está com sua implantação incompleta, podendo atingir uma capacidade instalada superior a 2.000.000 de toneladas de carvão anualmente. Esta unidade tem vocação para atender um grande empreendimento de geração elétrica ou de gaseificação.

1.6.4. Mina do Iruí

Já a jazida do Iruí abrange os municípios de Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Encruzilhada do Sul. A CRM explorou parte desta jazida na década de 80. De lá para cá foram firmados protocolos de intenção e estão sendo desenvolvidos projetos no intuito de avaliar a viabilidade financeira de retomar a mineração na área.

1.7. Novos Empreendimentos e Oportunidades

A CRM permanece se dedicando a projetos que propiciarão o retorno do crescimento da Companhia, principalmente da unidade de Candiota, como o fornecimento de carvão para geração de energia elétrica através de nova usina termelétrica e para uma unidade de gaseificação de carvão, empreendimentos que estão em fase de viabilização.

1.8. Meio Ambiente

Em junho de 2018, realizou-se o pedido de renovação da Licença de Operação (LO Nº 03175/2016-DL) das Malhas IV e VII, atual mina em operação em Candiota. A CRM está, até o momento (dez/2020), no aguardo da renovação da licença de operação da Mina.

As Licenças de Recuperação Ambiental das Malhas I e II de Candiota foram indeferidas pela FEPAM que, consequentemente, exigiu a realização dos PRADs – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas das respectivas Malhas, a fim de evitar drenagens de águas ácidas das antigas áreas de mineração e atualizar o processo às novas legislações. Em 2020, através do contrato com a empresa Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente Ltda, realizou-se o protocolo dos PRADs da Malha I e II (áreas de passivos ambientais em Candiota) junto à FEPAM e a liberação da LU -

Licença Única para recuperação das Malhas I e II pela FEPAM que estão previstos para 1º semestre de 2021.

Em 2016 foi necessário adequar o processo administrativo para obtenção do licenciamento ambiental da Jazida de Candiota na FEPAM. Em 2017, o processo administrativo foi arquivado e o EIA-RIMA realizado pela empresa PROFILL não foi aceito pela FEPAM. Em 2019, apesar de indeferido, a Mina de Candiota ainda necessita da conclusão do EIA-RIMA para Malhas IV e VII.

Na Mina São Vicente Norte, em Minas do Leão, não houve mineração em 2020, contudo a Mina está com a licença de operação em vigor, e a Licença de Operação tem um prazo de mais 2 anos para mineração.

A Unidade Mineira Mina do Leão P1, em Minas do Leão, teve sua licença de operação renovada em fevereiro de 2018 – LO nº 0253/2018 – DL para a atividade de beneficiamento (britagem) de recursos minerais. Em 2020, a unidade foi arrendada para empresa Mina Sul e repassada a responsabilidade ambiental perante à FEPAM. As atividades durante o ano de 2020 foram basicamente a relavagem de rejeitos contidos na área citada. Devido o arrendamento da área (P1), a empresa locatária deverá seguir o mesmo processo ao longo 2021.

No quadro a seguir podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais nos últimos cinco anos nas unidades mineiras da CRM em atividade, em valores acumulados:

HECTARES (ha)		2016	2017	2018	2019	2020
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	684	702,3	719,1	735,08	750,68
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	547	560,3	564,8	579,05	609,65
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	590	614,4	634,1	655,75	689,55
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	54	54	54	54	54
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	26	27	27	27	27
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	15	15	15	15	15
Minas do Leão (P1)	ÁREA IMPACTADA	x	x	10,4	10,4	10,4
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	x	x	0,5	3,5	0
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	x	x	0,5	2	0

1.9. Gestão Administrativa e Perspectivas

A gestão da CRM segue focada na busca de novas receitas, na redução de custos e despesas, na recuperação da situação financeira da empresa na manutenção da sua responsabilidade socioambiental, enfrentando a dependência financeira de um único cliente, apesar de um evidente desequilíbrio econômico no contrato com a CGT ELETROSUL, em função de aditivos celebrados ao longo do contrato.

Em Candiota, devido à inexistência de recursos próprios para grandes investimentos, fato que vem reduzindo a capacidade produtiva própria nos últimos anos, o objetivo de 2020 foi a recuperação dessa capacidade operacional própria e, conseqüente redução de custos e de investimentos em equipamentos, adaptando a produção aos aumentos e reduções exigidas pela demanda da usina da CGT ELETROSUL ou futuros clientes, sem necessidade de altos investimentos em novos equipamentos para extração de carvão. O oferecimento de um Plano de Demissão incentivada para os empregados, através de Acordo Coletivo, deverá ocasionar uma redução no corpo funcional durante o ano de 2021.

Em relação à Mina do Leão I, a área foi arrendada por um período de 24 meses. Com isso, dos 29 (vinte e nove) empregados lotados na unidade de Minas do Leão, restaram apenas 5 (cinco) necessários para a conservação e manutenção patrimonial básica, sendo os demais 24 (vinte e quatro) transferidos para unidade de Candiota.

A instituição do polo carboquímico é uma grande oportunidade para a CRM. O polo foi criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da Lei nº 15.047 de 2017 e compreende dois grandes complexos em duas áreas distintas do Estado: Baixo Jacuí (onde a CRM tem a Mina do Leão I e a Mina do Leão II) e Campanha (onde está localizada a Mina de Candiota). O projeto vai reduzir a dependência do Estado em insumos para agropecuária e indústria, promover o desenvolvimento sustentável a partir do uso do carvão mineral e movimentar a economia.

Entre as oportunidades da CRM também estão projetos que propiciarão o retorno do seu crescimento, principalmente da unidade de Candiota, como o fornecimento de carvão para geração de energia elétrica para uma nova usina termelétrica e para uma unidade de gaseificação de carvão, empreendimentos que estão em fase de viabilização.

A Companhia também aguarda definições da evolução do processo de desestatização já aprovada pela Assembleia Legislativa do RS e cujos trâmites legais e burocráticos ainda estão pendentes.

Porto Alegre, 26 de março de 2021

Melvis Barrios Junior
Diretor
Presidente

João Batista Alves Rodrigues
Diretor
Administrativo

André Felipe Rodrigues
Diretor
Técnico

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2020 e 2019

2.1. Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Ativo	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante	<u>142.873.829,01</u>	<u>141.846.711,38</u>
Disponibilidades nota (2.3.1)	2.388.520,97	5.019.081,16
Contas a receber de clientes (nota 2.5.4.1)	18.168.711,77	18.015.286,61
Créditos tributários (nota 2.5.3)	46.659.772,44	49.397.229,65
Demais contas a receber (nota 2.5.4.2)	761.863,59	948.815,31
Estoques (nota 2.5.5)	39.947.443,31	21.468.281,34
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	34.947.516,93	46.998.017,31
Não Circulante	<u>251.644.010,83</u>	<u>256.341.258,62</u>
Realizável a longo prazo	<u>26.062.521,36</u>	<u>25.579.145,17</u>
Devedores por aquisição de imóveis	19.675,92	19.675,92
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.7)	4.027.811,30	3.702.645,56
Outros valores (nota 2.5.4.1.1)	22.015.034,14	21.856.823,69
Investimentos (nota 2.5.8)	<u>55.625,52</u>	<u>105.482,25</u>
Custo	55.625,52	105.482,25
Imobilizado (nota 2.5.9)	<u>224.901.833,43</u>	<u>229.876.780,11</u>
Custo	409.465.385,22	408.959.506,96
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(143.714.562,81)	(137.972.936,99)
(-) Provisão para perda	(38.875.546,78)	(38.875.546,78)
(-) Provisão perda por Impairment	(1.973.442,20)	(2.234.243,08)
Intangível (nota 2.5.9)	<u>624.030,52</u>	<u>779.851,09</u>
Total	<u>394.517.839,84</u>	<u>398.187.970,00</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Passivo	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante	<u>60.818.844,60</u>	<u>59.890.251,95</u>
Fornecedores	7.765.744,74	8.292.216,10
Salários e encargos sociais	2.066.500,67	1.961.436,95
Tributos federais (nota 2.5.13)	840.683,08	1.927.696,10
Tributos estaduais e municipais	143.028,61	277.938,76
Demais contas a pagar (nota 2.5.10)	21.777.167,70	20.400.783,01
Juros sobre o capital próprio	27.720.785,95	26.972.160,99
Dívida com controlada	0,00	39.946,70
Acordos Judiciais a pagar	504.933,85	18.073,34
Não Circulante	<u>32.781.474,81</u>	<u>31.309.471,41</u>
Tributos federais (nota 2.5.13)	0,00	833.895,14
Acordos Judiciais a pagar	178.503,48	0,00
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	27.794.322,31	22.523.921,52
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.17)	4.808.649,02	4.965.084,55
Outros créditos	0,00	2.986.570,20
Patrimônio líquido	<u>300.917.520,43</u>	<u>306.988.246,64</u>
Capital social (nota 2.5.14.1)	289.465.153,33	289.465.153,33
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	9.405.024,56	9.708.693,52
Reserva de Capital (2.5.23)	74.989.104,36	74.989.104,36
Prejuízos Acumulados (2.5.24)	(72.941.761,82)	(67.174.704,57)
Total	<u>394.517.839,84</u>	<u>398.187.970,00</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)	<u>101.956.823,14</u>	<u>108.416.182,65</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(80.476.152,45)	(88.990.804,54)
Lucro bruto	21.480.670,69	19.425.378,11
Despesas / Receitas operacionais	<u>(27.299.924,91)</u>	<u>(26.758.648,10)</u>
Comerciais	(2.073.724,82)	(1.922.535,59)
Gerais e administrativas	(20.062.015,30)	(21.745.652,70)
Outras despesas	(540.737,24)	(680.025,46)
Despesas Indedutíveis (nota 2.6.15.d)	(7.832.791,42)	(7.016.416,35)
Outras receitas (nota 2.5.15 c)	3.209.343,87	4.605.982,00
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	<u>(5.819.254,22)</u>	<u>(7.333.269,99)</u>
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b)	(375.247,99)	(1.420.398,28)
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(6.194.502,21)	(8.753.668,27)
Contribuição social (nota 2.5.16)	0,00	(68.162,30)
Imposto de renda (nota 2.5.16)	0,00	(163.289,09)
Lucro/prejuízo antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	(6.194.502,21)	(8.985.119,66)
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.14.2)	0,00	0,00
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.22)	0,00	0,00
Prejuízo líquido do exercício	(6.194.502,21)	(8.985.119,66)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social	(0,57)	(0,82)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto Exercício findo em 31 de dezembro

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	(6.194.502,21)	(8.985.119,66)
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	5.897.446,39	6.052.370,13
Custo das baixas do ativo imobilizado	56.998,37	
Juros e Variações Monetárias ativas	(479.619,07)	(250.636,08)
Juros e Variações Monetárias passivas	835.068,79	1.562.298,39
Provisão Reversão para contingências Cíveis/trabalhistas	5.237.741,26	3.666.601,97
Provisão Reversões tributárias e outras	123.776,00	(3.261.806,93)
Reversão Provisão Impairment	(260.800,88)	(273.186,15)
Provisão para imposto de renda e contribuição social		231.451,39
Lucro líquido ajustado	5.216.108,65	(1.258.026,94)
Variações no ativo:		
Redução contas a receber de clientes	(153.425,16)	739.696,44
Aumento estoques	(18.479.161,97)	(6.539.221,10)
Aumento créditos tributários	3.084.846,74	(5.977.497,57)
Redução outras contas	11.886.665,05	10.495.125,97
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	(536.936,70)	4.076.358,82
Aumento/Redução impostos e contribuições	(1.120.718,78)	599.011,40
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	(111.480,34)	178.217,94
Aumento outras contas a pagar	1.878.977,56	(1.959.259,37)
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	(845.296,99)	(8.867,40)
Outras Adições ao exigível a longo prazo	(2.937.118,35)	1.456.137,87
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(2.117.540,29)</u>	<u>1.801.676,06</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Futuro aumento de Capital social		30,31
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>=</u>	<u>30,31</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(512.778,26)	(315.649,34)
Investimento	(241,64)	(771,34)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(513.019,90)</u>	<u>(316.420,68)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.630.560,19)</u>	<u>1.485.285,69</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>5.019.081,16</u>	<u>3.533.795,47</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.388.520,97</u>	<u>5.019.081,16</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>2.388.520,97</u>	<u>5.019.081,16</u>	<u>-2.630.560,19</u>
Caixa	6.489,76	17.433,32	-10.943,56
Disponibilidades em bancos	1.378.589,84	4.998.768,22	-3.620.178,38
Aplicações financeiras	1.003.441,37	2.879,62	1.000.561,75

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2020

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo do Exercício	Resultado Abrangente	TOTAL DO PL
Saldos em 31 de dezembro 2018	251.465.123,02	112.363.104,36	10.012.362,51	24.303.423,61	(58.643.653,12)	460.104,54	-	(25.836.865,86)	315.816.330,77
Reserva de Capital	38.000.030,31	(38.000.000,00)			(30,31)				
Reserva de Lucros									
Reserva de reavaliação									
Realização da Reserva de Reavaliação			(460.104,52)		460.104,52	460.104,52		460.104,52	
Realização Reserva contingência									
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			156.435,53						156.435,53
Juros sobre o capital próprio									
Compensação de prejuízo									
Prejuízo do exercício					(8.385.119,66)		(8.385.119,66)	(8.385.119,66)	(8.385.119,66)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio									
Saldos em 31 de dezembro 2019	269.465.153,33	14.363.104,36	3.708.693,52	10.027.277,31	(67.174.704,57)	920.203,06	(8.385.119,66)	(34.361.861,00)	306.968.246,64
Reserva de Capital									
Reserva de Lucros									
Reserva de reavaliação									
Realização da Reserva de Reavaliação			(460.104,49)		460.104,52	460.104,52		460.104,52	
Realização Reserva contingência									(32.659,53)
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			156.435,53						156.435,53
Juros sobre o capital próprio									
Compensação de prejuízo									
Prejuízo do exercício					(6.194.502,21)		(6.194.502,21)	(6.194.502,21)	(6.194.502,21)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio									
Saldos em 31 de dezembro 2020	269.465.153,33	14.363.104,36	3.405.024,56	9.934.617,78	(72.903.102,26)	1.380.313,58	(15.179.621,87)	(40.096.278,69)	300.917.520,43

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30.

A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 26/03/2021

2.5.1.1 Busca de Documentos

No ano de 2018 houve uma manifestação referente a ação da Polícia Civil que realizou uma busca e apreensão de documentos face a uma denúncia de possível irregularidades em licitações efetuadas na Companhia. Até a presente data,

nenhuma outra informação ou ação foi realizado com o conhecimento da CRM, estando a investigação ainda em andamento.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2 Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 46.659.381,06 (R\$ 49.397.229,65 em 2019), compondo-se de:

- a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 7.551,61 (R\$ 7.551,61 em 2019);
- b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 2.326.975,93 (R\$2.406.409,52 em 2019);
- c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 94.759,96 (R\$ 86.347,82 em 2019);
- d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 10.203.428,42 (R\$ 12.109.989,06 em 2019);
- e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 10.203.428,42 (R\$ 6.819.462,43 em 2019);

f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 5.067.035,35 (R\$ 3.001.312,01 em 2019);

g) IRPJ/CSLL a restituir - R\$ 15.182.378,47 (R\$ 17.467.555,25 em 2019);

h) IRPJ a recuperar (glosa SRF) - R\$ 159.596,48 (R\$ 159.596,48 em 2019);

i) IRPJ/CSLL estimativa mensal - R\$ 358.161,69 (R\$ 582.625,15 em 2019);

j) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 6.940.267,41 (R\$ 6.748.596,99 em 2019), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;

k) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 28.140,84 (R\$ 7.767,94 em 2019);

l) Créditos recebidos da Secretaria da Receita Federal que estavam lançados no passivo por falta de identificação da origem R\$ (4.615.143,81) e liquidação de processos e parcelamentos R\$ (1.203.375,64)

m) I.R.R.F s/aplicações financeiras R\$ 6,67 (R\$ 15,39 em 2019)

2.5.4 Contas a Receber

2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:

Contas a receber de clientes R\$ 18.168,711,77 mil (R\$ 18.0152 mil em 2019), tendo como valor mais relevante R\$ 9.625.256,56 mil (R\$ 14.542 mil em 2019) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE.

2.5.4.1.1 – Outros Valores Não Circulantes:

Créditos no montante de R\$ 22.034.710,06 referente a situações conflituosas compostas por:

- a. 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE: Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão em uma arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do 8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de R\$ 21.284 mil (R\$ 21.284 em 2019).
- b. Imputação Débitos TCE – Valores a serem cobrados de ex-diretores referente processos do Tribunal de Contas por possíveis irregularidades de gestão no valor de R\$ 572.376,63 (R\$ 572.376,63 em 2019)
- c. Confissão de Dividas: Acordo de parcelamento efetuado com cliente no valor de R\$ 158.210,45 (R\$ 0,00 em 2019)
- d. Devedores por aquisição de imóveis – no valor de R\$ 19.675,92 (R\$ 19.675,92 em 2019)

2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R\$ 761.863,59 (R\$ 948.815,31 em 2019), compondo-se de:

- a) Adiantamentos e Contas correntes R\$ 296.851,86 (R\$ 257.450,02 em 2019);
- b) Outros Valores – R\$ 465.011,73 (R\$ 691,365,29 em 2019);

2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o

método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Carvão	<u>30.172.220,80</u>	<u>12.866.724,54</u>
Produtos Acabados	-	-
Produtos em Elaboração	30.172.220,80	12.866.724,54
Almoxarifado	9.775.222,51	8.601.556,80
Total	<u>39.947.443,31</u>	<u>21.468.281,34</u>

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte

Despesas do Exercício seguinte R\$ 34.947.516,93 (R\$ 46.998.017,31 em 2019), tendo como valor mais relevante R\$ 34.885.840,30 (R\$ 46.969.000,63 em 2019) que corresponde ao total de gastos ativados pelo avanço da área de descobertura (retirada das camadas de terra vegetal e estéreis), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada.

2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios: R\$ 4.027.811,30 (R\$ 3.702,645,56 em 2019), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717.321,26 (R\$ 717.321,26 em 2019);
- b) Depósitos Trabalhistas – R\$ 1.682.872,22 (R\$ 1.363.423,21 em 2019);

- c) Penhora de Créditos Bancários – R\$ 1.627.617,82 (R\$ 1.621.901,09 em 2019).

Face a uma decisão judicial trabalhista, houve a penhora do valor e posta à disposição do judiciário; contudo, não houve a efetiva entrega ao reclamante por conta de uma interposição de recurso, podendo o valor retornar para a Companhia.

2.5.8. Investimentos

O valor total de R\$ 55.625,52 corresponde a: R\$ 11.999,29 em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração – COM (R\$ 61.757,65 em 2019), R\$ 23.245,42 em ações e quotas noutras empresas, R\$ 20.380,81 em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

Foi estornado um adiantamento para futuro aumento de capital na subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração – COM, no valor de R\$ 50.000,00 por entendimento da não necessidade do aporte.

2.5.9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3).

a) Provisão para Perda

A Provisão para Perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de **R\$ 38.876 mil** constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de Impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de R\$ 1.973.442,20

Demonstrativo do Investimento/Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2019	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2020	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	105.482,25	241,64	-50.098,37	0,00	0,00	55.625,52	0
Subtotal	105.482,25	241,64	-50.098,37	0,00	0,00	55.625,52	0
Terrenos e Terras	1.871.716,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.871.716,65	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.651.099,48	0,00	0,00	0,00	0,00	5.651.099,48	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.488.404,13	0,00	0,00	0,00	0,00	12.488.404,13	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701.405,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.701.405,19	0,03 a 6,81
Equip.de Produção	110.660.959,48	336.982,34	0,00	0,00	0,00	110.997.941,82	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000.000,00	2,23
Equip.de Manutenção	3.025.307,17	62.608,68	0,00	0,00	0,00	3.087.915,85	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	11.811.239,10	5.600,00	0,00	0,00	0,00	11.816.839,10	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.183.724,30	7.415,00	-1.400,00	0,00	0,00	1.189.739,30	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	8.044.120,23	98.422,24	-5.500,00	0,00	0,00	8.137.042,47	0,27 a 45,99
Instalações	18.250.792,72	1.750,00	0,00	0,00	0,00	18.252.542,72	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478.243,40	0,00	0,00	0,00	0,00	478.243,40	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043.479,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.043.479,04	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	-137.972.936,99	0,00	0,00	0,00	-5.741.625,82	-143.714.562,81	0
Imobilização em Andam.	196.302.820,67	0,00	0,00	0,00	0,00	196.302.820,67	0
Bens Patrim. s/Operação	7.446.195,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.446.195,40	0
Ajustes a Valor de Mercado	-38.875.546,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.875.546,78	0
Provisão Perda Impairment	-2.234.243,08	0,00	-260.800,88	0,00	0,00	-1.973.442,20	0
Subtotal	229.876.780,11	512.778,26	-267.700,88	0,00	-5.741.625,82	224.901.833,43	
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182.360,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2.182.360,94	0
Amortiz.Acumulada	-1.402.509,85	0,00	0,00	0,00	-155.820,57	-1.558.330,42	
Subtotal	779.851,09	0,00	0,00	0,00	-155.820,57	624.030,52	
Total do Imobil.+Intangível	230.656.631,20	512.778,26	-267.700,88	0,00	-5.897.446,39	225.525.863,95	
Total	230.762.113,45	513.019,90	-317.799,25	0,00	-5.897.446,39	225.581.489,47	

Foi transferido para melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

2.5.10. Demais Contas a Pagar: R\$ 21.777.167,70 (R\$ 20.400.783,01 em 2019), compondo-se basicamente de:

- a) Outras e contas a pagar - R\$ 71.129,67 (R\$ 200.710,88 em 2019);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 4.432,98 (R\$ 0,00 em 2019);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 425.466,97 (R\$ 816.919,94 em 2019);
- d) Provisões para encargos sociais – R\$ 3.070.818,52 (R\$ 3.336.762,13 em 2019);
- e) Adiantamento de clientes – R\$ 18.115.065,57 (R\$ 16.946.833,99 em 2019);
- f) Retenções contratuais – R\$ 76.343,78 (R\$ 86.516,87 em 2019);
- g) Honorários e serviços terceiros – R\$ 13.910,21 (R\$ 13.039,20 em 2019).

2.5.11. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

2.5.12. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2020	2019	2020	2019
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	27.020.421,89	214.462.536,40	1.682.872	1363423,21
Fiscais	-	-	0	0
Cíveis	773.900,42	1.057.668,12	0	0
Total	27.794.322,31	215.520.204,52	1.682.872,22	1.363.423,21

2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 0,00 (R\$ 833.895,14 em 2019)

Todos os parcelamentos que a Companhia possuía junto à Secretaria da Receita Federal foram quitados mediante compensação com créditos fiscais existentes.

2.5.14. Patrimônio Líquido

2.5.14.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 289.465.153,33 (R\$ 289.465.153,33 em 2019, representado por 12.149.986 ações ordinárias (12.149.986 ações ordinárias em 2019), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 600.000.000 (R\$ 600.000.000 em 2019)

2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio

O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre o capital próprio fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reserva de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados, conforme Lei nº 9.249/95 (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996). No entanto, a Companhia apresentou no exercício de 2020 um prejuízo contábil de **R\$ (6.194.502,21)**.

2.5.14.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R\$ 9.405.024,56** (R\$ 9.708.693,52 em 2019) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de **R\$ 460.104,49** (R\$ 460.104,49 em 2019).

2.5.15. Demonstração do Resultado

a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2020	2019
Receita bruta das vendas	106.942.494	113.544.548
(-) Impostos sobre vendas	(4.985.670)	(5.128.365)
(-) Devoluções de Vendas	-	-

b) Resultado Financeiro Líquido - R\$ (375.247,99) - (R\$ 1.420.398,28) em 2019), compondo seu saldo uma receita financeira de R\$ 485.367,18 (R\$ 276.694,77 em 2019) para uma despesa financeira de R\$ (860.615,17 (R\$ 1.697.093,05 em 2019). As receitas financeiras são compostas basicamente de atualizações monetárias R\$ 479.978,59 (R\$ 250.630,08 em 2019), sendo o restante oriundos de aplicação financeira R\$ 2.404,84 (R\$ 2.137,46 em 2019) e descontos obtidos R\$ 2.983,75 (R\$ 23.921,23 em 2019). As despesas financeiras compõem-se de Atualização monetárias R\$ 799.161,10 (R\$ 1.482.791,57 em 2019), pagamento de juros R\$ 49.710,10 (R\$ 79.506,82 em 2019), multas R\$ 10.244,25 (R\$ 127.714,82 em 2019) despesas bancárias R\$ 14700,72 (R\$ 7079,84 em 2019)

c) Outras Receitas – R\$ 3.209.343,87 (R\$ 4.605.210,66 em 2019) cuja formação é composta pela reversão provisão de indenizações R\$ 2.012.436,84 (JR\$ 3.227.936,95 em 2019); reversão da provisão para contingências R\$ 690.846,77 (R\$ 0 em 2019); imputação de débitos pelo TCE aos administradores R\$ 0,00 (R\$ 572.376,63 em 2019);

Reversão Impairment R\$ 260.800,88 (R\$ 285.120,37 em 2019); multas contratuais R\$ 20.399,42 (R\$ 74.331,38 em 2019); receitas diversas R\$ 69.582,08 (R\$ 432.265,12 em 2019); arrendamento Leão I R\$ 61.500,00 (R\$ 0 em 2019) e venda de sucatas R\$ 93.329,15 (R\$ 13.180,21 em 2019)

- d) Despesas Indedutíveis – R\$ 8.064.242,81 (R\$ 7.016.416,35 em 2019) composta quase em sua totalidade pelas provisões para contingência trabalhistas, fiscais e cíveis

2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	0,00	68.162,30
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	0,00	163.289,09

2.5.17. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda

	Alíquota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reserva de reavaliação		14.213.673,58	14.673.778,07
Contribuição social	9%	1.279.230,62	1.320.640,03
Imposto de renda	15%	2.132.051,04	2.201.066,71
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.397.367,36</u>	<u>1.443.377,81</u>
Provisão impostos diferidos		<u>4.808.649,02</u>	<u>4.965.084,55</u>

2.5.18. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Plano de previdência complementar	1.070.974,56	1.065.761,51

2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio

de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.

2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2019/2018 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R4), Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

Não houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional não foi atingida.

O regramento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regramento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu aditivo nº 001.

2.5.23. Reserva de Capital

Em 09 de janeiro de 2018, mediante a lei nº 15.099, ficou o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a aumentar o capital social da CRM até o montante de R\$ 150.000.000,00 sendo R\$ 75.000.000,00 em créditos adicionais e R\$ 75.000.000,00 pela conversão de seus créditos oriundos de Juros sobre o Capital Próprio. Devido a formalização, os créditos oriundos dos JCP ainda estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital e sua documentação tramita entres a Secretaria do Governo e a Fazenda Estadual. Com relação aos créditos adicionais existe, ainda, margem para o aporte, pois ao longo do ano de 2019 foram integralizados R\$ 38.000.000,00.

2.5.24. Apuração de Prejuízos

Ao final do ano do exercício de 2020, a Companhia apresentou o prejuízo de **R\$ (6.194.502,21)**, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Prejuízo antes da reversão dos juros s/capital Próprio	(6.194.502,21)	(8.985.119,66)
Reversão dos juros s/capital Próprio	-	-
Prejuízo líquido do Exercício	(6.194.502,21)	(8.985.119,66)

Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

2.5.25. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com a NBC TG 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Empresa e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

2.5.26. Impacto da COVID-19

Em conexão com as demonstrações contábeis do exercício, a administração da Companhia, adotou políticas e ações internas para responder a situação da pandemia do coronavírus – COVID 19, evento com reflexos em escala mundial.

Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, irá gerar impactos, em alguma extensão, nas operações da Companhia.

Para buscar aliviar os efeitos dessa calamidade em nossas operações, implementamos medidas preventivas, tais como: protocolo para ocorrências, revisão das medidas de limpeza e procedimentos, cancelamento de eventos internos e viagens, suspensão de visitas de fornecedores, fechamento de áreas de convivência, foco na higienização de áreas críticas, intensificação de limpeza em outros ambientes, práticas de home office e reuniões remoto, controle e monitoramento de casos suspeitos, antecipação de compras de fornecedores. Os objetivos são assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, assim como garantir a continuidade de nossas operações. Até o momento, não identificamos impactos relevantes nas nossas operações.

Com relação às maneiras de mensuração dos ativos e passivos, não identificamos até o momento situações ou alterações relevantes nas estimativas de recuperabilidade dos ativos, provisão para perdas de crédito, realização líquida dos estoques e dos tributos diferidos.

Porto Alegre, 26 de março de 2021

Melvis Barrios Junior
Diretor Presidente
CPF nº 294.253.950-04

João Batista Alves Rodrigues
Diretor Administrativo
CPF nº 123.476.290-49

André Felipe Rodrigues
Diretor Técnico
CPF nº 754.557.490-72

Roberto Reischak Dias
Contador CRC/RS 052403/O-0
CPF Nº 432.523.380-68

**Companhia Riograndense
de Saneamento
CORSAN**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2020

Mensagem da Administração

O ano de 2020 vai deixar marcas profundas na sociedade. Os desafios impostos pela crise sanitária mundial com a pandemia de Covid-19 vêm exigindo maturidade de todos os setores para equacionar adversidades e alternativas, e implementar soluções. No Rio Grande do Sul, no início do ano uma grave estiagem comprometeu o abastecimento em boa parte do Estado. Com agilidade, a Corsan zelou pela segurança hídrica e contribuiu de forma decisiva para a saúde dos gaúchos, garantindo água para a manutenção da higiene necessária no combate ao coronavírus. A empresa avançou também para a universalização da coleta e tratamento de esgoto, com a implementação prática de sua primeira PPP do Saneamento. A Companhia deu seguimento ao cronograma para a ampliação da cobertura de esgotamento sanitário em nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, sistemas que hoje já estão sendo operados pela empresa parceira. Internamente, organizou-se para possibilitar o teletrabalho para boa parte de seus quase 6 mil empregados, preservando qualitativa e quantitativamente processos e resultados. Em meio a tantas urgências, o saneamento nacional passou a ser balizado por novas regras, a partir da promulgação do Marco Legal, em julho passado. Nesse cenário pleno de desafios, a Corsan soube dar respostas assertivas, sedimentando de forma cada vez mais sólida uma transformação que já vinha ocorrendo em toda a empresa, com o aprimoramento de processos de gestão, inovação tecnológica, capacitação e sustentabilidade em vários níveis. A essência desse movimento interno foi traduzida no reposicionamento de marca da empresa, que expressa no conceito "Evoluir nos define" o atual momento da Companhia. Com um sólido arcabouço de mais de meio século de experiência em saneamento básico, a Corsan assume interna e externamente essa transformação, acelerando entregas, investindo em novas tecnologias e novos negócios e posicionando-se como empresa de soluções ambientais. Alinhada ao propósito da eficiência e tendo como diretriz a excelência, a Companhia mobilizou seu capital humano, social, intelectual e financeiro na construção de um caminho sólido para enfrentar com vigor os desafios presentes e futuros, incluindo o protagonismo em um mercado cada vez mais competitivo. Nesse sentido, a governança corporativa vem sendo aperfeiçoada com a atualização de ferramentas promotoras da ética e da transparência, que foram consolidadas a partir do lançamento do programa Corsan Integra. Sabemos que está em nossas mãos construirmos um salvo-conduto para o futuro, e que esse movimento será o resultado da apropriação coletiva dessa carta de navegação, a partir do compartilhamento de metas, processos e resultados. Entre tantos desafios, o trabalho desenvolvido em 2020 abriu um leque de possibilidades que nos estimula e nos determina.

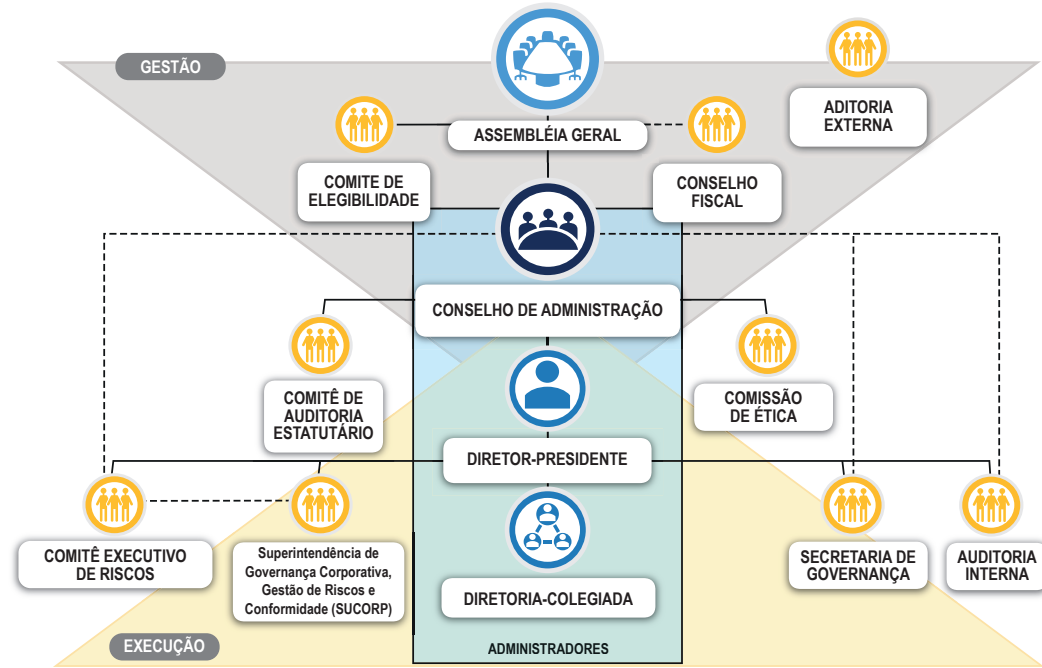
O que nos define: capitais, entregas e valor

A Corsan, Companhia Riograndense de Saneamento, opera em regime de sociedade de economia mista sob o controle acionário do Governo do Estado. A empresa tem a concessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em 317 municípios gaúchos. Essa cobertura assegura-lhe posição majoritária no mercado estadual, com capilaridade e abrangência superiores a 60% dos consumidores. A qualidade dos serviços prestados, no decorrer de mais de cinco décadas, levou a companhia a ser reconhecida pela população, pela sociedade e pelo governo como o principal agente das políticas públicas nos eixos água e esgoto na sua área de atuação. A Corsan foi criada nos anos de 1960 com o desafio de levar água potável à população do Rio Grande do Sul, missão esta atribuída a todas as companhias de saneamento da época. Desde então, muito se fez para que, hoje, a universalização no eixo água seja uma realidade para a maioria das concessionárias do setor. Em contrapartida, para assegurar quantidade e qualidade de matéria prima, tornou-se evidente que o caminho a trilhar não escaparia do cuidado com a água do início ao fim do seu ciclo. O reconhecimento de tal necessidade, ao longo dos anos, traduziu-se em novo desafio: a universalização do eixo esgoto. Manter a credibilidade no abastecimento de água, acesso já universalizado em sua área de atuação, e atingir a universalização em esgotamento sanitário - esse binômio tem sido o norte dos investimentos da Corsan, em todos os capitais mobilizados na condução de seus negócios.

capitais mobilizados	entregas 2020	valor gerado
capital financeiro R\$ 3,2 bi de receita operacional R\$ 6,9 bi em ativos R\$ 4,0 bi de patrimônio líquido	583 milhões de m3 de água tratada	saúde, bem estar e qualidade de vida para as pessoas
capital operacional 29 mil km de rede de água 5 mil km de rede de esgoto 168 Estações de Tratamento de Água 91 Estações de Tratamento de Esgoto 321 laboratórios de água e 48 de esgoto 48 Centros de Controle Operacional	46 milhões de m3 de esgoto tratado	
capital intelectual App Corsan App H2OJE Corsan Digital Projetos de pesquisa em parceria com IES	Cobertura Água 96,58% NUA	
capital humano Expertise de 50 anos no saneamento Universidade corporativa Compliance e Programa de Integridade Planejamento estratégico desdobrado no interior	Cobertura Esgoto 17,61% NUE	inclusão, dignidade e cidadania para a população
capital social e de relacionamento Progama Água, Vida e Cidadania Presença nos Comitês de Bacia Educação Ambiental em instituições de ensino Reconhecimento pelo PNQS Marca reconhecida pelos gaúchos	2,79 milhões economias ativas	
capital natural 875 pontos de captação de água subterrânea 174 pontos de captação de água superficial	Qualidade da Água IQA 99%	sustentabilidade econômica, social e ambiental
	Disponibilidade de água nos sistemas 99%	

Governança

No ano de 2020, foram consolidados princípios e práticas de governança corporativa adotados e aprimorados pela Corsan, fatores estes que contribuíram para divulgar e fortalecer a transparência da gestão. O arcabouço normativo foi atualizado, mediante a revisão e a criação de políticas institucionais e regimentos. Para robustecer os processos de governança, instituiu-se uma Secretaria de Governança Corporativa – SGC para prestar assessoramento e apoio à alta administração e demais órgãos colegiados da Companhia. Ademais, reforçou-se a Superintendência de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Conformidade, com vistas a uma completa revisão e atualização das políticas corporativas e mecanismos voltados a tais temas. Ainda, foi criado um Comitê Executivo de Riscos – CER, responsável por instituir, executar e acompanhar planos de ação para mitigação dos principais riscos corporativos. Em conformidade com a transparência e frente às exigências do Novo Mercado, foi incorporada ao website da Corsan (<https://www.corsan.com.br>) seção específica para a Governança Corporativa, centralizando as políticas da Companhia, os mecanismos de gestão de riscos e controles internos, os instrumentos de integridade, além das informações societárias e regulatórias.



Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos

A ética e a transparência fazem parte dos valores corporativos da Corsan. Dessa forma, a prioridade é atuar sempre orientada, pelo trinômio: ética, integridade e transparência. Em 2020, foi lançado o Corsan Integra, programa de integridade da Companhia, que abrange um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate à corrupção e fraudes, em consonância com: a Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Estadual nº 15.228/2019 e o Decreto Estadual nº 55.631/2020.



O Corsan Integra objetiva orientar colaboradores da empresa a atuarem para zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações e instrumentos organizacionais, preservando ativos, imagem, integridade e demais valores éticos da Companhia. Os principais instrumentos que compõem o programa são:

Código de Ética e Conduta: revisado em 2020, o Código de Ética e Conduta fundamenta-se nos valores corporativos da Corsan e busca contemplar as especificidades da Companhia, apresentando princípios, valores éticos e compromissos a serem observados por todos que atuam na empresa ou a representam: acionistas, administradores, colaboradores (aprendizes, estagiários, empregados, conselheiros e membros de comitês) e parceiros comerciais.

- Políticas de Integridade:**
- Política de Integridade e Conformidade
 - Política Anticorrupção
 - Política de Contratação de Terceiros
 - Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro
 - Política de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual
 - Política de Brindes e Presentes
 - Política de Patrocínios

Canal de Denúncias: meio utilizado pelos públicos interno e externo para denunciar eventuais irregularidades passíveis de violar o Corsan Integra.



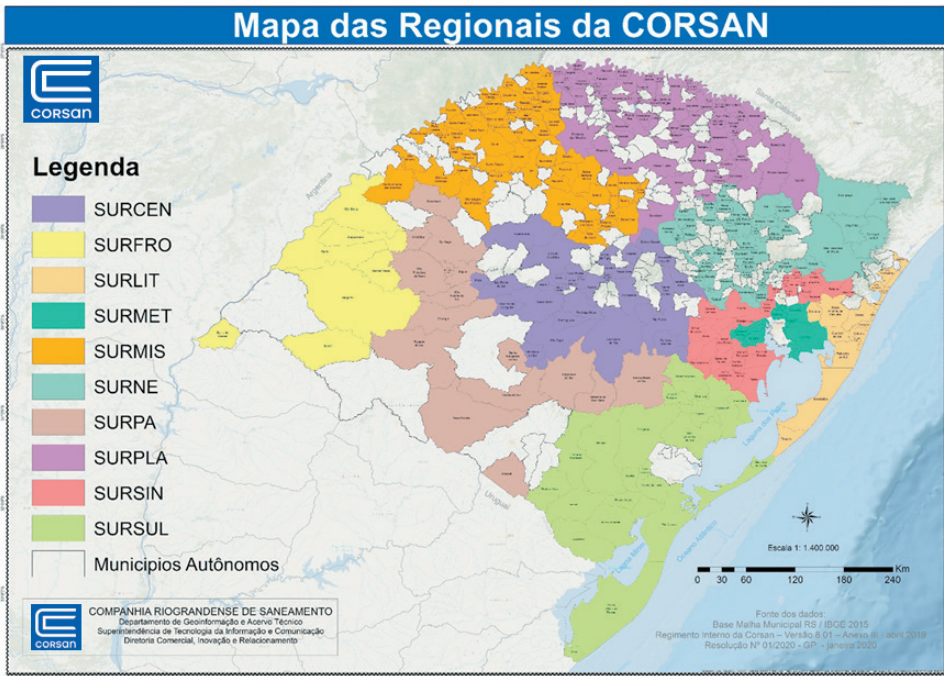
Diligências de Integridade: o estabelecimento de relações com terceiros deve ser precedido de diligências adequadas ao perfil dos diferentes públicos de interesse da Corsan. Dessa forma, é possível avaliar previamente entidades pesquisadas com a sociedade, certificando-se de que não há situações impeditivas ao relacionamento.

Aplicação de Penalidades: as infrações disciplinares cometidas por empregados podem ensejar a aplicação de sanções, notadamente as dispostas no Regulamento Disciplinar da Corsan, além das legais cabíveis. Continuamente, a Corsan amadurece a Governança Corporativa, aprimorando seus mecanismos de gerenciamento de riscos e envolvimento das partes interessadas nas ações de integridade em sintonia com a estratégia do negócio. No final de 2020, a empresa aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos, requisito para obtenção do selo Empresa Limpa. Esse selo é vinculado ao Programa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União (CGU), que destaca empresas comprometidas com a integridade.

Gestão de riscos: a matriz de riscos corporativos da Corsan, revisada anualmente pelo Conselho de Administração da empresa, passou por atualizações em sua versão 2020: foram readequadas as nomenclaturas de alguns riscos e realizada a reavaliação da probabilidade e impacto de todos. Procedeu-se também a atualização da Política e Manual de Gestão de Riscos e Controles Internos, com base na norma ABNT NBR e ISO 31000:2018, melhores práticas de governança corporativa e Novo Mercado. Ainda durante o ano de 2020, foi instituído o Comitê Executivo de Riscos (CER), equipe multidisciplinar que tem o propósito de apoiar a alta administração e a área de gestão de riscos na execução de ações de mapeamento, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos, na análise e no monitoramento dos controles internos, com o objetivo de mitigar riscos existentes, especialmente aqueles com maior probabilidade e impacto. O comitê também atua para promover a disseminação da cultura de gestão de riscos em todas as áreas estratégicas da Companhia.

Regionalização

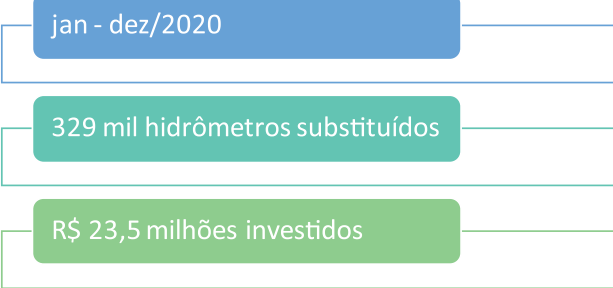
Embora seja uma empresa de abrangência estadual, a Corsan mantém-se próxima dos municípios por meio de uma gestão regionalizada cujo principal traço é o alinhamento das singularidades locais às diretrizes estratégicas corporativas. As dez superintendências regionais cobrem todo o território do Rio Grande do Sul, e são responsáveis por conduzir as políticas operacionais e comerciais, acompanhar a realização dos investimentos; manter o diálogo com as lideranças locais; e subsidiar a tomada de decisão da alta administração com dados reais sobre o dia a dia da prestação dos serviços e do relacionamento com clientes, fornecedores, poder concedente e demais *stakeholders* do negócio.



	economias ativas água dez/2020	economias ativas esgoto dez/2020	faturamento total ano 2020
SURCEN	315.922	95.722	R\$ 360.256.143
SURFRO	74.631	17.233	R\$ 86.395.495
SURLIT	246.657	62.903	R\$ 256.543.435
SURMET	577.032	172.465	R\$ 702.876.943
SURMIS	297.561	31.595	R\$ 354.176.617
SURNE	391.425	11.455	R\$ 434.192.166
SURPA	97.125	6.504	R\$ 98.827.086
SURPLA	379.839	33.137	R\$ 415.170.857
SURSIN	197.967	1.220	R\$ 227.213.579
SURSUL	210.551	33.632	R\$ 225.521.854

Tarifa consumo e segmentação da carteira de clientes

A Corsan pratica a tarifa consumo composta, cujo faturamento dos serviços subdivide-se em uma parcela fixa (serviço básico) e uma variável (serviço água/esgoto). A parcela variável destina-se a cobrir gastos com insumos para produção, tratamento e distribuição da água, coleta e tratamento do esgoto; a parcela invariável cobre os custos fixos de operação dos sistemas, manutenção da infraestrutura, administração e gestão, além da amortização dos investimentos. Do ponto de vista da sustentabilidade, a estrutura tarifária responde com adequação e modicidade, visto que estimula o uso racional da água, bem como cobra do usuário conforme seu gasto.



Para assegurar a sustentabilidade tarifária, a empresa é constantemente demandada a investir na aquisição e recuperação de medidores, não apenas para suprir o crescimento vegetativo e a idade mínima dos equipamentos (cinco anos de instalação), mas também para manter o parque de hidrômetros bem dimensionado e em boas condições de uso, sob pena de comprometer a receita em decorrência de micromedição. Quanto aos diferentes perfis de consumidores atendidos pela Companhia, a equanimidade, a inclusão e o fomento são assegurados via tarifa, mediante a segmentação da carteira de clientes de acordo com a natureza da atividade exercida, categorizados da seguinte forma:

- Categoria Residencial Básica: unidades residenciais e bicas públicas com subsídio tarifário de 60% concedido a imóveis ocupados por famílias de comprovada baixa renda.
- Categoria Empresarial: unidades destinadas à atividade econômica em geral – comércio, indústrias e órgãos públicos. No que se refere à atividade comercial, os pequenos empreendimentos contam com um fomento, por meio da subcategoria C1, cujo valor equivale ao da tarifa residencial básica.

Cerca de 90% das economias da Corsan são residenciais

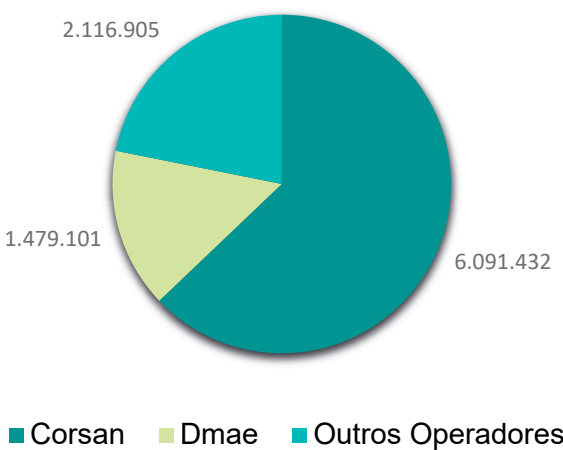
Menos de 2% das economias residenciais são subsidiadas

Mais de 50% das economias comerciais são subsidiadas

Mercado concorrencial e regulado

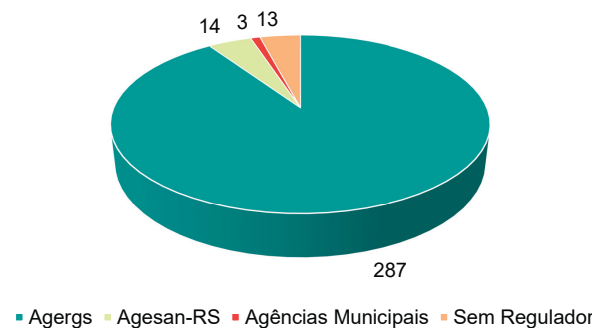
A Corsan é concessionária dos serviços de água e esgoto em 317 dos 497 municípios gaúchos, atendendo a uma população de mais de 6 milhões de pessoas, números que lhe asseguram a posição de maior operadora de saneamento básico no Rio Grande do Sul. Mesmo sem a concessão na capital e em outros municípios populosos como Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Pelotas, a Companhia opera nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e da serra, além de ter capilaridade em todas as regiões do Estado, garantindo assim escala ao negócio por conta do subsídio cruzado.

População Atendida SNIS



Quanto ao ambiente concorrencial no setor do saneamento, este vem sendo substancialmente remodelado desde o advento das Leis Federais 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) e, mais recentemente, da Lei 14.026, promulgada em 15 de julho de 2020. A alteração decorrente do novo marco do saneamento traz uma realidade inédita para a Corsan, vez que impõe alterações nos pactos existentes, tais como novas metas de expansão dos serviços e de redução de perdas na distribuição de água tratada; a necessidade de comprovação da capacidade econômico-financeira para as contratações já efetivadas; metas para compatibilização aos níveis de universalização dos serviços públicos, exigindo enfim a negociação e a repactuação dos Contratos assinados com os Municípios. Visto que as adequações propostas pela Lei nº 14.026/2020 deverão ser efetivadas até março de 2022, tal demanda tem estatuto prioritário nos objetivos da Companhia, considerando-se os impactos na estabilidade financeira da empresa. Mesmo ante a pendência de análise por parte do Congresso Nacional, em relação aos vetos presidenciais a dispositivos da Lei nº 14.026/2020, a Corsan vem se estruturando para a adequação dos contratos, com foco no direito regulatório de saneamento, na análise dos impactos do novo marco nas operações da Companhia, bem como na conformidade dos instrumentos contratuais que regerão a nova relação entre a concessionária e os titulares dos serviços de saneamento.

Municípios por Regulador



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2020

Quanto à regulação dos serviços, apesar do novo papel da Agência Nacional de Águas (ANA) como definidora de diretrizes e parâmetros em nível macro, em termos práticos, o trato regulatório se concretiza, e tende a assim permanecer, na esfera local, mais próxima das concessionárias. No caso da Corsan, a regulação técnica e econômico-financeira está a cargo de cinco agências, cuja autonomia e soberania merecem especial atenção para que não seja ferido o princípio da isonomia nas relações com os usuários de todo o Estado.

Evoluir nos define - posicionamento no mercado e estratégia

A realidade socioambiental dos anos1960, quando foi criada a Corsan e outras companhias estaduais, era muito diferente da que se vive no Brasil de hoje. Na época em que o desafio era levar água potável ao maior número de torneiras, as estatais se consolidaram como fornecedoras de infraestrutura (desde captações e estações de tratamento, até redes de distribuição). Naquela perspectiva, o valor gerado para a sociedade era a entrega de ativos.

Em um segundo momento, especialmente marcado pela Lei Federal 11.445/2007, as companhias de saneamento, dentre elas a Corsan, passaram a se reconhecer como prestadoras de serviços, cujo valor gerado para o usuário é o acesso ao saneamento (água e esgoto), com qualidade e regularidade na entrega dos produtos.

Para a Corsan, o ano de 2020 inaugurou um terceiro momento: a Companhia lançou um novo olhar sobre seu modelo de negócio. Um olhar voltado para as pessoas (clientes ou não) e para a promoção de bem-estar. Nesse horizonte, além de prestar o serviço e entregar o produto, a empresa se reconhece como provedora de soluções ambientais, visto que saneamento e meio ambiente são indissociáveis. Tal inflexão reforça o valor gerado para a sociedade em seus principais eixos: qualidade de vida, dignidade humana, sustentabilidade socioambiental, inclusão e cidadania.

Rebranding Corsan

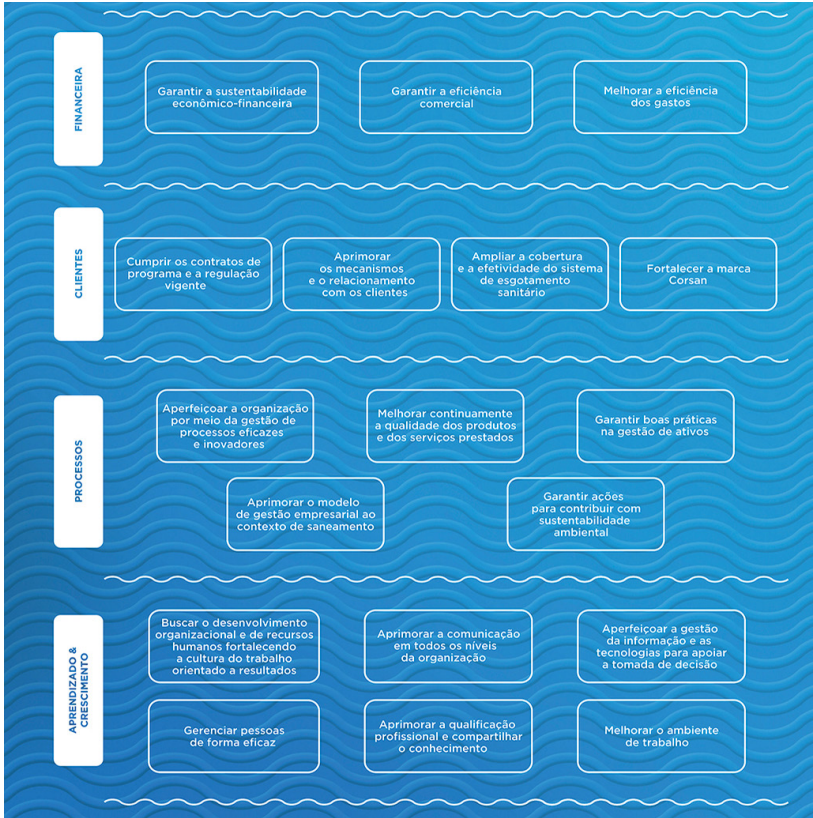
As companhias de saneamento vivenciam processo de realinhamento de seus negócios, provocado pela elevação do grau de exigência em relação ao nível dos serviços prestados, expresso, em última análise, no novo marco legal. Tal cenário carrega não apenas mudanças de paradigma internas ao negócio, mas também a necessidade de reposicionamento nas estratégias de atuação e de imagem. A Corsan, que já trilha o caminho dessa transformação, ao trabalhar o redesenho de seus serviços e produtos, buscar a inovação de seus processos e priorizar a maior produtividade e eficiência, passa agora a adotar estratégia de rebranding, ajustando a comunicação com seus principais públicos à nova ótica do mercado.

Revisão da Estratégia

No que se refere ao Planejamento Estratégico, a Corsan adota o modelo BSC – Balance Score Card, segundo o qual a estratégia é revisada a cada quatro anos. Tendo em vista que a última revisão ocorreu em 2015, a atual orientação teria vigência até 2019. Entretanto, considerando o horizonte de desafios e perspectivas sem precedentes no setor de saneamento, a alta direção julgou necessário realizar uma revisão mais ampla, alinhando inclusive o desenho do negócio da empresa à nova configuração do mercado. Como a conclusão do cronograma da revisão está previsto para 2021, ao longo de 2020 mantiveram-se as diretrizes e referências anteriores.

Identidade e Visão de Futuro

MISSÃO	Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua,cumprindo o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas.
VISÃO	Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender 70% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus serviços e produtos e pela consolidação de novos negócios.
VALORES	Sustentabilidade - Responsabilidade social - Ética - Transparência Produtividade, segurança e eficiência - Gestão compar-tilhada - Valorização das pessoas - Integração entre as áreas



Monitoramento e desdobramento da estratégia

O atingimento dos objetivos estratégicos é monitorado pela área de planejamento em ciclos de 60 dias, mediante reuniões de trabalho com as diretorias e regionais. Nessas rodadas, analisam-se a execução dos planos de ação, o cumprimento dos pactos firmados no Acordo de Resultados e o atingimento das metas dos Indicadores Estratégicos.

INDICADORES ESTRATÉGICOS 2020		
PERSPECTIVA FINANCEIRA		
Objetivo	Indicador	Unidade
1. Garantir a sustentabilidade econômico-finan-ceira	EFI024 Margem de investimentos com recursos próprios	%
	EFD009 Arrecadação Geral	Milhões de R\$
	EFD112 LAJIDA	Milhões de R\$
2. Garantir a eficiência comercial	CME035 Eficiência Comercial	Pontos
	EFI025 Razão Operacional	%
3. Melhorar a eficiência dos gastos	EFI123 Margem energia elétrica	
	EFI003 Margem pessoal próprio	R\$
PERSPECTIVA CLIENTES		
Objetivo	Indicador	Unidade
4. Cumprir os contratos de programa e a regulação vigente	CME025 - NUA IBGE	%
	CME026 - NUE IBGE	%
5. Aprimorar os mecanismos e o relacionamento com os clientes	CME032- Índice de reclamação de problemas	Recl./1000 lig.
	PEC005 - Satisfação do cliente	Nota
	PRP033 - Tempo médio de atendimento ao cliente	Horas
6. Ampliar a cobertura e a efetividade do sistema de esgotamento sanitário	Ligações factíveis de esgoto disponibilizadas pela DEXP	Ligação
	Notificação de ligação esgoto	Notificação
	PEC001 - Ranking Top Of Mind (Empresa Pública Eficiente)	%
	PEC002 - Ranking Jornal do Comércio Marcas de Quem Decide - Mais Lembrada	%
7. Fortalecer a marca CORSAN	PEC003 - Ranking Jornal do Comércio Marcas de Quem Decide - Preferida dos Gaúchos	%
	PEC004 - Imagem da Corsan na pesquisa de satisfação	Nota
PERSPECTIVA PROCESSOS		
Objetivo	Indicador	Unidade
8. Aperfeiçoar a organização por meio da gestão de processos eficazes e inovadores	PRP029-Índice de perdas na distribuição - IPD	%
	EFI119 - Índice de medição dos investimentos em expansão de SAA e SES com recursos captados do PAC	%
	EFI120 - Índice de execução anual dos investimento com rec. próprios e de terceiros em expansão de SAA e SES	%
9. Melhorar continuamente a qualidade dos pro-dutos e dos serviços prestados	PRP025 - IQA Microbiológico	%
	PRP026 - IQA Físico-químico	%
	PRP021 - IQE Índice de qualidade do esgoto tratado	%
10. Garantir boas práticas na gestão de ativos	COE038 - Novas ligações de esgoto	Ligação
	PRP031 - Reabilitação de redes de água (por substituição)	%
11. Aprimorar o modelo de gestão empresarial ao contexto do saneamento	PAO003 - Regularidade dos contratos de programa	%
	PAO012 - Índice de adução em ETA com sistema de tratamento de lodo	%
12. Garantir ações para contribuir com a susten-tabilidade ambiental	SOC001 - Estações Tratamento Esgotos Licenciadas	%
	PAO011 - Índice de adução em ETA licenciada	%
PERSPECTIVA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		
Objetivo	Indicador	Unidade
13. Buscar o desenvolvimento organizacional e dos recursos humanos fortalecendo a cultura do trabalho orientado a resultados	PES002- Produtividade de pessoal para SAA e SES	Lig./Emp.
	Você se sente bem informado(a) sobre o que acontece na CORSAN?	Pesquisa
14. Aprimorar a comunicação em todos os níveis da organização	Satisfação Geral Comunicação	Pesquisa
15. Aperfeiçoar a gestão da informação e as tecnologias para apoiar a tomada de decisão	As informações necessárias para o desenvolvimento das suas atividades chegam a você com antecedência?	Pesquisa
16. Gerenciar pessoas de forma eficaz	PES017 - Horas Extra por Empregado	Horas/Emp.
	Índice de ações trabalhistas	%
17. Aprimorar a qualificação profissional e com-partilhar o conhecimento	PES020 - Oportunidades de Capacitação por Empregado	Capacitação por Empregado
	PES021 - Cursos com Instrutoria Interna	%
18. Melhorar o ambiente de trabalho	Satisfação Geral com o Ambiente Físico	Nota

O desdobramento da estratégia em nível regional ocorre por meio de planos de ação no modelo 5W2H, cuja execução é monitorada pela área de planejamento da empresa. Em janeiro de 2020, foi firmado Acordo de Resultados com os superintendentes regionais e gestores de unidades, como instrumento norteador de ações e resultados para a concretização do Planejamento Estratégico da Corsan, em alinhamento com os compromissos assumidos junto ao Governo do Estado. O propósito do pacto é promover aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos serviços prestados, equilíbrio econômico-financeiro, satisfação dos usuários e compatibilização da estratégia gerencial em todos os níveis da organização. A avaliação dos gestores, segundo o desempenho em relação ao estabelecido no Acordo, ocorre em cascata: os gestores de unidade são avaliados pelos superintendentes regionais e estes, pela área de planejamento, vinculada à presidência.

Em 2020 foi implantado também o desdobramento do Planejamento Estratégico nas Diretorias, por meio de planos de ação alinhados aos das Superintendências Regionais, Departamentos, Coordenadorias e Microrregiões. O desdobramento nas Diretorias tem como objetivo qualificar e apoiar as ações regionais sob o ponto de vista corporativo para que seja possível atingir os objetivos estratégicos. O acompanhamento das ações estratégicas é feito por meio de reuniões, quando é detalhado o desenvolvimento de cada ação, a partir de discussões sobre as dificuldades, benefícios e resultados positivos.

Além dos planos de ação, a empresa conduz temas transversais por meio de Projetos Estratégicos, utilizando a metodologia PMO - Project Management Office em seu gerenciamento.

PROJETOS ESTRATÉGICOS MONITORADOS EM 2020

- Implantar sistema de georreferenciamento – SCTGEO
- Implantar sistema de gestão eletrônica de documentos no âmbito de toda a Corsan
- Implantar modelo de gestão do conhecimento orientado a resultados
- Implantar sistema de planejamento, orçamento e gestão estratégica – SISPLAN
- Capacitar estações de tratamento de esgotos para receber efluentes externos
- Comercialização especial em imóveis com fonte alternativa
- Elaborar planos de segurança da água em 18 sistemas de abastecimento de água
- Estruturação e modelagem do projeto PPP
- Implantar a prestação serviços de sistema misto e individual como solução para esgotamento sanitário
- Implementar o programa de comunicação integrada (PCI)
- Água, vida e cidadania
- Ajustar a estrutura tarifária aos serviços prestados
- Aprimorar a gestão da segurança patrimonial
- Implantar plano integrado de gestão de perdas
- Implantar uma política de gestão do parque de hidrômetros
- Melhorar a eficiência energética
- Eficiência energética operacional
- Modelagem e Implantação de Geração Distribuída
- Redução de perdas com contrato de performance
- Redução de perdas com execução própria dos serviços de eficiência operacional
- Aperfeiçoar os processos de tratamento e controle analítico
- Desenvolvimento de uma sistemática de gestão da manutenção civil de estruturas hidráulicas de SAA e SES
- Implantação de política para gestão da manutenção eletromecânica
- Implantação do novo sistema ERP
- Implantar automação e centros de controle de sistema operacional – CCOS
- Implementar gestão dos resíduos sólidos das ETAS e ETES
- Implementar programa de gestão patrimonial
- Implementar a gestão da qualidade nos processos de tratamento de água e esgotos
- CORSAN Digital
- Qualificação da comunicação interna da CORSAN
- Aprimorar o processo de regularização fundiária

PRINCIPAIS ENTREGAS DOS PROJETOS EM 2020

Corsan Digital: Projeto em andamento, visando a melhor atender o usuário final criando novos canais de relacionamento e modernizando processos de atendimento ao cliente, tanto por meio digital quanto em ambientes de acolhimento ao usuário. Em 2020 foi entregue a primeira unidade de atendimento inteligente, em Santa Cruz do Sul, instalados 135 equipamentos de autoatendimento em diversas Unidades de Saneamento, além da integração do chatbot (robô virtual de atendimento ao público) com o Facebook institucional.

Implantar política de gestão do parque de hidrômetros: Projeto em andamento que visa à implementação de uma política de gestão da hidrometração de consumidores baseada em critérios de performance. Desde o início das atividades até dezembro de 2020, já foram instalados ou substituídos 957.638 medidores, superando 70% da meta estabelecida.

Implantar sistema de georreferenciamento – SCTGEO: O lançamento do Sistema Geoportal garantiu a precisão das informações no apoio aos serviços operacionais e de atendimento ao cliente, aumentando a produtividade e a agilidade das operações prestadas nas Unidades de Saneamento. Já são mais de 2,9 milhões de ligações do sistema comercial da Corsan integradas ao sistema.

Estruturação e modelagem do projeto PPP: Projeto concluído em 2020, cujo objetivo foi realizar o Procedimento de Manifestação de Interesse e Modelagem da PPP para o segmento Esgotamento Sanitário. A principal entrega foi a contratação da Parceria Público Privada – PPP em nove municípios da Região Metropolitana. A licitação foi concluída em dezembro de 2019 e o contrato foi firmado em março de 2020.

Implantar a prestação serviços de sistema misto e individual como solução para esgotamento sanitário: Projeto em desenvolvimento, tendo como principal objetivo aumentar o atendimento de serviços de esgotamento sanitário a partir da estruturação e oferta de alternativas economicamente mais vantajosas do que o sistema separador absoluto. A conclusão do projeto executivo da Central de Fossas de Três Passos destaca-se entre as atividades realizadas no exercício de 2020.

Aperfeiçoar os processos de tratamento e controle analítico e Implementar a gestão da qualidade nos processos de tratamento de água e esgotos: ambos os projetos contemplaram uma série de aperfeiçoamentos operacionais: desde alterações de procedimentos até adequações estruturais de prédios e construções de novos laboratórios de água e esgoto, culminando em certificações ISO 17025 e ISO 9001.

Ajustar a estrutura tarifária aos serviços prestados: Projeto concluído em 2020, que permitiu a homologação, junto às agências reguladoras, da cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário, estimulando a conexão dos usuários à rede pública, apoiando a universalização dos serviços.

Implantar plano integrado de gestão de perdas: Projeto concluído em 2020 cujos principais legados foram a realização de diagnósticos operacionais nos 42 maiores sistemas de abastecimento de água e aprovação da política de eficiência operacional e energética dos sistemas de água e de esgoto no programa de gestão de perdas na Companhia.

Implantar automação e centros de controle de sistema operacional – CCO: Projeto em andamento, tendo como objetivo a implantação de Centros de Controle de Sistema Operacional com vistas à melhoria do gerenciamento dos sistemas de água e esgoto. Até agosto de 2020, foram entregues nove Centros.

Melhorar a eficiência energética: Projeto em andamento cuja entrega mais relevante em 2020 foi a migração de 25 unidades consumidoras, das 57 previstas, para o mercado livre de energia, fato que resultou em benefício acumulado de R\$ 3,47 milhões, representando economia média mensal de 16,2%. Com o intuito de melhorar as ações de eficiência, o projeto foi desdobrado em melhorias operacionais e geração distribuída. O primeiro objeto dará continuidade à implantação de projetos de eficiência operacional em mais 24 municípios, com um investimento de 17,7 milhões (melhorias em acionamentos, motores, bombas e adutoras) com vistas a melhorar os indicadores de eficiência kWh/m3. A geração distribuída, por sua vez, objetiva um estudo aprofundado da melhor modelagem para aproveitar as fontes renováveis de energia, suprindo assim as unidades de menor consumo da empresa que, individualmente somadas, perfazem montante significativo. Preliminarmente, vislumbram-se aproveitar barragens próprias, além de espelhos d'água para implantação de painéis solares. Também há possibilidade de aproveitamento do potencial de pressão em adutoras por meio da implantação de turbo geradores.

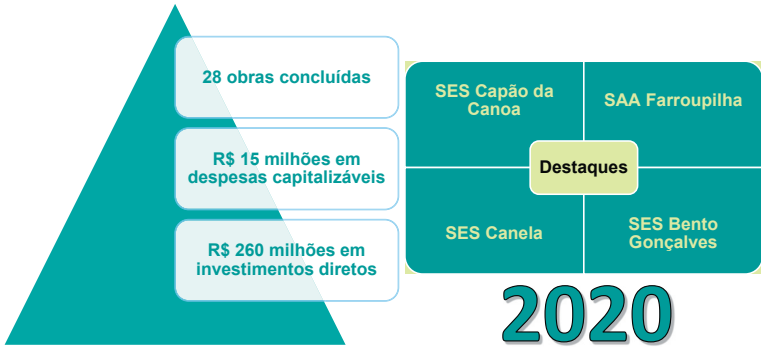
Expansão em Água e Esgoto

Execução de obras de expansão

Em face do impacto direto da pandemia de Covid-19 sobre a execução das obras de expansão em água e esgoto, a Corsan instituiu um comitê de crise para evitar paralisações, assegurar a integridade física dos trabalhadores diretos e indiretos e atender aos Decretos Estaduais referentes à política de distanciamento social.

Amparada pelo estatuto de atividade essencial que caracteriza a captação, o tratamento e a distribuição de água, bem como a coleta e o tratamento de esgoto, a Corsan recomendou às empresas contratadas que dessem seguimento às obras, desde que adotado o Plano de Orientações, Recomendações e Medidas Preventivas para trabalhadores, colaboradores e comunidade local, assim como comprovassem a aplicação de tais orientações. Devido às restrições, as obras continuaram em execução, porém com impacto no cronograma. Limitações de mão-de-obra (grupo de risco) e aumento dos custos dos insumos acarretaram necessidade de reequilíbrio financeiro de muitos contratos.

Outra frente impactada pela pandemia foi o trabalho técnico social realizado junto às comunidades beneficiadas pelos novos empreendimentos. Adaptadas ao formato online, as atividades socioambientais vinculadas às obras de expansão prosseguiram, permitindo mitigar consequências no cotidiano dos usuários, bem como orientar a conexão dos imóveis ao sistema público.



Contratação de obras de expansão

Nos últimos anos houve uma significativa melhoria no processo de contratação de obras. A partir da instituição do RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos, a Corsan passou a exigir qualificação técnica-operacional das empresas participantes de licitações e de seus respectivos responsáveis técnicos, bem como quantidades mínimas de serviços executados por aqueles profissionais, com o objetivo de aprimorar a qualificação das licitantes. Em 2020 foi implementado o processo eletrônico de licitações para contratações de obras (ritos ordinários - Lei 13.303/2016). A medida contribuiu para ampliar a concorrência nas disputas, propiciando que novas empresas participem dos processos, aumentando consequentemente a gama de fornecedores qualificados para a prestação de serviços e reduzindo os custos na contratação.

Também em 2020, a Corsan deu o primeiro passo em direção a formas de contratação que possam privilegiar soluções mais efetivas para os sistemas de água e esgoto, a partir da publicação de edital da nova Estação de Tratamento de Água do município de Santa Cruz do Sul. No certame, foi aplicado o conceito de contratação semi-integrada, que abrange, segundo a Lei das Estatais, elaboração e desenvolvimento do projeto executivo, execução de obras e serviços de engenharia, montagem, realização de testes, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Além da vigência da carteira de investimentos com recursos próprios e de terceiros, a Corsan busca constantemente novas fontes de financiamento para viabilização do Plano de Expansão, pois são necessários cerca de R\$ 15 bilhões (entre SAA e SES) para a universalização dos sistemas até 2033, conforme prevê a Lei Federal nº 14.026 de 2020. Neste sentido, foram publicadas duas portarias autorizando a Companhia a captar cerca de R\$ 500 milhões no mercado, beneficiando 12 cidades gaúchas e mais de um milhão de pessoas. Ainda com foco no Plano de Expansão, está em andamento a contratação de serviços para elaboração de estudos de concepção e projetos básicos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com objetivo de buscar novas tecnologias e agilizar a elaboração de processos licitatórios para contratação de novas obras de saneamento que impactam diretamente na saúde, qualidade de vida e no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Parceria Público Privada - PPP RMPA

A Parceria Público Privada na Região Metropolitana de Porto Alegre (PPP RMPA), na modalidade de concessão administrativa, tem como objeto a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, a gestão do parque de hidrômetros e a identificação e eliminação de fraudes pelo prazo de 35 anos, incluindo a complementação das obras de infraestrutura necessárias para atingimento da meta de 87,3% de atendimento em esgoto, no prazo de até 11 anos. Abrange nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA (Canoas, Esteio, Sapucaia, Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Guaiíba e Eldorado do Sul).

Os estudos de impacto evidenciaram que, além de uma alternativa de alavancagem de recursos de terceiros para execução das obras de infraestrutura, o modelo proporcionará ganhos em efetividade operacional e contribuirá, em médio prazo, para a redução da Razão Operacional sem Receita de Construção (ROP). A universalização nos nove municípios contribuirá com o aumento de 15,77% no NUE corporativo, beneficiando a população da área urbana da região com a melhoria nos indicadores de saúde pública e a qualidade dos recursos hídricos. Contribuirá positivamente com outros indicadores corporativos, destacando-se EBITDA, Índice do Parque de Hidrômetros a Renovar, Satisfação do Cliente e Notificação Ligação Esgoto Corporativo. Estima-se que a população beneficiada seja, em um primeiro momento, de 500 mil pessoas, chegando a 1,7 milhão até o ano de 2055.

Março/20: o contrato foi assinado com a Ambiental Metrosul, SPE integrante do grupo AEGEA, vencedora da licitação com desconto de 27,7% em relação ao preço máximo admissível (R\$ 3,31).

Abril/20: a emissão da ordem de início da concessão dos serviços ocorreu mesmo com as dificuldades impostas pelos protocolos sanitários decorrente da pandemia de Covid-19.

Setembro/20: iniciou-se a primeira fase da transferência operacional com a Metrosul acompanhando a Corsan na operação dos serviços.

Dezembro/20: em segunda fase da transferência operacional, foi emitido o termo provisório de transferência operacional, e a Metrosul assumiu a operação, assistida pela Corsan.

Junho/21: previsão de início da operação definitiva pela Metrosul.

Janeiro/22: implementação do cronograma de obras.

Abastecimento de Água

Enfrentamento à estiagem

A estiagem é questão transitória e relativamente previsível, ainda que não se possa controlar o clima para abastecer os mananciais de acordo com as necessidades das populações. Nessa perspectiva, a Corsan mantém planos de contingenciamento para mitigar efeitos da seca, que abrangem amplo conjunto de ações coordenadas e complementares.

Entretanto, nem sempre as condições climáticas se mantêm dentro dos parâmetros esperados. Em 2020 ocorreu uma das maiores estiagens dos últimos anos. Mais de 75% dos municípios do RS decretaram estado de calamidade pública. A esse cenário, somou-se a ocorrência da pandemia de Covid-19, que reduziu o quadro funcional em função dos grupos de risco. Ainda assim a Corsan manteve o abastecimento de água sem racionamento, graças a ações voltadas para a ampliação da capacidade de tratamento e reservação. Destacam-se as Estações de Tratamento de Água Compactas Metálicas, em situações que demandavam pequenos aportes de volume nos sistemas, bem como a utilização de reservatórios em aço inoxidável. Além disso, a Companhia atuou diretamente na melhoria dos mananciais de captação, com serviços de desassoreamento e remoção da vegetação flutuante de barragens, remoção de lodo de fundo, limpeza das margens e interior dos canais adutores de água bruta, batimetria nas barragens, etc.

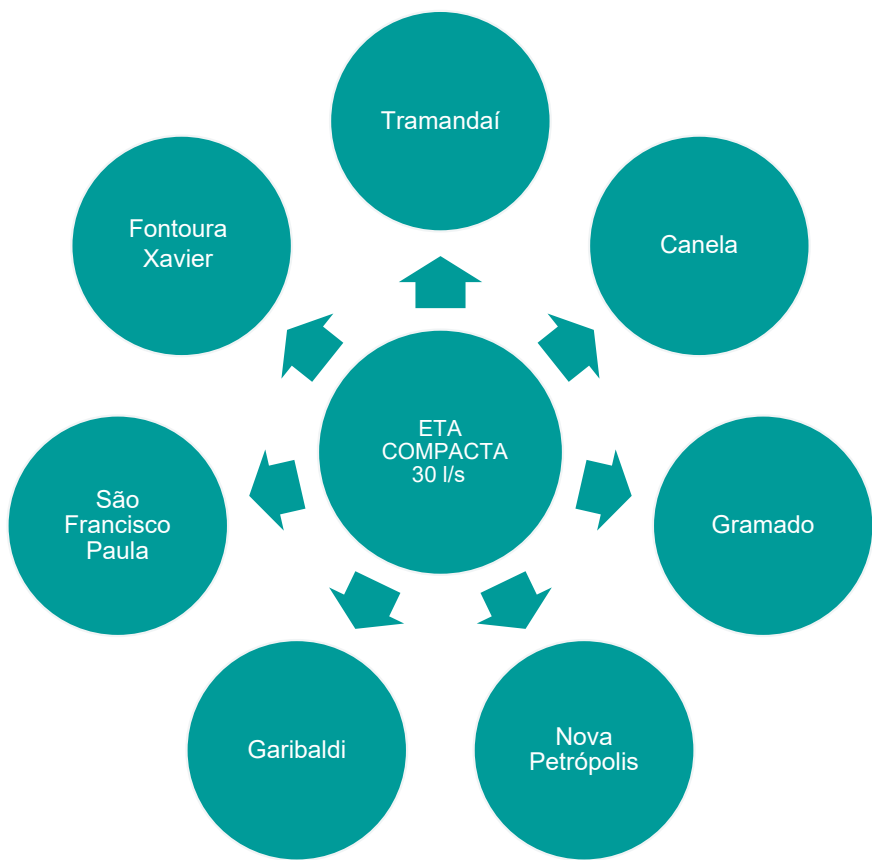
Melhorias operacionais

- Aquisição de grupos motor-bomba submersíveis;
- Execução de novos sistemas de adução de água bruta;
- Serviços de engenharia para expansão da automação por telemetria e telecomando;
- Aquisição de rotores de bombas centrífugas;
- Aquisição de painéis/quadros de comando com inversores de frequência;
- Aquisição de tanques estacionários para armazenamento de produtos químicos;
- Aquisição de válvulas redutoras de pressão;
- Ampliação de redes de abastecimento;
- Locação de grupos geradores de energia elétrica;
- Qualificação dos laboratórios;
- Desenvolvimento e implantação da ETA 4.0;
- Tratamento mecanizado do Lodo de ETA.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2020

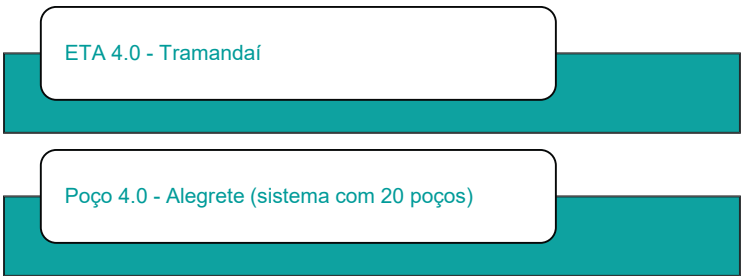
ETA compacta

Com o propósito de ampliar a capacidade de tratamento e criar respostas operacionalmente mais ágeis em determinadas situações, a Corsan passou a adotar Estações de Tratamento de Água compactas, com capacidade média de 30 litros por segundo. Trata-se de estruturas metálicas de menor porte se comparadas com uma ETA usual de concreto, porém bastante vantajosas do ponto de vista da celeridade tanto na aquisição quanto na instalação, desde que respeitados os limites técnicos implicados na sua utilização.



ETA 4.0 e Poço 4.0

No que tange à modernização dos processos, em 2020 a Corsan passa a incorporar a tecnologia 4.0 a partir da implantação de protótipos de estações de tratamento e poços, já em operação. Diferentemente da estação convencional, a ETA 4.0 (quarta geração industrial) articula sistemas, máquinas, produtos e pessoas por meio da automação e de uma plataforma de integração de dados (controle da adição de produtos químicos, análise dos parâmetros de processo, etc.) informando em tempo real a condição operacional da estação aos técnicos e gestores. Quanto ao Poço 4.0, a dinâmica é similar.



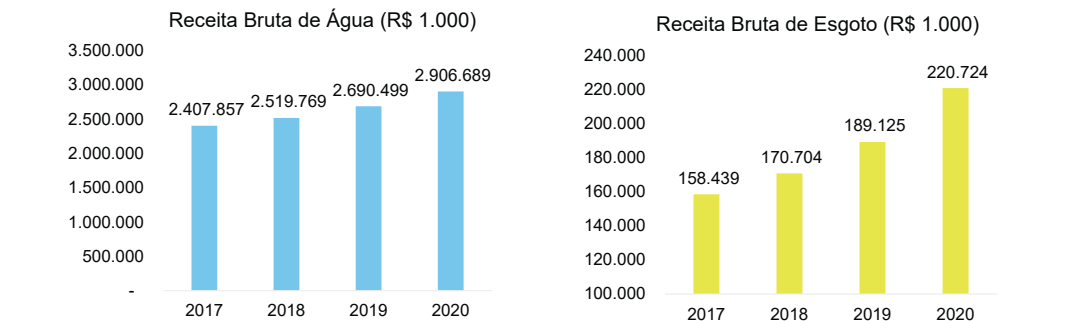
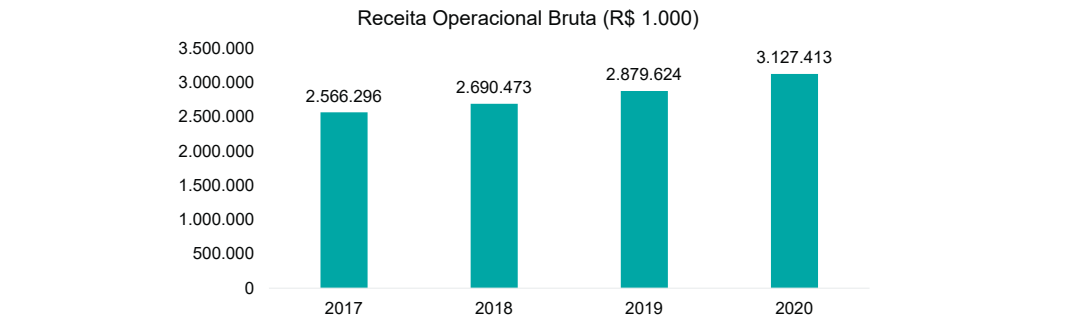
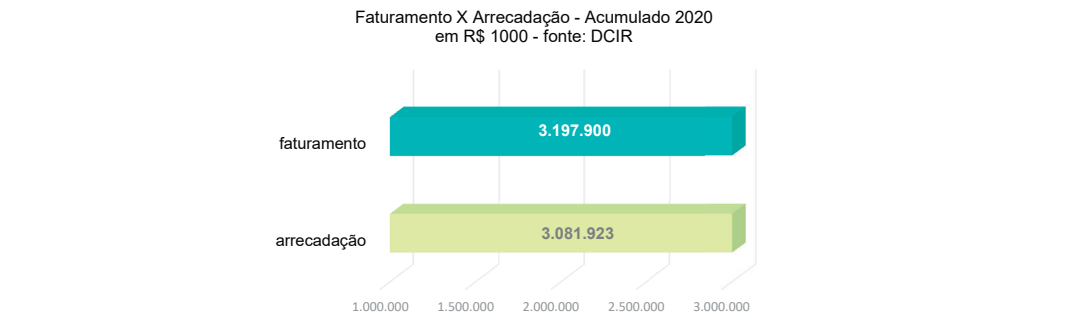
Recursos hídricos subterrâneos

No conjunto de alternativas para o enfrentamento à estiagem, a Corsan ampliou o escopo de utilização das águas subterrâneas. Nesse cenário, a perfuração de poços passou a figurar como solução para muitas comunidades e a ocupar mais espaço no sistema público. Durante o ano, foram perfurados 112 novos poços. Em paralelo, foi implementado um novo modelo de gestão de hidrogeologia na empresa, com foco no aumento da produtividade e qualidade. Além disso, investiu-se na aquisição e modernização dos equipamentos e veículos utilizados na perfuração, o que não apenas estimula a produtividade, mas também reduz despesas operacionais.

Programa Rede Água - cooperação com IES

Programa desenvolvido em cooperação com a Universidade Federal do RS (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), cujo objetivo é desenvolver estudos sobre a incidência de agrotóxicos e novos contaminantes em águas destinadas ao consumo humano. As ações consistem em analisar contaminantes emergentes e agrotóxicos em amostras das estações de tratamento da Corsan, bem como em modernizar os métodos analíticos e a própria capacitação técnica dos profissionais da empresa. Os benefícios da cooperação vão além da qualidade do produto final entregue e da garantia da saúde pública, uma vez que promovem o compartilhamento de dados técnicos e históricos para a criação de um banco de padrões analíticos.

Sustentabilidade Econômico-Financeira



Desempenho Econômico Financeiro

Receita Líquida
A receita líquida de venda de bens e serviços cresceu 10,7% em 2020 e totalizou R\$ 3,2 bilhões ante R\$ 2,9 bilhões em 2019. O crescimento nominal de R\$ 304 milhões é devido aos seguintes crescimentos: 8% nos serviços de abastecimento de água, 16,7% nos serviços de esgoto e 33% nas receitas de construção.

Custos
Os custos das vendas, serviços e de construção totalizaram R\$ 2,1 bilhões, representando um aumento de 5,2% ou R\$ 103,7 milhões ante R\$ 2,0 bilhões registrados em 2019 em razão do aumento dos custos de pessoal e custos de construção.

Lucro Bruto
O lucro bruto registrado foi de R\$ 1,1 bilhão em 2020 ante R\$ 865,1 milhões em 2019. O aumento nominal de R\$ 200,3 milhões equivalentes a 23,1% é devido ao crescimento de 10,7% das receitas com custos apresentando aumento em patamar inferior (5,2%), o que propiciou um ganho de margem bruta de 3,4 p.p (pontos percentuais), passando a margem bruta para 33,8% em 2020 ante 30,4% em 2019.

Receitas e Despesas Operacionais
As receitas operacionais somaram R\$ 370,6 milhões em 2020 contra R\$ 246,7 milhões de despesas operacionais em razão dos seguintes fatores: (i) redução de 3,2% nas despesas comerciais; (ii) 0,9% de aumento nas despesas administrativas; (iii) ganho de R\$ 628,5 milhões nas outras receitas operacionais devido a indenização de imunidade tributária e (iv) aumento de 21,8% nas outras despesas operacionais.

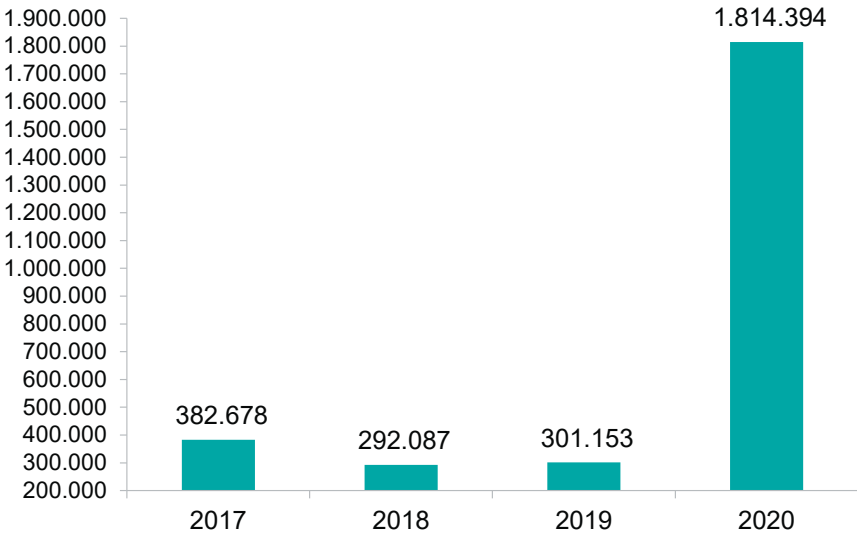
Lucro antes do Resultado Financeiro
O lucro antes do resultado financeiro atingiu R\$ 1,4 bilhão, um aumento de 132,2% acima do lucro antes do resultado financeiro registrado em 2019 que totalizou R\$ 618,4 milhões devido ao bom resultado operacional somado aos ganhos tributários registrados. Desta forma, a margem do lucro antes do resultado financeiro ficou em 45,5% em 2020 contra 21,7% em 2019, registrando um ganho de 23,8 p.p no ano.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou R\$ 460,4 milhões de receitas financeiras em 2020 contra R\$ 17,1 milhões de receitas financeiras em 2019 em razão dos ganhos nas receitas financeiras de 735,2% devido especialmente a atualização da indenização de imunidade tributária amenizados pelo aumento de 205,5% nas despesas financeiras devido as variações monetárias passivas.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social
O lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 1,9 bilhão em 2020 ante R\$ 635,5 milhões em 2019. O aumento de 198,4% equivalente a R\$ 1,3 bilhão adicional de lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi respaldado pela boa performance operacional adicionado pelo resultado financeiro e o ganho tributário do período, representando 60,1% em 2020 da receita líquida ante 22,3% em 2019.

Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 82 milhões em 2020 ante R\$ 334,4 milhões em 2019 e representou 4,3% e 52,6% do lucro antes do imposto de renda e contribuição social em 2020 e 2019, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social corrente cresceu 56,5% e o imposto de renda e a contribuição social diferido foi reduzido em 89,1%.

Lucro Líquido (milhares de R\$)



Lucro Líquido

O lucro líquido de 2020 foi impactado positivamente pelo reconhecimento de R\$ 1,4 bilhões a título de tributos a recuperar no ativo não circulante em função do trânsito em julgado de ação de imunidade tributária, sendo R\$ 863,4 milhões reconhecidos como recuperação de impostos pagos na rubrica de outras receitas e R\$ 545,0 milhões como atualização do valor na rubrica de receitas financeiras. Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu os montantes a pagar de R\$ 25,3 milhões referente a Pasep/Cofins e R\$ 49,1 milhões a título de CSLL no passivo não circulante. A quantia envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. Dessa forma, o lucro líquido totalizou R\$ 1,8 bilhão em 2020 ante R\$ 301,1 milhões em 2019, um aumento de 502,5%, representando um crescimento nominal de R\$ 1,5 bilhão. A margem líquida atingiu 57,5% em 2020 ante 10,6% em 2019. O ganho de 46,9 p.p. é justificado pela performance operacional e pelos ganhos tributários conforme exposto acima.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 1,6 bilhão em 2020 com crescimento de 109,6% conforme demonstrado a seguir:

EBITDA	2020	2019
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	1.814.394	301.153
(+) Despesas Financeiras	82.023	334.374
(-) Receitas Financeiras	(460.429)	(17.101)
(+) Depreciações e Amortizações	170.519	148.151
EBITDA	1.606.507	766.577
Margem EBITDA	50,9%	26,9%

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$ 416,9 milhões em 2020, um crescimento de 25,5% em relação a 2019 e foram direcionados da seguinte forma:

Investimentos Realizados	2020
Água	123.962
Esgoto	228.945
Desenvolvimento	66.055
	416.962

em R\$ 1.000

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO						
	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Água	241.583	524.839	414.005	357.139	241.680	1.537.566
Esgoto	453.280	580.164	775.667	726.017	697.782	2.535.128
Desenvolvimento	169.254	72.771	52.106	2.146	0	296.277
	864.116	1.177.775	1.241.778	1.085.302	939.462	4.368.971

em R\$ 1.000

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FONTE						
	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Contrapartida	32.605	19.516	28.221	22.677	17.595	103.019
Financiado	157.573	123.983	131.185	94.818	93.075	507.559
Próprio	582.072	965.668	1.030.953	921.030	779.552	3.499.723
Repassé	91.867	68.608	51.419	46.777	49.240	258.671
	864.116	1.177.775	1.241.778	1.085.302	939.462	4.368.971

em R\$ 1.000

Situação Patrimonial

O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 4 bilhões em 2020 ante R\$ 2,4 bilhões, com aumento de 68,5%, especialmente pelo aumento de 2,9% do aumento de capital social e crescimento de 256,6% nas reservas de lucros.

Foram alocados R\$ 97,4 milhões de juros sobre o capital próprio atribuído a dividendos em 2020 e R\$ 114 milhões em 2019.

O ativo intangível registrou um aumento de 29,9% totalizando R\$ 2,4 bilhões em 2020 ante R\$ 1,8 bilhão em 2019 e referem-se principalmente aos contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programas firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação.

Dívida Líquida

A dívida líquida totalizou R\$ 433 milhões em 2020, com uma redução de 30,8% em comparação a 2019, com um montante de empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e parcelamento de impostos e contribuições de R\$ 742,6 milhões e disponibilidades e aplicações financeiras de R\$ 309,8 milhões.

Endividamento Líquido	Exercício Social encerrado em 31/12	
	2020	2019
Circulante	253.824	240.736
Não circulante	488.740	547.908
Endividamento bruto	742.564	788.644
(-) Caixa e equivalente de caixa	233.267	92.981
(-) Aplicações financeiras	76.545	70.196
Endividamento líquido	432.752	625.467

(em R\$ mil)

Medidas para garantir a sustentabilidade financeira no contexto da COVID 19: a pandemia de Covid-19 trouxe consigo forte retração econômica, levando ao desemprego muitos gaúchos. Devido à situação que se desenhava no primeiro semestre de 2020, o Executivo concedeu isenção de pagamento da tarifa social da Corsan no período de abril a setembro, fato que gerou uma diminuição da receita média em aproximadamente R\$ 1,7 milhão/mês. Além disso, as suspensões de abastecimento por inadimplência também foram paralisadas por força de decreto. Com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e formar reserva de liquidez para garantir a manutenção dos serviços e compromissos com todos os *stakeholders*, foi tomada uma série de medidas:

- Solicitação de *Standstill* (suspensão) de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES por seis meses, de abril a setembro de 2020, com impacto estimado em R\$ 33 milhões no Fluxo de Caixa da Companhia;
- Monitoramento dos mandados e intimações de pagamentos recebidos durante a suspensão dos prazos;
- Pagamento do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPLR) parcelado em duas vezes, conforme previsto no acordo coletivo;
- Postergação do pagamento de PASEP/COFINS referente aos meses de maio e junho para outubro e novembro, respectivamente, no valor de R\$ 36,7 milhões;
- Reavaliação da provisão de perdas esperadas, ampliando em R\$ 3,9 milhões no terceiro trimestre de 2020, chegando a R\$ 15,9 milhões acumulados ao final de setembro de 2020, a partir do aumento da inadimplência. Observou-se também um aumento no prazo médio de recebimento das faturas nos primeiros nove meses. Porém, a partir da retomada dos cortes, o índice retornou a normalidade apurada em períodos pré pandemia.

Obtenção de *investment rating*: devido à diminuição de oferta de crédito na área pública, a Corsan concentrou esforços na busca de soluções de capitalização no mercado privado para continuar os investimentos em saneamento. Uma das exigências do mercado é o *investment rating*, objetivo alcançado com a classificação de risco de crédito da empresa, obtendo o Rating Corporativo em escala nacional "AA-", conferido pela agência de Fitch Ratings Brasil Ltda. em 2020.

IPO: uma das formas de capitalização que a Corsan busca é a oferta inicial de ações ou IPO (Initial Public Offering). Embora ainda em fase de preparação, os avanços foram substanciais no ano de 2020:

- Mapeamento das obrigações com o CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para passar da categoria B para a categoria A;
- Acordo para desvinculação da Corsan do caixa único do governo do estado;

IFC: também no contexto de capitalização para investimento, a Corsan iniciou em 2020 tratativas com a IFC (*International Finance Corporation*), braço privado do Banco Mundial que atua com soluções técnicas e financeiras para países em desenvolvimento, fornecendo crédito para as empresas que podem, com a expansão de seu negócio, fomentar a economia, bem como elevar a condição social e ambiental da região. A Companhia firmou *Mandate Letter*, acordo no qual foram estabelecidas as condições precedentes e os cronogramas de análise (*due diligence*), de modo a estruturar a operação na modalidade *A Loan* (empréstimo com capital ordinário). O objetivo é viabilizar investimentos em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, melhorando a eficiência e a resiliência, abrangendo inclusive a redução de perdas de água.

Emissão de Debêntures: a Corsan iniciou as tratativas para a sua quarta emissão de Debêntures. Uma vez vencida a etapa de *Non-Deal Roadshow* (apresentação da empresa para o mercado), a Companhia enviou *Request for Proposal* (solicitação de proposta) às principais instituições financeiras do país, de modo a receber subsídios para estruturação de operação. Nesse Interim, a empresa obteve junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio das Portarias 3.225 e 3.226 de 28 de dezembro de 2020, a aprovação de enquadramento na condição de prioritários para projetos de investimento em infraestrutura no setor de saneamento básico.

Evento subsequente

Em 10 de fevereiro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 4 séries, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da instrução CVM 476, no montante total de R\$ 600 milhões.

O novo normal no relacionamento com o cliente e na comercialização

No que se refere ao relacionamento com o cliente, 2020 foi um ano marcado pela evolução face à adversidade. Diante da pandemia de Covid-19, foi necessário adaptar-se em tempo recorde a novos contextos sociais e financeiros, mantendo a qualidade dos serviços prestados, a força de inovação e o foco em resultados. Foi preciso buscar novas formas de oferecer serviços à população, modernizar os processos de atendimento aí implicados e incorporar a transformação digital, cada vez mais presente no relacionamento com os usuários.

Por outro lado, devido aos protocolos de distanciamento social advindos da pandemia, foi preciso criar condições para que os empregados mantivessem suas atividades ainda que remotamente. Nesse sentido, muito se construiu em termos de redesenho de processos e tecnologia da informação e comunicação.

- Ampliação do leque de serviços via Call Center (0800 646 6444), App Corsan e Central de Serviços (www.corsan.com.br);
- Atendimento presencial mediante agendamento;
- Chatbot* integrado ao chat *online* Corsan e ao Facebook: o atendimento por meio desta ferramenta de inteligência artificial é realizado por atendente virtual preparado para informar a situação do abastecimento e emitir a segunda via da fatura, além de fornecer orientações sobre diversos serviços. Para outras solicitações, o robô virtual direciona o cliente aos demais canais de relacionamento;
- Tótems de autotendimento: em 2020 foram instalados 135 equipamentos em Unidades de Saneamento e outros locais considerados estratégicos pela alta circulação de pessoas, como shopping centers e prefeituras;
- Torpedo SMS – mensagem de texto via celular: para disseminação de informações relativas a ocorrências de interrupção de abastecimento de água, bem como para comunicados específicos relativos aos serviços prestados, dicas, avisos de débitos e status das solicitações realizadas. Em 2019, a Corsan possuía 1,4 milhões de torpedos disponíveis por mês. Em 2020, foi assinado contrato prevendo sete milhões de torpedos disponíveis para envio mensal;
- Portal de informações em formato de dashboard voltado à administração da Corsan, apoiando a tomada de decisão. Na ferramenta, os dados dos sistemas corporativos são transformados em informações de fácil leitura e interpretação, mediante visualização de indicadores e gráficos relativos à operação, às obras, à posição econômico-financeira, entre outros;
- Cobrança Ativa: ligações via Call Center para usuários inadimplentes informando os valores devidos, oferecendo segunda via, parcelamentos de dívidas e demais informações;
- Portal RS.GOV.BR: todos os serviços oferecidos aos usuários da Corsan foram inseridos na plataforma unificada de serviços do Governo do Estado ao cidadão;
- Cloud Corsan: espaço de compartilhamento de arquivos, criado e mantido com infraestrutura própria, que permitiu o envio de informações a entes da sociedade civil, empresas parceiras, fornecedores de serviços entre outros;
- VPN – Preparação para o Tele Trabalho: com o advento da pandemia de Covid-19, e diante da necessidade de manter os protocolos de distanciamento social, houve ampliação e modernização do acesso remoto ao ambiente de trabalho, passando dos 125 existentes para mais de 1900 acessos remotos para funcionários próprios e terceiros, em praticamente todos os municípios onde a Corsan atua;
- Videoconferência e Web conferência: o projeto de 2016, implantado entre 2017 e 2018, havia substituído toda a rede de telefonia e adicionado rede de videoconferência com 33 equipamentos profissionais. No início da pandemia, a necessidade de reuniões remotas cresceu exponencialmente, com mais de 350 reuniões mensais, e uso de múltiplas plataformas de conexão. Todas as plataformas foram mapeadas e liberadas na rede da empresa, permitindo não só a criação de conferências com qualidade, mas garantindo aos gestores e funcionários participação de reuniões em qualquer formato.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2020

Programa de Negociação de Dívidas: em paralelo ao retorno das suspensões de abastecimento por inadimplência, a Corsan desenvolveu Programa de Negociação de Dívidas, concedendo descontos sobre multas e juros, bem como sobre o valor da dívida sob determinadas condições.

Regularização das Ligações Clandestinas em Áreas de Ocupações Consolidadas por meio do Programa Água, Vida e Cidadania: foram realizadas ações de regularização do abastecimento nas cidades de Canoas, Santa Maria, Santo Ângelo e Rio Grande, visando à inclusão de populações em vulnerabilidade social e garantindo a eficiência comercial da Companhia.

Implantação do Novo Padrão de Ligação em todas as Unidades de Saneamento: a implantação do novo padrão, além de melhorar a imagem da Corsan de modo geral, facilita a identificação das instalações, reduz perdas aparentes (evita inclinação dos medidores, tem menos pontos de conexão e vazamentos nos ramais), protege o sistema de medição de fraudes, agiliza os serviços comerciais e operacionais, mantém o acesso exclusivo da Companhia, facilita o remanejo/manuseio de medidores e auxilia a execução da leitura (identificação, ergonomia).

Sustentabilidade socioambiental

Sustentabilidade no planejar e no agir

Plano Estadual de Saneamento - Planesan: como concessionária dos serviços de água e esgoto na maioria dos municípios gaúchos, presente nas 25 bacias hidrográficas e executora das políticas de saneamento do estado há mais de 50 anos, a Corsan tem sido especialmente atuante na elaboração da nova política do RS para o saneamento, cuja expressão final será o Planesan. O instrumento, que conterá as diretrizes, estratégias e ações em saneamento básico para os próximos anos, tem o olhar voltado para a promoção da saúde pública, a qualidade de vida e a sustentabilidade no manejo dos recursos naturais.

Comitês de Bacias: a Corsan possui representação direta nos 25 Comitês de Bacias Hidrográficas do RS, fóruns onde são discutidas as questões de gestão da água, como conflitos pelo uso, enquadramento dos recursos hídricos, monitoramento hidrológico, cobrança pela utilização do recurso, gestão de eventos extremos (secas e estiagem), temas de reconhecida importância não apenas para a Companhia, mas para a sociedade em geral.

Licenciamento Ambiental: a Corsan chegou ao final de 2020 tendo sob sua gestão 116 licenças de instalação e 206 licenças de operação vigentes. Ao longo do ano, foram obtidas 74 licenças envolvendo tanto a operação de sistemas quanto a expansão e a implantação. A Companhia atua ainda na supervisão da regularidade ambiental de 112 obras em andamento.

Pagamento por Serviços Ambientais: em 2020 a Corsan iniciou o projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PPSA), cujo objetivo é beneficiar locais estratégicos das bacias hidrográficas do RS, a montante dos pontos de captação, a fim de obter água de qualidade e maior disponibilidade hídrica. Essas ações são importantes frente ao cenário de estiagem que o estado vem enfrentando e, como ponto de partida, foi escolhida a sub-bacia do Arroio Castelhanos, em Bacia Taquari-Antas para a implantação do projeto piloto. O PPSA utiliza-se do princípio pagador-recebedor, segundo o qual interessados pagam a proprietários para recuperação e preservação ambiental em locais estratégicos, por meio de benefícios monetários e/ou não monetários. Além da recuperação ambiental focada em matas ciliares e nascentes, o projeto visa a implantar ações de manejo sustentável, bem como saneamento rural nas áreas. Não apenas os proprietários ganham, trata-se de um benefício para toda a sociedade e, nesse contexto, a Companhia inova em soluções vantajosas do ponto de vista socioambiental.

Parque Saint'Hilaire: em parceria com a Prefeitura Municipal de Viamão e a Universidade Unisinos, a Corsan participou do projeto Elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Saint'Hilaire. O projeto consistiu no diagnóstico e na análise geral do parque, retratando seu atual estado, carências e necessidades, permitindo a definição de estratégias para minimizar riscos e conflitos, existentes ou potenciais.

Com efeito, o investimento financeiro em projetos ambientais alternativos ao plantio de mudas tem se mostrado eficaz para o cumprimento das compensações relacionadas ao manejo de vegetação em decorrência de obras realizadas pela Companhia. Nesse cenário, em 2020 foi emitido pelo DBIO/SEMA o Termo de Quitação de Reposição Florestal Obrigatória referente à implantação do sistema de esgotos de Alvorada/Viamão.

Gestão de resíduos sólidos: no aspecto legal, os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS objetivam atender à Política de Sustentabilidade Socioambiental da Corsan, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e à Política Estadual de Resíduos Sólidos. No entanto, a finalidade dos programas é bem mais ampla na Companhia, considerando que a cultura da sustentabilidade deve ancorar-se em instrumentos que materializem intenções em ações efetivas. Nesse sentido, o ano de 2020 foi profícuo, com a elaboração de 72 PGRS de Sistemas de Abastecimento de Água e de Sistemas de Esgotamento Sanitário, abrangendo municípios de todas as Regionais. A Corsan realizou a destinação correta de 40% do resíduo lodo gerado.

Educação e cultura para a sustentabilidade

Portal H2OJE: em 2020 a Corsan aprimorou o portal, que dissemina a cultura da sustentabilidade para além das portas da empresa. O aplicativo está disponível para download gratuito nas lojas Google Play e Apple Store, e pode ser acessado ainda pela plataforma www.h2oje.com. O portal agrega informações, notícias, vídeos, game, materiais de apoio e um *chatbot* de sustentabilidade, além da série animada *Patrulha da Água* e planos pedagógicos relacionados ao meio ambiente para uso em sala de aula. Como as atividades podem ser realizadas presencial ou no formato EAD, apoiam amplamente os professores no enfrentamento às dificuldades advindas da pandemia de Covid-19.

Chatbot de Sustentabilidade: nos últimos anos, os robôs virtuais vêm mudando a forma de as empresas se relacionarem com os seus públicos. Na Corsan não é diferente. Buscando uma alternativa tecnológica de divulgar o pensamento sustentável, a Companhia desenvolveu o Chatbot de Sustentabilidade, disponível no portal H2OJE. Essa ferramenta de inteligência artificial interage com as pessoas por meio de mensagens de texto, simulando conversas reais, combinando disponibilidade constante e tempo de resposta instantâneo.

Podcast Papo Sustentável: também em 2020 a Corsan lançou o projeto do Papo Sustentável, em formato de podcast, voltado aos mais diferentes públicos, ampliando o espectro de disseminação da cultura da sustentabilidade.

Viagem de estudos virtual e Jovem Embaixador do Saneamento Básico: a Corsan ofertou a 10 mil estudantes da rede pública da serra gaúcha a primeira imersão digital do Brasil. Uma experiência diferenciada e inovadora na área da educação ambiental no formato de viagem de estudos virtual, constituída de videoaulas temáticas e interativas elaboradas com o objetivo de encantar e inspirar as crianças em meio aos desafios do ensino à distância por conta da pandemia de Covid-19. A iniciativa, adaptada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com foco transdisciplinar, conta com 27 aulas e 120 testes de conhecimento. O programa, uma vez concluído pelo aluno, lhe concede o certificado de Jovem Embaixador do Saneamento Básico.

Capacitação de professores em saneamento básico: em parceria com o Consórcio Pró-Sinos e a Universidade Feevale, a Corsan realizou capacitação para professores com o objetivo de implantar ações educativas e práticas de saneamento no espaço escolar. Durante quatro meses de curso, na modalidade virtual, foram desenvolvidos os quatro eixos do saneamento básico - abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. Na cerimônia virtual de encerramento, professores tiveram a oportunidade de divulgar trabalhos desenvolvidos pelos alunos como, por exemplo, esculturas de material reciclável batizadas como os *monstros do lixo*.

Dia Mundial da Água: com objetivo de promover a cultura da sustentabilidade e da inovação, a Corsan vem investindo em ações de engajamento de seus colaboradores. No mês de março, em comemoração ao Dia Mundial da Água, a Companhia realizou o game H2OJE 2020. Mais de 160 funcionários, divididos em 27 equipes realizaram uma série de desafios relacionados ao meio ambiente. Os resultados da gamificação forneceram valiosos subsídios para o aperfeiçoamento e a disseminação da consciência sobre sustentabilidade e sua conexão com a inovação.

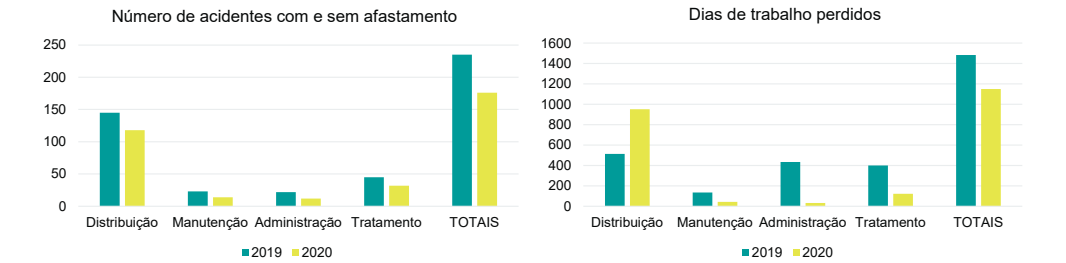
Semana Interamericana da Água: em setembro de 2020, a Corsan participou da abertura da 27ª Semana Interamericana e da 20ª Semana Estadual da Água, apresentando interativamente a plataforma H2OJE. O evento, realizado de maneira virtual em função da pandemia de Covid-19, teve o mote *cuide da água, compartilhe saúde*. Ainda em comemoração à Semana Interamericana da Água, a Companhia promoveu palestra debatendo a sustentabilidade em tempos de pandemia, com o Professor Marc Richter. A palestra foi aberta à comunidade e abordou formas de consumo consciente da água, medidas de diminuição do uso de recursos e preservação do meio ambiente.

Vidas Humanas Importam

Sem dúvida, 2020 foi um ano desafiador no limite da palavra. A pandemia de Covid-19 trouxe profundas consequências para a vida humana, a saúde pública, a atividade econômica diante das quais a Corsan não foi indiferente. Zelar pelos colaboradores (boa parte atuando na linha de frente), estimular o autocuidado e o cuidado com os familiares, promover o bem-estar da sociedade em geral tem sido uma constante, a permear as relações de trabalho e com o cliente. Neste contexto de exceção, manter a normalidade na prestação de um serviço essencial à vida significou (e significa) colocar em prática medidas inéditas e redesenhar processos em tempo recorde.

Qualidade, saúde e segurança no trabalho

- Capacitação, direcionamento de condutas e coordenação nos procedimentos relacionados à Covid-19 para os Comitês nas Regionais e para os Gestores das Regionais e da Sede;
- Plano de Contingência Covid-19 Corsan, baseado no Plano da Secretaria de Saúde do RS;
- Acompanhamento multidisciplinar pelo Serviço de Psicologia e/ou Serviço Social aos funcionários com diagnóstico ou suspeita de Covid-19;
- Realização de Exames Médicos Periódicos de forma emergencial e voltada aos empregados que realizam limpeza de reservatórios, operam caminhões em condições de risco para NR 10, NR 33, NR 35.
- Inspeções em ambientes de trabalho identificando riscos e recomendando ações às áreas envolvidas, que contribuíram para a redução de 25% nos acidentes de trabalho em relação 2019, bem como reduziram em 22% no número de dias perdidos (dias corridos de afastamento do trabalho em virtude de lesão pessoal) no período.



Os indicadores de saúde e segurança no trabalho são ferramentas estatísticas utilizadas para medir ou dimensionar eventos de interesse neste segmento, em especial para a prevenção de acidentes. Com o recurso é possível avaliar o andamento das ações preventivas adotadas, ou seja, se estão efetivamente evitando acidentes ou não, além de cumprir a legislação (NR-04).

Conforme parâmetros da Organização Internacional do Trabalho – OIT, com relação à taxa de frequência de acidentes, a Corsan passou da classificação boa para muito boa. Para Taxa de Gravidade, conforme o parâmetro da OIT, a Corsan permaneceu com a classificação *muito boa*.

Cuidar das pessoas - desenvolvimento, bem-estar e preparação para mudança

Contratação emergencial de Técnicos Químicos: não havia admissão de pessoal no quadro desde 2018; em contrapartida, houve funcionários desligados (aposentados, etc.) diminuindo significativamente o efetivo. Somado a isso, a empresa vem em constante expansão, o que torna necessária a contratação de empregados para operar novas Estações de Tratamento de Água. Além destes fatores, o cenário se agravou com a pandemia de Covid-19, pois funcionários que contraiam a doença foram afastados do trabalho. A contratação temporária foi essencial para evitar que o abastecimento de água fosse interrompido.

Avaliação de Desempenho - Promoções e Ascensões 2019: tendo em vista que o plano de cargos da empresa prevê progressão de carreira, implantou-se o sistema de avaliação de desempenho baseado em capacidades e competências, incluindo competências comportamentais. A avaliação tem como objetivo medir a performance dos indivíduos em uma organização, por meio do confronto entre o que se espera do profissional e o que foi alcançado por ele. É um dos recursos mais valiosos para a gestão de pessoas, já que permite diagnosticar e analisar os comportamentos e resultados individuais de cada empregado durante um período determinado. Medir o desempenho é importante porque identifica as necessidades de treinamento e reciclagem visando a melhorar o nível de qualificação e, consequentemente, dos resultados das áreas internas, bem como estimular a produtividade e o relacionamento interpessoal.

Capacitação dos empregados com foco no negócio: em 2020 foram oferecidas mais de duas mil oportunidades de capacitação aos empregados, o que viabilizou cerca de vinte mil horas de qualificação em programas envolvendo temáticas como tratamento de água e de efluentes, segurança no trabalho, sistemas, liderança, inovação, auditoria, legislação, patrimônio, aspectos contábeis e tributários, parcerias estratégicas, geotecnologias, governança corporativa, regulação, compras e licitações, operações comerciais, projetos, entre outros.

Dentre as capacitações, cerca de metade foi realizada com instrutória interna, a partir da identificação e preparação de empregados-referência nas temáticas, critério este que oportuniza disseminação de conhecimentos técnicos já alicerçados nas peculiaridades da Companhia, desenvolvimento para o próprio multiplicador e economia de recursos. A partir das competências específicas das áreas e das competências transversais da empresa, alinhadas aos cargos e à matriz de educação corporativa, as trilhas de desenvolvimento orientam o aprendizado do empregado. Nesse sentido, os conteúdos apresentaram três tipos de abordagem: a teoria, a habilidade e a autonomia.

Desenvolvimento de pessoas e Responsabilidade Social: o Programa Jovem Aprendiz da Corsan atende a Lei 10.097/2000 e traz para a Companhia compromisso de responsabilidade social ativa ao proporcionar, para jovens a oportunidade de qualificação profissional aliada à prática laboral orientada. Historicamente, apenas 1/3 do total de cotas de Jovens Aprendizes determinadas por lei é de fato cumprido pelas empresas brasileiras. A Corsan tem hoje sua cota totalmente atendida, tornando-se referência no Programa, inclusive ao atuar de maneira efetiva para que abraja suas Unidades em todo Rio Grande do Sul. São aproximadamente 300 jovens vinculados ao programa/ano, incluindo participantes da Fase e de Territórios de Paz (áreas de vulnerabilidade social).

Desenvolvimento de pessoas e relações institucionais: oportunizar aprendizagem e desenvolvimento para os empregados traduz-se também em iniciativas como a ação *online Felicidade e trabalho: possibilidades e impacto nas organizações*, que incluiu a participação de equipes de entidades parceiras e seus públicos. A temática da felicidade e trabalho tem sido tratada nas corporações para apoiar o sucesso do negócio e das pessoas. À medida em que se melhora o ambiente de trabalho, este se torna propício ao desenvolvimento de novas ideias e ao ganho de performance. A participação simultânea de centenas de pessoas, e visualização posterior por mais de mil expectadores, denota o esforço da organização no sentido de promover, para empregados de todos os níveis, *stakeholders* e comunidades, qualificações, conhecimentos e competências necessárias ao sucesso no trabalho.

Projeto Qualidade de Vida: baseado nas cores de cada mês, conforme campanha mundial em relação à Saúde, o programa promove palestras temáticas sobre prevenção e cuidados, saúde física, mental e emocional. O principal propósito é dar atenção, cuidar e valorizar pessoas, estratégia com potencial de diminuir o número de afastamentos, acidentes do trabalho e faltas.



Programa de Desenvolvimento de Gestores: implantado em 2019, o Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG) trouxe uma série de oportunidades de qualificação e desenvolvimento de uma liderança cada vez mais positiva, inspiradora e eficiente. Em 2020, novos desafios surgiram e a rota foi recalculada. O planejamento levou em conta a nova rotina vivenciada pelos gestores e considerou o momento turbulento em que todos foram convocados a se reinventarem como profissionais. Todas as lideranças da Companhia foram convidadas a conhecer a nova jornada proposta, reafirmando o PDG como um espaço de desenvolvimento e construção, respeitando os limites e aproveitando as possibilidades que tal contexto impõe.

Projeto A Vida em Quarentena: O projeto tem como objetivo promover sociabilidade, bem-estar e qualidade de vida, por meio de encontros por videoconferência, abordando temas relevantes para o momento de distanciamento social e desafios enfrentados durante a pandemia – saúde mental, dupla jornada das mulheres, teletrabalho, plano de contingência, etc., a fim de somar esforços técnicos ao Plano de Contingência contra a Covid-19 da Corsan.

Projeto Semana PCD (Pessoa com Deficiência): palestras *online* que abordaram os desafios da pandemia para os empregados Pcd e reabilitados, bem como os empregados com dependentes Pcd e seus familiares. Os encontros virtuais, mediados por psicólogos especializados na temática, contaram com a presença de mais de cem funcionários durante uma semana de duração.

Implementação da Educação Online: até março de 2020, o formato predominante da educação corporativa na Corsan era o presencial. Devido à pandemia de Covid-19, a companhia implementou a educação *online*. Novos processos pedagógicos, tecnológicos e de comunicação foram desenvolvidos junto a diversos públicos, respeitando a legislação, a saúde e a segurança dos envolvidos. Com isso, apesar das adversidades, a Corsan não interrompeu o processo de desenvolvimento de pessoas, tendo em vista posicionamento estratégico para alavancar tanto a competitividade da empresa quanto gestão de resultados, eficiência operacional e gestão do relacionamento.

Nesse contexto, o Portal Unicorsan foi projetado como canal de acesso e repositório para a gestão do conhecimento na empresa. Para alcançar seu desenvolvimento, o funcionário tem acesso livre a programas, cursos e conteúdos, favorecendo o conceito de aprendizagem contínua, autodesenvolvimento e gerenciamento dos profissionais em aprendizagem. Embora seja um processo efetivo e autônomo, não exclui a possibilidade de contato entre o multiplicador e o participante.


Preparação de responsáveis por almoxarifados e compras: por meio dessa capacitação adaptada ao formato 100% *online*, foram treinados cerca de 100 colaboradores, qualificando a atuação dos responsáveis por almoxarifados no desenvolvimento de atividades cotidianas - que envolvem gestão de materiais da companhia - abordando também competências e procedimentos pertinentes à rotina conforme as características do almoxarifado, e aprimorando o conhecimento das técnicas de mercado.

Apoio à CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: a Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho - SIPAT 2020 foi inovadora. Cumprindo as regras previstas nos Decretos Estaduais nº 55.240 e 55.241, que instituem o sistema de distanciamento controlado e determinam a aplicação de medidas sanitárias para promover a prevenção à Covid-19, optou-se pelo formato de palestras *online*, integrando as Regionais em uma única programação de âmbito estadual. Batizado como SIPAT CORSAN 2020 – Sempre Juntos, Mesmo Distantes, o evento foi realizado durante o mês de novembro seguindo temário de cuidados e atenção pessoal e coletiva, abordando a saúde física e mental especialmente relacionada ao período da pandemia.

Endomarketing - preparação para a mudança: em contexto de mudanças e incertezas no setor do saneamento, é preciso fortalecer a comunicação e a confiança junto ao público interno. A Corsan conta com cerca de seis mil funcionários distribuídos em 317 municípios por todo o Estado. Uma estrutura tão grande e dispersa demanda foco no endomarketing. Para enfrentar este desafio, a Companhia investe em suporte especializado, desenvolvendo ampla campanha de comunicação interna, capaz de estimular engajamento e motivação entre os funcionários, de forma que estes se percebam integrados ao negócio e conscientes de seu papel estratégico.

Inovar nos define

Convênios com Universidades e Startups: diversos convênios com universidades e startups foram firmados e desenvolvidos em 2020 e em anos anteriores, trazendo inovações de grande potencial para a Corsan. Devido à qualidade das parcerias desenvolvidas, a Companhia convergiu esses projetos de pesquisa e desenvolvimento para um programa permanente de parcerias e fomento às universidades e polos de pesquisa. Dentre os projetos, destacam-se:



ETA4.0 e POÇO4.0: criação de um sistema em ambiente automatizado, com análise preditiva em tempo real da qualidade do tratamento de água e do consumo de insumos de tratamento.

Plataforma H2Oje: ecossistema de sustentabilidade e meio ambiente, com App, chatbot, canal de vídeos e notícias, reconhecida e premiada nacionalmente e internacionalmente.

Rede IoT e equipamentos conectados: rede que permite a transmissão de informações dos equipamentos em campo, dando velocidade e assertividade aos processos de medição.

Licitações eletrônicas: por conta dos protocolos de distanciamento social no período da pandemia de Covid-19, foi implementada a Licitação Eletrônica, prevista na Lei 13.303/16, segundo a qual os ritos realizados pela Companhia para obras e serviços de engenharia passaram a ser realizados pelo Sistema de Compras do Portal Pregão Banrisul. Por meio dessa modificação a Corsan garantiu que os processos licitatórios, antes realizados em sessões presenciais, pudessem migrar para um ambiente virtual seguro. Hoje, a regra é o processo eletrônico, sendo utilizado o rito presencial apenas para exceções. A inovação trouxe ainda como vantagens à administração o fato de que mais empresas podem participar dos processos, qualificando entregas e minimizando preços.

Novo ERP Corsan: o projeto Corsan Conecta implantará um novo sistema de gestão empresarial (ERP), integrando sistemas utilizados no âmbito administrativo, financeiro e de planejamento. A solução adquirida foi a SAP e, em 2020, foi finalizado o terceiro ciclo de testes integrado, de todos os módulos. Com investimento de R\$ 20 milhões e expectativa de *go live* para julho/2021, o projeto vem transformar radicalmente a estrutura e os processos da Companhia, resultando em benefícios tais como gestão integrada, *feedback* em tempo real, agilidade na tomada de decisão, confiabilidade dos dados, otimização de recursos financeiros e de capital humano.

Gestão de Planejamento	
GPL	planejamento de curto e longo prazo
	planejamento estratégico e seus indicadores
	gestão dos compromissos assumidos junto ao poder concedente
Gestão de Recursos Humanos	
GRH	gestão dos recursos humanos
	gestão de benefícios, folha e ponto
	recrutamento e seleção
	capacitações
	gestão de saúde, segurança e medicina do trabalho
GFC	e-social
Gestão Financeira e Contábil	
GAT	gestão contábil, financeira e fiscal
	demonstrativos contábeis e relatórios
	tesouraria e fluxo de caixa
	gestão dos recursos financiados
Gestão de Ativos	
GAT	gestão de ativos
	gestão de manutenção
	gestão de frotas
Gestão de Aquisições	
GAQ	cotações, compras e licitações
	gestão de contratos
	gestão de materiais e estoque
GPRO	gestão de fornecedores
Gestão de Projetos	
GDOC	gestão dos projetos de investimentos
Gestão de Documentos	
GDOC	gestão dos documentos internos ao ERP

Certificações e Reconhecimentos

500 Maiores do Sul 2020: a Corsan destacou-se na posição 37 do ranking de Grandes & Líderes, o qual avalia as maiores empresas da região sul do Brasil, segundo pesquisa da Revista Amanhã.

100 Maiores do RS 2020: a Corsan destacou-se com a posição 15 no ranking Grandes e Líderes da Revista Amanhã.

Marcas de Quem Decide 2020: na categoria Empresas Públicas Gaúchas, a Corsan conquistou 1º lugar como a mais lembrada e o 2º no segmento Preferência. Esta foi a 22ª edição da premiação, promovida pelo Jornal do Comércio e pela Qualidata.

PRÊMIO NACIONAL DE QUALIDADE EM SANEAMENTO

AMEGSA Nível I (250 pontos)- Operação
Troféu Quiron Bronze
Superintendência Regional Missões - SURMIS

AMEGSA Nível II (500 pontos) - Operação
Troféu Quiron Prata
Superintendência Regional Planalto - SURPLA
Superintendência Regional Sinos - SURSIN
Superintendência Regional Centro - SURCEN



Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa PwC Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência no relacionamento, o que tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		774.855	736.947
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	233.267	92.981
Aplicações financeiras	5.b	11.339	-
Contas a receber de clientes	6	415.615	359.533
Estoques	7	102.983	94.536
CSLL a recuperar	8.c	21	10.384
Depósitos judiciais	24	-	171.450
Outros créditos	11	11.630	8.063
NÃO CIRCULANTE		6.152.587	4.730.131
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.598.718	2.709.960
Aplicações financeiras	5.b, 18	65.206	70.196
Contas a receber de clientes	6	3.525	5.346
Aplicações no caixa único do Estado	27.a	5.970	2.214
Créditos fiscais diferidos	8.a	66.694	91.313
Depósitos judiciais	24	-	239.779
Ativos financeiros contratuais	12	588.827	341.039
Indenização por desapropriação	10	42.191	97.377
IRPJ e CSLL a recuperar	8.c	1.430.357	10.966
Ativos de contratos	13	1.174.160	1.625.243
Indenizações contratuais	9	220.154	224.768
Outros créditos	11	1.634	1.719
INVESTIMENTOS		845	923
IMOBILIZADO	14, 16.a	168.505	183.849
INTANGÍVEL	15	2.384.519	1.835.399
TOTAL ATIVO		6.927.442	5.467.078
PASSIVO			
CIRCULANTE		864.436	975.333
Empréstimos e financiamentos	18	114.381	71.199
Debêntures	19	4.811	9.591
Fornecedores		118.988	123.106
Impostos e contribuições		36.183	63.035
Parcelamentos de impostos e contribuições	20	15.644	15.255
Dívidas com Fundação Corsan	27.e	-	21.585
Salários e encargos a pagar		145.109	82.449
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	24	-	193.821
Participação nos resultados		43.584	19.489
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.a	345.205	285.761
Passivos de arrendamento	16.b	23.674	23.445
Obrigações contratuais	21	9.000	53.604
Outros débitos	22	7.857	12.993
NÃO CIRCULANTE		2.019.485	2.091.451
Empréstimos e financiamentos	18	473.096	512.849
Debêntures	19	-	4.548
Parcelamentos de impostos e contribuições	20	15.644	30.511
Contratos de repasse	23	53.895	43.437
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	24	467.194	595.854
Provisão para benefício pós-emprego	25	944.110	846.590
Débitos fiscais diferidos	8.b	41.362	16.727
Obrigações contratuais	21	4.000	-
Passivos de arrendamento	16.b	20.184	40.935
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.032.697	2.353.111
Capital social	26.a	1.682.328	1.635.145
Reservas de capital	26.b	17.148	17.148
Reservas de lucros	26.e	2.388.985	669.844
Outros resultados abrangentes	26.c	(55.764)	30.974
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.f	10.824	47.183
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		4.043.521	2.400.294
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.927.442	5.467.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.814.394	301.153
Outros resultados abrangentes	(86.738)	87.527
Realização da reserva de reavaliação	(2.191)	16.894
Ganho (perda) atuarial - Fundação Corsan	(92.909)	130.717
Contribuição social diferida	8.362	(11.764)
Imposto de renda diferido	-	(48.320)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.727.656	388.680
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)		
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.896.417	635.527
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	170.519	148.151
Baixa de imobilizado, intangível e ativos de contratos	20.268	180
Provisão para perda esperada na realização de créditos de clientes	31.274	9.940
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	(74.275)	(66.048)
Provisão para benefício pós-emprego	4.611	(5.557)
Provisão para participação nos resultados	43.491	19.305
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	42.216	47.383
Variações cambiais, líquidas	2.316	164
Juros e variações monetárias sobre outras dívidas	2.855	7.087
Atualizações monetárias contingências	145.261	23.376
Reversão de provisão precatórios	-	(143.100)
Reconhecimento do crédito da imunidade tributária	(863.357)	-
Atualização monetária crédito da imunidade tributária	(544.971)	-
Atualização monetária de precatórios	(11.469)	(74.848)
Outros ajustes do lucro	(678)	-
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	(1.865)	(1.969)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(350)	(1.115)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(36.435)	(31.242)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(2.518)	(2.975)
Provisão para tributos diferidos (Cofins/Pasep)	24.634	9.221
Lucro líquido ajustado	847.944	573.460
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(85.185)	(24.367)
Aumento de estoques	(16.581)	(12.275)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	17.762	(22.472)
Aumento (redução) de rendimentos do Caixa Único	(3.756)	4.701
Aumento de indenização por desapropriação	(352)	(9.500)
Redução (aumento) de reclamações e rescisões contratuais	16.083	(4.831)
Aumento (redução) de tributos a recuperar	(701)	4.682
Aumento de outros créditos	(3.482)	(2.937)
Variações nos passivos:		
Redução (aumento) de fornecedores	(4.118)	9.363
Redução (aumento) de impostos e contribuições	(29.673)	9.714
Redução de impostos e contribuições - parcelamento	(15.502)	(14.906)
Redução de dívidas com Fundação Corsan	(23.176)	(21.815)
Aumento de férias e encargos a pagar	62.660	9.856
Redução de participação nos resultados	(19.396)	(25.543)
Redução (aumento) de obrigações contratuais	(40.604)	53.604
Redução (aumento) de outros débitos	(5.134)	2.608
Caixa proveniente das operações	696.789	529.342
Contribuição social paga	(46.224)	(41.727)
Empréstimos e financiamentos - pagamento de juros	(28.771)	(39.704)
Caixa líquido das atividades operacionais	621.794	447.911
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(4.484)	(1.263)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(32.929)	(19.998)
Aquisição de ativos de construção	(313.991)	(235.009)
Aquisições de ativos intangíveis	(67.524)	(68.062)
Outros investimentos	78	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(418.850)	(324.332)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	77.432	59.515
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(89.764)	(94.382)
Debêntures - pagamento	(9.830)	(10.157)
Contratos de repasse - Governo Estadual/Funasa/ANA	10.458	22.106
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(38.000)	(50.821)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.824	-
Amortização do passivo de arrendamento	(23.778)	(23.023)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(62.658)	(96.762)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	140.286	26.817
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	233.267	92.981
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	92.981	66.164
Variação de caixa e equivalentes de caixa	140.286	26.817
Itens que não afetam caixa (Nota 2.2)		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	257.220	26.219
Transferências entre estoque e intangível	33.060	5.590
Juros capitalizados	13.234	22.024
Aumento de capital social com adiantamento para futuro aumento de capital	47.183	-
Transferências entre desapropriações e intangível	55.538	-
Transferências entre estoque e estoque de obras em andamento	8.133	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	28	3.153.453	2.849.490
Custos das vendas, serviços e de construção	29	(2.088.042)	(1.984.344)
LUCRO BRUTO		1.065.411	865.146
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		370.577	(246.720)
Despesas comerciais	29	(134.418)	(138.861)
Despesas administrativas	29	(447.948)	(444.035)
Outras receitas operacionais	29	1.018.528	390.043
Outras despesas operacionais	29	(65.585)	(53.867)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.435.988	618.426
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	30	460.429	17.101
Receitas financeiras		643.637	77.063
Despesas financeiras		(183.208)	(59.962)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		1.896.417	635.527
Corrente	8.a	(49.042)	(31.343)
Contribuição social		(49.042)	(31.343)
Diferido	8.a	(32.981)	(303.031)
Contribuição social diferida		(32.981)	(16.518)
Imposto de renda diferido		-	(286.513)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.814.394	301.153
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
PN		3,01147	0,51424
ON		2,73770	0,46749
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO			
PN		3,01147	0,51424
ON		2,73770	0,46749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas	4.409.390	3.452.547
Vendas de mercadorias e serviços	3.127.413	2.879.624
Receitas de construção	316.509	237.983
Provisão para perda esperada	(31.274)	(9.940)
Reconhecimento do ganho Imunidade Tributária	863.356	-
Outras receitas	133.386	344.880
Insumos adquiridos de terceiros	(1.255.283)	(1.225.059)
Custos dos serviços	(1.065.650)	(1.039.499)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(165.815)	(189.753)
Outros	(23.818)	4.193
Valor adicionado bruto	3.154.107	2.227.488
Depreciação e amortização	(170.519)	(148.151)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.983.588	2.079.337
Valor adicionado recebido em transferência	644.775	96.919
Receita financeira sobre ganho da Imunidade	544.971	-
Outras receitas financeiras	98.666	77.063
Doações e subvenções	1.138	19.856
Valor adicionado total a distribuir	3.628.363	2.176.256
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	1.078.820	1.051.354
Remuneração	785.703	724.058
FGTS	38.436	37.001
Benefícios	193.194	221.195
Fundo de previdência	61.487	69.100
Impostos, taxas e contribuições	544.394	757.631
Federal	525.938	737.909
Estadual	18.295	17.895
Municipal	161	1.827
Remuneração de capitais de terceiros	190.755	66.118
Despesas financeiras	183.208	59.962
Aluguéis	7.547	6.156
Remuneração de capitais próprios	1.814.394	301.153
Juros sobre o capital próprio	97.444	113.969
Lucros retidos	1.716.950	187.184
Total do valor adicionado distribuído	3.628.363	2.176.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Reservas de capital				Reservas de lucros					Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Capital social	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.635.145	9.262	7.886	121.500	2.336	375.718	-	(56.553)	-	2.095.294	47.183	2.142.477
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	16.894	(16.894)	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	70.633	-	70.633	-	70.633
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	301.153	301.153	-	301.153
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio atribuído a dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.969)	(113.969)	-	(113.969)
Constituição de reservas	-	-	-	15.058	58	155.174	-	-	(170.290)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.635.145	9.262	7.886	136.558	2.394	530.892	-	30.974	-	2.353.111	47.183	2.400.294
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.635.145	9.262	7.886	136.558	2.394	530.892	-	30.974	-	2.353.111	47.183	2.400.294
Integralização de Capital	47.183	-	-	-	-	-	-	-	-	47.183	(47.183)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.824	10.824
Realização de reservas	26.c	-	-	-	-	-	-	(2.191)	2.191	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(84.547)	-	(84.547)	-	(84.547)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.814.394	1.814.394	-	1.814.394
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio atribuído a dividendos	26.d	-	-	-	-	-	-	-	(97.444)	(97.444)	-	(97.444)
Constituição de reservas	26.e	-	-	-	90.720	17	1.294.934	333.470	(1.719.141)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.682.328	9.262	7.886	227.278	2.411	1.825.826	333.470	(55.764)	-	4.032.697	10.824	4.043.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários, a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 301 contratos de programa vigentes, um anulado judicialmente (Erechim) e 15 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 303 municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 31 de dezembro de 2020, há 08 contratos de concessão pendentes de regularização. O contrato do município de Erechim, bem como os outros 08 contratos que não estão vigentes representam, respectivamente 1,44% e 0,48% da receita operacional bruta.

1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, que no caso da Corsan é a Diretoria Colegiada, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultânea de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios que é a prestação de serviços de saneamento básico.

1.3) Parceria Público-Privada

Região Metropolitana de Porto Alegre

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Gualba, Sapucaia do Sul e Viamão, a Corsan levou a mercado o projeto de parceria público-privada.

O contrato foi assinado em 24/03/2020 e a ordem de início foi dada em 03/04/2020. O projeto está em fase de operação assistida pela concessionária desde 01/12/2020. A operação exclusiva da concessionária tem início previsto para 01/06/2021.

Novas PPP's

Considerando o sucesso alcançado com o Leilão da PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre, a Corsan pretende replicar o modelo para outros Municípios do Estado. Para tanto, contrato o BNDES para auxiliar na estruturação de novos projetos. Em 13/07/2020, houve a reunião de kickoff do projeto entre Corsan, BNDES e consórcio de consultores. O projeto envolve 41 municípios atendidos pela Companhia e a modelagem abrange a operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário, com execução de obras de infraestrutura, ampliações e melhorias dos sistemas. A modelagem está em andamento e os produtos de engenharia e econômico-financeiros entregues estão em fase de revisão pela Companhia.

1.4) Capital Circulante Líquido Negativo

A Companhia presta serviços sob regime de concessão pública sendo o contrato de programa o instrumento legal que rege as relações entre as partes. O prazo médio de concessão gira em torno de 25 a 30 anos, que seria o prazo de recuperabilidade dos investimentos realizados.

Neste sentido, ao realizar elevados investimentos, em um curto espaço de tempo (entre 5 a 10 anos) a Companhia precisa buscar fontes de recursos no mercado, os quais muitas vezes tem o prazo de pagamento/quitação inferior ao prazo de recuperabilidade destes investimentos.

O Capital Circulante Líquido Negativo apresentado é reflexo do perfil de negócios da Companhia, que tem como característica o endividamento de curto prazo, enquanto que a geração da caixa se dá no Ativo não Circulante. Essa geração de caixa permite à Companhia cumprir com seus compromissos de curto prazo, conforme evidenciado nos recentes resultados positivos apresentados.

Ainda, está registrado sob a rubrica Dividendos e juros sobre o capital próprio, no passivo circulante, o valor de R\$ 345.205 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 285.761 em 31 de dezembro de 2019), referente a compromissos com os acionistas.

Conforme descrito na nota 32, em 10 de fevereiro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 600 milhões.

1.5) Impactos do Coronavírus (COVID-19)

Em 2020, o cenário mundial foi abalado pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que trouxe recessão econômica e impactos devastadores em algumas atividades econômicas, devido principalmente à necessidade de isolamento social e paralisação das atividades consideradas não essenciais. Neste contexto, o setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao vírus, uma vez que a higiene pessoal é a principal medida de prevenção à doença.

Apesar da instabilidade e incerteza que paira sobre o cenário econômico, a Administração entende não existir grandes riscos para sua operação, contudo está acompanhando atentamente os desdobramentos, de modo que se possa assegurar a prestação dos serviços à população dos municípios atendidos.

Apesar de não ocorrer a paralisação das atividades, a Companhia precisou tomar algumas medidas e apresentou alguns impactos econômico-financeiros:

a) Medidas de preservação de caixa:

- Solicitação de *Standstill*, suspensão temporária do pagamento de empréstimos e financiamentos mantidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no período de 15 de abril de 2020 a 15 de setembro de 2020. As parcelas suspensas, no montante de R\$ 30,6 milhões (principal mais juros), foram capitalizadas e diluídas no saldo devedor, conforme regramento proposto pelo Banco, sem alteração no prazo final dos contratos;
- Pagamento da Participação nos Lucros e Resultados parcelada em duas vezes conforme previsto no acordo coletivo;
- Adesão às alternativas de diferimento e postergação de tributos federais:
- i) suspensão e parcelamento (6 meses), do recolhimento ao FGTS referente às competências de abril e maio de 2020, no montante de R\$ 5,9 milhões, conforme Medida Provisória nº 927/2020;
- ii) postergação do recolhimento das contribuições de Cofins, Pasep e INSS Patronal referente às competências de março, abril e maio de 2020, no montante de R\$ 77,6 milhões, para recolhimento cumulativo com as competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente, conforme Portarias ME nº 139, nº 150 e nº 245; e
- iii) redução da contribuição obrigatória ao Sistema "S" referente ao período de abril a junho de 2020, conforme Medida Provisória nº 932/2020;
- Encaminhamento da contratação de seguro garantia;

b) Medidas relacionadas aos clientes:

- Observou-se um aumento no prazo médio de recebimento das faturas nos primeiros nove meses. Porém, a partir da retomada dos cortes, o índice retornou à normalidade apurada em períodos pré-pandemia;
- Isenção de cobrança de clientes da tarifa social de abril a setembro de 2020, apresentando impacto de R\$ 10,48 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de São Borja (AGESB) homologaram o reajuste da tarifa em 4,45% para julho, o que, pelo impacto da pandemia, foi adiado por 90 dias e o índice original recalculado proporcionalmente aos 9 meses restantes do ciclo, o que resultou em 5,93% a partir de outubro de 2020;
- A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul (AGERST) e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul (AGESAN) homologaram os reajustes de 4,41% e 4,63% respectivamente, aplicáveis a partir de outubro de 2020.

c) Impactos contábeis:

- A Administração avaliou e concluiu que os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não sofreram impactos pela pandemia e não identificou indicativos de risco de *impairment* para esses ativos;
- Foram analisadas as alterações contratuais dos passivos financeiros da Companhia. Essa análise não gerou impactos na liquidez e no resultado.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu no dia 15 de março de 2021 e aprovação pelo Conselho de Administração ocorreu no dia 16 de março de 2021.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

2.4) Ativos financeiros contratuais

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para perdas esperadas

A provisão para perdas esperadas foi calculada por meio da abordagem simplificada, de acordo com o histórico de perdas na realização de créditos de contas a receber de clientes do serviço de água e esgoto, projetando o cenário futuro. A política de recuperação da Companhia considera que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida, que é de 10 anos para clientes particulares e 5 anos para clientes públicos, e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual e dos Municípios que têm participação na Companhia, por se tratarem de partes relacionadas e controlador (no caso do Estado) e devido ao histórico de regularização de débitos através de encontro de contas.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante, visto que sua expectativa de utilização é de doze meses. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, sem influência significativa, e estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção. Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Sistemas de esgoto próprios	25 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até estar devidamente instalado e pronto para sua utilização.

2.9) Arrendamento

A Corsan aplicou as diretrizes do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, que determina o reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de arrendamento e que incluem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinados ativos.

A Companhia definiu a mensuração de determinados Ativos de Direito de Uso pelo valor igual ao seu passivo de arrendamento, sendo sua realização conforme os prazos dos contratos. Os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Para estes contratos, foi aplicada taxa fixa CDI, praticadas na data de seu reconhecimento, cotados de acordo com o prazo final de seus vencimentos, taxas estas observadas para os contratos futuros negociados em bolsa, mais 0,5% a.a. a título de risco de crédito.

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, imóveis e equipamentos de informática locados de terceiros.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06(R2)/IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor. Foram desconsideradas também as locações de áreas de poços, perfurados e mantidos pela empresa, bem como áreas de acesso a recursos naturais, utilizadas para a captação de água bruta. As despesas são contabilizadas ao longo do seu período de arrendamento.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 16.

2.10) Ativos de contratos

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICP 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente depois de concluídos.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes; e para o ativo imobilizado, para ativos próprios ligados a atividades-meio operacionais.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

2.11) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICP 01(R1) - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.16, deduzida do valor alocado no ativo financeiro. O registro é realizado de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro). Neste modelo, a Companhia registra parte no ativo intangível a outra parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível, ajustado a valor presente, a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Os bens patrimoniais são amortizados de forma linear de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	50 a 60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 a 60 anos	25 anos
Bens de uso geral	5 a 10 anos	25 anos

Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning* – ERP) em julho de 2019 tendo prazo de execução estimado em 27 meses.

A amortização ocorrerá a partir do início da operação, com previsão para outubro de 2021. O prazo de amortização será de 5 anos de forma linear.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de subsídio cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, e que faz com que a tomada de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

2.12) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros contratuais, tributos a recuperar e indenizações contratuais. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, dívidas com a Fundação Corsan, obrigações contratuais referentes aos contratos de programa e contratos de repasse.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.

- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependerá da opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, se aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.13) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

As provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu o passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.15) Impostos e contribuições

Contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Contribuição social diferida

De acordo com o CPC 32(R2) e o IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baikado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

Imunidade de impostos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020.

A Corsan apresentou, em janeiro de 2021, petição de implementação da fase de cumprimento de sentença, postulando a devolução, através de precatório, da quantia de R\$1.408.327, valor este registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo não circulante, sendo R\$863.356 reconhecidos como recuperação de impostos pagos na rubrica de outras receitas e R\$544.971 como atualização do valor principal na rubrica de receitas financeiras. A quantia envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. O índice utilizado para todo o período foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais. A partir da expedição, o prazo de realização do precatório é estimado em seis meses. Em virtude dos trâmites processuais pode decorrer um certo tempo até a expedição do precatório, motivo pelo qual a Administração espera que a expedição e respectiva realização do precatório se dê no exercício de 2022.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu os montantes a pagar de R\$25.341 referente a Pasep/Cofins e R\$49.105 a título de CSLL no passivo não circulante. A Administração da Companhia, suportada por parecer de especialista tributário, entende que a tributação para fins de Pasep/Cofins e CSLL do ganho decorrente do trânsito em julgado desse processo deverá ocorrer apenas sobre o valor da atualização monetária e quando da expedição do precatório, à medida que o valor for recebido pela Companhia.

Contribuições sobre receitas de serviços

As receitas de serviços estão sujeitas as seguintes contribuições, pelas alíquotas básicas, de acordo com as normas tributárias:

	Alíquotas
Cofins - Contribuição para Fianciamento da Seguridade Social	7,60%
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

2.16) Reconhecimento da receita

Prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas ou estimadas (0,80% em 31 de dezembro de 2020 e 1,27% em 31 de dezembro de 2019).

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.17) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelo Conselho de Administração.

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na nota 26d.

2.18) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/(IAS 7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento; *Atividades de investimento:* referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; *Atividades de financiamento:* referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

2.19) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, as contas a receber de longo prazo e os ativos e passivos de arrendamento foram ajustados a valor presente.

2.20) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.21) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.22) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriado em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.23) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo.

Conforme o ICPC 01(R1)/IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores serão registrados no resultado do período em que ocorrerem.

2.24) Reserva de retenção de lucros e de lucros a realizar

A reserva de retenção de lucros é constituída do saldo remanescente após as destinações para a reserva legal e dividendos obrigatórios e compensação de eventuais prejuízos acumulados.

Eventualmente, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei nº 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos em decorrência destas circunstâncias serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo quando realizado.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Receitas a faturar

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual proporcional aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a faturar. A contabilização é realizada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

Tributo diferido ativo é reconhecido para toda a base negativa de CSLL e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização das referidas bases negativas de CSLL. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Imunidade de tributos federais

A Companhia teve reconhecida a imunidade tributária para impostos federais por se tratar de sociedade de economia mista prestadora de serviço público de cunho essencial e exclusivo, conforme ação transitada em julgado, motivo pelo qual não recolhe o IRPJ e ITR desde o ano de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu a indenização referente ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, sendo que os principais julgamentos e estimativas relacionados estão descritos na nota 2.15.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indícios de que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, civeis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS

Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia observou que as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente não provocaram impacto nestas demonstrações financeiras e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

As normas, com adoção prevista para o exercício de 2021 ou após, estão sendo avaliadas pela Companhia com relação ao impacto em suas demonstrações financeiras:

Alteração do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19
Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Companhia não teve impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras.

Novos CPC/IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de informação financeira do IASB)

Alteração do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40(R1)/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros
Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

Melhorias anuais nos CPC/IFRS 2018-2020

Efetua alterações nas normas CPC 37 (R1)/IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; CPC 48/IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; CPC 06 (R2)/IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e CPC 29/IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC27/IAS 16 – Imobilizado

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 25/IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual

Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro

Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários livres	211.647	66.849
Depósitos bancários vinculados	21.620	26.132
Total	233.267	92.981

Na conta depósitos bancários livres há um saldo de R\$ 151.644 depositados na conta SIAC, vinculada ao Governo do Estado do RS, conforme determinado no Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, os quais possuem liquidez imediata.

A conta depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem) e estão disponíveis para utilização a qualquer momento.

Os referidos recursos mantem-se aplicados em contas bancárias de liquidez imediata e exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

Banco	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	7.676	-
Banrisul Garantia Debêntures	2021	3.663	-
Total Circulante		11.339	-

Banco	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	-	7.490
Banrisul Garantia Debêntures	2021	-	3.537
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	6.508	5.745
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	2.027	1.909
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	7.142	6.102
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	46.516	45.413
Banrisul Reserva PPP	2055	3.013	-
Total Não Circulante		65.206	70.196

Referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de empréstimos/financiamentos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber vencidas		
Particular	200.863	182.888
Pública	6.654	8.520
Contas a receber vencidas		
Particular	268.909	196.487
Pública	8.464	12.062
Receitas a faturar	93.253	92.651
Total de contas a receber	578.143	492.608
Provisão para perdas esperadas	(159.003)	(127.729)
	419.140	364.879
Circulante	415.615	359.533
Não circulante	3.525	5.346

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para perdas esperadas	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(127.729)	(117.788)
Adições	(60.942)	(20.303)
Reversões/realização de perda	29.668	10.362
Saldo no final do exercício	(159.003)	(127.729)

A provisão para perdas esperadas foi constituída considerando a expectativa de perda futura de contas a receber de clientes.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	200.863	6.654	182.888	8.520
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	62.067	3.873	58.765	5.908
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	24.913	856	19.144	573
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	10.221	145	6.643	178
Créditos vencidos - mais de 181 dias	171.708	3.590	111.935	5.403
Total	469.772	15.118	379.375	20.582

Para melhor apresentação dos saldos de contas a receber vencidas, a Companhia realizou a reclassificação dos saldos de 31 de dezembro de 2019, os quais eram apresentados pelo valor líquido das faturas vencidas a mais de 181 dias. Essa reclassificação foi realizada nas linhas de contas a receber particular e pública, no montante de R\$ 110.527 e R\$ 3.487, respectivamente e na linha provisão para perdas esperadas, no montante de R\$ 114.014.

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de pagamentos recíprocos com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.16).

7. ESTOQUES

	31/12/2020	31/12/2019
Tubulações de água e esgoto	69.132	72.322
Materiais de tratamento/laboratório	6.448	5.889
Materiais elétrico e mecânico	4.435	5.311
Materiais de segurança e ambiental	6.468	5.622
Equipamentos de informática e telecomunicações	3.728	3.440
Materiais diversos	14.678	5.377
Provisão para perda	(1.906)	(3.425)
Total	102.983	94.536

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados como ativos de estoques.

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para perdas de estoque	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(3.425)	-
Adições	-	(3.425)
Reversões	1.519	-
Saldo no final do exercício	(1.906)	(3.425)

A reversão da provisão para perdas de estoque considerou o histórico de baixas nos últimos cinco anos.

8. TRIBUTOS

	31/12/2020	31/12/2019
Classificados no ativo não circulante	66.694	91.313
Contribuição social diferida	66.694	91.313
Classificados no passivo não circulante	41.362	16.727
Pasep e Cofins diferidos	41.362	16.727

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Créditos fiscais diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	944.110	846.590
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	14.646	12.314
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	860.661	789.675
Provisões para perda esperada	44.989	13.715
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Precatório Prefeitura de Novo Hamburgo	(103.941)	(98.417)
Reserva de reavaliação	(58.149)	(58.084)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(215.586)	(230.467)
Encargos financeiros capitalizados	(264.338)	(255.360)
Variação cambial tributada por regime de caixa	-	1.940
Atualização monetária precatórios	(1.095)	(6.154)
Atualização monetária imunidade tributária	(544.970)	-
Outras provisões e diferenças temporárias	55.106	(10.771)
Total das diferenças temporárias	741.043	1.014.591
Alíquota vigente	9%	9%
Total da contribuição social diferida líquida	66.694	91.313

Quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre os valores relativos ao precatório proveniente da ação judicial aforada para a obtenção de imunidade tributária de impostos federais (IRPJ e ITR), a Superintendência Jurídica da Companhia exarou parecer, em consonância ao parecer de especialista tributário, indicando que não incide tal contribuição sobre o principal a ser recuperado, desde que, em períodos anteriores, não tiverem sido computados como despesa dedutível da base de cálculo da CSLL, bem como que, sobre o resultado da atualização monetária do principal, deve incidir a CSLL.

	31/12/2020	31/12/2019
Conciliação alíquota efetiva		
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	1.896.417	635.527
Alíquota vigente	9%	9%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(170.678)	(57.197)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	8.770	10.257
Ganho da Imunidade Tributária IRPJ	77.645	-
Outras diferenças permanentes	2.240	(921)
Contribuição social no resultado	(82.023)	(47.861)
Corrente	(49.042)	(31.343)
Diferido	(32.981)	(16.518)

Alíquota efetiva	4%	8%
------------------	----	----

b) Débitos fiscais diferidos

	31/12/2020			31/12/2019		
	Cofins	Pasep	Total	Cofins	Pasep	Total
RTT	34.971	6.391	41.362	13.744	2.983	16.727
Valor passivo	(34.971)	(6.391)	(41.362)	(13.744)	(2.983)	(16.727)

Os débitos fiscais diferidos, reconhecidos sob o RTT, se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal e também ao diferimento de tributos incidentes sob o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia.

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei nº 11.638/2007.

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição tornou-se obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei 12.973/2014.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda a recuperar	-	-	1.418.589	9.892
Contribuição social a recuperar	21	10.384	11.768	1.074
Total	21	10.384	1.430.357	10.966

Imposto de renda a recuperar referente a imunidade tributária reconhecida conforme descrito na nota 2.15.

9. INDENIZAÇÕES CONTRATUAIS

Município	Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Bagé	Faturas de água	-	9.549
Cachoeirinha	Tributária	-	1.010
Erechim	Indenizatória	411	-
a) Novo Hamburgo	Serviço da dívida	41.942	39.162
b) Novo Hamburgo	Indenização ao patrimônio	145.112	142.487
c) Novo Hamburgo	Faturas de água	32.642	32.523
São Gabriel	Tributária	47	37
		220.154	224.768

Os valores acima se referem a ações movidas pela Companhia, para as quais já foi emitido precatório, e que resultaram em indenização conforme a natureza do processo. Os valores mais relevantes estão descritos abaixo:

Novo Hamburgo:

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contralados para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório em 20 de fevereiro de 2017. Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu R\$5.903.

b) A ação judicial nº 001/11.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. O referido processo transitou em julgado em 07 de junho de 1999, resultando na expedição de precatório em novembro de 2017.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016. O referido processo transitou em julgado em 01 de julho de 2014, resultando na expedição de precatório em 01 de fevereiro de 2018.

O município de Novo Hamburgo está em regime especial de pagamento de precatórios, e deverá liquidar estes precatórios até o final de 2024.

Bagé:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.2084867-9, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Bagé condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo município relativas ao período de 04/1987 a 09/1992. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório. O valor foi integralmente recebido em 1º de abril de 2020.

Cachoeirinha:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 086/1.15.0000427-4, que tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha, restou o Município de Cachoeirinha condenado a ressarcir à Corsan o IPTU pago pela Companhia no período de 2010 a 2015, já que a Corsan é imune a tal imposto. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório. O valor foi integralmente recebido.

10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação dos sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 29 itens patrimoniais foram imobilizados, totalizando R\$ 55.314 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve imobilizações deste tipo de itens patrimoniais).

11. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos com prefeituras municipais	5.025	422
Adiantamento de férias e 13º salário	3.747	5.427
Indenizações judiciais a receber	1.477	1.477
Por serviços ou obras prestados a terceiros	2.011	1.818
Valores a compensar	209	262
Prêmio de seguro	618	-
Créditos diversos	177	376
	13.264	9.782
Circulante	11.630	8.063
Não circulante	1.634	1.719

A Companhia possui um convênio com a Prefeitura de Sapiranga e com a Caixa Econômica Federal para execução de obras de esgotamento e abastecimento de água no município. Atualmente há tratativas para firmar um termo aditivo que disciplinará a regularidade destes repasses que estão atualmente contabilizados na rubrica “Créditos com prefeituras municipais” e que com a regularização serão apropriados à obra e passarão a compor o saldo do ativo intangível da Corsan.

12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, R\$588.827 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$341.039 em 31 de dezembro de 2019). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros	1.348.229	872.825
(-) Ajuste a valor presente	(759.402)	(531.786)
Total	588.827	341.039
Saldo no início do exercício	341.039	365.781
Constituição/realização de AVP	36.435	31.241
Adições	752	-
Baixas	(2.892)	(26.209)
Transferências líquidas	213.493	(29.774)
Saldo no final do exercício	588.827	341.039

O ajustes a valor presente (AVP) são contabilizados como conta redutora do ativo financeiro e como acréscimo do ativo intangível. A realização é calculada mensalmente pela mesma taxa de desconto (WACC), gerando uma receita financeira de ajuste a valor presente que acresce o ativo financeiro e uma despesa de amortização que reduz o ativo intangível.

Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

Atualmente a Companhia está pleiteando judicialmente a indenização pelos investimentos realizados nos municípios de Uruguiana, São Gabriel e Teutônia, com os quais os contratos foram encerrados:

a) **Uruguiana:** No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$32.190 (R\$32.190 em 31 de dezembro de 2019).

b) **São Gabriel:** Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$3.831 (R\$3.831 em 31 de dezembro de 2019).

c) **Teutônia:** Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$292 (R\$296 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 referem-se ao ativo construído no município e que é objeto da indenização pelo poder concedente e serão atualizados a partir do trânsito em julgado.

13. ATIVOS DE CONTRATOS

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2018	1.358.820	37.500	1.396.320
Adições	272.230	1.398	273.628
Baixas e perdas	(64)	-	(64)
Transferências para intangível	(39.051)	(5.590)	(44.641)
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243
Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243
Adições	311.586	21.896	333.482
Baixas e perdas	(19.247)	-	(19.247)
Transferências	(732.258)	(33.060)	(765.318)
Saldos em 31/12/2020	1.152.016	22.144	1.174.160

As adições compreendem R\$97.292 para sistemas de água e R\$214.294 para sistemas de esgoto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 1.646 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

O critério de classificação está descrito na nota 2.10.

14. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2018	22.128	384.482	3.070	409.680
Adições	24	19.563	411	19.998
Baixas	-	(58)	-	(58)
Transferências	382	851	(1.734)	(501)
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119

Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Adições	40	31.963	926	32.929
Baixas	-	(2.743)	-	(2.743)
Transferências	-	(6.264)	-	(6.264)
Saldos em 31/12/2020	22.574	427.794	2.673	453.041

Depreciação	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2018	(19.344)	(268.711)	-	(288.055)
Depreciações	(343)	(21.257)	-	(21.600)
Baixas	-	23	-	23
Transferências	-	70	-	70
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)

Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Depreciações	(336)	(21.496)	-	(21.832)
Baixas	-	1.759	-	1.759
Transferências	-	1.318	-	1.318
Saldos em 31/12/2020	(20.023)	(308.294)	-	(328.317)

Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557
Saldos líquidos em 31/12/2020	2.551	119.500	2.673	124.724

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$11.394 (R\$10.913 em 31 de dezembro de 2019), R\$1.437 (R\$1.828 em 31 de dezembro de 2019) como despesa comercial e R\$9.001 (R\$8.859 em 31 de dezembro de 2019) como despesa administrativa.

Sob a rubrica “sistemas de esgotos”, são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades indiretas necessárias para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

	Edifícios	Máquinas	Veículos	Demais bens móveis	Total de bens de uso geral
Saldo contábil	144.558	9.086	27.978	246.172	427.794
(-) Depreciação acumulada	(117.908)	(7.169)	(18.962)	(164.255)	(308.294)
Saldos líquidos em 31/12/2020	26.650	1.917	9.016	81.917	119.500

15. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2018	1.156.385	1.103.411	187.667	-	2.447.463
Adições	17.630	3.491	8.928	7.998	38.047
Baixas	(12.626)	-	(2)	-	(12.628)
Transferências	55.870	32.479	7.154	-	95.503
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385

Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385
Adições	22.366	527	20.985	5.921	49.799
Baixas	(3.800)	-	(42)	-	(3.842)
Transferências	252.387	307.783	65.711	-	625.881
Saldos em 31/12/2020	1.488.212	1.447.691	290.401	13.919	3.240.223

Amortização	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2018	(354.957)	(211.712)	(75.366)	-	(642.035)
Amortizações	(53.741)	(36.426)	(13.273)	-	(103.440)
Baixas	12.565	-	2	-	12.567
Transferências	-	-	(78)	-	(78)
Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)

Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)
Amortizações	(64.852)	(45.801)	(14.267)	-	(124.920)
Baixas	3.783	-	22	-	3.805
Transferências	-	-	(1.603)	-	(1.603)
Saldos em 31/12/2020	(457.202)	(293.939)	(104.563)	-	(855.704)

Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.998	1.835.399
Saldos líquidos em 31/12/2020	1.031.010	1.153.752	185.838	13.919	2.384.519

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$124.920 (R\$103.440 em 31 de dezembro de 2019).

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Licença de uso de software não apresenta amortização, pois o projeto está em fase de implantação (nota 2.11).

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$13.234 (R\$22.024 em 31 de dezembro de 2019).

Na data do balanço, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para perda do valor recuperável de ativos.

16. DIREITOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Ativos de direito de uso

Ativo - Imobilizado	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2019	5.288	52.592	6.412	64.292
Novos contratos	3.373	-	-	3.373
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Depreciação acumulada	(2.487)	(19.545)	(1.735)	(23.767)
Saldos em 31/12/2020	6.057	33.047	4.677	43.781

b) Passivos de arrendamento

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2019	5.375	52.594	6.411	64.380
Novos contratos	3.373	-	-	3.373
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Pagamentos	(2.651)	(22.055)	(2.224)	(26.930)
Realização do AVP	153	2.510	489	3.152
Saldos em 31/12/2020	6.133	33.049	4.676	43.858
Circulante				23.674
Não circulante				20.184

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

d) Direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	44.247	41.228
Pasep/Cofins (9,25%)	4.093	3.814

e) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06(R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06(R2).

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando preservar os investidores do mercado brasileiro, a Administração realiza o acompanhamento e apresentação dos saldos comparativos do passivo de arrendamento considerando os fluxos com expectativas inflacionárias descontados:

	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento				
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	43.858	20.030	3.390	1.856
Fluxo com projeção da inflação	45.314	20.672	3.479	1.913
Variação	3,32%	3,21%	2,63%	3,07%
Despesa financeira				
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	3.132	1.290	192	105
Fluxo com projeção da inflação	3.236	1.335	198	108
Variação	3,32%	3,50%	3,25%	3,25%

17. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos, a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

A Corsan vem buscando a inserção no mercado de seguros, de modo a avaliar as alternativas e aplicabilidade adequada para a organização. Fruto inicial deste trabalho, a Companhia firmou contrato com a SOMPO SEGUROS S.A. para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros e administradores (D&O – Directors and Officers), com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 05/03/2021, sendo que já está em processo de renovação deste contrato de seguro por mais 365 dias.

Adicionalmente, a Corsan está visando a modelagem de processo licitatório para contratação de Seguradora, no mercado nacional, para oferecer cobertura e emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. A contratação contemplará, também, cobertura para demais modalidades de garantias como contratos, licitações, comercialização de energia, entre outras.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juros anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	53.837	42.504	123.975	136.825
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	9.498	466	82.279	59.950
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	37.209	315	71.183	107.051
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	-	14.980	-	-
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	11.361	10.644	175.792	190.816
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	76	73	771	840
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.759	1.873	13.888	15.164
Prefeitura Municipal de Sapiranga	UPR	5,00%	15/09/31	299	-	3.306	-
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	342	344	1.902	2.203
Total				114.381	71.199	473.096	512.849

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Corsan firmou 7 Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDES – CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia figura como Interviente Anuente – Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants e garantias

A Corsan firmou empréstimos, financiamentos e debêntures com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo.

As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos.

Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 todos os covenants relativos aos contratos de empréstimo em que a Companhia é parte foram atendidos.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	2020	2019
2022	80.065	74.055
2023	72.334	69.374
2024	36.596	34.309
2025	37.853	35.598
2026	39.217	37.000
Após 2026	207.031	190.712
Total	473.096	441.048

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BID	CEF	Prefeituras	Total Calculado
Saldo em 31/12/2018	208.859	50.447	101.311	28.902	199.755	21.798	611.072
Captação	10.734	9.950	-	-	38.705	126	59.515
Pagamento de principal	(40.840)	-	-	(13.732)	(37.023)	(2.787)	(94.382)
Pagamento de juros	(14.764)	(3.762)	(2.591)	(1.030)	(16.273)	(1.284)	(39.704)
Provisão de juros e variação cambial	15.340	3.781	8.646	840	16.296	2.644	47.547
Saldo em 31/12/2019	179.329	60.416	107.366	14.980	201.460	20.497	584.048
Saldo em 31/12/2019	179.329	60.416	107.366	14.980	201.460	20.497	584.048
Captação	16.313	30.600	-	-	26.546	3.973	77.432
Pagamento de principal	(23.584)	(1.829)	(3.091)	(17.023)	(40.829)	(3.408)	(89.764)
Pagamento de juros	(5.826)	(3.950)	(1.572)	(529)	(15.692)	(1.202)	(28.771)
Provisão de juros e variação cambial	11.580	6.540	5.689	2.572	15.669	2.482	44.532
Saldo em 31/12/2020	177.812	91.777	108.392	-	187.154	22.342	587.477

19. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
1ª Emissão	TJLP	1,92%	197	2.370	-	197
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.367	4.258	-	4.105
3ª Emissão	TJLP	1,92%	247	2.963	-	246
Total			4.811	9.591	-	4.548

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 todos os covenants relativos aos contratos de debêntures em que a Companhia é parte foram atendidos.

20. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cofins	Selic	12/2022	7.716	7.524	7.716	15.049
Pasep	Selic	12/2022	1.675	1.634	1.675	3.267
Contribuição social	Selic	12/2022	802	781	802	1.563
Imposto de renda	Selic	12/2022	5.451	5.316	5.451	10.632
Total			15.644	15.255	15.644	30.511

21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Alvorada	-	1.892
Bento Gonçalves	5.000	-
Canoas	-	18.000
Gravataí	-	11.493
Ijuí	8.000	-
Santa Maria	-	18.000
Santo Ângelo	-	4.219
Total	13.000	53.604
Circulante	9.000	53.604
Não circulante	4.000	-

22. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2020	31/12/2019
Convênio Sesi	191	140
Depósitos e retenções contratuais	6.012	4.780
Consignações a recolher	-	7.006
Outras contas a pagar	1.654	1.067
Total	7.857	12.993

23. CONTRATOS DE REPASSE

	31/12/2020	31/12/2019
Orçamento Geral da União - OGU	44.316	36.145
Agência Nacional de Águas - ANA	5.142	5.142
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	784	-
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	3.653	2.150
Total	53.895	43.437

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de dezembro de 2020, foi liberado um total de R\$357.629, referente a 44 contratos junto ao Ministério das Cidades e 08 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$302.489 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011, 2015 e 2020, R\$44.316 inscritos no passivo não circulante e R\$10.824 transferidos para AFAC, derivados de contratos de repasse em fase de conclusão e prestação de contas, bem como novas liberações no exercício de 2020.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação.

c) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Foi assinada, em 27 de fevereiro de 2018, a carta-convênio referente a Cooperação Técnica Não-Reembolsável N° ATN/OC-16407-BR e ATN/OC-16408-BR Apoio à Preparação do "Programa de Ampliação e Melhoria dos Serviços de Água Potável do Estado do Rio Grande do Sul – PROSASUL, cujo objeto é apoiar na preparação de estudos, documentos operacionais e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias para a definição, planejamento e preparação do programa PROSASUL e gerar condições para sua execução eficiente.

d) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Açuá/Brasil e Açuá/Uruguai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas de acordo com a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas, líquida dos depósitos judiciais vinculados é composta como segue:

	31/12/2020		31/12/2019		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações tributárias, cíveis e ambientais	165.672	(37.465)	128.207	119.744	85.912
Ações trabalhistas	694.989	(356.002)	338.987	669.931	292.534
Total	860.661	(393.467)	467.194	789.675	378.446
Circulante	186.602	(186.602)	-	193.821	22.371
Não circulante	674.059	(206.865)	467.194	595.854	356.075

Segue a movimentação das provisões e depósitos judiciais vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saques e reversões	31/12/2020
Ações tributárias, cíveis e ambientais	119.744	-	60.627	(14.699)	165.672
Ações trabalhistas	669.931	4.876	84.634	(64.452)	694.989
Subtotal	789.675	4.876	145.261	(79.151)	860.661
Depósitos judiciais vinculados	(411.229)	(191.486)	-	209.248	(393.467)
Total	378.446	(186.610)	145.261	130.097	467.194

Provisões

Ações trabalhistas

a) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 Arno dos Reis Junqueira - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2020, R\$12.776 (R\$13.265 em 31 de dezembro 2019).

b) Processo de nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul - Sintec, refere-se a diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. Esta provisão totaliza em 31 de dezembro de 2020 R\$4.957 (R\$9.450 em 31 de dezembro de 2019).

c) Processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizada pelo Sindiágua, refere-se ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. Esta provisão totaliza em 31 de dezembro de 2020 R\$14.081 (R\$12.769 em 31 de dezembro de 2019).

d) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.729 ações. Em 31 de dezembro de 2020, as provisões referentes a outras reclamatórias trabalhistas totalizam R\$663.175 (R\$634.447 em 31 de dezembro de 2019).

Ações cíveis, ambientais e tributárias

a) O processo 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa Goetze Lobato Engenharia, em 27/05/2016, ação em face da Corsan, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$26.911 (R\$11.958 em 31 de dezembro de 2019).

b) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 19/09/2016, processo sob nº 001/1.16.0124873-4, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$15.748 (R\$7.328 em 31 de dezembro de 2019).

c) O processo 026/1.13.0007133-1 trata de impugnação a fase de cumprimento de sentença decorrente da execução de título judicial deflagrada sob nº 026/1.06.0003391-7, oriunda de reequilíbrio econômico e financeiro e sub empreitada que tinha por objeto viabilizar o projeto Lago Dourado, no Município de Santa Cruz do Sul. O valor executado decorre diferenças entre o devido e o já depositado em Juízo. A questão vem sendo discutida em diversos incidentes processuais e, atualmente, aguarda decisão do Superior Tribunal de Justiça quanto a existência ou não de diferenças a pagar, bem como seu respectivo montante. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro 2020 no montante de R\$ 15.298 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2019).

d) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 11/08/2016, processo sob nº 001/1.16.0095286-1 pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$15.244 (R\$7.033 em 31 de dezembro de 2019).

e) O processo nº 142/1.03.0003204-4 trata de Ação Civil Pública questionando a cobrança de esgoto no bairro COHAB-PROMORAR em Igrejinha. O pedido é para que a Corsan seja condenada a se abster de efetuar a cobrança pelo esgoto e a devolver os valores cobrados. A sentença foi de parcial procedência. No segundo grau, foi dado parcial provimento ao apelo do Ministério Público. O processo encontra-se concluso para julgamento no STJ. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro 2020 no montante de R\$13.857 (R\$12.795 em 31 de dezembro de 2019).

f) A empresa Superulímica Comércio e Transporte Ltda. ajuizou processo nº 001/1.15.0202177-4. Trata-se de ação na qual a parte autora busca rescisão contratual, indenização devida a título de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e indenização de todo e qualquer dano, inclusive moral. Encerrada a fase instrutória, a Companhia apresentou memoriais. Processo ainda não sentenciado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro 2020 no montante de R\$8.183 (R\$5.400 em 31 de dezembro de 2019).

g) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza em 31 de dezembro de 2020 R\$7.734 (R\$6.798 em 31 de dezembro de 2019).

h) O processo nº: 023/1.18.0000884-2 trata de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual que busca ser a Corsan condenada a obrigação de fazer a recuperação e conservação do Museu das Águas e restaurar a escultura "Monumento às Águas" do escultor Xico Stockinger, no Município de Rio Grande, que estão em área de sua propriedade. O processo encontra-se em fase recursal. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro 2020 no montante de R\$ 7.000 (R\$ 4.668 em 31 de dezembro de 2019).

i) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2020	31/12/2019
Plano de benefício definido	677.425	609.084
Sistema de assistência a saúde IPE-SAÚDE	251.875	223.033
Incentivo à demissão voluntária	14.810	14.473
	<u>944.110</u>	<u>846.590</u>
Contribuição esperada para a patrocinadora	2021	2020
Plano de benefício definido	95.202	135.174
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	10.542	10.497
Incentivo à demissão voluntária	7.365	11.923
Total	<u>113.109</u>	<u>157.594</u>

A Companhia reconheceu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, uma variação líquida de R\$4.611 decorrente da avaliação atuarial do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV". Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

a) Plano de benefício definido

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

	31/12/2020	31/12/2019
Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos	3.373.558	3.308.708
Obrigações atuariais		
Valor justo dos ativos do plano	(2.018.709)	(2.047.370)
Déficit apurado	1.354.849	1.261.338
Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	50%	50%
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	677.425	630.669
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 27.e)	-	(21.585)
Passivo atuarial provisionado	<u>677.425</u>	<u>609.084</u>

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada Fundação Corsan que chegaram ao fim em dezembro de 2020. O valor devido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$21.585.

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Movimentação do passivo (ativo) atuarial		
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	630.669	886.998
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	56.572	80.223
Contribuições do empregador vertidas no ano	(71.449)	(71.793)
Outros resultados abrangentes	61.633	(264.759)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	<u>677.425</u>	<u>630.669</u>

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2020, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2021 são explicadas no quadro a seguir:

	2021	2020
Custo do serviço corrente líquido	27.100	16.642
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	117.003	109.799
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(70.354)	(69.869)
Despesa a ser reconhecida pelo empregador	<u>73.749</u>	<u>56.572</u>

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2020	2019
Valor das obrigações atuariais no início do ano	3.308.708	2.632.015
Custo do serviço corrente líquido	16.642	3.999
Custo do serviço corrente bruto	55.105	55.400
Contribuições esperadas dos participantes	(38.463)	(51.401)
Contribuições efetivas realizadas pelos participantes	20.709	60.513
Juros sobre obrigação atuarial	219.599	233.265
Benefícios pagos no ano	(179.909)	(184.419)
(Ganhos) perdas atuariais	(12.191)	563.335
Valor das obrigações atuariais no final do ano	<u>3.373.558</u>	<u>3.308.708</u>

Evolução do valor justo dos ativos

	2020	2019
Valor justo dos ativos no início do ano	(2.047.370)	(1.745.017)
Benefícios pagos durante o exercício	179.909	184.419
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	(42.852)	(60.513)
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	(71.449)	(71.793)
Rendimento esperado dos ativos no ano	(139.739)	(157.042)
Ganhos (perdas) atuariais	102.792	(197.424)
Valor justo dos ativos no fim do ano	<u>(2.018.709)</u>	<u>(2.047.370)</u>

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

	2020	2019
Econômicas e financeiras		
Taxa real de desconto atuarial	3,69%	3,29%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,69%	3,29%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	2,30%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	7,13%	7,02%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,13%	7,02%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,26%	5,99%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,32%	3,61%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%

	2020	2019
Demográficas		
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	AT-1949 M&F (D15%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(11,36%)
	Redução de 1,0%	14,36%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	2,53%
	Redução de 1 ano	(2,28%)
Crescimento Real de Salários	Aumento de 1,0%	2,29%
	Redução de 1,0%	(1,89%)

A análise de sensibilidade demonstra qual seria o impacto no valor presente da obrigação atuarial do plano em caso de variação das premissas atuariais mais significativas.

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos empregados vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos empregados que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	223.033	79.022
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	24.324	10.210
Contribuições do empregador vertidas no ano	(7.869)	(7.071)
Outros resultados abrangentes	12.387	140.872
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	<u>251.875</u>	<u>223.033</u>

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2020, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2021, são explicadas no quadro a seguir:

	2021	2020
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	10.848	8.648
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	17.876	15.676
Despesa a ser reconhecida pelo empregador	<u>28.724</u>	<u>24.324</u>

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2020	2019
Valor das obrigações atuariais no início do ano	223.033	79.022
Custo do serviço corrente líquido	8.648	3.069
Juros sobre obrigação atuarial	15.676	7.141
Benefícios pagos no ano	(7.869)	(7.071)
Perdas atuariais	12.387	140.872
Valor das obrigações atuariais no final do ano	<u>251.875</u>	<u>223.033</u>

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

	2020	2019
Econômicas e financeiras		
Taxa real de desconto atuarial	3,80%	3,46%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,80%	3,46%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCCTR (em Saúde)	3,75%	3,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade sobre os salários	Não aplicável	Não aplicável
Inflação esperada	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	7,25%	7,19%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,25%	7,19%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	7,19%	6,72%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%

	2020	2019
Demográficas		
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 M&F (D15%)	MI-2006 M&F (D15%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Família Real	Família Real
Aging factor	Pesquisa Unidas 2018	Pesquisa Unidas 2018

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(9,50%)
	Redução de 0,5%	11,00%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	5,46%
	Redução de 1 ano	(5,31%)
HCCTR	Aumento de 0,5%	10,68%
	Redução de 0,5%	(9,32%)

Os impactos percentuais acima têm reflexo no passivo atuarial do plano, visto que não há ativos garantidores.

c) Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de junho de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completam as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 31 de dezembro de 2020 há 145 funcionários recebendo a indenização mensal.

O valor pago a título de indenizações do plano de incentivo a demissão voluntária no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 19.514 (R\$ 38.621 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$18.861 (R\$38.373 em 31 de dezembro de 2019).

Para fins de registro contábil da Corsan, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	14.473	57.090
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	309	2.585
Contribuições do empregador vertidas no ano	(18.861)	(38.372)
Outros resultados abrangentes	18.889	(6.830)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	<u>14.810</u>	<u>14.473</u>
Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado	2021	2020
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	370	309
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	<u>370</u>	<u>309</u>
Evolução do valor presente das obrigações atuariais	2020	2019
Valor das obrigações atuariais no início do ano	14.473	57.090
Juros sobre obrigação atuarial	309	2.585
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	522	4.077
Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(213)	(1.492)
Benefícios pagos no ano	(18.861)	(38.372)
(Ganhos) perdas atuariais	18.889	(6.830)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	<u>14.810</u>	<u>14.473</u>

	2020	2019
Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções		
Econômicas e financeiras		
Taxa real de desconto atuarial	0,00%	0,00%
Retorno real esperado sobre os ativos	0,00%	0,00%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	2,30%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	3,32%	3,61%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	3,32%	3,61%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,26%	5,99%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,32%	3,61%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%

	2020	2019
Demográficas		
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F) (D15%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	0%	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(0,02%)
	Redução de 1 ano	0,02%
Crescimento Real de Salários	Aumento de 1,0%	(0,28%)
	Redução de 1,0%	0,28%

Os impactos percentuais acima têm reflexo no passivo atuarial do plano, visto que não há ativos garantidores.

d) Investimentos

O retorno dos investimentos do plano da Fundação Corsan em 2020 foi de R\$ 252.220 (R\$238.788 em 2019).

	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 porcentagem ou faixa de percentagem
Segmento	2020	2019	Limite
Renda fixa	73,72%	74,34%	100%
Renda variável	10,97%	9,81%	70%
Investimentos estruturados	9,77%	9,03%	20%
Carteira de imóveis	3,96%	4,65%	20%
Empréstimos	1,57%	2,17%	15%
Disponível	0,01%	0,00%	-
Fundo Garantidor	100%	100%	

e) Fundação Corsan

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão de recursos e investimentos

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

a) contribuição de participantes ativos e assistidos;

b) contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;

c) receitas de aplicações do patrimônio.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, o percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$1.682.328 (R\$1.635.145 em 31 de dezembro de 2019), estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	315.592.505	315.592.505	631.185.010	99,99999366271	99,99999366271	99,99999366271
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000158432	0,00000158432	0,00000158432
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000095059	0,00000095059	0,00000095059
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Total	315.592.525	315.592.525	631.185.050	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período totalizou R\$2.191, líquido dos efeitos tributários (R\$(16.894) em 31 de dezembro de 2019). Os valores de R\$(25.446) e R\$(1.348) referem-se a reversão de IRPJ em função da imunidade tributária (nota 2.15).

	31/12/2020	31/12/2019
Realização das reservas	2.191	9.900
Reversão de tributos sobre reserva de reavaliação	-	(25.446)
Reversão de tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.348)
	2.191	(16.894)

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$141.478, líquida dos seus efeitos tributários (R\$56.931 em 31 de dezembro de 2019).

d) Remuneração aos acionistas

A Política de Distribuição de Dividendos da Companhia prevê que, do lucro líquido ajustado, no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo. Para o exercício de 2020, conforme ata de Reunião de Diretoria nº 19, de 31 de março de 2020, ratificado pelo Conselho de Administração em reunião dia 24 de abril de 2020, foi deliberado que do lucro líquido ajustado, em consonância com a cláusula contratual de adesão ao *Standstill* das operações diretas junto ao BNDES, 25% será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	1.814.394	301.153
(-) Reserva legal (5%)	(90.720)	(15.058)
(-) Ajustes lei nº 12.973/14	-	(1.114)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(17)	(58)
Base de cálculo para dividendos	1.723.656	284.923
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	430.914	113.969
Reserva de lucros a realizar	(333.470)	-
Total dos juros e dividendos distribuídos	97.444	113.969

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos calculados por tipo de ação são apresentados a seguir:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	JSCP atribuído a dividendos
Ações ordinárias	46.402
Ações preferenciais	51.042
Total	97.444

O quadro abaixo demonstra o valor da remuneração dos acionistas por ação:

Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	Quantidade	Remuneração total	Remuneração por ação
Ações ordinárias	315.592.525	46.402	0,14703
Ações preferenciais	315.592.525	51.042	0,16173
Total	631.185.050	97.444	0,30876

A Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$97.444 (R\$113.969 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do exercício foi reduzida em R\$8.770 (R\$10.257 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais, dividendos e reserva de lucros a realizar, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva de retenção de lucros está superior ao valor do capital social da Companhia, em desacordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76. Tramita entre os órgãos competentes o processo de integralização de parte desta reserva para equacionamento e regularização, que será apreciada em reunião do Conselho de Administração marcada para 26 de fevereiro de 2021.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar, constituída no valor de R\$ 333.470, compreende a parcela do lucro que não foi realizado e que seria distribuída como dividendos. A parcela não realizada do lucro é proveniente do reconhecimento do ganho da ação referente à Imunidade Tributária para impostos federais conforme descrito na nota 2.15.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$10.824 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 47.183 em 31 de dezembro de 2019), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

g) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	950.397	143.406
Ações preferências	863.997	157.747
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	315.592.525	306.756.816
Média ponderada de número de ações preferenciais	315.592.525	306.756.816
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	2,73770	0,46749
Por ação preferencial	3,01147	0,51424

27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – FunCorsan, Instituto de Previdência do Estado – IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2020	31/12/2019
Contas de água e esgoto - saldo a receber	9.943	11.516
Rendimentos do caixa único do Estado	5.970	2.214
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(345.205)	(285.761)

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$52.806 (R\$56.575 em 31 de dezembro de 2019).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$403 (R\$404 em 31 de dezembro de 2019).

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasse no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 7.877 (R\$ 8.262 em 31 de dezembro de 2019).

c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d

Os valores devidos referem-se à compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 50.720 (R\$ 56.507 em 31 de dezembro de 2019). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.390 (R\$4.813 em 31 de dezembro de 2019).

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$18.670 (R\$16.788 em 31 de dezembro de 2019). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.618 (R\$3.014 em 31 de dezembro de 2019).

e) Fundação Corsan

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante	
				31/12/2020	31/12/2019
Contrato 122001	Média INPC/IPC/GP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	-	21.585
				-	21.585

O contrato refere-se a encargamento de custo de serviço passado e está garantido pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite da obrigação (principal e encargos).

f) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$18.670 (R\$16.788 em 31 de dezembro de 2019). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$4.468 (R\$5.338 em 31 de dezembro de 2019).

g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	2020	2019
Remuneração e benefícios	3.425	3.108
Encargos sociais	491	354
Total	3.916	3.462

28. RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Serviços de abastecimento de água	2.906.689	2.690.499
Serviços de esgoto	220.724	189.125
Receitas de construção	316.509	237.983
Deduções de receitas de serviços	(290.469)	(268.117)
	3.153.453	2.849.490

29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26(R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Custos e despesas por natureza	2020	2019
Pessoal	1.170.058	1.116.155
Materiais	120.586	105.872
Energia elétrica	295.232	297.967
Serviços de terceiros	374.101	322.910
Gerais	135.104	270.223
Depreciações e amortizações	170.519	148.151
Provisões	90.817	70.953
Custos de construção	313.991	235.009
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(952.943)	(336.176)
Total	1.717.465	2.231.064
Classificados como:		
Custos dos serviços	2.088.042	1.994.344
Despesas comerciais	134.418	138.861
Despesas administrativas	447.948	444.035
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(952.943)	(336.176)
	1.717.465	2.231.064
Outras receitas operacionais	2020	2019
Receita de serviços técnicos e locações	1.018.528	390.043
Doações e subvenções	2.879	3.760
Recuperação de receitas	1.138	19.856
Reversão PDD	12.375	12.180
Reversão de provisão para perda de estoque	-	3.774
Reversão de provisão precatórios	1.520	-
Reconhecimento de precatório	-	143.100
Indenização Imunidade tributária	399	74.848
Indenizações e ressarcimentos	863.356	-
Reversão de provisões para causas judiciais	1.901	2.250
Reversão de provisão para benefício pós-emprego	129.294	116.922
Receitas não operacionais	843	12.688
Outras despesas operacionais	4.823	665
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(65.585)	(53.867)
Baixa patrimonial Novo Hamburgo	(17.593)	(16.952)
Baixa de ativos	-	(21.186)
Pasep/Cofins diferido	(20.646)	(347)
Outros tributos e taxas	(25.085)	(9.673)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(2.261)	(5.709)
	952.943	336.176

No exercício de 2019, com base no parecer da Superintendência Jurídica, que reforça que os precatórios do município de Novo Hamburgo vêm sendo pagos regularmente, e a posição da Administração de não haver perspectiva de retomada do sistema neste município, a Companhia reverteu a provisão para perda constituída no valor de R\$ 143.100.

As reversões das provisões foram realizadas conforme descritas nas notas 2.13 e 2.14. A receita proveniente do ganho da imunidade tributária está descrita na nota 2.15.

Do valor registrado em baixa de ativos, (R\$20.646) refere-se a baixa de projetos e obras de anos anteriores que não se realizaram e compõe o saldo de baixas do imobilizado (nota 14) e intangível (nota 15).

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras	643.637	77.063
Juros ativos	35.926	32.709
Variações monetárias ativas	6.600	5.456
Receitas financeiras pela realização de AVP	36.435	31.242
Variações cambiais ativas	569	3.702
Atualização de precatórios	11.469	-
Atualização indenização imunidade tributária	544.971	-
Outras receitas financeiras	7.667	3.954
Despesas financeiras	(183.208)	(59.962)
Juros e taxas sobre financiamentos	(28.982)	(23.785)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(1.664)	(3.017)
Variações monetárias passivas	(146.452)	(25.097)
Despesas financeiras pela realização de AVP	(3.151)	(4.022)
Variações cambiais passivas	(2.885)	(3.866)
Outras despesas financeiras	(74)	(175)
Resultado financeiro líquido	460.429	17.101

Conforme descrito na nota 2.15, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu o ganho com o trânsito em julgado da discussão de imunidade tributária, de forma que a parte correspondente à atualização monetária sobre o principal de IRPJ e ITR totaliza R\$544.971 contabilizado como receitas financeiras.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.

Em 2020 a Companhia assinou um aditivo de contrato para todos os financiamentos firmados junto ao BNDES, o qual suspende o pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios pelo período de seis meses (abril a setembro de 2020). O montante que deixou de ser pago durante o período de suspensão foi capitalizado a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela suspensão temporária de pagamentos.

A adoção desta suspensão trouxe um incremento de aproximadamente 2,35% no saldo devedor, não apresentando aumento significativo no custo da dívida ou impacto relevante no resultado da companhia, tanto no exercício atual, quanto no custo total do financiamento.

As avaliações de seus instrumentos financeiros bem como gerenciamento de riscos estão relacionadas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	5.b, 19	76.545	70.196
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes	5.a	233.267	92.981
Contas a receber de clientes	6	419.140	364.879
Ativos financeiros	12	588.827	341.039
Tributos a recuperar	8.c	1.430.357	10.966
Indenizações contratuais	9	220.154	224.768
Total		2.968.290	1.104.829
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores		118.988	123.106
Empréstimos e financiamentos	18	587.477	584.048
Debêntures	19	4.811	14.139
Dívidas Fundação Corsan	27.e	-	21.585
Obrigações contratuais	21	13.000	53.604
Contratos de repasse	23	53.895	43.437
Total		778.171	839.919

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. Apuração conforme descrito na nota 2.12.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes e a possibilidade de pagamento das faturas via cartão de crédito. Não há clientes que, individualmente, representem mais que 1% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - SISGEC; dentre outras.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

Projeção incluindo juros futuros				
Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Empréstimos e financiamentos	131.280	232.779	401.473	765.532
Parcelamento de impostos	15.644	16.255	-	31.899
Debêntures	4.928	-	-	4.928
Fornecedores	118.988	-	-	118.988
Passivo de arrendamento	26.960	20.030	-	46.990
	297.800	269.064	401.473	968.337

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2020 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

A manutenção da análise de sensibilidade com a utilização dos parâmetros de variação para cenários de 25% e 50% mostram-se adequados, a partir de referências em *benchmarkings* do setor, bem como publicações de expectativas de mercado do BACEN.

		(Perdas) Ganhos financeiros					
Operação	Risco	2021	Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(209.496)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(177.812)	(6.245)	(5.204)	(7.806)	(9.757)	(11.709)
Empréstimos	IPCA	(91.777)	(2.452)	(2.044)	(3.065)	(3.832)	(4.598)
Empréstimos	SELIC	(108.392)	(2.601)	(2.168)	(3.252)	(4.065)	(4.878)
Debêntures	TJLP	(4.811)	(169)	(141)	(211)	(264)	(317)
		(592.288)	(11.467)	(9.556)	(14.334)	(17.918)	(21.501)
Indexador	TR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TJLP		3,51	2,93	4,39	5,49	6,59
	IPCA		2,67	2,23	3,34	4,18	5,01
	SELIC		2,40	2,00	3,00	3,75	4,50

Fontes:
Relatório Focus
Publicação CMN

No mês de setembro foi quitado o financiamento que a Companhia havia contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba, sendo este o único financiamento com envolvimento de taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui empréstimos com incidência de taxas de câmbio.

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos Administradores e Acionistas Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita não faturada – Notas 3 e 28

O reconhecimento da receita inclui uma estimativa referente aos serviços prestados, com base na média de volume consumido, mas ainda não faturados aos consumidores, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o final de cada período de reporte.

Em função do grau de julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas para a mensuração dessa estimativa, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita não faturada, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa dessa receita.

Efetuamos o recálculo, em base de testes, da estimativa de faturamento e confronto com os registros contábeis no encerramento do exercício. Também efetuamos comparação dessa estimativa com a receita faturada no mês subsequente.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na mensuração da estimativa da receita não faturada são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Ativos financeiros contratuais, ativos de contrato e intangível – Notas 2.4, 2.10, 2.11, 12, 13 e 15

A Companhia tem saldos relevantes registrados como Ativos Financeiros Contratuais, Ativos de Contrato e Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2020, relacionados a investimentos realizados em consonância com os contratos de concessão de serviços de saneamento.

Os valores registrados como Ativos de Contrato referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção que, após sua conclusão, são transferidos para a operação. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados que não serão completamente amortizadas ao final do prazo da concessão e serão indenizadas pelo Poder Concedente. Os valores registrados no Ativo Intangível representam os investimentos que possuem expectativa de recuperação ao longo das concessões, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários.

Em virtude da relevância dos valores envolvidos, da complexidade envolvida na bifurcação e no cálculo do valor presente dos ativos financeiros, bem como da avaliação de indicativos de perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis, consideramos os ativos da concessão como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados com a classificação e mensuração dos contratos de concessão. Inspecionamos, em bases amostrais, os documentos suporte das adições ocorridas durante o exercício na conta Ativos de Contrato, bem como recalculamos e analisamos a razoabilidade das taxas de capitalização de juros e as margens de construção utilizadas. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência de ativos em construção para a operação.

Efetuamos o recálculo do ajuste a valor presente dos Ativos Financeiros Contratuais e das amortizações do ativo intangível reconhecidas no exercício, comparando-os com os saldos contábeis.

Avaliamos a adequação da metodologia e premissas adotadas pela Administração para a identificação de indicadores de perda no valor dos ativos financeiros e intangível. Efetuamos leituras das divulgações efetuadas em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na contabilização dos contratos de concessão são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Porque é um PAA

Imunidade de impostos federais – Notas 2.15 e 8 (c)

A Companhia registrou, no exercício, créditos fiscais no valor de R\$ 1.408.327 mil, decorrente de trânsito em julgado favorável da ação em que pleiteava a imunidade de determinados impostos federais, bem como o direito a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018. A administração da Companhia apresentou, em janeiro de 2021, petição requerendo a devolução desse valor por meio de precatórios, com prazo estimado, pela administração, para recebimento em 2022.

Em virtude da relevância do valor envolvido e dos julgamentos da administração na determinação da forma e prazo estimado de realização do crédito tributário, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos, com o apoio de nossos especialistas tributários:

Efetuamos leitura e entendimento da decisão judicial, bem como discutimos com a Administração o mérito reconhecido pela sentença e a metodologia de cálculo aplicada, fundamentados em opinião legal emitida por assessores jurídicos internos da administração.

Testamos, em base amostral, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos impostos a recuperar, incluindo a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto da ação judicial.

RESUMO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) é um órgão estatutário de caráter permanente, instaurado em 20 de junho de 2018 e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência, assim como, aqueles para o exercício da função e foram empossados em 01/Jul/2018.

2. RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório, o CAE realizou 40 reuniões (27 em 2019), incluindo reunião conjunta com o Conselho Fiscal. As reuniões contemplaram um total de 143 pautas (78 em 2019).

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 – Diretoria
- 3.2 – Auditoria Interna
- 3.3 – Auditoria Externa
- 3.4 – Demonstrações Financeiras
- 3.5 – Partes Relacionadas
- 3.6 – Controles Internos, Gestão de Riscos e Conformidade
- 3.7 – Canal de Denúncias, apurações e Comissão de Ética
- 3.8 – Corsan Integra

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de financiamentos e debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	18	587.477	584.048
Debêntures	19	4.811	14.139
Fornecedores		118.988	123.106
Parcelamento de impostos e contribuições	20	31.288	45.766
Dívida Fundação Corsan	27.e	-	21.585
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(233.267)	(92.981)
(-) Aplicações financeiras	5	(76.545)	(70.196)
Dívida líquida		432.752	625.467
Patrimônio e adiantamentos		4.043.521	2.400.294
Capital social e dívida líquida		4.476.273	3.025.761
Quociente de alavancagem		9,67%	20,67%

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 10 de fevereiro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 4 séries, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da instrução CVM 476, no montante total de R\$ 600 milhões.

ROBERTO CORREA BARBUTI Presidente	Conselho de Administração MARIO ENGLER PINTO JUNIOR Presidente	Conselho Fiscal FELIPE HENRIQUE GIARETTA KEVIN CHAVES KRIEGER MARIA BETÂNIA BRAUN Conselheiros
ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA FABIANO SIQUEIRA JEAN CARLO FLORES BORDIN JÚLIO ELOI HOFER LILIANI ADAMI CAFRUNI Diretores	GIOVANNI FIORESE HENRIQUE ZANDONÁ LUIZ GUSTAVO DE SOUZA KARLA PERTOCCO TRINDADE PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA ROBERTO CORREA BARBUTI Conselheiros	GRAZIELA BOHN FLORES Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

Inspecionamos a documentação relacionada com a petição do precatório. Efetuamos entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da classificação do saldo no ativo não circulante.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 10 de março de 2020, sem ressalvas e com os seguintes parágrafos de ênfases: a) Seguros: não adoção de políticas de transferência de risco de sinistro, não promovendo a contratação de seguros, b) FUNCORSAN: não recebimento do Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras, nem o parecer do atuariado da Fundação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e c) Indenizações Contratuais - Município de Novo Hamburgo - RS, onde foi reconhecido o dever do citado Município em indenizar a Companhia, entretanto, considerando que o Município está em um regime especial de pagamento de precatórios, conforme Emenda Constitucional 99/2017, deverá efetuar o pagamento dessa dívida até o final de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Adriano Machado
Contador CRC 1PR-042584/O-7

- 3.9 – Benefício pós emprego / FUNCORSAN – Fundação Corsan
- 3.10 – Avaliação de riscos das contingências judiciais passivas
- 3.11 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD
- 3.12 – Remuneração anual dos Administradores
- 3.13 – Parceria Público Privada (PPP)
- 3.14 – Treinamento

4 – CONCLUSÃO

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame da minuta do Relatório das Demonstrações Financeiras, recebida em 05/mar/2021 acompanhadas das respectivas notas explicativas, assim como tomou assim como tomou conhecimento da opinião dos Auditores Externos, datada em 16 de março de 2021, de que as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em todos aspectos relevantes , todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Considerando as análises e discussões realizadas pelo CAE no transcorrer de suas reuniões, assim como os trabalhos de supervisão, exceto por aquilo informado ao Conselho de Administração, o Comitê entende que os fatos relevantes trazidos a seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2020. Sendo assim, não há óbice por parte do CAE para a apreciação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.

Marco Antônio Mayer Fioletto Coordenador do CAE	Luiz José Nogueira Lima Membro do CAE	Nilton dos Santos Membro do CAE
--	--	------------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas relativas ao exercício de 2020. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração durante todo o exercício social e à vista do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalva, de 16 de março de 2021, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas das Notas Explicativas, do

exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como as propostas de destinação do lucro líquido e do orçamento de capital, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.

Kevin Chaves Krieger	Maria Betânia Braun	Felipe Henrique Giarretta
----------------------	---------------------	---------------------------

**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Atendendo disposições legais e estatutárias, apresentamos-lhes as Demonstrações Financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das suas, respectivas, Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal.

Constituída em 26 de dezembro de 1995, sob a forma de sociedade anônima, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, cujo objeto social é o de prestar serviços no sentido de auxiliar o Tesouro Estadual na administração da Dívida Pública do Estado, podendo para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, título e valores mobiliários.

Registrada na CVM como Companhia de capital aberto, na categoria B, a CADIP já realizou onze emissões de debêntures, em montante atualizado, monetariamente, da ordem de R\$ 6,7 bilhões, todas já encerradas e liquidadas financeiramente.

A política de Recursos Humanos está prevista no § único e caput do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600 de 26 de dezembro de 1995, o qual dis-

põe que, para a consecução de seus negócios, a Companhia contará com servidores do Estado e da administração indireta, designados para tal fim.

A política interna de preservação do meio ambiente da Companhia está consubstanciada à política ambiental da Secretaria de Estado da Fazenda à qual é vinculada.

No plano econômico, sob o impacto da pandemia a atividade econômica teve uma queda de 4,05% em 2020, conforme o indicador IBC-Br, do Banco Central do Brasil, que leva em conta o desempenho dos principais setores da economia, tais como, indústria, agropecuário e serviços.

O volume de ações registrado na CVM para oferta pública em 2020, em especial no segundo semestre, quando a economia retomou o crescimento, alcançou R\$ 73,5 bilhões, o maior volume negociado nos últimos 15 anos, enquanto o lançamento de novas emissões de debêntures somou apenas 3,2 bilhões em 2020, o pior desempenho deste mercado nos últimos 10 anos.

Ao longo do exercício de 2020 a CADIP não realizou emissões de títulos e valores mobiliários, nem registrou operações ativas, entretanto a Companhia continua com sua estrutura técnica e operacional, em plenas condições, com vistas ao cumprimento de seu objeto social, especialmente construído para auxiliar Estado na administração da sua dívida pública.

A liquidez financeira da Companhia assegura plenas condições de solvência de seus compromissos.

O Balanço Patrimonial da Companhia, levantado em 31 de dezembro de 2020, não apresenta variações relevantes em relação aos saldos do exercício imediatamente anterior.

Os Auditores Independentes contratados pela CADIP prestam, exclusivamente, serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras, à Companhia.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto nos incisos V e VI, do Art. nº 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2020.

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro					
Em milhares de reais					
Ativo	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	221.442	221.618	Fornecedores	3	4
	221.442	221.618		3	4
Não circulante			Não circulante		
Tributos diferidos (Nota 3)	118	115	Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	347	337
Depósitos judiciais	118	155		347	337
	236	270			
			Patrimônio líquido (Nota 6)		
			Capital social	210.200	210.200
			Reservas de lucros	11.128	11.347
				221.328	221.547
Total do ativo	221.678	221.888	Total do passivo e do patrimônio líquido	221.678	221.888
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.					

Demonstração do Resultado Abrangente		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício	(158)	(35)
Ajustes de exercícios anteriores	(61)	
Resultado abrangente do exercício	(219)	
Atribuível a:		
Controladores	(218)	(34)
Não Controladores	(1)	(1)
Outros componentes do resultado abrangente:		
Resultado abrangente do período	(219)	(35)
Atribuível a:		
Controladores	(218)	(34)
Não Controladores	(1)	(1)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Demonstrações do Resultado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2020	2019
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(152)	(136)
Ajuste tributos diferidos	3	
Provisão para riscos fiscais	(9)	(9)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(158)	(145)
Receitas financeiras		110
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(158)	(35)
Prejuízo líquido do exercício	(158)	(35)
Prejuízo líquido por ação ordinária		
- Básico e Diluído - R\$	(0,00228)	(0,00051)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício:	(158)	(35)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	(61)	-
Ajustes tributos diferidos	(3)	49
Provisão para riscos fiscais	10	(144)
	(212)	(130)
Variações de ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) Redução em créditos a receber	37	(6)
Aumento (Redução) fornecedores	(1)	3
	36	(3)
	(176)	(133)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(176)	(133)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	221.442	221.618
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	221.618	221.751
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(176)	(133)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Demonstração do Valor Adicionado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2020	2019
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	-	110
Valor adicionado a distribuir	-	110
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, impostos taxas e emolumentos	152	136
Provisão para riscos fiscais	6	9
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-
Prejuízos absorvidos	(158)	(35)
Valor adicionado distribuído	-	110
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Em milhares de reais					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Em 1º de janeiro de 2019	210.200	2.040	9.342	-	221.582
Prejuízo líquido do exercício			(35)	(35)	(35)
Absorção do prejuízo			(35)	35	-
Em 31 de dezembro de 2019	210.200	2.040	9.307	-	221.547
Ajustes de exercícios anteriores				(61)	(61)
Prejuízo líquido do exercício				(158)	(158)
Absorção do prejuízo			(219)	219	-
Em 31 de dezembro de 2020	210.200	2.040	9.088	-	221.328
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.					

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

1. Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 4 de janeiro de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

289

Continua >>>

»»» Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.6. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela CADIP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.7. Arrendamento Mercantil

Avaliamos os efeitos da aplicação da NBC TG 06 (R3) e não identificamos contratos que possam ser caracterizados como de arrendamento mercantil.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.929 (2019 - R\$ 22.929), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 22.929 (2019 - R\$ 22.929), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.796 (2019 - R\$ 7.796), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 118 (2019 - R\$ 115).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos - conta movimento	32	53
Aplicações financeiras	221.410	221.565
	221.442	221.618

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o Capital está composto por 69.150.262 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

(d) Ajustes de exercícios anteriores

Em consonância com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deliberou a cessação dos procedimentos de atualização monetária dos seus depósitos judiciais, promovendo estorno do valor de R\$ 61 mil a título de Ajustes de Exercícios Anteriores.

7. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, pela Lei Estadual nº 10.600, de 28 de dezembro de 1995, como de serviço público relevante.

8. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda em processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 164, em 31 de dezembro de 2020, (2019 - R\$ 162) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 183, em 31 de dezembro de 2020, (2019 - R\$ 175), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.

9. Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2020	2019
Serviços de terceiros	42	42
Impostos taxas e emolumentos	52	52
Publicações	58	42
	152	136

10. Impactos do COVID-19

A Companhia não identificou riscos ou incertezas que possam advir do COVID-19 em seus negócios, nem, tampouco, eventos econômicos que tenham relação com a continuidade de execução de seu objeto social e/ou às estimativas contábeis levadas a efeito na recuperabilidade de seus ativos, provisões e contingências ativas e passivas, bem como reconhecimento de receitas e provisões para perda esperada. Da mesma forma não identificou impactos merecedores de registro como eventos subsequentes ao encerramento do exercício social do ano de 2020.

CARLOS EDUARDO PROVENZANO
Presidente

CRISTIANE COSTA DA ROSA
Diretora Técnica

LUIS ANTÔNIO MEDINA GOMEZ
Diretor de Relações com Investidores

PAULO CESAR SANTANA NUNES
Contador - CRCRS 034346/O-4
CPF 139.198.490-00

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 05 de março 2021.

Flávio Pompermayer
Guilherme Correa Petry

Bruno Queiroz Jatene
Olavo Cesar Dias Medeiros

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2020, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2020 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2021, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 05 de março 2021.

Elói Astir Stertz
Conselheiro

Cristoferli Wingert
Conselheiro

Jorge Luis Tonetto
Conselheiro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Referente ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020

Aos Administradores e aos acionistas da

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CADIP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CADIP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. De acordo com o item 9, da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer tal determinação, o auditor deve levar em consideração o seguinte:

(a) Áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, de acordo com a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente; (b) Julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentaram alto grau de incerteza na estimativa; (c) Efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período. Contudo, conforme item A59, da NBC TA 701, em alguns poucos casos (por exemplo, entidade listada com operações muito reduzidas), o auditor pode determinar que não há principais assuntos de auditoria de acordo com o item 10, porque nenhum assunto exigiu sua atenção significativa. Foi o caso da CADIP, que no exercício de 2020 apresentou um número reduzidíssimo de operações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da CADIP, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da CADIP. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da CADIP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CADIP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CADIP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da CADIP são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CADIP;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CADIP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CADIP a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S - 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O - Sócio Responsável Técnico